Procuradoria Geral do Estado - PGE

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – PGE/RO
IX CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO

RELAÇÃO DE RECURSOS INTERPOSTOS

Questão	Argumentação
1	A questão diverge do entendimento do STF (RE 544.655) de que as normas a respeito do ingresso de estrangeiro no serviço público (art. 37, I, da CF/88), não são autoaplicáveis, ou seja, são de eficácia limitada. Assim, há erro no gabarito por desconsiderar o precedente indicado.
1	O gabarito oficial está em dissonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal no RE 544.655, que consignou expressamente que a norma que concede acesso a cargos públicos para estrangeiros não é autoaplicável, constituindo norma de eficácia limitada, motivo pelo qual se requer a anulação da questão.
1	A questão 1 aborda o teor do inciso I do art. 37 da Constituição Federal, com redação dada pela EC 19/98, e o gabarito preliminar estabelece como certa a alternativa A: que classifica referida norma como sendo de eficácia "contida". Ocorre que no dispositivo em comento se encontram duas normas constitucionais: a primeira norma de fato se entende como "contida", por sua aplicabilidade imediata - a saber, o acesso de brasileiros a cargos, empregos e funções públicas; porém a segunda norma, relativa ao acesso de estrangeiros a cargos, empregos e funções públicas, por somente se dar "na forma da lei", é entendida como sendo norma de eficácia limitada. Confira-se, a respeito, a ementa do RE 544.655-AgR EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não autoaplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento" (RE 544.655-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJe 10.10.2008 – grifos nossos). Diante disso, requer-se a anulação da questão, pela existência de duas alternativas parcialmente corretas.
1	A questão trouxe a redação do art. 37, I, da CF, o qual aduz "I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei". A abalizada doutrina é pacífica em afirmar que há duas modalidades de classificação da aplicabilidade nesse dispositivo. Para brasileiros, é de eficácia contida. Para estrangeiros, é de eficácia limitada. Como não houve tal especificação no enunciado da questão, não é correto enquadrar o inciso por completo na classificação "contida", merecendo, assim, ser anulada a questão por falta de alternativa correta. Ementa AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. STF RE 544655 AgR / MG - MINAS GERAIS AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
1	A questão não pode ter como gabarito "norma de eficácia limitada", pois, o comando normativo do enunciado apresenta duas normas, sendo elas: 1) direito de todo brasileiro a ingressar em cargo público por meio de concursos, atendido os requisitos em lei, e 2) o direito dos estrageiros a ingressarem em cargo público NA FORMA DA LEI. A redação da pergunta não deixa claro sobre qual parte do enunciado normativo se está questionando. Com base na lição de JOSE AFONSO DA SILVA, está-se diante de um texto normativo com norma contida, a primeira parte do dispositivo, e a segunda parte do texto apresenta uma norma de eficácia limitada, pois, estrageiros apenas poderão ingressar em cargo público após a ediçao da referida lei. Tal entendimento já foi ratificado pelo STF no RE 544.655 AgR. Além disso, a própria banca CEBRASPE cobrou no concurso da PGE-SE de 2017, cargo Procurador, questão que conceituava o mesmo dispositivo como de eficácia limitada. Assim, conforme o exposto requer-se: 1. Alteração do gabarito para "LIMITADA" 2. Anulação da questão

1	A questão merece ser ANULADA. O item exige, de forma indistinta, qual a aplicabilidade constitucional do artigo 37, I, da CF. Ocorre que segundo a doutrina tradicional e o STF a parte referente aos brasileiros trata-se de norma de eficácia contida, já na segunda parte do inciso, a qual versa sobre os estrangeiros, tem-se norma de aplicabilidade limitada. Nesse sentido: RE 544.655-AgR Rel. Min. Eros Grau, j. 09.09.2008, DJE de 10.10.2008. Estrangeiro. Acesso ao serviço público. Artigo 37, I, da CF/88. O STF fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não autoaplicável. Quanto à doutrina tradicional: No final da década de 60, José Afonso da Silva publicou a primeira edição de seu clássico Aplicabilidade das normas constitucionais, no qual aprofunda o tema a partir dos desenvolvimentos que lhe haviam dado os citados Vezio Crisafulli e Meirelles Teixeira. De acordo com José Afonso, as normas constitucionais, no tocante à sua eficácia e aplicabilidade comportam uma classificação tricotômica, assim enunciada: a) normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata; b) normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata, mas passíveis de restrição; c) normas constitucionais de eficácia limitada ou reduzida, que compreendem as normas definidoras de princípio institutivo e as definidoras de princípio programático, em geral dependentes de integração infraconstitucional para operarem a plenitude de seus efeitos. (Barroso, Luís Roberto, Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo / Luíz Roberto Barroso. – São Paulo: Saraiva, 2009. Nesse sentido, segundo a doutrina tradicional e o posicionamento do STF, a parte referente aos estrangeiros, previstas no art. 37, I, da CF não pode ser considerada norma de eficácia “contida” como consta no gabarito da questão, mas sim de eficácia “limitada” devendo, portanto, ser anulado o item.
1	O artigo 37, inciso I, da Constituição Federal (Art. 37, I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;), é considerado, quanto à aplicabilidade, norma de EFICÁCIA LIMITADA, senão vejamos: RE 544655 Ementa EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação pós a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. Decisão. A Turma, a unanimidade, deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidiu, este julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. 2ª Turma, 09.09.2008. Ademais, o próprio Cebraspe, assim como outras bancas de concurso, já exararam tal entendimento em outros certames, senão vejamos: 1.(TJ-DFT-2014-CESPE-Juiz de Direito Substituto) As denominadas normas constitucionais de eficácia plena não necessitam de providência ulterior para sua aplicação, a exemplo do disposto no art. 37, I, da CF, que prevê o acesso a cargos, empregos e funções públicas a brasileiros e estrangeiros. GABARITO: ERRADO. Disponível em https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/93d63955-ab 2. (DPE-RR-2013-CESPE) Na CF, o dispositivo que estabelece o acesso dos estrangeiros aos cargos, empregos e funções públicas configura, segundo o STF, hipótese de norma de eficácia contida. GABARITO: ERRADO. Disponível em: https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/9feeb04a-a6 3. (MPE-PR-MPE-PR-2013) O artigo 37, inc. I da Constituição Federal, ao prever que, “na forma da lei”, também são acessíveis aos estrangeiros os cargos, empregos e funções públicas, constitui-se em exemplo de preceito constitucional de eficácia limitada ou reduzida, não sendo autoaplicável. GABARITO: CORRETO. Disponível em https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/026a89b4-10 4. (TRF-4a Região-Juiz Federal-2009) O direito de investidura em cargos públicos para os brasileiros decorre de norma constitucional de eficácia contida e efeito imediato, enquanto que para os estrangeiros o direito de acesso aos cargos públicos é previsto por norma de eficácia limitada, ainda não exercitável, à míngua de lei regulamentadora, ressalvadas as exceções constitucionalmente previstas. GABARITO: CORRETO. Disponível em https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/987f473c-a1 Por todo o exposto, merece o gabarito da questão ser ALTERADO PARA LETRA "D", haja vista que o dispositivo constitucional mencionado no enunciado da questão é norma de eficácia LIMITADA, conforme lecionou o Supremo Tribunal Federal no julgado acime mencionado, bem como o próprio Cebraspe e outras bancas de concurso em outros certames.
1	A respeito do ingresso de estrangeiros no serviço público, dispõe a CF/88: Art. 37, I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; Com relação ao acesso de estrangeiro, temos que a eles vai ser permitido, desde que na forma da lei. Segundo entendimento do STF(RE 544.655), trata-se de norma norma que não é autoaplicável, sendo portanto de eficácia limitada, dependendo, portanto, de regulamentação para produzir efeitos. Assim, apesar de, em relação aos brasileiros, o disposto no art. 37, inciso I, da CF/88 ter de eficácia contida, o Supremo Tribunal Federal diferencia a norma em relação aos estrangeiros, a qual possui eficácia limitada. Nesse sentido, requer a anulação da questão, uma vez que a banca não fez diferença em relação a aplicabilidade das normas para os brasileiros e os estrangeiros, de modo que há duas alternativas corretas.

1	A questão encontra-se equivocada. Foi muito GENÉRICA. Digo isso, pois, nos casos de preenchimento de cargo público aos estrangeiros a EFICÁCIA da norma é LIMITADA. Segundo o entendimento do STF(RE 544.655), trata-se de norma norma que não é autoaplicável, sendo portanto de eficácia limitada.
1	A banca apresentou como gabarito da questão 1 a letra C. Contudo, tal assertiva não é capaz de responder de maneira correta a questão. Ao analisarmos o enunciado, percebemos que a questão faz referência ao art. 37, I, da CF, o qual, para o STF é uma norma que possui dupla eficácia normativa, sendo norma de eficácia contida para os brasileiros e norma de eficácia limitada para os estrangeiros, vejamos: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. (STF - RE: 544655 MG, Relator: Min. EROS GRAU, Data de Julgamento: 09/09/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-192 DIVULG 09-10-2008 PUBLIC 10-10-2008 EMENT VOL-02336-07 PP-01538 RTJ VOL-00207-01 PP-00412). Dessa forma, como a letra C indica que o referido dispositivo é norma de eficácia contida, deve a questão ser ANULADA, já que não existe alternativa correta. Caso existisse, deveria a alternativa indicar que no que tange aos brasileiros a norma é de eficácia contida e no que se refere aos estrangeiros é de eficácia limitada.
1	O gabarito não apresenta alternativa correta, uma vez que não especifica sobre qual trecho da frase se refere, se em relação aos estrangeiros ou se em relação aos brasileiros. Conforme ementa do STF no seguinte julgado: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. (RE 544655 AgR, Relator(a): EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 09/09/2008, DJe-192 DIVULG 09-10-2008 PUBLIC 10-10-2008 EMENT VOL-02336-07 PP-01538 RTJ VOL-00207-01 PP-00412) Já em relação aos brasileiros, a norma é considerada de Eficácia contida: ¦ Brasileiros: a lei prevista no art. 37, I, não cria o direito, mas o restringe (o reduz) ao estabelecer requisitos para seu exercício. Ante o exposto, requer a anulação da questão, pois não apresenta alternativa correta, devido à insuficiência do enunciado.
1	REQUERIMENTO: requer a ANULAÇÃO do quesito. RECURSO: a questão 01 pediu a classificação, quanto à eficácia, da norma inserta no art. 37, I, da CF/88. O gabarito preliminar apontou como correta a letra C (contida), porém a questão merece ser anulada, já que a doutrina e a jurisprudência majoritária apontam que tal dispositivo deve ser classificado como norma de eficácia contida, quanto aos BRASILEIROS e de eficácia limitada, quanto aos ESTRANGEIROS. Vejamos a jurisprudência do STF: STF, RE 544.655 - AgR, Rel. Min.Eros Grau, j. 09.09.2008, DJE de 10.10.2008: “Estrangeiro. Acesso ao serviço público. Artigo 37, I, da CF/88. O STF fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não autoaplicável” Nesse contexto, a própria CEBRASPE já entendeu que a norma inserta no art. 37, I, da CF/88 seria de eficácia limitada em relação aos estrangeiros, tal qual se extrai da questão abaixo: (CEBRASPE – PF – Delegado de Polícia Federal – 2018) A respeito dos direitos fundamentais e do controle de constitucionalidade, julgue o item que se segue. Em relação aos estrangeiros, a norma constitucional que garante o acesso a cargos, empregos e funções públicas é de eficácia contida. GABARITO OFICIAL DEFINITIVO: ERRADO. Na prova da PGE-RO 2022, contudo, a respeitável banca examinadora entendeu que do mesmo dispositivo constitucional se extrai APENAS norma de eficácia contida, o que contraria a jurisprudência do STF, bem como vai de encontro ao próprio entendimento da banca em relação a outros certames. Em razão de o enunciado proposto na questão 01 não ter especificado se estava tratando de brasileiros ou estrangeiros, não se mostra acertado considerar o dispositivo como sendo totalmente de eficácia contida, motivo pelo qual requer a ANULAÇÃO da questão 01.

1	A questão solicita a classificação quanto à aplicabilidade da seguinte norma constitucional disposta no inciso I, do art. 37, da CF/88, in verbis: Art. 37. (…) "I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;" A banca apresentou como gabarito correto a alternativa D, que afirma ser de eficácia contida. Sucede, todavia, que a parte final do referido dispositivo constitucional, ao reger "assim como aos estrangeiros, na forma da lei" dispõe de norma de EFICÁCIA LIMITADA, segundo entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal no RE 544.655 Agr/MG – Rel. Min. Eros Grau. Veja: "EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento." (STF, RE 544655 AgR, Relator(a): EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 09/09/2008, DJe-192 DIVULG 09-10-2008 PUBLIC 10-10-2008 EMENT VOL-02336-07 PP-01538 RTJ VOL-00207-01 PP-00412) Diante disso, uma vez que o dispositivo constitucional possui eficácia limitada em sua parte final, sugere-se ALTERAÇÃO DE GABARITO para a alternativa "E", que afirma ser "limitada".
1	O gabarito deve ser alterado para letra "b" ou, subsidiariamente, anulado, tendo em vista que há duas respostas corretas. O artigo transcrito no enunciado possui 2 normas que podem ser analisadas do ponto de vista da aplicabilidade das normas constitucionais. A norma que trata sobre os requisitos estabelecidos em lei para acesso aos cargos públicos por brasileiros, a doutrina entende que é norma de eficácia contida, contudo, a norma que trata sobre o acesso de estrangeiros aos cargos públicos, a doutrina e a jurisprudência do STF (RE 544.655 - AgR), entendem que é caso de norma de eficácia limitada. Desse modo, pugna pela alteração do gabarito para norma de eficácia limitada, uma vez que existe pronunciamento do STF nesse sentido ou, subsidiariamente, pela anulação da questão em razão da existência de 2 respostas.
1	A previsão segundo a qual o acesso aos cargos, empregos ou funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos legais pode ser considerada, segundo a doutrina majoritária, como norma de eficácia contida. Por sua vez, no que se refere ao acesso de estrangeiros aos cargos públicos, deve-se considerar essas normas inscrita no art. 37, I da Constituição Federal recebe classificação como norma de eficácia limitada. A questão não fez limitação se a classificação referia-se ao ingresso de brasileiros ou de estrangeiros e, dada a classificação distinta, deve ser anulada tal questão já que há duas respostas como sendo corretas.
1	Prezada Banca Examinadora, Apesar de a primeira parte do artigo 37, inciso I, da Constituição Federal, que trata do ingresso de brasileiros a cargos públicos ser norma contida, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a última parte do referido dispositivo, que trata do ingresso de estrangeiros ao cargo público, é norma de eficácia limitada por meio do RE 544.655 AgR/MG, Rel. Min. Eros Grau, in verbis: ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. Diante disso, considerando que o enunciado da questão não fez limitação se a classificação referia-se ao ingresso de brasileiros ou de estrangeiros e, dada a classificação distinta, requer, respeitosamente, a anulação da questão 1.
1	A questão cobrou a classificação doutrinária da aplicabilidade da norma do art. 37, I, da Constituição Federal: "os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;" Considerou-se como correta a assertiva que assevera ser, o citado dispositivo, norma de eficácia contida. Contudo, encontra-se equivocada tal afirmativa. Para correta classificação da aplicabilidade das normas constitucionais, o art. 37, I, da Constituição Federal deve ser seccionado, isto é, cindido em primeira e segunda parte. A segunda parte ("assim como aos estrangeiros, na forma da lei") é norma de eficácia limitada, conforme afirmam jurisprudência e doutrina. Veja-se, a exemplo: "A análise desse dispositivo deve ser dividida em duas partes: de um lado, o trecho que trata dos brasileiros e, de outro, o trecho que trata dos estrangeiros. Essa norma é de eficácia contida apenas em relação aos brasileiros, pois diz que os brasileiros gozam de acessibilidade aos cargos públicos, podendo, no entanto, a lei estabelecer certos condicionamentos ao exercício desse direito. Já em relação aos estrangeiros, trata-se, na verdade, de uma norma de eficácia limitada, pois depende de regulamentação legal para ser aplicada, já que os estrangeiros apenas podem acessar cargos públicos 'na forma da lei'." (Francisco Braga; Direito Constitucional Grifado 1ª Edição; p.103 e 104) Ademais, o STF já se posicionou no sentido acima fundamentado: "O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil (redação após a EC 19/98) consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável." (RE 544.655-AgR) O enunciado da questão não especificou se estaria se referindo a primeira ou segunda parte da norma e, não sendo possível classificar todo o artigo de forma única, não há resposta correta ao enunciado. Por todo o exposto, requer-se a anulação da questão de nº 1.

1	Pleiteia-se a anulação da questão, por não possuir resposta correta: na primeira parte do dispositivo, referente aos brasileiros, a eficácia é contida; na segunda parte, referente aos estrangeiros, a eficácia é limitada. Esse é o entendimento do STF no RE 544.655-AgR, Rel. Min. Eros Grau, j. 09.09.2008. O STF fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não autoaplicável. No tocante aos brasileiros, a lei prevista no art. 37, I, não cria o direito, mas o restringe (o reduz) ao estabelecer requisitos para seu exercício.
1	Excelentíssimos examinadores, Serve-se do presente, respeitosamente, para requerer a anulação da questão de n.º 01 da prova objetiva, na medida em que não há alternativa correta, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do dispositivo constitucional em questão (art. 37, I, CF/88). Vejamos, por relevante, a redação do art. 37, I, da Constituição Federal: "os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei". O gabarito preliminar fornecido por esta banca aduz que se trata de norma de eficácia contida. Embora, de fato, a primeira parte do dispositivo (que se refere ao ingresso de brasileiros no serviço público) seja reconhecida pela doutrina como norma de eficácia contida, a parte final, que diz respeito aos estrangeiros, expressa norma de eficácia limitada. É esse, inclusive, o posicionamento do STF, manifestado no julgamento do RE 544.655 AgR/MG: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. (RE 544655 AgR / MG - MINAS GERAIS - Relator(a): Min. EROS GRAU - Julgamento: 09/09/2008 - Órgão Julgador: Segunda Turma) No mesmo sentido, merece destaque uma questão elaborada por esta respeitosa banca organizadora no concurso de ingresso para a carreira de Defensor Público do Estado de Roraima (DPE-RR/2013 – CESPE) que, seguindo o referido entendimento jurisprudencial (RE 544.655 AgR/MG), considerou ERRADA a seguinte assertiva: "Na CF, o dispositivo que estabelece o acesso dos estrangeiros aos cargos, empregos e funções públicas configura, segundo o STF, hipótese de norma de eficácia contida." Dessa forma, segundo entendimento do STF e desta própria banca organizadora – manifestado em concurso anterior –, especificamente acerca do ingresso de estrangeiro no serviço público, trata-se de norma que não é autoaplicável, sendo, portanto, de eficácia limitada. Diante disso, pugna-se pela ANULAÇÃO da questão n.º 01 da prova objetiva, sob o fundamento de que não há assertiva correta, já que o dispositivo constitucional em análise é norma de eficácia contida apenas quanto ao ingresso de brasileiros no serviço público, pois, em relação aos estrangeiros, trata-se de norma de eficácia limitada, conforme entendimento do STF (RE 544.655 AgR/MG).
1	Prezada Banca Examinadora, solicita-se a anulação da questão 01, tendo em vista que o art. 37, I, da Constituição Federal abrange duas normas com distintas classificações da aplicabilidade das normas constitucionais, quais sejam: a) "os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei", é norma constitucional de eficácia contida; ao passo que b) "(...) assim como aos estrangeiros, na forma da lei", é norma constitucional de eficácia limitada, a qual enseja uma intervenção legislativa para produzir efeito concreto. Nesse sentido, é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PROFESSOR ESTRANGEIRO. ART. 37, INC. I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ALTERADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 19/1998. NORMA DE EFICÁCIA LIMITADA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO (RE 602912-AgR, Órgão julgador: Primeira Turma, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Julgamento: 09/11/2010, Publicação: 02/12/2010). Sendo assim, solicita-se, respeitosamente, que a questão seja anulada, uma vez que a questão possui duas alternativas corretas, ou seja, "contida" e "limitada".
1	A banca arguiu os candidatos sobre a aplicabilidade da norma esculpida no artigo 37, I da CF, querendo saber, de acordo com a classificação doutrinária tradicional, se se trata de norma de eficácia contida, limitada, plena, direta e integral ou programática. A banca considerou correto o item A, norma de eficácia contida. No entanto, os estrangeiros só terão acesso a cargos, empregos e funções públicas, nos termos da lei, ou seja, a aplicabilidade de referido dispositivo depende da elaboração de lei, de modo que se trata de norma de eficácia limitada. Dessa forma, requer a alteração do gabarito para a letra B, norma de eficácia limitada. Entretanto, caso esse não seja o entendimento desta banca, por considerar a primeira parte do dispositivo como sendo de eficácia contida, requer a anulação da referida questão, por constar, em um mesmo dispositivo legal, tanto norma de eficácia contida, quanto de eficácia limitada.
1	1. O art. 37, II, CF é composto por duas normas: a) a primeira refere-se aos cargos, empregos e funções públicas acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei (norma de eficácia contida); b) a segunda aos estrangeiros, na forma da lei (eficácia limitada). Portanto, a questão deve ser anulada.

1	De acordo com a doutrina do professor Francisco Braga no livro Direito Constitucional Grifado (2021), a norma do artigo 37, inciso I, da Constituição Federal é de eficácia contida SOMENTE em relação aos brasileiros. Já a parte que trata dos estrangeiros é norma de eficácia LIMITADA, pois depende de regulamentação legal para ser aplicada, à medida que as pessoas estrangeiras apenas podem acessar cargos públicos "na forma da lei". Inclusive, o Supremo Tribunal Federal se manifestou nesse exato sentido ao julgar o RE 544.655-AgR. Sendo assim, a questão deve ser anulada, uma vez que a resposta correta seria: contida, quanto à primeira parte, e limitada, no tocante à segunda parte.
1	Prezado (a) examinador (a), Embora tenha sido indicada como resposta correta a alternativa “c” (norma de eficácia contida), a questão em tela também possui como resposta correta a letra “d” (norma de eficácia limitada). A primeira parte do inciso I, do art. 37 da Constituição Federal, no que se refere à acessibilidade dos brasileiros, efetivamente é classificada como de eficácia contida, mas, no que tange aos estrangeiros, não restam dúvidas de que a norma é de eficácia limitada, conforme já se manifestou o STF, no RE nº 544655, julgado em 09/09/2008 e publicado em 10/10/2008: “O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável”. Logo, é certo que a classificação doutrinária tradicional acompanha o entendimento do Supremo Tribunal Federal, sobretudo quando se trata de entendimento derivado de julgamento proferido há mais de 13 anos. Ante o exposto, considerando que a questão contempla duas respostas, requer seja considerada como correta também a alternativa “D” (norma de eficácia limitada), com atribuição de pontuação também aos candidatos que assinalaram a letra "D" ou que seja anulada a questão, com atribuição de pontuação para todos candidatos.
1	Conforme enunciado, a questão pretende que o candidato assinale a alternativa correspondente à classificação do artigo 37, inciso I, da Constituição Federal, conforme doutrina clássica. O Professor José Afonso da Silva em seu livro Aplicabilidade das Normas Constitucionais (7ª edição, p. 106/107) ensina: "Do mesmo tipo, aliás é a regra da primeira parte do art. 37, I, com redação da EC-19/98 que dispõe: "os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei", assim como aos estrangeiros, na forma da lei". (...) A lei prevista na primeira parte do inciso questionado não tem por objeto dar-lhe aplicabilidade - que ele já possui por si -, mas objetiva o estabelecimento de restrições a sua eficácia. Já é diferente a segunda parte do dispositivo ("assim como aos estrangeiros, na forma da lei"). Aqui o direito de acesso dos estrangeiros não decorre imediatamente da norma, porque depende da "forma da lei", ou seja, sem que essa lei venha o estrangeiro não tem direito ao acesso a cargo, emprego o função pública. Aqui, sim, a norma é da eficácia limitada". Portanto, à luz da doutrina clássica, a classificação quanto à eficácia da norma objeto da questão deve ser analisada em duas partes, sendo a segunda de eficácia limitada, conforme ensina José Afonso da Silva, motivo pelo qual tanto a alternativa "a" (em relação à primeira parte do inciso), quanto a alternativa "b" (em relação à parte final do inciso) estão corretas.
1	Não concordo com o gabarito preliminar atribuído a questão 1, uma vez que o artigo 37, I, da CF/88 trata de duas situações distintas em seu texto. Na primeira parte, disciplina o acesso dos brasileiros aos cargos públicos. Já na segunda parte, dispõe sobre o acesso dos estrangeiros aos cargos públicos. Segundo a doutrina clássica, a primeira parte é classificada como norma de eficácia contida, ao passo que a segunda parte é classificada como norma de eficácia limitada, com especial destaque para a expressão “na forma da lei”. O STF já se manifestou nesse sentido: “EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. (RE 544655 AgR, Relator(a): EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 09/09/2008, DJe-192 DIVULG 09-10-2008 PUBLIC 10-10-2008 EMENT VOL-02336-07 PP-01538 RTJ VOL-00207-01 PP-00412).” Com efeito, o enunciado da questão não especificou estar se referindo somente à primeira parte do dispositivo legal, de modo que deve ser anulada por comportar duas alternativas corretas: contida e limitada.

1	Considerando a classificação doutrinária tradicional das normas constitucionais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é consolidada no sentido de que o art. 37, I, da Constituição Federal, consubstancia norma de eficácia limitada. A esse respeito, recentemente, assim pontuou o Min. Edson Fachin, relator do RE 1177699 RG, perante o pleno do STF: "O inciso I, do art. 37, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, assim prevê: 'Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)' Delineando o alcance desta previsão constitucional, esta Corte já assentou que o dispositivo consubstancia norma de eficácia limitada, condicionada, portanto, à existência de lei regulamentadora, como se depreende dos seguintes precedentes: RE 602.912 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 02.12.2010, RE 544.655 AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJe 10.10.2008, RE 342.459 ED, Rel. Min. Cezar Peluso, Primeira Turma, DJ 23.06.2006." - trecho retirado do voto condutor do acórdão (RE 1177699 RG, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 21/02/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-055 DIVULG 20-03-2019 PUBLIC 21-03-2019) E a eficácia limitada é especialmente identificada no que tange ao acesso de estrangeiros a cargos públicos, conforme julgados abaixo do STF: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. (RE 544655 AgR, Relator(a): EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 09/09/2008, DJe-192 DIVULG 09-10-2008 PUBLIC 10-10-2008 EMENT VOL-02336-07 PP-01538 RTJ VOL-00207-01 PP-00412) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PROFESSOR ESTRANGEIRO. ART. 37, INC. I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ALTERADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 19/1998. NORMA DE EFICÁCIA LIMITADA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (RE 602912 AgR, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 09/11/2010, DJe-233 DIVULG 01-12-2010 PUBLIC 02-12-2010 EMENT VOL-02443-02 PP-00348 RTJ VOL-00219-01 PP-00626) Há mencionar, ainda, que o próprio CEBRASPE-CESPE, na prova para ingresso na Defensoria Pública do Estado de Roraima aplicada em 2013, igualmente reconheceu que referida norma não possui eficácia contida ao considerar como errada a seguinte assertiva: "Na CF, o dispositivo que estabelece o acesso dos estrangeiros aos cargos, empregos e funções públicas configura, segundo o STF, hipótese de norma de eficácia contida." Portanto, a norma em questão é classificada como de eficácia limitada e não contida como apontado no gabarito preliminar. A resposta correta seria letra "E" e não "D". Requer-se, portanto, a modificação do gabarito preliminar ou, alternativamente, a anulação da questão, pelas razões aqui expostas.
1	A classificação da eficácia do referido dispositivo constitucional são duas, a saber: "os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei..." é tido como de eficácia contida. Já a segunda parte, "assim como aos estrangeiros, na forma da lei", trata-se de norma de eficácia limitada. Inclusive, o STF, no RE 572946/RS já esclarecia o seguinte: "O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que o art. 37, inc. I, da Constituição (com alteração da Emenda COnstitucional n. 19/98) tem eficácia condicionada à edição de lei regulamentadora. Nesse sentido: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CF/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil (redação após a EC 19/98), consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes." Assim, requer a anulação da questão, já que há duas respostas corretas, quais seja, as alternativas "C" e "D", que afirma, respectivamente, contida e limitada.
1	Ocorre que, de acordo com o próprio José Afonso da Silva (Aplicabilidade das Normas Constitucionais), somente a primeira parte que fala dos brasileiros é considerada de eficácia contida. A segunda parte do dispositivo que trata dos estrangeiros é considerada de eficácia limitada. Nesse sentido também entende o STF: “O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável.” (RE 544.655-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJE 10.10.2008).” No mesmo sentido, questão do CESPE cobrada na prova de Delegado Federal de 2018: “A respeito dos direitos fundamentais e do controle de constitucionalidade, julgue o item que se segue. Em relação aos estrangeiros, a norma constitucional que garante o acesso a cargos, empregos e funções públicas é de eficácia contida.” Ressalte-se que a questão foi considerada errada pela banca, justamente porque se trata de caso de eficácia limitada.

1	A respeitosa banca errou ao considerar como correta a alternativa "a) contida". O inciso I, do art. 37 da CF dispõe que: "I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;". Sabe-se que, de fato, em relação à primeira parte do referido inciso, o STF possui entendimento de que tal norma é de eficácia contida. Todavia, o Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que, quanto ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, a supracitada norma possui eficácia LIMITADA, dependendo de regulamentação para produzir efeitos (RE 544.655 AgR/MG, Rel. Min. Eros Grau). Portanto, considerando que, quanto aos estrangeiros, a alternativa correta consta no item "b) limitada", conforme RE 544.655-AgR, a questão ou deverá aceitar as duas alternativas (contida e limitada) ou, não sendo possível, deverá ser anulada. Diante das razões narradas, peço deferimento do recurso, para o fim de, alternativamente,: 1) Considerar no gabarito as alternativas "A" e "B" como corretas; 2) Ou, não sendo possível acolher o pedido anterior, pugno pela ANULAÇÃO da questão 01 da prova da PGE/RO.
1	De acordo com o STF, o previsto no art. 37, I, da CF/88, no que diz respeito ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, trata-se de norma de eficácia limitada, conforme decidido no RE 544.655-Agr. Já no que diz respeito aos brasileiros, de fato, trata-se de norma de eficácia contida. No entanto, o comando da questão não especificou qual parte da norma era objeto de questionamento, o que prejudicou o julgamento objetivo do item, devendo portanto ser anulada. a questão.
1	Inicialmente, cumpre registrar que a banca cobrou a classificação quanto à aplicabilidade do inciso I, do art. 37, da CF/88, disponibilizando como alternativa de resposta a opção que classificava a norma como de eficácia contida. Contudo, cumpre observar que, para fins de classificação quanto à aplicabilidade, a norma deve ser seccionada em sua análise. Conforme entendimento do STF, a parte relativa aos estrangeiros é de eficácia limitada (RE 544.655-AgR), pois depende de regulamentação legal para ser aplicada. Confira-se a ementa do julgado: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. (RE 544655 AgR, Relator(a): EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 09/09/2008, DJe-192 DIVULG 09-10-2008 PUBLIC 10-10-2008 EMENT VOL-02336-07 PP-01538 RTJ VOL-00207-01 PP-00412) Já a parte que trata dos brasileiros é de eficácia contida, vez que os brasileiros possuem acessibilidade podendo a lei estabelecer condicionamentos ao exercício desse direito (BRAGA Franciso. Direito Constitucional Grifado - Salvador: Editora JusPodivm, 2021, p. 104). A questão não especificou qual parte da norma deveria ser classificada na resposta, sendo assim, duas seriam as opções possíveis de gabarito.
1	O gabarito preliminar oferecido pela banca foi a letra E. “O art. 37 da Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que “os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei”. De acordo com a classificação doutrinária tradicional da aplicabilidade das normas constitucionais, tal norma é de eficácia A) limitada. (...) E) contida.” Ocorre que, de acordo com o próprio José Afonso da Silva (Aplicabilidade das Normas Constitucionais), somente a primeira parte que fala dos brasileiros é considerada de eficácia contida. A segunda parte do dispositivo que trata dos estrangeiros é considerada de eficácia limitada. Nesse sentido também entende o STF: “O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável.” (RE 544.655-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJE 10.10.2008).” No mesmo sentido, questão do CESPE cobrada na prova de Delegado Federal de 2018: “A respeito dos direitos fundamentais e do controle de constitucionalidade, julgue o item que se segue. Em relação aos estrangeiros, a norma constitucional que garante o acesso a cargos, empregos e funções públicas é de eficácia contida.” Ressalte-se que a questão foi considerada errada pela banca, justamente porque se trata de caso de eficácia limitada. Portanto, pelo fato da banca não ter especificado qual a parte do dispositivo queria que fosse avaliada, a questão possui duas alternativas corretas. Por isso, o candidato requer a sua anulação.
1	O gabarito preliminar apresentado indica que a norma apontada no enunciado da questão (inciso I do art. 37 da CF) seria, como um todo, norma constitucional de eficácia contida. Equivoca-se o gabarito, tendo em vista o entendimento do STF* no sentido de possuir tal norma, em relação aos estrangeiros, eficácia limitada, e em relação aos brasileiros, eficácia contida. A própria banca CEBRASPE realizou a cobrança deste entendimento no concurso de Analista do TRE/BA (2010), DPE/RR (2013) e TCE/RO (2013). Assim, pleiteia o candidato a anulação da referida questão, por não haver alternativa correta. . *STF: “O STF fixou entendimento no sentido de que o art. 37, I, da Constituição do Brasil (redação após a EC 19/1998) consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não autoaplicável. [RE 544.655 AgR, rel. min. Eros Grau, j. 9-9-2008, 2ª T, DJE de 10-10-2008.] = RE 602.912 AgR, rel. min. Cármen Lúcia, j. 9-11-2010, 1ª T, DJE de 2-12-2010 Vide RE 346.180 AgR, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 14-6-2011, 2ª T, DJE de 1º-8-2011 Vide AI 590.663 AgR, rel. min. Eros Grau, j. 15-12-2009, 2ª T, DJE de 12-2-2010

1	Prezada Banca Examinadora, O gabarito preliminar da Questão 01, de Direito Constitucional, é a Letra A. Ocorre que o Supremo Tribunal Federal já decidiu expressamente que, no que toca aos estrangeiros, a norma constitucional é de eficácia limitada, conforme julgado que se destaca: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. (RE 544655 AgR, Relator(a): EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 09/09/2008, DJe-192 DIVULG 09-10-2008 PUBLIC 10-10-2008 EMENT VOL-02336-07 PP-01538 RTJ VOL-00207-01 PP-00412) Desse modo, o gabarito preliminar, que menciona ser de eficácia "contida" merece ser alterado para a alternativa A, que menciona a eficácia "limitada" (Letra B). Isto posto, requer a alteração do gabarito preliminar da alternativa A para a alternativa B. Subsidiariamente, requer-se a anulação da questão.
1	Requeiro a alteração do gabarito da questão pelo seguinte motivo: a Banca considerou que o art. 37, I, da CF, é uma norma de eficácia contida, em desrespeito ao entendimento do STF sobre o assunto no RE - AgR 544655. No julgado, de forma expressa, a Suprema Corte decidiu que se trata de norma de eficácia limitada. Há de se dizer, também, a questão não especificou qual trecho do texto normativo a resposta estava relacionada, se na parte relativa aos brasileiros (primeira parte do dispositivo) ou se na parte relativa aos estrangeiros (segunda parte do dispositivo). Dito isso, a resposta certa deve ser de acordo com a interpretação dada pela Corte Constitucional, qual seja, a letra B (norma de eficácia limitada).
1	Com todo respeito, entendo que o enunciado da questão não indicou sobre qual norma deveria ser a resposta. O art. 37, I, em sua primeira parte menciona norma de eficácia contida, e ao final menciona norma de eficácia limitada, conforme posição sedimentada no STF (RE 544.655 - AgR), na jurisprudência e na doutrina. Entendo que deve ser anulada por não estar identificado sobre qual das duas normas deveria ser a resposta.
1	Consoante o gabarito oficial preliminar disponibilizado pela respeitável Banca Examinadora, na questão 1, considerou-se correta a alternativa "C", segundo a qual a norma do art. 37 da Constituição Federal de 1988 seria de eficácia contida. Ocorre que tal conclusão não se afigura correta, conforme passa-se a demonstrar. O art. 37 da CRFB assim dispõe: Art. 37, I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; Da leitura da indigitada norma, depreende-se, com relação ao acesso de estrangeiro aos cargos públicos, que a eles será permitido, desde que NA FORMA DA LEI. Isto posto, segundo entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, no bojo do Recurso Extraordinário 544.655, trata-se de norma norma que não é autoaplicável, sendo portanto de eficácia LIMITADA. Confira-se a ementa: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. À luz do exposto, merece reforma o gabarito apontado como correto para a questão 1, ao que se pugna pela respectiva alteração, para que passe a constar como correto o item "D", considerando-se correta a classificação da norma como de eficácia LIMITADA. Em observância ao princípio da eventualidade, caso esta respeitável Banca Examinadora entenda descabida a alteração do gabarito, pugna-se, subsidiariamente, pela anulação da questão, porquanto o gabarito preliminar não espelha o entendimento consolidado pela Suprema Corte, órgão incumbido, constitucionalmente, de exercer a interpretação última da Magna Carta. Nestes termos, pede deferimento.
1	Esta douta banca examinadora estabeleceu como correto o item A da questão referenciada, o qual preceitua que o art. 37, inciso I da Constituição Federal ("I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei") seria norma de eficácia contida. Contudo, o comando da questão não faz nenhuma diferenciação entre a primeira e a segunda parte da norma, o que causa divergência do gabarito definido com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF. O Supremo Tribunal Federal - STF, no que tange a segunda parte da norma constitucional acima referenciada ("[...] assim como aos estrangeiros, na forma da lei"), entende que esta é norma de eficácia limitada, visto que o direito dos estrangeiros a ocuparem cargos público depende da edição de lei regulamentadora da questão, nesse sentido o RE 346180RS, Isto posto, não há como ser atribuída, como de eficácia totalmente contida, a norma prevista no art. 37, inciso I, da Constituição Federal, visto que a segunda parte da norma é de nítida eficácia limitada. Com isso, pugna o candidato pela anulação da questão nº 1 do certame.
1	Conforme já decidiu o STF, a parte relativa aos estrangeiros referida no artigo 37, inciso I, da CF, é de eficácia limitada. A norma em questão possui eficácia contida apenas em relação aos brasileiros. Com relação aos estrangeiros, depende de regulamentação legal para ser aplicada, já que estes apenas podem acessar cargo público "na forma da lei". Nesse sentido: STF, RE 544655-AgR: "o artigo 37, I, da Constituição do Brasil (redação após EC 19/98), consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação

	para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável.” Portanto, a questão deve ser anulada, uma vez que há duas alternativas possíveis.
1	Venho, por meio deste, com o devido respeito a nobre banca, discordar do gabarito apresentado e, consequentemente, apresentar as razões de fundamentação para tanto. A questão 1 de Direito Constitucional e Direitos Humanos dispõe sobre o inciso I do art. 37 da Constituição Federal, em específico, a classificação doutrinária tradicional da aplicabilidade das normas constitucionais elabora pelo doutrinador José Afonso da Silva. O referido doutrinador classifica as normas constitucionais, no que tange a aplicabilidade, em plena, contida e limitada. Nesse sentido as normas de eficácia plena possuem três atributos: aplicabilidade direta, integral e imediata. Nesse contexto, a aplicabilidade direta significa que a norma constitucional pode ser aplicada a casos concretos, independentemente da produção de norma legal. A aplicabilidade integral significa que a norma constitucional não admite que sua eficácia sofra contenção ou restrição. E a aplicabilidade imediata significa que a norma constitucional pode ser aplicada a casos concretos desde o momento de sua produção. Por seu turno, as normas contidas possuem os atributos da aplicabilidade direta e da aplicabilidade imediata, pois tem condições de serem aplicadas ao caso concreto independentemente de norma interposta e desde o momento de sua própria produção. Porém, sua eficácia pode ser contida por norma legal interposta, sendo essa a razão de se afirmar que ela possui aplicabilidade possivelmente não integral. Por fim, as normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que apenas podem ser aplicadas ao caso concreto se houver a produção de uma norma interposta e apenas a partir da produção dessa norma interposta. Nessa norma, estão ausentes a aplicabilidade direta e a aplicabilidade imediata. Isso disposto, no que tange ao art. 37, I, da CF, segundo a melhor doutrina, o dispositivo deve ser dividido em duas partes: de um lado, o trecho que trata dos brasileiros e, do outro, o trecho que trata dos estrangeiros. Feita a cisão, no que tange aos brasileiros, a norma é de eficácia contida, pois os mesmos gozam de acesso aos cargos públicos, podendo, no entanto, a lei estabelecer condicionamentos, ou seja, restringir o direito, como faz, inclusive, com os cargos das carreiras policiais com as limitações de idade. Por outro lado, no que tange aos estrangeiros, trata-se de evidente norma de eficácia limitada, pois depende de regulamentação para ser aplicada, pois podem acessar os cargos “na forma da lei”. Inclusive, esse é o posicionamento do Supremo Tribunal Federal no RE 544655-AgR, pois, segundo a corte magna, esta parte do dispositivo do art. 37, I, da CF, é dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, logo, não é autoaplicável. Assim, diante do exposto e, principalmente, por a nobre banca não ter delimitado na questão qual parte do dispositivo estava sendo questionado, o gabarito pode ter duas respostas corretas: contida ou limitada. Logo, deve a nobre banca pontuar as duas respostas ou, se entender pertinente, anular a questão por ter mais de uma resposta. Era o que cabia relatar, minha estima a nobre banca.
1	Excelentíssima Comissão Elaboradora do Concurso Público para o cargo de Procurador do Estado de Rondônia. O candidato requer o reconhecimento da anulação da questão de nº 01 da prova de direito constitucional e direitos humanos, haja vista a existência de dois gabaritos corretos pelos fatos e fundamentos a seguir expostos. A respeitável banca considerou correta a seguinte afirmativa: O art. 37 da Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que “os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei”. De acordo com a classificação doutrinária tradicional da aplicabilidade das normas constitucionais, tal norma é de eficácia: c) contida. Ocorre que, após a redação dada ao mencionado dispositivo constitucional (art. 37, I da CF) doutrina e jurisprudência convergem no sentido de tal norma possui uma primeira parte de eficácia contida, direcionada ao acesso dos brasileiros aos cargos públicos, mas possui também uma segunda parte de eficácia limitada, no que diz respeito ao acesso aos cargos públicos pelos estrangeiros. Nesse sentido segue o ensinamento de Alexandre de Morares: O acesso dos estrangeiros aos cargos, empregos e funções públicas não ocorrerá imediatamente a partir da EC nº 19/98, por se tratar de norma constitucional de eficácia limitada à edição de lei, que estabelecerá a necessária forma”. (Constituição do Brasil Interpretada, Editora Atlas, 2004, pág. 834). Também com a mesma conclusão Maria Sylvia Zanella de Pietro: Agora, com a Emenda Constitucional nº 19/98, que dá nova redação ao inciso I do artigo 37, o direito de acesso estende-se também aos estrangeiros “na forma da lei”; entende-se que se trata de lei de cada entidade da federação, já que a matéria servidor público não é reservada à competência privativa da União. O dispositivo não é auto-aplicável, dependendo de lei que estabeleça as condições de ingresso do estrangeiro”. (Direito Administrativo, Editora Atlas, 14ª edição, 2002, pág. 442). Finalmente, cumpre ressaltar que o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) já se manifestou no sentido narrado acima no RE 544.655- AgR, quando afirmou que “o art. 37, I, da Constituição do Brasil (redação após EC 19/98), consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável”. Sendo assim, tendo em vista a clara existência de duas assertivas corretas (eficácia contida e eficácia limitada), a questão em comento deve ser considerada ANULADA, considerando-se a total impossibilidade de manutenção do gabarito provisório.

1	A questão 1, que versa sobre a disciplina de Direito Constitucional, merece ter o seu gabarito alterado ou ser anulada. Isso porque, o Supremo Tribunal Federal já decidiu expressamente que, no que toca aos estrangeiros, a norma constitucional é de eficácia limitada, conforme julgado que se destaca: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. (RE 544655 AgR, Relator(a): EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 09/09/2008, DJe-192 DIVULG 09-10-2008 PUBLIC 10-10-2008 EMENT VOL-02336-07 PP-01538 RTJ VOL-00207-01 PP-00412) Desse modo, o gabarito preliminar, que menciona ser de eficácia "contida" (letra E) merece ser alterado para a alternativa A, que menciona a eficácia "limitada". Também é possível considerar que a questão trata de duas normas, pois para os brasileiros, a norma seria de eficácia contida, isto é, de aplicação plena, mas restringível, de modo que a questão deveria ser anulada, pois não especificou a qual das duas normas o gabarito se refere. Isto posto, requer a alteração do gabarito preliminar da alternativa E para a alternativa A. Subsidiariamente, requer-se a anulação da questão.
1	A referida questão deve ser anulada, na medida em que o dispositivo apontado no enunciado, qual seja, o art. 37, I, da CF, possui duas classificações distintas quanto a aplicabilidade da norma, uma quanto aos brasileiros e outra quanto aos estrangeiros. No caso, quanto aos brasileiros de fato há uma eficácia contida, existindo de imediato o acesso aos cargos públicos, o qual pode ser restringido por lei. Contudo, quanto aos estrangeiros, a eficácia é limitada, tendo em vista que há dependência de regulamentação para sua aplicabilidade. Nesse viés destaque-se dois reforços ao argumento: Primeiro que o STF já se posicionou no RE 544.655-AgR, no sentido de que o art. 37, I, da CF, quanto aos estrangeiros, apresenta preceito dotado de eficácia LIMITADA, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, não sendo, assim, autoaplicável. Além disso, a própria banca responsável pela elaboração da prova em tela, ao organizar o concurso da Polícia Federal em 2018, cobrou uma questão com o seguinte enunciado: "A respeito dos direitos fundamentais e do controle de constitucionalidade, julgue o item que se segue. Em relação aos estrangeiros, a norma constitucional que garante o acesso a cargos, empregos e funções públicas é de eficácia contida.", sendo o gabarito oficial dado como ERRADO, ou seja, o CEBRASPE reconheceu em 2018 que quanto ao acesso aos cargos públicos pelos estrangeiros não há eficácia contida, de forma que a contrário senso, entende-se pela eficácia LIMITADA, na esteira do posicionamento do Supremo Tribunal Federal. Assim por uma questão de congruência não pode o CEBRASPE modificar o entendimento quanto a referida classificação, ainda mais tendo se passado menos de 4 (quatro) anos entre as provas mencionadas, sendo que não houve qualquer alteração no referido dispositivo para motivar mudança de uma classificação tradicional. Portanto, tem-se que o art. 37, I, da CF, apresenta duas classificações quanto a aplicabilidade da norma, sendo a eficácia contida em relação aos brasileiros e limitada em relação aos estrangeiros, de forma que não há alternativa correta na referida questão, devendo ela ser ANULADA.
1	Solicita-se a alteração do gabarito ou a anulação da QUESTÃO 1, pelos motivos que se passa a expor. O gabarito preliminar trouxe como resposta certa a letra "D" (norma de eficácia contida). A previsão segundo a qual o acesso aos cargos, empregos ou funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos legais pode ser considerada, segundo a doutrina majoritária, como norma de eficácia contida. Entretanto, no que se refere ao acesso de estrangeiros aos cargos públicos, deve-se considerar que essa norma inscrita no art. 37, I da Constituição Federal recebe classificação como norma de eficácia limitada. A questão, por sua vez, não fez limitação se a classificação referia-se ao ingresso de brasileiros ou de estrangeiros e, dada a classificação distinta, a letra "E" (limitada) também deve ser considerada correta. O STF, igualmente, reconhece os dois tipos de eficácia para tal dispositivo. Assim não entendendo, a questão deve ser anulada.
1	Houve erro na questão ao considerar que a norma apresentada é de eficácia contida para brasileiros e estrangeiros, quando na verdade, a norma é de eficácia contida apenas para os estrangeiros, enquanto que será de eficácia limitada para os estrangeiros. De acordo com entendimento do STF, explicitado no RE 544.655 -AgR, Rel. Min.Eros Grau, j. 09.09.2008, DJE de 10.10.2008: "Estrangeiro. Acesso ao serviço público. Artigo 37, I, da CF/88. O STF fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não autoaplicável" Enquanto que para os brasileiros: a lei prevista no "art. 37, I, não cria o efetivamente o direito, mas o restringe (o reduz) ao estabelecer requisitos para seu exercício. Por não haver alternativa, a questão merece ser anulada.

1	A questão de nº 1 trata da temática de aplicabilidade das normas constitucionais, levando-se em conta a classificação doutrinária tradicional. Segundo a doutrina de José Afonso da Silva, as normas constitucionais podem ser de eficácia plena, contida e imitada. As normas de eficácia plena são aptas a produzir todos os seus efeitos, independentemente de norma integrativa infraconstitucional (logo, não necessitam de providência normativa ulterior para sua aplicação). De outro lado, as normas de eficácia contida têm condições de produzir todos os seus efeitos logo que entrem em vigor, mas poderão sofrer redução de suas abrangências. As normas constitucionais de eficácia limitada, por sua vez, não têm o condão de produzir todos os seus efeitos de imediato, pois carecem de regulamentação infraconstitucional ou integração por emenda constitucional. A aplicabilidade do art. 37 da Constituição Federal de 1988 - citado na questão -, em seu inciso I, foi enfrentado pela jurisprudência do STF como sendo de eficácia limitada em relação aos estrangeiros ("na forma da lei") e de eficácia contida em relação aos brasileiros ("...que preencham os requisitos estabelecidos em lei"). Nesse sentido: RE 544.655-AgR, Min. Eros Grau, j. 09.09.2008, DJE de 10.10.2008. Ante todo o exposto, por não conter alternativa que contemple as duas possibilidades (eficácia contida e eficácia limitada), salvo melhor entendimento, a presente questão merece ser anulada.
1	O gabarito preliminar oficial considerou a alternativa com redação "contida" como correta. No entanto, o Supremo Tribunal Federal, utilizando-se da classificação doutrinária clássica quanto a eficácia das normas constitucionais, classifica o inciso I do art. 37 da Constituição Federal de 1988 ("os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;") como norma de eficácia limitada. Segue alguns julgados nesse sentido: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PROFESSOR ESTRANGEIRO. ART. 37, INC. I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ALTERADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 19/1998. NORMA DE EFICÁCIA LIMITADA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (RE 602912 AgR, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 09/11/2010, DJe-233 DIVULG 01-12-2010 PUBLIC 02-12-2010 EMENT VOL-02443-02 PP-00348 RTJ VOL-00219-01 PP-00626) EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTRANGEIRO. ACESSO AO SERVIÇO PÚBLICO. ARTIGO 37, I, DA CB/88. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento. (RE 544655 AgR, Relator(a): EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 09/09/2008, DJe-192 DIVULG 09-10-2008 PUBLIC 10-10-2008 EMENT VOL-02336-07 PP-01538 RTJ VOL-00207-01 PP-00412) EMENTA: RECURSO. Embargos de declaração. Caráter infringente. Embargos recebidos como agravo. Professor estrangeiro. Contratação. Pretensão de acesso ao Regime Jurídico Único. Vedação por força do art. 37, I, da Constituição Federal. EC nº 19/88, que acrescentou os §§ 1º e 2º, ao art. 207, da Carta da República. Eficácia limitada, porque dependentes de normatividade ulterior Jurisprudência assentada. Ausência de razões novas. Decisão mantida. Agravo regimental improvido. Nega-se provimento a agravo regimental tendente a impugnar, sem razões novas, decisão fundada em jurisprudência assente na Corte (RE 342459 ED, Relator(a): CEZAR PELUSO, Primeira Turma, julgado em 23/05/2006, DJ 23-06-2006 PP-00052 EMENT VOL-02238-02 PP-00392) Conforme exposto pela Suprema Corte, o acesso dos cargos públicos por estrangeiros depende de regulamentação para produzir efeitos, ou seja, o trecho extraído da Constituição Federal e reproduzido na questão, em especial a parte "assim como aos estrangeiros, na forma da lei", trata de norma constitucional de eficácia limitada, segunda a classificação tradicional exposta por José Afonso da Silva. Desta forma, a banca examinadora deve alterar o gabarito preliminar para considerar correta a alternativa que apresenta a redação "limitada", por ser este o item que corresponde à classificação doutrinária tradicional de José Afonso da Silva, segundo o Supremo Tribunal Federal.
1	Consonante jurisprudência do STF, o art. 37, I da CF/88 é classificado, no que diz respeito a sua aplicabilidade, como NORMA CONSTITUCIONAL DE EFICÁCIA LIMITADA. Nesse sentido é o RE 544655. Além disso, a própria CEBRASPE, em concursos/seleções passadas, já considerou tal dispositivo constitucional como NORMA CONSTITUCIONAL DE EFICÁCIA LIMITADA. Dessarte, resta evidente que o gabarito preliminar apontado pela Banca Examinadora está equivocado, devendo ser apontada como assertiva correta, como resposta a QUESTÃO 01, a assertiva que assinada como resposta a "norma de eficácia limitada". No caso do recorrente, deverá ser modificado o gabarito, passando a constar como assertiva correta o "item B". Subsidiariamente, requer a anulação da presente questão, atribuindo-se a pontuação a todos os candidatos. Nesses termos, pede deferimento.

1	Quanto à questão 1, pede-se a anulação em virtude de haver duplo gabarito como resposta, já que o artigo 37, no inciso citado pelo enunciado, possui dupla aplicabilidade: contida na primeira parte e limitada na segunda parte. Como se sabe, a doutrina tradicional da aplicabilidade das normas constitucionais prevê três classificações nesse ponto: aplicabilidade plena, contida e limitada. Por isso, o melhor a se fazer quanto ao dispositivo é segregar a norma em suas partes distintas: a primeira parte fica referente aos brasileiros e a segunda aos estrangeiros. Nesse sentido prevê a doutrina de Francisco Braga ("Direito Constitucional Grifado"): "Essa norma é de eficácia contida apenas em relação aos brasileiros, pois diz que os brasileiros gozam de acessibilidade aos cargos públicos, podendo, no entanto, a lei estabelecer certos condicionamentos ao exercício desse direito. Já em relação aos estrangeiros, trata-se, na verdade, de uma norma de eficácia limitada, pois depende de regulamentação legal para ser aplicada, já que os estrangeiros apenas podem acessar cargos públicos "na forma da lei"." Sobre isso, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou, no RE 544.655-AgR, no qual a Corte confirmou a natureza de aplicabilidade limitada da parte da norma relativa aos estrangeiros. Por isso, os candidatos que conheciam o entendimento da doutrina e do STF não podem ser penalizados em detrimento do conhecimento parcial da aplicabilidade da norma. Assim, pede-se a anulação da questão, visto que o enunciado poderia induzir a resposta tanto à letra "a" quanto à letra "b".
1	A questão deve ser anulada, por ter duas respostas corretas. O artigo 37 da CF, segundo doutrina e jurisprudência, possui eficácia contida quanto a brasileiros, porém eficácia limitada quanto aos estrangeiros. Como o enunciado não especificou qual dos trechos do artigo deve ser analisado, e terem colocado como opção tanto eficácia contida quanto eficácia limitada, a questão não possui resposta correta, devendo ser anulada.
1	A questão 1 merece ser anulada, por não ter gabarito correto, isso porque o STF possui o entendimento de que a norma prevista no art. 37, I da CF possui dupla classificação quanto à eficácia. A primeira parte, que trata do acesso de brasileiros aos cargos públicos, o STF entende que possui eficácia contida. Por outro lado, quanto ao acesso de estrangeiros aos cargos públicos, a matéria depende de regulamentação legal, daí porque não é autoaplicável, sendo, portanto, de eficácia limitada, nos termos do entendimento do STF no RE 544.655-AgR. Vejamos: "Estrangeiro. Acesso ao serviço público. Artigo 37, I, da CF/88. O STF fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil [redação após a EC 19/98], consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não autoaplicável". RE 544.655-AgR. Rel. Min. Eros Grau, j. 09.09.2008, DJE de 10.10.2008. Assim, o gabarito apontou como correta a imputação da classificação de eficácia contida em ambas as hipóteses do art. 37, I da CF, o que contraria o entendimento do STF, que divide a primeira parte em contida, e a segunda em limitada. Portanto, não há alternativa correta na questão, motivo pelo qual peço provimento ao recurso para anular a questão 1.
1	No entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) o artigo 37, I, da Constituição Federal se caracteriza, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, como preceito constitucional dotado de eficácia LIMITADA dependendo, portanto, de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não autoaplicável (RE 544.655 AgR, rel. min. Eros Grau, j. 9-9-2008, 2ª T, DJE de 10-10-2008). Tendo em vista que a questão menciona o acesso aos cargos públicos tanto por brasileiros quanto por estrangeiros não há como atribuir uma única eficácia a ambas hipóteses, vez que aos brasileiros se depreende haver eficácia contida, enquanto aos estrangeiros o preceito se reveste de eficácia limitada, carecedora, pois, de lei regulamentadora para plena produção de efeitos, conforme é pacificamente entendido pela doutrina, inviabilizando, portanto, a marcação de uma única alternativa no quesito.
1	A banca não delimitou qual das normas referentes no Art. 37, I da CF erra objeto da indagação. De forma que a doutrina tradicional, bem como o STF reconhecem que na redação do referido artigo a primeira parte, que se refere os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que é de fato norma de eficácia contida,. Todavia na segunda parte, que se refere aos estrangeiros, o acesso a cargos, empregos e funções públicas a estrangeiros depende de lei que regulamente o assunto, consistindo em uma norma de eficácia limitada (RE 544.655 – AgR.). Assim, requer o candidato a anulação da questão face a inexistência de um alternativa correta.

1	Senhor(a) Examinador(a), venho a presença de Vossa Excelência, respeitosamente, recorrer da QUESTÃO nº 1, GABARITO DA BANCA LETRA "A", Direito Constitucional, pelo seguintes fatos e fundamentos: A previsão segundo a qual o acesso aos cargos, empregos ou funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos legais pode ser considerada, segundo a doutrina majoritária, como norma de eficácia contida. Por sua vez, no que se refere ao acesso de estrangeiros aos cargos públicos, deve-se considerar essas normas inscrita no artigo 37, inciso I, da Constituição Federal recebe classificação como norma de eficácia LIMITADA. A questão não fez limitação se a classificação referia-se ao ingresso de brasileiro ou de estrangeiros e, dada a classificação distinta. O artigo 22, I, da CF, estabelece uma competência legislativa da União, e o exercício dessa competência independe de ato infraconstitucional, de modo que se trata de uma norma de eficácia plena. Possui, portanto, aplicabilidade direta, imediata e integral. O artigo 37, I, por sua vez, diz que "os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei". A análise desse dispositivo deve ser dividida em duas partes: de um lado, o trecho que trata dos brasileiros e, de outro, o trecho que trata dos estrangeiros. Essa norma é de eficácia contida apenas em relação aos brasileiros, pois diz que os brasileiros gozam de acessibilidade aos cargos públicos, podendo, no entanto, a lei estabelecer certos condicionamentos ao exercício desse direito. Já em relação aos estrangeiros, trata-se, na verdade de uma norma de eficácia limitada, pois depende de regulamentação legal para ser aplicada, já que os estrangeiros apenas podem acessar cargos públicos "na forma da lei". Inclusive, o STF já se manifestou nesse exato sentido, como ocorreu no RE 544.655 AgR, em que afirmou que "o artigo 37, I, da Constituição do Brasil (redação após a EC 19/98), consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável". Por todo o exposto, requer, a Vossa Excelência, a ANULAÇÃO da questão número 01 de direito constitucional, por ser medida de justiça, com atribuição de ponto ao recorrente. Nestes termos Pede Deferimento. 09 de Fevereiro de 2022 Recorrente.
1	Consoante o Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 342.459-ED, Relator Ministro César Peluzo, Primeira Turma, DJ 23.06.2006, o art. 37, inciso I (parte final), da CF/88 é norma de eficácia LIMITADA. De outro lado, consoante abalizada doutrina, a parte inicial do referido dispositivo é de eficácia contida. Ou seja, a norma que franqueia o acesso aos cargos, empregos e funções públicas no Brasil é de eficácia CONTIDA para os brasileiros e LIMITADA para os estrangeiros. Logo, devem ser consideradas corretas as alternativas "A) contida" e "B) limitada" da questão, ou, subsidiariamente, a questão deve ser anulada, em ambos os casos, com a atribuição da pontuação respectiva ao recorrente.
1	o enunciado disse "O art. 37 da Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que “os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei”. De acordo com a classificação doutrinária tradicional da aplicabilidade das normas constitucionais, tal norma é de eficácia [...]" e o examinador considerou correta a resposta "D) contida.". Ora, tal resposta não deve prosperar, pois, segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, órgão nacional a quem compete a guarda da própria Constituição, a aplicabilidade da parte final do artigo é limitada, conforme consta no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n° 544.655-7 em que ficou consignado: "O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o art. 37, I, da Constituição do Brasil (redação após a E.C. 19/98), consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável. Precedentes. Agravo regimental a que se dá provimento.". Assim sendo, tendo decisão expressa do Supremo Tribunal sobre a eficácia limitada da referida norma constitucional, requer-se que seja o gabarito preliminar alterado para considerar a assertiva letra "E" como a verdadeira resposta ao enunciado. Em hipótese subsidiária, caso o examinador não reconheça a legitimidade da alteração do gabarito, requer-se que se digne a anular a questão pela imprecisão do enunciado, o qual não permite saber qual norma constitucional é o objeto do questionamento (se a que se refere ao brasileiro ou a que se refere ao estrangeiro).
1	O gabarito preliminar indicou a letra A como correta. No entanto a norma é de eficácia contida apenas em relação aos brasileiros, pois diz que os brasileiros gozam de acessibilidade aos cargos públicos, podendo a lei estabelecer certos condicionamentos ao exercício desse direito. Já quanto aos estrangeiros, trata-se de norma de eficácia limitada, pois depende de regulamentação legal, já que estrangeiros apenas podem ter acesso a cargo público na forma da Lei. Inclusive o STF já se manifestou nesse sentido no RE544.655.

1	O gabarito apresentou como correta a alternativa "a", segundo a qual, seria de eficácia contida a classificação doutrinária do art. 37, I, da Constituição do Brasil de 1988 que prevê que “os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei”. Todavia, não merece prosperar, uma vez que o artigo em questão deve ser cindido em duas partes para correta classificação e, tão somente a primeira delas (“os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei") é de eficácia contida. A segunda parte ("assim como aos estrangeiros, na forma da lei") é norma de eficácia limitada, conforme doutrina pátria. Embora a questão seja puramente doutrinária, até mesmo o STF já se posicionou relativamente à matéria: “O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da Constituição do Brasil (redação após a EC 19/98) consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos, sendo assim, não auto-aplicável.” (RE 544.655-AgR) Portanto, uma vez que o enunciado apresentou o inciso inteiro, sem fazer qualquer discriminação, seriam também possíveis duas respostas como corretas: a alternativa "a" (contida) ou a "b" (limitada). Assim, requer-se a anulação da questão 1.
1	Nobre Julgador, A banca considerou como correta a alternativa letra “E”. Contudo, com o máximo devido respeito, há um equívoco na resposta. Senão, vejamos: No que toca a classificação das normas quanto a eficácia e de acordo com José Afonso da Silva e a esmagadora doutrina o caso sob exame se trata tanto de EFICÁCIA CONTIDA PARA OS BRASILEIROS, COMO EFICÁCIA LIMITADA PARA OS ESTRANGEIROS, nos termos também do RE 544.655 – AgR e RE 346.180 AgR decididos pelo STF). Neste sentido, há duas respostas, pois o comando da questão não é claro em qual trecho se refere a resposta que deveria ter sido assinalada. PELAS RAZÕES EXPOSTA, respeitosamente, solicita a ANULAÇÃO da questão com respectiva atribuição de nota ao candidato.
2	A questão não possui resposta correta, haja vista que o item I quanto o item II estão corretos. De fato, como regra, compete à Procuradoria Geral do Estado fazer a representação judicial do Estado em juízo, inclusive em ações nas quais se questione atos praticados praticado pelo Poder Legislativo. Trata-se do princípio da unicidade da representação judicial. A PGE apenas não atuará caso o Poder Legislativo atue em nome próprio e na defesa de sua autonomia e independência funcional. Como se trata de exceção à regra, para que o item II fosse considerado errado, deveria haver a informação de que o ato praticado pelo Poder Legislativo diz respeito à defesa de suas prerrogativas. A propósito, veja-se o seguinte julgado do STF: Anotação Vinculada - art. 132 da Constituição Federal - "A estruturação da Procuradoria do Poder Legislativo distrital está, inegavelmente, na esfera de competência privativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Inconsistência da alegação de vício formal por usurpação de iniciativa do governador. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal é a responsável pelo desempenho da atividade jurídica consultiva e contenciosa exercida na defesa dos interesses da pessoa jurídica de direito público Distrito Federal. Não obstante, a jurisprudência desta Corte reconhece a ocorrência de situações em que o Poder Legislativo necessite praticar em juízo, em nome próprio, uma série de atos processuais na defesa de sua autonomia e independência frente aos demais Poderes, nada impedindo que assim o faça por meio de um setor pertencente a sua estrutura administrativa, também responsável pela consultoria e assessoramento jurídico de seus demais órgãos. Precedentes: ADI 175, DJ de 8-10-1993, e ADI 825 MC, DJ de 2-4-1993. [ADI 1.557, rel. min. Ellen Gracie, j. 31-3-2004, P, DJ de 18-6-2004.] = ADI 94, rel. min. Gilmar Mendes, j. 7-12-2011, P, DJE de 16-12-2011" Assim, solicita-se a anulação da questão.
2	O comando da questão determina que seu julgamento se dê conforme a Constituição do Estado de Rondônia sendo que o seu item I diz que os servidores integrantes da carreira da procuradoria-geral do estado serão remunerados exclusivamente por subsídio vedado o acréscimo de qualquer gratificação. Ocorre que, a Constituição do Estado prevê em seu art. 104, parágrafo 6° que os procuradores serão remunerados por subsídio, mas não há no texto da mesma nenhuma vedação sobre a percepção de gratificações tanto é que a Lei Complementar 620/2011 traz previsão de gratificações para os procuradores. Nesse sentido os dispositivos da CE e da LC 620/2011: CE: Art. 104, § 6º O subsídio do grau ou nível máximo da carreira de Procurador do Estado corresponderá ao subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, que equivale a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, sendo os subsídios dos demais integrantes da categoria fixados em lei e escalonados, não podendo a diferença entre um e outro ser superior a 16,5% dezesseis vírgula cinco por cento) ou inferior a 5% (cinco por cento), na forma do disposto nos artigos 37, XI, e 39, § 4º, da Constituição Federal. LC 620/2011:Art. 6°. As atribuições abaixo discriminadas desempenhadas por Procurador do Estado serão acrescidas de gratificação nos seguintes percentuais incidentes sobre o subsídio do Procurador – Classe Especial: Pelo exposto, requer-se a anulação da questão por falta de uma resposta correta.
2	Solicita-se a anulação da QUESTÃO 2, pelos motivos que se passa a expor. É que os itens I e II estão corretos e não existe alternativa na questão (indicando o I e II como certos). Quanto ao item I, está previsto no art. 106 da Constituição do Estado. No que se refere ao item II, também está correto, pois, de acordo com o art. 104 da Constituição do Estado de Rondônia, a Procuradoria-Geral do Estado representa o Estado de Rondônia, judicial e extrajudicialmente. Assim, no âmbito de processo judicial relativo a atos do Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo, cabe à PGE a representação do Estado. Desse modo, a questão deve ser anulada.

2	A Constituição do Estado de Rondônia, apesar de prever a remuneração pelo regime de subsídio aos procuradores do Estado (art. 104, § 6º), nada estipula sobre a possibilidade ou não de acréscimos ao subsídio, sendo tal previsão existente no texto da Constituição Federal (art. 39, § 4º). Contudo, tal dispositivo já foi interpretado pelo STF no sentido da possibilidade de acréscimo de outras parcelas ao subsídio, desde que destinadas a remunerar funções extraordinárias, nos termos do seguinte julgado: "Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI ESTADUAL. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA E ABSTRATA DE PARTE DA PRETENSÃO. QUESTIONAMENTO ESPECÍFICO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES REMUNERADOS POR SUBSÍDIO. CONHECIMENTO PARCIAL. SERVIDOR PÚBLICO. FUNÇÕES EXTRAORDINÁRIAS OU EM CONDIÇÕES DIFERENCIADAS. GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (GDE). POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO. COMPATIBILIDADE COM O ARTIGO 39, §§ 4º e 8º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPROCEDÊNCIA DA ADI. 1. É hipótese de conhecimento parcial da ação declaratória de inconstitucionalidade, por ausente impugnação minudenciada de todos os dispositivos da legislação estadual objeto de controle. 2. Questionamento do pagamento de gratificação de dedicação exclusiva (GDE) específico quanto aos agentes remunerados por subsídio. 3. Conhecimento da ação apenas quanto à expressão “ou subsídio”, constante dos §§ 1º, 3º e 5º do artigo 1º da Lei 6.975/2008. 4. O servidor público que exerce funções extraordinárias ou labora em condições diferenciadas pode receber parcela remuneratória além do subsídio. 5. A interpretação sistemática do artigo 39, §§ 3º, 4º e 8º, da CRFB, permitem o pagamento dos direitos elencados no primeiro parágrafo citado. 6. O artigo 39, § 4º, da Constituição Federal, não constitui vedação absoluta de pagamento de outras verbas além do subsídio. 7. A gratificação prevista na norma impugnada é compatível com o princípio da eficiência administrativa (artigo 37, caput, da CRFB), uma vez que busca equacionar a alocação de recursos humanos disponíveis para melhor atender à necessidade de serviços legalmente especificados. 8. In casu, a gratificação de dedicação exclusiva trata de situações em que o servidor público desempenha atividade diferenciada a justificar o seu pagamento em paralelo ao subsídio. 9. Improcedência da ação declaratória de inconstitucionalidade." (ADI 4941, Relator(a): TEORI ZAVASCKI, Relator(a) p/ Acórdão: LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 14/08/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-024 DIVULG 06-02-2020 PUBLIC 07-02-2020) Nesse sentido, no caso específico dos procuradores do Estado de Rondônia, tem-se que o art. 6º da Lei Complementar Estadual nº 620/2011 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia), prevê expressamente o pagamento de gratificação aos procuradores do Estado que exerçam as atribuições de Procurador-Geral, Procurador-Geral Adjunto, Secretário-Geral, Corregedor-Geral, Diretor e Assessor Especial. Logo, ao menos nessas hipóteses, ocorre de maneira lícita e constitucional o acréscimo de gratificação ao subsídio dos integrantes da carreira da procuradoria-geral do estado, estando incorreta, portanto, a assertiva I.
2	A questão merece ser anulada, na medida em que todas as assertivas apresentadas para apreciação estão INCORRETAS; Sem delongas, as alternativas II e III estão incorretas por contrariarem os § 1º e 10º do art. 104 da Constituição Estadual de Rondônia. Da mesma forma, o item I está incorreto, porquanto de acordo com a CE/RO, mais especificamente o § 2º do art. 104, apenas os Procuradores do Estado são remunerados por subsídio, e NÃO todos os servidores que integram a Procuradoria do Estado! In casu, a utilização genérica do termo servidor acaba por designar todos aqueles que integram à Procuradoria, sejam eles Procuradores do Estado ou não. O sentido literal do § 2º (que afirma que a PGE será integrada por procuradores) não retira a existência de outros servidores que também a integram, a exemplo de todos aqueles cargos criados pela Lei Complementar Estadual nº 767/2014. Dita norma estadual expõe em seu artigo 3º que “Integram o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Estado os cargos de provimento efetivo e os cargos de provimento em comissão, conforme o Anexo I desta Lei Complementar”. Nota-se, então, que integram a PGE/RO tanto os Procuradores do Estado quanto servidores em geral que se prestam às atividades de apoio daquele órgão, e que, de acordo com art. 13 da LC 767/2014 (atualizada pela LC 1076/2020 justamente para retirar a remuneração por subsídio) são remunerados por vencimentos que não se amoldam ao art. 39, § 4º da CF. Com isso, é notória a existência de dois regimes remuneratórios aos servidores que integram à PGE/RO. Por subsídio, exclusivamente ao Procuradores do Estado, e por vencimentos a todos os demais servidores! Ora, a Constituição Estadual não afirma que “os servidores” da PGE serão remunerados por subsídio, mas tão somente os Procuradores do Estado. Frente ao exposto, considerando que inexiste alternativa que indique que todas as assertivas estão incorretas, a questão deve ser ANULADA!
2	A questão versa sobre a disciplina de direito constitucional. O gabarito preliminar divulgado pela banca foi alternativa A (que considera apenas o item I correto). Contudo, o gabarito merece ser alterado para alternativa B (que considera apenas o item II correto). Isso porque, no que toca ao item I, há a previsão de que os procuradores do estado são remunerados por meio de subsídio, conforme se vê no art. 104, §6º da Constituição do Estado de Rondônia. Com isso, pode-se afirmar que essa assertiva está errada. Quanto ao item II, de acordo com o art. 104 da Constituição do Estado de Rondônia, a Procuradoria-Geral do Estado representa o Estado de Rondônia, judicial e extrajudicialmente. Assim, no âmbito de processo judicial relativo a atos do Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo, cabe à Procuradoria-Geral do Estado a representação do Estado. Desse modo, essa assertiva está certa. Já no item III, conforme o art. 104, §1º da Constituição do Estado de Rondônia, a Procuradoria Geral do Estado será dirigida pelo Procurador-Geral, nomeado pelo Governador dentre os membros estáveis em exercício na carreira de Procurador do Estado. Desse modo, essa assertiva está errada. A partir da análise dessas assertivas, pode-se afirmar que a alternativa correta é a letra B (somente item II correto). Isto posto, requer-se a alteração do gabarito. Subsidiariamente, requer-se a anulação da questão.

2	Prezada Banca Examinadora, O gabarito preliminar da Questão 02, de Direito Constitucional, é a Letra A. Contudo, o gabarito merece ser alterado para alternativa B (que considera apenas o item II correto). Isso porque, no que toca ao item I, há a previsão de que os procuradores do estado são remunerados por meio de subsídio, conforme se vê no art. 104, §6º da Constituição do Estado de Rondônia. Com isso, pode-se afirmar que essa assertiva está errada. Quanto ao item II, de acordo com o art. 104 da Constituição do Estado de Rondônia, a Procuradoria-Geral do Estado representa o Estado de Rondônia, judicial e extrajudicialmente. Assim, no âmbito de processo judicial relativo a atos do Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo, cabe à Procuradoria-Geral do Estado a representação do Estado. Desse modo, essa assertiva está certa. Já no item III, conforme o art. 104, §1º da Constituição do Estado de Rondônia, a Procuradoria Geral do Estado será dirigida pelo Procurador-Geral, nomeado pelo Governador dentre os membros estáveis em exercício na carreira de Procurador do Estado. Desse modo, essa assertiva está errada. A partir da análise dessas assertivas, pode-se afirmar que a alternativa correta é a letra B (somente item II correto). Isto posto, requer-se a alteração do gabarito. Subsidiariamente, requer-se a anulação da questão.
2	Erro na assertiva considerada correta: “Os servidores integrantes da carreira da procuradoria-geral do estado serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação.” Pois quando se fala em fala servidores não se trata somente da carreira de procuradores estaduais mas, também, de servidores da carreira de apoio como o cargo de Analista da Procuradoria, de Nível Superior, e Técnico da Procuradoria, de Nível Médio, e nesse caso eles não remunerados com subsídio mas sim por vencimento básico, conforme próprio Edital da PGE/RO: https://pge.ro.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/edital-1-2015-retificado-19.10.2015.pdf Por fim, se a questão afirmasse os procuradores do estado estão remunerados exclusivamente por subsídio aí sim estaria correto, mas eles não compõem exclusivamente a carreira, existe sim outros servidores que não são remunerados por subsídios, conforme explicado acima. Nesse sentido, merece reforma para anular a questão.
2	Prezado (a) examinador (a) Na questão em tela, foi considerada como correta a Letra A, que indica apenas o item “I – Os servidores integrantes da carreira da procuradoria-geral do estado serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado acréscimo de qualquer gratificação.” como correto. Do gabarito divulgado pela banca examinadora, é possível verificar que a banca examinadora restringiu a categoria das carreiras da procuradoria-geral aos procuradores do Estado e aplicação do disposto nos artigos 37, XI, e 39, § 4º, da Constituição Federal, cuja previsão se encontra no § 6º do art. 104 da Constituição do Estado de Rondônia: "§ 6º O subsídio do grau ou nível máximo da carreira de Procurador do Estado corresponderá ao subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, que equivale a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, sendo os subsídios dos demais integrantes da categoria fixados em lei e escalonados, não podendo a diferença entre um e outro ser superior a 16,5% (dezesseis vírgula cinco por cento) ou inferior a 5% (cinco por cento), na forma do disposto nos artigos 37, XI, e 39, § 4º, da Constituição Federal. " Porém, existem outras carreiras na Procuradoria-Geral do Estado, as quais são reguladas pela Lei Complementar do Estado de Rondônia nº 767, de 4 de abril de 2014. Ou seja, carreira da procuradoria-geral do estado não é sinônimo de "carreira de procurador de estado". Assim, embora os procuradores recebam por subsídio fixado em parcela única, a questão em tela não faz menção apenas aos procuradores, mas sim a todos os servidores integrantes da carreira da procuradoria-geral do estado, expressão que não consta no art. 104, § 6º da Constituição Estadual de Rondônia. Salienta-se que tais servidores, inclusive, são nomeados pelo Procurador-Geral do Estado nos termos do inciso XIII do art. 11 da Lei Complementar do Estado de Rondônia nº 620, de 20 de junho de 2011: “XIII – nomear os Procuradores que exercerão atribuições cumulativas extraordinárias, bem como os servidores ou não que exercerão os cargos de direção e assessoramento superior ou funções gratificadas próprios da Procuradoria-Geral do Estado;” Diante disso, constata-se que a questão não possui resposta correta, visto que a carreira da Procuradoria-Geral do Estado é integrada por procuradores e servidores das carreiras de apoio, sendo que os últimos não recebem por subsídios e podem receber gratificações. Ante o exposto, requer a anulação da questão em tela, a fim de que seja atribuída pontuação a todos os candidatos do certame.

2	Prezada Banca, a QUESTÃO 2 requer ao candidato que assinale a alternativa correta sobre a Constituição do Estado de Rondônia A alternativa dada como correto foi a ALTERNATIVA D: “Apenas o item I está certo.”, o referido item afirma “Os servidores integrantes da carreira da procuradoria-geral do estado serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação.”. Ocorre que o referido item está incorreto, vejamos. A Constituição do Estado prevê no art. 106, §6º o que segue “O subsídio do grau ou nível máximo da carreira de Procurador do Estado corresponderá ao subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado”. Percebe-se que há uma grande diferença entre o parágrafo descrito e o item apontado. O item menciona “SERVIDORES integrantes da carreira da PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO.” O §6º do art. 106 menciona a carreira de PROCURADOR DO ESTADO”. Rememore-se que a Lei Complementar nº 767/2014, prevista no edital, dispõe sobre a carreira de apoio as atividades da procuradoria-geral do estado de Rondônia. Portanto, na Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia possui duas carreiras, a carreira de Procurador do Estado e a Carreira de Apoio as atividades da PGE-RO. A questão traz de forma GENÉRIACA que o servidores da Procuradoria-Geral serão remunerados exclusivamente por subsídio, o que não é verdade, pois o pessoal da carreira de apoio as atividades não recebem por meio de subsídio, e sim exclusivamente os Procuradores. Dessa forma, para o item estar certo deveria afirmar “Os servidores integrantes da carreira DE PROCURADOR DO ESTADO serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação.” Portanto, a troca da expressão “carreira de procurador do estado” por “carreira da procuradoria-geral do estado” trouxe prejuízo para o julgamento do item, que o tornaria incorreto ao se considerar a carreira de apoio as atividades, trazendo prejuízo ao candidato que considerou errado devido a existência de duas carreiras. Desta feita, não há itens verdadeiros dentre os apontados pela questão. Ante o exposto, ante a inexistência de itens correto, não há resposta para a questão, requer-se, portanto, que seja ANULADO O GABARITO DA QUESTÃO 2.
2	Questão 2: A Seção II, do Capítulo IV da Constituição do Estado de Rondônia trata da Procuradoria-Geral do Estado, no que se refere aos Procuradores do Estado, não fazendo qualquer referência aos servidores integrantes da carreira. Quanto à remuneração exclusivamente em forma de subsídio, somente há referência no art. 104, §6º que trata exclusivamente com relação ao Procurador do Estado. Em que pese que os Procuradores do Estado sejam também servidores, na forma ampla e genérica que se referiu o item I da assertiva não é possível identificar que esteja se referindo apenas aos Procuradores, de modo que abarcados na alternativa os Procuradores e demais servidores torna a assertiva equivocada. Ressalta-se que inexiste alternativa correta ao enunciado, motivo pelo qual se requer a anulação da questão 2.
2	A referida questão deve ser anulada por ausência de alternativa correta. Explica-se. Nos termos da Lei Complementar nº 620/2011, a qual dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, é estabelecido que algumas funções no âmbito da PGE/RO serão remuneradas com acréscimos intitulados de “gratificação”, correspondente a determinado percentual sobre o subsídio, já que tais atribuições somente poderão ser ocupadas por procuradores do Estado. Por exemplo, o Procurador Geral receberá uma gratificação de 20% (artigo 6º, I), o Secretário-Geral receberá um ‘plus’ de 17% (artigo 6º, II), etc. Tal norma acaba por afastar a frase “vedado o acréscimo de qualquer gratificação” presente no final do item I, exatamente por ser uma exceção, razão pela qual tal item deve ser declarado incorreto. Assim, por inexistir alternativa que reconheça que todos os itens estão incorretos, requer a anulação da questão.
2	Bom dia!! A referida questão merece ser anulada, considerando que o item I da questão está incorreto, vejamos. A carreira da procuradoria-geral do estado não é composta apenas de Procuradores, mas também pela Carreira de Apoio às Atividades da Procuradoria Geral do Estado, os quais são regidos pela Lei Complementa n. 767/2014 do Estado de Rondônia. Os referidos servidores são remunerados por meio de VENCIMENTO e demais verbas remuneratórias (art. 13, da LC n. 767/14). Portanto, o item I está incorreto ao afirmar que os servidores integrantes da CARREIRA da PGE, serão remunerados EXCLUSIVAMENTE por SUBSÍDIO, uma vez que a a carreira da procuradoria-geral do estado é composta não só pelos Procuradores, mas também pelos servidores efetivos da carreira de apoio, criados pela Lei Complementa n. 767/2014.
2	O item I, ao afirmar que os integrantes da “carreira da procuradoria-geral” serão remunerados exclusivamente por subsídio engloba também os servidores das carreiras de apoio: técnicos e analistas, o que torna a assertivas incorreta, visto que estes não são remunerados exclusivamente por subsídio. Desta forma, a questão deve ser anulada.
3	A questão nº 3 deve ser anulada, em razão de que a alternativa A possui redação idêntica à alternativa D (considerada correta no gabarito), com a única diferença de que na alternativa A foi adicionada a palavra "ordinária", logo após o termo "complementar", sendo nítido o erro cometido por quem elaborou a questão. Quem é conhecedor do Direito sabe que não existe "lei complementar ordinária", o que leva ao entendimento correto de que houve erro ao se escrever o texto. Tal fato acaba por confundir o candidato, que se vê à mercê de raciocinar sobre qual das alternativas de fato seria considerada correta no gabarito, vez que é certo que a palavra "ordinária" foi inserida equivocadamente no texto. Assim, para manter a justiça do certame, a questão nº 3 deve ser anulada.

3	A questão 3 não possuí nenhum gabarito correto, uma vez que a alternativa apresentada pela banca como correta , que consiste na possibilidade de lei complementar federal autorizar o estado a legislar sobre questões específicas do respectivo tema; ao admitir a autorização individual ao Estado violou o requisito implícito da isonomia, que encontra-se no art. 19, III da CF/88. Assim, a delegação via lei complementar para legislar tem que ser para todos os ESTADOS, de forma que a autorização ao Estado no singular torna a alternativa incorreta Requendo assim a anulação da questão.
4	Excelentíssima Comissão Elaboradora do Concurso Público para o cargo de Procurador do Estado de Rondônia. O candidato requer o reconhecimento da anulação da questão de nº 04 da prova de direito constitucional e direitos humanos, haja vista a existência de erro de nomeclatura que impossibilitou a análise e interpretação da questão pelos fatos e fundamentos a seguir expostos. A respeitável banca considerou correta a seguinte afirmativa: A ação direta de constitucionalidade é ação de controle de constitucionalidade; c) concentrado cuja decisão definitiva de mérito perante o STF produz eficácia ex tunc, erga omnes e vinc ulante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo. Ocorre que, a nomenclatura usada pela banca para se referir a qual tipo de ação do controle concentrado de constitucionalidade deveria ser usada para se analisar qual assertiva estaria correta foi equivocada, o que ocasionou uma total impossibilidade de se responder a questão, afinal a própria Constituição Federal, no art. 102, I, alínea "a" é a seguinte: a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal. Como pode se perceber, não existe AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE, o correto previsto na Constituição, nas leis que regulamentam as ações do controle e na doutrina é AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDE. Nesse sentido, o erro na escrita da grafia da nomenclatura da questão torna a mesma nula pois o candidato não soube se a banca estaria se referindo a ação direta de inconstitucionalidade (tendo errado apenas o último termo "inconstitucionalidade") ou ação declaratória de constitucionalidade (tendo errado apenas o segundo termo "declaratória"). Afinal, caso a ação prevista na questão fosse Ação DIRETA de Inconstitucionalidade, a letra A seria considerada correta, pois é uma afirmação verdadeira para tal tipo de ação. Já se a ação prevista na questão fosse Ação DECLARATÓRIA de Constitucionalidade, a letra C (dada como gabarito provisório) deveria ser considerada correta, por estar em consonância com as características de tal ação. Sendo assim, tendo em vista a clara existência de erro de nomenclatura dada a ação do controle de constitucionalidade (troca de "ação "DECLARATÓRIA" de constitucionalidade" por ação "DIRETA" de constitucionalidade, que prejudicou sensivelmente a inteligibilidade da questão, a mesma deve ser considerada ANULADA, considerando-se a total impossibilidade de manutenção do gabarito provisório, pois caso o candidato entenda que estaria se referindo a ação direta de inconstitucionalidade o gabarito correto também poderia ser letra A.
4	Inicialmente, destaque-se a inexistência de uma ação direta de constitucionalidade. Tem-se, na verdade, conforme se vê no art. 103 da Constituição Federal e na Lei n. 9.868/99, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade. Com isso, pode-se afirmar que a alternativa A pode ser considerada correta. As demais alternativas estão incorretas pelas seguintes razões: B – Segundo o art. 7º da Lei n. 9.868/99, não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade. C e E – A ação direta de inconstitucionalidade instaura o controle abstrato de constitucionalidade. D – De acordo om o art. 28, parágrafo único da Lei n. 9.868/99, a declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal. Por essa razão, requer a anulação da questão, dada a inexistência do instrumento processual mencionado pelo examinador. A ação direta de inconstitucionalidade é uma ação de controle abstrato de constitucionalidade a ser proposto com a finalidade de declaração da compatibilidade de lei ou de ato normativo federal ou estadual em face da Constituição Federal.
4	Prezada banca examinadora, o enunciado da questão pede a assertiva correta com relação à "ação direta de constitucionalidade" Inicialmente destaca-se a inexistência do instrumento processual mencionado. Tem-se, na verdade, conforme se vê no art. 103 da Constituição Federal e na Lei n. 9.868/99, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade. Ademais, ainda que se considerasse tratar-se de uma das duas ações acima citadas (que não foram mencionadas no enunciado), o parágrafo único do art. 28 da Lei 9.868/99 traz que o efeito vinculante é "em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal" e não somente quanto ao Poder Judiciário e Executivo que trata a assertiva 'c'. Ressalta-se que o efeito vinculante se dá na verdade em relação à Administração Pública federal, estadual e municipal de quaisquer dos Poderes, inclusive ao Poder Legislativo em sua função atípica. Pelo exposto, requer-se a anulação da questão 4.

4	4.Quanto ao julgamento de uma Ação Direta de Constitucionalidade (ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade) veja-se que a LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 que "Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal." diz em seu artigo 27 que a eficácia de uma declaração de inconstitucionalidade de norma pode ter efeitos ex tunc ou ex nunc a dependente da fundamentação jurídica dada a mesma: "Art. 27. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado." Assim sendo, está incorreta a letra "C)" dada como resposta no gabarito.
4	O gabarito aponta que a ação de direta de constitucionalidade é ação de controle de constitucionalidade concentrado cuja decisão definitiva de mérito PERANTE o STF produz eficácia ex nunc, erga omnes e vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo. A redação, contudo, aduz que as decisões definitivas vinculam o próprio STF, quando utiliza o termo "perante", cujo significado lingustico no contexto empregado poderá ser substituído por "em face de". A esse respeito, já decidiu o próprio STF: "As decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF em ADI e ADC produzem eficácia contra todos e efeito vinculante. Tais efeitos não vinculam, contudo, o próprio STF. Assim, se o STF decidiu, em uma ADI ou ADC, que determinada lei é CONSTITUCIONAL, a Corte poderá, mais tarde, mudar seu entendimento e decidir que esta mesma lei é INCONSTITUCIONAL por conta de mudanças no cenário jurídico, político, econômico ou social do país. Esta mudança de entendimento do STF sobre a constitucionalidade de uma norma pode ser decidida durante o julgamento de uma reclamação constitucional. Segundo o Min. Gilmar Mendes, é no juízo hermenêutico típico da reclamação (no "balançar de olhos" entre objeto e parâmetro da reclamação) que surgirá com maior nitidez a oportunidade para evolução interpretativa no controle de constitucionalidade. STF. Plenário. Rcl 4374/PE, rel. Min. Gilmar Mendes, 18/4/2013 (Info 702). As decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF no julgamento de ADI, ADC ou ADPF possuem eficácia contra todos (erga omnes) e efeito vinculante (§ 2º do art. 102 da CF/88). O Poder Legislativo, em sua função típica de legislar, não fica vinculado. Assim, o STF não proíbe que o Poder Legislativo edite leis ou emendas constitucionais em sentido contrário ao que a Corte já decidiu. Não existe uma vedação prévia a tais atos normativos. O legislador pode, por emenda constitucional ou lei ordinária, superar a jurisprudência. Trata-se de uma reação legislativa à decisão da Corte Constitucional com o objetivo de reversão jurisprudencial. Em sentido análogo: "No caso de reversão jurisprudencial (reação legislativa) proposta por meio de emenda constitucional, a invalidação somente ocorrerá nas restritas hipóteses de violação aos limites previstos no art. 60, e seus §§, da CF/88. Em suma, se o Congresso editar uma emenda constitucional buscando alterar a interpretação dada pelo STF para determinado tema, essa emenda somente poderá ser declarada inconstitucional se ofender uma cláusula pétrea ou o processo legislativo para edição de emendas. No caso de reversão jurisprudencial proposta por lei ordinária, a lei que frontalmente colidir com a jurisprudência do STF nasce com presunção relativa de inconstitucionalidade, de forma que caberá ao legislador o ônus de demonstrar, argumentativamente, que a correção do precedente se afigura legítima. Assim, para ser considerada válida, o Congresso Nacional deverá comprovar que as premissas fáticas e jurídicas sobre as quais se fundou a decisão do STF no passado não mais subsistem. O Poder Legislativo promoverá verdadeira hipótese de mutação constitucional pela via legislativa. STF. Plenário. ADI 5105/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 1º/10/2015 (Info 801). Logo, tais efeitos não vinculam, contudo, o próprio STF, conforme gabarito dado pela questão.
5	A referida questão deve ser anulada na medida em que o enunciado não explica detalhadamente quem foi a autoridade coatora. Vejamos. A Lei 9.784/99 proíbe delegação de competência nos casos (artigo 13, I a III) de competência exclusiva, definida em lei; decisão de recurso hierárquico; e edição de atos normativos. Pois bem, no caso em apreço, o enunciado apenas menciona a existência de "ato omissivo de competência de ministro de Estado". Ora, partindo da premissa de que não envolve hipótese de competência exclusiva, seria totalmente possível que o poder administrativo atinente tivesse sido delegado ou avocado, razão pela qual deve-se aplicar a Súmula nº 510 do Supremo Tribunal Federal – STF, a qual estabelece que a autoridade coatora é o agente que praticou o ato, ainda que o tenha feito por delegação. Em outras palavras, se a questão não elencou ministro de Estado como autoridade coatora, se limitando a dizer que a competência originária do ato seria dele, a resposta correta deveria envolver o foro de quem praticou ou deixou de praticar a conduta ilegal. Ora, imaginemos que a hipótese em questão fosse relacionada com ato omissivo do Secretário Executivo do Ministério, não há como se dizer que o Superior Tribunal de Justiça será competente para processar o mandado individual. Faltou clareza na questão.
5	Prezada Banca Examinadora, A questão 5 explica que João, Lucas e Maria pretendem impugnar ato omissivo relativo a DIREITO MATERIAL dos três. As alternativas tratam de Mandado de Segurança, que é remédio cabível para impugnar ato que viola DIREITO LÍQUIDO E CERTO (artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal). A questão não deixa claro qual é o direito material dos três e, considerando que o Mandado de Segurança não pode ser impetrado quando cabível outro remédio ou ação, não há como afirmar que a alternativa D, dada como correta pela banca, é a medida correta, mesmo porque não há informações se realmente se trata de um direito líquido e certo. Diante dos argumentos acima apresentados, requer, respeitosamente, a anulação da questão.

7	A alternativa “D” também deve ser considerada correta na medida em que os direitos sociais previstos no artigo 7º da Constituição da República são garantidos expressamente a todo e qualquer trabalhador, salvo se houver manifestação em sentido contrário na própria carta constitucional – tal como ocorre com os trabalhadores domésticos. Pois bem, no inciso XXVII é assegurada a proteção em face da automação, na forma da lei. A bem da verdade, tal norma tem aplicabilidade limitada, mas isso não afasta a sua incidência sobre os servidores ocupantes de cargos públicos.
7	A questão 7, no enunciado, afirma que trataria dos direitos sociais. Contudo, a alternativa divulgada como correta tratava, na verdade, sobre crimes de responsabilidade do presidente da República. Os crimes de responsabilidade do presidente da República têm previsão na Lei 1.079/1950. A alternativa divulgada como correta foi extraída, literalmente, no artigo 4º, III, da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950. Dessa forma, como o estudo da Lei 1.079/1950 não estava inserido nos 17 pontos de Direito Constitucional, previstos no edital do concurso; considerando, ainda, que o conhecimento da Lei 1.079/1950 era imprescindível para que o candidato acertasse a questão, requer-se seja a questão 7 anulada, uma vez que cobrou de tema não previsto no edital.
7	A letra "E)" está correta. Os direitos e garantias individuais e sociais não podem ser objeto de deliberação e proposta de emenda constitucional. Inclusive, vale citar o princípio da vedação ao retrocesso social, onde cito texto de julgado do STF reconhecendo tal ditame: "Refiro-me ao princípio da proibição do retrocesso , que, em tema de direitos fundamentais de caráter social, impede que sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive, consoante adverte autorizado magistério doutrinário (GILMAR FERREIRA MENDES, INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO e PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, “Hermenêutica Constitucional e Direitos Fundamentais”, 1ª ed./2ª tir., p. 127/128, 2002, Brasília Jurídica; J. J. GOMES CANOTILHO, “Direito Constitucional e Teoria da Constituição”, p. 320/322, item n. 03, 1998, Almedina; ANDREAS JOACHIM KRELL, “Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha”, p. 40, 2002, Sergio Antonio Fabris Editor; INGO W. SARLET,ADI 2096 / DF AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.096 PROCED. : DISTRITO FEDERAL RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA - CNTI ADV.(A/S) : UBIRACY TORRES CUÓCO (755A/DF) INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO"
8	Na questão 8 o item "I" é claramente incorreto, visto que a competência municipal é concorrente/comum com União, Estados e Distrito Federal, conforme ampla jurisprudência sobre o tema, por exemplo: https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1181430720/direta-de-inconstitucionalidade-adi-70084665306-rs, acesso na presente data. A CF1988 traz a concorrência entre os entes federados para regular seus tributos, inclusive citando no artigo 156 aqueles que são de competência dos Municípios, nesses casos não há que se falar em sumplementaridade mas sim em concorrência pois cada ente federado tem suas tributações bem definidas na CF1988. O Item "III" também está incorreto pois a vedação não é de cobrar o tributo a que lei aumentou, mas sim de cobrar o aumento definido em lei. Exemplo: aumento do imposto X não será cobrado no mesmo exercício financeiro onde foi instituído, mas isso não quer dizer que o tributo não será cobrado no valor já vigente. O que não será cobrado é o aumento.

8	A questão "8" merece ser anulada por ausência de alternativa válida, eis que foram dados como certos dois itens flagrantemente errados. A questão pede para julgar os itens a seguir e afirma em seu item I que "a competência para legislar sobre direito tributário é concorrente entre a União, estados e Distrito Federal, possuindo os municípios competência tributária supletiva". "Data máxima vênia", é pacífico que, muito embora os Municípios não estejam expressamente previstos no texto do "caput" do art. 24 da CRFB/88, sua competência legislativa prelecionada no art. 30, II lhe confere competência legislativa CONCORRENTE sobre as matérias previstas no art. 24 da CRFB/88, inclusive, matéria TRIBUTÁRIA (inciso I), quando há interesse local envolvido. A competência legislativa Municipal é "complementar", "suplementar" e "supletiva (todas espécies do gênero concorrente). Na verdade, tratam-se de modalidades provenientes do método "concorrente" de repartição da competência legislativa. Logo, é equivocado afirmar que apenas os demais entes políticos possuem competência concorrente, excetuando os Municípios. Os Municípios também possuem competência concorrente. Ensina o professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho que, a competência suplementar, prevista no inciso II do art. 30, é exercida em consonância com as matérias previstas no art. 24, haja vista o Município não se encontrar naquele rol [Comentários Constituição Brasileira de 1988. Vol. 01. Arts 1º a 103. São Paulo: Saraiva, 1997, p.212] Nesse prumo se posiciona também Regina Maria Macedo Ney Ferrari, ao arrematar que "(...) o art. 30, II, veio, de certa forma, suprir a falha do art. 24; não criando competência para o Município, mas admitido que ele tenha competência legislativa suplementar da legislação federal e estadual, naquilo que couber, ou seja, dentro dos assuntos de interesse local" [Elementos de Direito Municipal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p. 82]. Assim, é cediço que o art. 24 da CRFB/88 deve ser interpretado em conjunto com o seu art. 30, II. Com efeito, é consabido que o Município "complementa" a regra geral da União quando detalha parte da norma federal de aplicação nacional para atender peculiaridade local. Já "suplementa" quando trata de assunto não mencionado na regra geral da União, mas em plena sintonia com a mesma, pois com a qual não pode divergir (estritas regras contidas nos §§ 1° e 2° do art. 24 da CFRB/88, que disciplina justamente a competência CONCORRENTE para legislar. Apenas quando não houver regra geral da União é que o Município pode legislar supletivamente ante o interesse local assente (§3°). Todavia, sobrevindo norma geral da União, a regra municipal também terá sua eficácia suspensa naquilo que divergir da regra geral superveniente (§4°). Dessarte, é equivocada afirmação que, peremptoriamente, afirma serem os Municípios destituídos de competência concorrente, quando tanto a competência "suplementar" quanto a própria competência "supletiva" são espécies de exercício da COMPETÊNCIA CONCORRENTE. Já quanto à afirmação contida no item "III" da questão cujo gabarito ora se impugna, "os estados estão proibidos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou", é sabido que há exceção. Esse é o caso do ICMS Monofásico sobre combustíveis (de competência estadual), tendo em vistas que suas alíquotas são definidas por deliberações conjuntas dos Estados e do DF (CONFAZ), na esteira do que dispõem arts. 155, §4º, IV, “c” e 177, §4º, I, “b” da CRFB/88. Logo, como se denota, nem uma das alternativas ofertadas na questão está correta, inclusive, a letra "C", gabarito preliminar. Ante o exposto, faz-se necessário que a questão "8" seja anulada. Neste azo, é o que se exora.
8	Segue recurso atinente à prova para o PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO-RO. . A banca considerou a alternativa correta da questão 8, a letra “C”, todavia a aludida questão comporta outro gabarito, vejamos: A questão pede para julgar os itens concernentes ao sistema tributário, das limitações do poder de tributar e dos impostos. Nesse sentido, considerou corretos os itens I e III, com esteio no art. 150 da CF. I A competência para legislar sobre direito tributário é concorrente entre a União, estados e Distrito Federal, possuindo os municípios competência tributária supletiva III Os estados estão proibidos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou. Em que pese o princípio da anterioridade tributária que objetiva concretizar um valor tributário: o postulado geral da não surpresa do contribuinte. Esse princípio se divide em dois casos, anterioridade do exercício financeiro, quando a lei que institui ou aumente tributo só produz eficácia no exercício financeiro seguinte (art. 150, III, b), e a anterioridade nonagesimal, em que a lei só produzirá eficácia decorridos noventa dias entre a publicação e data inicial (art. 150, III,c). No vertente caso, o item III sofre mitigações dentro do próprio artigo, sendo a anterioridade nonagesimal, logo exceção a anterioridade geral: “c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;” Outrossim, pontua-se que há tributos que não respeitam a anterioridade anual, sendo: Imposto de Importação, Imposto de Exportação, imposto sobre operações financeiras, Imposto sobre produtos industrializados, Imposto Extraordinário, Empréstimo Compulsório de Guerra, Cide-Combustível, ICMS-Combustível e Contribuições da Seguridade Social. Logo, o candidato ao ler o item III recorda das exceções, como também do art. 150, III, c, CF, anterioridade nonagesimal, por conseguinte insusceptível de ser considerado correto. Nessa toada, a alternativa “a” se demonstra mais adequada ao comando da questão. À vista disso, requer a alteração do gabarito para a alternativa a.

8	A banca considerou o item III " os estados estão proibidos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou." como correto. Todavia, o enunciado trata sobre a anterioridade e tributos e o referido enunciado não aborda a respectiva exceção a norma, quais sejam: as contribuições sociais previdenciárias, que estão submetidas tanto ao princípio da noventena (art. 149,§ 1, da CF/88), ou seja, somente poderão ser instituída ou majoradas após 90 dias da publicação da lei que as instituiu ou aumentou, senão vejamos: Art.195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: § 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b. Desta forma, ante a ausência de consideração pelo comando da questão quanto a existência de exceção, conforme art. 195, § 6º da CF/88. Requer-se a alteração do gabarito para que conste que apenas o item I está correto.
8	a questão aponta a letra "C" como a correta, todavia requer a mudança para letra "A" (apenas o item I está correto). Não se pode entender como correto que os estados estão proibidos de cobrar "tributos" no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicado a lei que os aumentou. Há CF no art. 150, III, b diz dessa forma, todavia a doutrina e é pacífico que esta regra vale apenas para os impostos. Para os estados, há uma exceção: " se aplica o art. 150, III, b para à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III (IPVA). por esta exceção, a alternativa deve ser mudada para a letra "A" e julgar apenas o item I como correta.
8	Prezado examinador, O item III da presente questão trata sobre o princípio da anterioridade, nos informando que " os estados estão proibidos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou." O enunciado trata sobre a anterioridade e tributos e peca ao esquecer das exceções da norma. As contribuições sociais previdenciárias, cuja a implementação e cobrança é passível por todos os entes da Federação, conforme o art. 149,§ 1, da CF/88, pode ser instituída ou aumentada e a sua cobrança só irá incidir em 90 dias, ou seja, caso um estado aumente a contribuição previdenciária no mês de Janeiro de 2022, ela poderá ser cobrada logo após 90 dias da publicação da norma, e no mesmo exercício financeiro de 2022, visto que as contribuições sociais previdenciárias só respeitam a noventena, sendo um explícito caso de exceção à anterioridade tributária. Vejamos a letra da Carta Magna: Art.195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: § 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b. art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo. § 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019) (Vigência) Desta forma, considerando a teoria pentapartida do STF e trazida pela CF/88, as contribuições sociais previdenciárias são tributos, passíveis de serem criados pelos Estados, e não se submetem a incidência do principio da anterioridade anual, por EXPRESSA vedação constitucional, conforme o art. 195, § 6º da CF/88, este também é o entendimento do prof. Helton kramer, Eduardo de Castro e Marcus Gouvea .Por todo o exposto, pugno pela alteração do gabarito para que conste que apenas o item I está correto.

8	Sugere-se alteração do gabarito para a alternativa “A”, tendo em vista que apenas o Item I está certo, conforme demonstrado a seguir: "I - A competência para legislar sobre direito tributário é concorrente entre a União, estados e Distrito Federal, possuindo os municípios competência tributária supletiva." Item CORRETO, de acordo com os artigos 24, I e 30, I, da CF/88: Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; Art. 30. Compete aos Municípios: II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; "II - As regras sobre limitações constitucionais ao poder de tributar podem ser editadas por medidas provisórias." Item ERRADO, uma vez que cabe à Lei Complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar (art. 146, I, da CF/88). Por consequência, não é possível utilizar de medida provisória para tratar de matéria reservada a lei complementar, na forma do inciso III, §1º, do art. 62, da CF/88: Art. 146. Cabe à lei complementar: [...] II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar; Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: III - reservada a lei complementar; "III- Os estados estão proibidos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou." Item ERRADO, visto que é possível que os Estados cobrem ICMS monofásico sobre combustíveis no mesmo exercício financeiro em que houve aumento de sua alíquota, nos termos do art. 155, §4º, inciso IV, alínea “c”, cumulado com o art. 150, III, “b”, ambos da CF/88: Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: [...] II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; [...] § 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: [...] XII - cabe à lei complementar: h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, b ; [...] § 4º Na hipótese do inciso XII, h , observar-se-á o seguinte: [...] IV - as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g , observando-se o seguinte: [...] c) poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b . Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] III - cobrar tributos: [...] b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; Portanto, considerando especialmente que o item III está incorreto (visto a possibilidade de cobrança de ICMS - Comb no mesmo exercício financeiro de seu aumento), reputa-se correta a alternativa “A”.
8	O item III, ao considerar que os estados são proibidos de cobrar tributos no mesmo exercício em que fora publicada a lei, deixa de considerar as exceções contidas no artigo 150 da CF: “ § 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I. ... da Constituição Federal , o que a torna incorreta.” Trata-se de exceção explícita no texto constitucional. Desta forma, a questão a ser considerada correta, deve ser a alternativa “A”, ou, de maneira subsidiária, anulada, visto a possibilidade de dupla interpretação do item mencionado.
8	O item III afirma que "Os estados estão proibidos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou", tendo a banca o considerado correto. Ocorre, contudo, que no caso de aumento de tributos o estado não é proibido de cobrar o tributo em sua integralidade (como a assertiva dá a entender), MAS TÃO SOMENTE PROIBIDO DE COBRAR O TRIBUTO NO VALOR AUMENTADO. Imaginemos o seguinte exemplo: O estado X publica lei em 2022 aumentando certo tributo de R$ 100,00 para R$ 110,00. No exercício financeiro de 2022, o estado poderá continuar cobrando os R$ 100,00, mas somente poderá cobrar o valor de R$ 110,00 (valor pós aumento) a partir do exercício financeiro seguinte (2023), de modo a respeitar o princípio da anterioridade.. Assim, quando a assertiva menciona que o estado está "PROBIDO de cobrar tributos no mesmo exercício que aumentou o tributo" está equivocada, pois o estado poderá continuar a cobrá-lo no mesmo exercício financeiro, mas não no valor aumentado. Face ao exposto, requer seja o item III considerado INCORRETO, sendo, portanto, o gabarito alterado para a letra "A"(apenas o item I está correto) ou, subsidiariamente, seja a questão anulada em razão de estar prejudicado o julgamento objetivo da assertiva III.
8	Foi dado como correta a alternativa c, todavia, a banca deveria ter usado na frase " os estados estão proibidos, em regra, de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou, pois exceção ao princípio da anterioridade aplicável ao estados, qual seja, contribuição previdenciária de seus servidores que não se submete ao princípio da anterioridade, mas tão-somente ao princípio da noventena. Ao deixar de usar o termo em regra, a banca transformou assertiva como sendo hipótese que não admite exceção, o que é equivocado

8	Em que pese a questão considerar como resposta final a alternativa “B” (Apenas o item I está certo: “A competência para legislar...”), em verdade, o final da alternativa, ao designar que os municípios possuem competência “supletiva” incorre em erro. Isso porque a competência legislativa supletiva é a que permite aos Estados e Distrito Federal suprirem a legislação federal não exercida quando a União deixa de regular determinada matéria, assim insculpida no art. 24, § 3º, ao exercerem competência legislativa plena, para suas peculiaridades. Desta forma, não há que se confundir a competência assim denominada pela doutrina como supletiva (§ 3º) e a suplementar, prevista no § 2º do mesmo artigo, e também conferida de maneira expressa aos municípios, conforme o art. 30, II. A competência suplementar do Município deve observar as especificidades do modelo de repartição de competências, o que leva a concluir que o seu exercício se dará nas matérias do artigo 24. Assim, suplementa legislação federal e legislação estadual, no que couber, isto é, suprir as lacunas deixadas pela legislação federal ou estadual, sem contraditá-las, para retratar as suas especificidades (os assuntos de interesse local). Assim, os Municípios não têm competência concorrente expressa com as demais pessoas políticas, embora possam suplementar, no que couber, lei federal e lei estadual (artigo 30, II, da CRFB/88). Tal posicionamento é amplamente aceito pela doutrina, sendo o posicionamento majoritário, como Kildare Gonçalves Carvalho (CARVALHO, 2010), Vicente Paulo & Marcelo Alexandrino (Paulo; Alexandrino, 2001, p. 343) José Nilo de Castro (Castro, 2001), Regina Maria Macedo Nery Ferrari (FERRARI, 2001, p. 59), Giovani Clark (CLARK, 2001, p. 99), dentre outros. O município, conforme o art. 30, II, suplementa a legislação federal e estadual, no que couber, não havendo autonomia para editar normas em competência supletiva, pois esta não possui, ainda que se trate de direito tributário, ao qual, conforme o art. 24, I, é atribuído de forma concorrente à União, Estado e DF, que no caso, poderão exercer tal competência de forma plena (supletiva), quando inexistente lei federal sobre o tema. Diante dessas considerações, requer-se que se promova a anulação da questão.
8	Prezada Banca Examinadora, O gabarito preliminar da Questão 08, de Direito Constitucional, é a Letra C. Contudo, é de se perceber que a alternativa I está evidentemente equivocada, posto que competência tributária não se confunde com competência legislativa. A competência tributária é a aptidão para criar tributos, que é irrenunciável. Portanto, não há que se falar em “competência tributária supletiva”, até mesmo porque um ente não pode instituir o tributo constitucionalmente atribuído a outro, caso este último não o institua. Por essa razão, requer-se a anulação da questão.
8	Os Estados podem cobrar de seus servidores a contribuição para custeio do regime próprio de previdência social (art. 149, § 1º, CF), no mesmo exercício financeiro de publicação da lei que tenha majorado tal tributo, desde que respeitada a anterioridade nonagesimal (art. 150, III, ‘c’, CF). Nesse sentido, veja-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRECATÓRIO. SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS. MEMÓRIA DE CÁLCULO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI COMPLEMENTAR 77, de 13.1.2004, DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 1. Na origem, cuida-se de mandado de segurança impetrado objetivando: a) impossibilitar a retenção na fonte de imposto de renda calculado sobre juros moratórios, por serem de caráter indenizatório; b) evitar a cobrança de contribuição previdenciária de inativos. 2. O Tribunal de origem concedeu parcialmente a segurança para reconhecer, apenas, a não incidência do imposto de renda. Desse modo, a discussão dos autos diz respeito à cobrança da contribuição previdenciária de inativos, no período anterior a edição da Lei Complementar nº 77, de 13.1.2004, do Estado de Minas Gerais. 3. Somente com a edição da Lei Complementar n. 77, de 13.1.2004, é que ordenamento jurídico mineiro passou a admitir a incidência da contribuição previdenciária dos inativos. Assim, considerando o princípio da anterioridade nonagesimal, constante do art. 195, § 6º da Constituição Federal/1988, o tributo somente é exigível após 13 de abril de 2004. 4. Na hipótese, os valores relativos à contribuição previdenciária mensal incidente sobre os proventos de aposentadoria dos recorrentes somente poderiam ser cobrados após abril de 2004, devendo, portanto, os valores indevidos serem excluídos da memória de cálculo dos precatórios. Recurso ordinário provido." (RMS 38.588/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 26/09/2013) Portanto, o item III da questão está incorreto, sendo correto apenas o item I. Consequentemente, a alternativa correta é a letra A: "Apenas o item I está certo."
8	"Os estados estão proibidos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou." Em atenção ao texto de lei copiado com alterações, indica ser PLENAMENTE PROIBIDO aos estados cobrar TRIBUTOS no mesmo exercício, sem contudo ressalvar quais tributos, indicando que se trata de todos sem ressalvar as exceções ao princípio da anterioridade. Os impostos de importação (II) e de exportação (IE), diante do caráter regulatório que exercem na economia de um país, constituem exceção ao princípio da anterioridade, conforme dispõe o art. 150, § 1º da Constituição da República de 1988, por serem revestidos de caráter extra fiscal.

8	Estimado examinador, O item III da questão ora debatida dispõe sobre o princípio da anterioridade, nos informando que " os estados estão proibidos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou." O quesito dispõe sobre a anterioridade e tributos e peca ao esquecer das exceções da norma. As contribuições sociais previdenciárias, cuja a implementação e cobrança é passível por todos os entes da Federação, conforme o art. 149,§ 1, da CF/88, pode ser instituída ou aumentada e a sua cobrança só irá incidir em 90 dias, ou seja, caso um estado aumente a contribuição previdenciária no mês de Janeiro de 2022, ela poderá ser cobrada logo após 90 dias da publicação da norma, e no mesmo exercício financeiro de 2022, visto que as contribuições sociais previdenciárias só respeitam a noventena, sendo um explícito caso de exceção à anterioridade tributária. Vejamos a letra da Carta Magna: Art.195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: § 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b. Sendo assim, seguindo a teoria pentapartida do STF, e trazida pela CF/88, as contribuições sociais previdenciárias são tributos, passíveis de serem criados pelos Estados, e NAO são submetidos a incidência do principio da anterioridade anual, por EXPRESSA vedação constitucional, conforme o art. 195, § 6º da CF/88. Deste modo, requer a alteração do gabarito para que conste que apenas o item I está correto.
8	Conforme se evidencia as assertivas da questão ora impugnada, a Banca Examinadora redigiu equivocadamente o "item III", acarretando a sua inadequação com o ordenamento jurídico. O princípio da anterioridade tributária, com supedâneo constitucional, impossibilita a cobrança da majoração do tributo no exercício financeiro em que tenha ocorrido a mudança legislativa (majoração do tributo) ou a criação de um novo tributo. Ou seja, caso seja majorado o "tributo X" no curso do ano de 2017, não poderá ser cobrado o valor majorado. Contudo, o tributo até então existente, continuará sendo cobrado pelo Ente Federativo competente. Em outras palavras, no mesmo ano só não poderá ser cobrado o montante equivalente à majoração, podendo ser cobrado o montante até então existente; inexistindo, portanto, violação ao princípio da anterioridade tributária. No entanto, o "item III" apresenta redação equivocada, pois aponta que "os estados estão proibidos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou". Ou seja, o enunciado diz que há proibição para cobrança do tributo, quando há apenas vedação a cobrança, no mesmo exercício financeiro, apenas da parte majorada. Dessarte, o "item III" deverá ser considerado errado. Em decorrência, deve ser modificado o gabarito para constar como assertiva correta o "item A". Subsidiariamente, requer a anulação da presente questão.
8	Na questão nº 8 foi considerado como correto o item III, que possui a seguinte redação: "Os estados estão proibidos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou". Por mais que o art. 150, III, b, da Constituição Federal tenha redação semelhante, tal afirmação, isoladamente, não está correta, por duas razões. Primeiramente porque o estado não está proibido de cobrar o tributo no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que aumentou o valor a ser pago pelo contribuinte, mas tão somente está proibido de cobrar o valor com aumento. Seria um absurdo que todas as vezes que fosse publicada uma lei aumentando o valor do tributo, o tributo deixasse de ser integralmente exigível por todo o exercício financeiro. Em segundo lugar, a própria Constituição e o Código Tributário Nacional elencam exceções ao princípio da anterioridade, permitindo o aumento de certos tributos com eficácia para o mesmo exercício financeiro. Além do mais, o enunciado não delimita a matéria, não indicando que os itens deveriam ser julgados de acordo com a Constituição ou o CTN. De modo que, ao se apreciar a afirmativa de acordo com o que se apresenta no ordenamento jurídico, vê-se que está incorreta. Logo, o único item correto é o I. Assim, a alternativa correta é a A, devendo ser alterado o gabarito.
9	A questão 09 considerou conhecimentos sobre o PNDH (Programa Nacional de Direitos Humanos). Contudo tal assunto não consta do edital no campo referente ao conteúdo da Disciplina de Direitos Humanos. Portanto, considerando que o assunto Programa Nacional de Direitos Humanos não consta no rol dos assuntos referente a Direitos Humanos do edital de abertura do presente certame, requer-se a anulação da questão de número 09 por extrapolação dos objetos de avaliação.
10	A doutrina majoritária defende que a globalização leva a uma concepção universalista dos direitos humanos, possuindo a questão duas alternativas corretas, motivo pelo qual solicita-se sua anulação.

10	A alternativa “A” também deve ser considerada correta na medida em que o fenômeno da Globalização deve ser interpretado à luz dos Direitos Humanos como a superação de obstáculos e limitações de qualquer natureza, notadamente culturais, daí o surgimento de um intenso e caloroso debate acerca do universalismo e do relativismo. A partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o resultado do Tribunal de Nuremberg, passou-se a entender a eficácia dos Direitos Humanos dentro de uma visão universalista, despida de exceções. Para contrapor tal fenômeno, de certa forma eurocêntrico e até discriminatória, surgiu a ideia de relativismo cultural dos Direitos Humanos. A Declaração e Programa de Ação de Viena, em 1993, afirmou a tese da universalidade dos direitos humanos, indicando, por exemplo, a indispensabilidade da adesão universal a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher. Se essa dicotomia não fosse verdadeira, Boaventura de Sousa Santos não proporia o conceito de multiculturalismo, o qual visa afastar a visão dogmática ocidental de apenas uma definição de Direitos Humanos, assim como pretende excepcionar a relativização, muitas vezes alegada para justificar certas condutas como a mutilação feminina por razões religiosas na África. Atualmente, inexiste uma solução para tal debate, havendo constante crescimento da ideia de universalismo, como bem denota exemplos europeus, tais como a “lei da burca” promulgada na França.
10	Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1.948, todos os direitos consagrados nos tratados dirigem a todos os membros da espécie humana, mesmo que o emprego da expressão seja ‘homem’. A transnacionalidade diz respeito a todas as normas de direitos humanos se referirem a toda espécie humana independentemente de sua nacionalidade ou de serem apátridas. Há na doutrina debates que opõem o universalismo ao chamado ‘relativismo cultural’. Fundamentam sob o prisma de que os diferentes povos do mundo possuem valores distintos e que, por isso, não seria possível estabelecer uma moral universal única, válida indistintamente para todas as pessoas humanas e sociedade. É a noção de relativismo cultural, ou simplesmente ‘relativismo’, que defende que o universalismo implicaria imposição de ideias e concepções que, na realidade, pertenceriam ao universo da cultura ocidental. Entretanto os instrumentos internacionais continuam reafirmando a universalidade como a doutrina oficialmente adotada pelo sistema de proteção internacional dos direitos humanos, como expressamente consagrado na Declaração de Viena de 1.993. A doutrina universalista defende que o relativismo cultural seria uma maneira de justificar violações dos direitos humanos. Logo, sendo um direito de quarta dimensão/ geração que permite a globalização na área política e dos direitos humanos e não só na economia e na cultura, mas também inclui o direito à informação, à democracia. Ademais, é inegável que o relativismo surge como mecanismo que refreia o universalismo. Este, por sua vez, advém da globalização que inevitavelmente CONDUZ, mesmo que em países pertencentes ao oriente médio, a uma concepção universalista de direitos humanos, já que relativismo cultural seria uma maneira de justificar violações dos direitos humanos.
10	Questão 10: O item "A" está correto, visto que a Globalização conduz a concepção universalista dos direitos humanos, por exemplo o respeito a vida globalmente reconhecido. Cita-se abaixo trecho de artigo que aborda o tema: "O Universalismo Cultural propõe o estabelecimento de um padrão universal de direitos humanos, como decorrência primeira da globalização social e do projeto de internacionalização desses direitos, que atinja a todos igualmente, dada a condição humana da pessoa, o que se repete em qualquer parte do mundo, independentemente de circunstâncias outras como crenças religiosas, hábitos e costumes ou cultura. A proposta universalista é eminentemente trazida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, que prega direitos universais e indivisíveis. Universais porque “clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos” (DONELLY, 2007, p. 03). e indivisíveis por garantir que os direitos civis e políticos são condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais." Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=74105d373a71b517#:~:text=O%20Universalismo%20Cultural%20prop%C3%B5e%20o,em%20qualquer%20parte%20do%20mundo%2C, acesso na presente data.
11	Respeitável banca, a alternativa A da questão 11 está correta, de acordo com o DECRETO Nº 4.463, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2002, que promulgou “a Declaração de Reconhecimento da Competência Obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sob reserva de reciprocidade”. Sim, porque houve sim reserva por parte do Estado brasileiro, uma vez que, segundo art. 1º, do precitado decreto, é reconhecida a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José), SOB RESERVA de reciprocidade e para fatos POSTERIORES a 10 de dezembro de 1998. Em termos diversos, é necessário que haja reciprocidade, além de que a corte não tem competência para fatos que ocorreram antes de 10/12/1998. Ante o exposto, requer-se a ALTERAÇÃO do gabarito para alternativa A. Subsidiariamente, requer-se a ANULAÇÃO da questão.

11	Respeitável banca, a alternativa A da questão 11 está correta, de acordo com o DECRETO Nº 4.463, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2002, que promulgou "a Declaração de Reconhecimento da Competência Obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sob reserva de reciprocidade". Sim, porque houve sim reserva por parte do Estado brasileiro, uma vez que, segundo art. 1º, do precitado decreto, é reconhecida a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José), SOB RESERVA de reciprocidade e para fatos POSTERIORES a 10 de dezembro de 1998. Em termos diversos, é necessário que haja reciprocidade, além de que a corte não tem competência para fatos que ocorreram antes de 10/12/1998. Ante o exposto, requer-se a ALTERAÇÃO do gabarito para alternativa A. Subsidiariamente, requer-se a ANULAÇÃO da questão.
11	Prezada Banca Examinadora, A questão 11 considerou como correta a alternativa "B". Todavia, cumpre ressaltar que a questão versa sobre o sistema interamericano e o Mercosul não está relacionado ao referido sistema, razão pela qual o gabarito está equivocado. O artigo 1 do Tratado de Assunção estabelece o seguinte: "Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul" (MERCOSUL). Isso posto, não é correto afirmar que o Mercosul está relacionado ao sistema interamericano de direitos humanos, como bem versa o enunciado da questão. Nesse sentido, o gabarito deve ser alterado para a alternativa "D", que estabelece que "O Estado brasileiro, em razão de reserva, admitiu em parte a jurisdição da corte interamericana de direitos humanos". Isso porque o Brasil aderiu à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos com cláusula ratione temporis (reserva de jurisdição em relação ao tempo) em 10/12/1998 a fim de evitar que fossem submetidos à Corte casos que envolviam o período militar. No julgamento da Fazenda Verde vs Brasil, por exemplo, a Corte Interamericana apenas considerou fatos ocorridos após 10 de dezembro de 1998, quando o Brasil depositou junto à Secretaria-Geral da OEA a Declaração de aceitação da competência obrigatória da Corte. Trata-se, nesta hipótese, de exceção de competência ratione temporis, segundo a qual a Corte não pode julgar fatos anteriores ao reconhecimento da competência obrigatória, isto é, ocorridos à época na qual o Estado ainda não havia reconhecido a competência obrigatória da Corte e se submetido à sua jurisdição. Conforme art. 62.3 da Convenção Americana de Direitos Humanos, "a Corte tem competência para conhecer de qualquer caso relativo à interpretação e aplicação das disposições desta Convenção que lhe seja submetido, desde que os Estados Partes no caso tenham reconhecido ou reconheçam a referida competência, seja por declaração especial, como preveem os incisos anteriores, seja por convenção especial". Assim sendo, é correto afirmar o que está disposto na assertiva "D", razão pela qual requer, respeitosamente, a alteração do gabarito "B" para a assertiva "D".
11	Alternativa apresentada como gabarito: A reunião de altas autoridades sobre direitos humanos do MERCOSUL (RAADH) funciona como uma instância especializada para a análise e definição de políticas públicas em matéria de direitos humanos. Pedido de anulação por ausência de gabarito, conforme se explicará abaixo. Não obstante a definição trazida no item, foi suprimido importante informação a respeito de ser instancia especializada DEPENDENTE do Conselho do MERCOSUL; conforme definição trazido no sítio eletrônico (https://www.raadh.mercosur.int/pt-br/que-es-la-raadh/): "Funciona como uma instancia especializada dependente do Conselho do Mercado Comum cujo acompanhamento é realizado pelo Fórum de Consulta e concertação política para a análise e definição de políticas públicas em matéria de direitos humanos (MERCOSUR/CMC/DEC Nº 40/04)". o RAADH funciona como um espaço de coordenação intergovernamental, logo, não se pode suprimir a informação a respeito da sua dependência do Conselho do Mercado Comum. A SUPRESSÃO, portanto, prejudica a análise da assertiva, por faltar característica fundamental ao RAADH.
11	"O Estado brasileiro, em razão de reserva, admitiu em parte a jurisdição da corte interamericana de direitos humanos. " Entendo que este item está correto devido a seguinte fundamentação: O Brasil aderiu a jurisdição da corte interamericana de direitos humanos com reserva de jurisdição em relação ao tempo, firmando a cláusula temporal para evitar que casos ocorridos durante o regime militar não fossem analisados pela respectiva corte. Não admitiu a jurisdição da corte para casos anteriores a data da adesão de competência.
11	No que é pertinente ao item "o Estado brasileiro, em razão de reserva, admitiu em parte a jurisdição da corte interamericana de direitos humanos", verifica-se que, assim como a assertiva apontada como correta no gabarito preliminar, a opção está correta. Com efeito, o Decreto nº 4.463, de 8 de novembro de 2002, promulgou a Declaração de Reconhecimento da Competência Obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, mas o fez sob reserva de reciprocidade e sob reserva temporal, apenas alcançando fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998. Ante o exposto, pleiteia-se a anulação da questão, tendo em vista constar dois itens corretos.
11	Solicita-se a alteração do gabarito ou a anulação da QUESTÃO 11, pelos motivos que se passa a expor. A letra "E" não pode ser considerada correta porque o MERCOSUL não está relacionado ao sistema interamericano. A letra "A" está certa, pois o Brasil aderiu à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos com reserva de jurisdição em relação ao tempo (cláusula de limitação temporal), com o objetivo de que não fossem submetidos à Corte os casos que envolvessem o período do regime militar. Deste modo, o gabarito deve ser a letra "A" ou a questão ser anulada.

11	O gabarito provisório fornecido pela banca na questão nº 11 está incorreto, pelas razões abaixo. O Brasil aderiu à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos com a cláusula de reserva temporal, ou "ratione temporis", o que torna correta a alternativa: "d) O Estado brasileiro, em razão de reserva, admitiu em parte a jurisdição da corte interamericana de direitos humanos". Conforme trecho retirado da decisão da Corte IDH, no caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde x Brasil, resta evidente a supracitada reserva temporal: "Com base na declaração de aceitação da jurisdição da Corte IDH pelo Brasil e considerando-se que as supostas violações dos direitos humanos acima indicados teriam se iniciado majoritariamente em data anterior a 10 de dezembro de 1998, o Estado brasileiro compreende que essa Honorável Corte possui competência ratione temporis para analisar somente as possíveis violações aos arts. 8º e 25 da CADH causadas por fatos comprovadamente iniciados ou que deveriam ter se iniciado após 10 de dezembro de 1998 e que constituam violações específicas e autônomas de denegação de justiça." Ainda, o gabarito fornecido pela banca, que considerou correta a alternativa "b) A reunião de altas autoridades sobre direitos humanos do MERCOSUL (RAADH) funciona como uma instância especializada para a análise e definição de políticas públicas em matéria de direitos humanos." está errado, pois o enunciado da questão é claro no sentido de que deve-se responder "Acerca do sistema interamericano de direitos humanos", o que não possui relação direta com a resposta dada como correta pela banca (sobre o MERCOSUL). Razão pela qual, caso não troque o gabarito, a questão 11 deverá ser anulada. Diante do exposto, requer, alternativamente: 1) A alteração do gabarito da questão nº 11, passando a considerar como correta a alternativa "d): O Estado brasileiro, em razão de reserva ,admitiu em parte a jurisdição da corte interamericana de direitos humanos"; 2) Ou, caso não seja possível a alteração do gabarito, requer a ANULAÇÃO da questão nº 11 da prova da PGE/RO. Termos que, Pede deferimento.
11	A questão n° 11 admite mais de uma alternativa como certa. Isso porque o Brasil, ao aderir à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o fez com reserva da chamada cláusula "ratione temporis". Na sentença do caso "Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil", datada de 20/10/2016*, a própria Corte Interamericana assevera que há "incompetência ratione temporis a respeito de fatos anteriores à data de reconhecimento da jurisdição da Corte, e alegada incompetência ratione temporis quanto a fatos anteriores à adesão do Estado à Convenção". Logo, o Estado brasileiro não admitiu a adesão à jurisdição da CIDDHH de forma irrestrita. Houve, portanto, reserva. Significa dizer que, além do gabarito preliminar (letra "B"), também está correta a proposição contida na alternativa "D". Por haver mais de uma possibilidade de resposta, a questão padece por nulidade, cuja declaração merece ser conferida por esta digna banca. É o que se exora. *"Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil", datada de 20/10/2016 (disponível em https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_por.pdf&ved=2ahUKEwiLvPqe8PH1AhWbHbkGHaxODswQFnoECAMQAQ&usg=AOvVaw1bBN4a1C5Lsw5AhNp_ETtg)
12	A questão possui duas respostas corretas, pois deve ser considerado certo o item "E" que enuncia: "A CEDAW prevê, de forma expressa, a responsabilidade dos Estados-partes para promover ações para o enfrentamento da violência física e psicológica contra as mulheres". Quanto ao tema, embora a doutrina aponte não haver sanções aos Estados no projeto original, havia sim o dever (responsabilidade) de os Estados signatários implementarem as medidas e direitos ali previstos, como se extrai dos seguintes artigos da Convenção: "Artigo 3º: Os Estados-parte tomarão em todas as esferas e, em particular, nas esferas política, social, econômica e cultural, todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para assegurar o pleno desenvolvimento e progresso da mulher, com o objetivo de garantir-lhe o exercício e gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de condições com o homem" Em todos os demais artigos, a CEDAW é clara ao enunciar que "Os Estados-parte adotarão" medidas tendentes a promover a igualdade entre homens e mulheres. Assim, os Estados assumiram a responsabilidade por tomar todas as medidas legais previstas no Tratado, o que não se admite é sancioná-los em caso de descumprimento. Mas a responsabilidade não deve se confundir com a possibilidade de sancionar os Estados-parte.

12	Segue recurso atinente à prova para o PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO-RO. . A banca considerou a alternativa correta da questão 12, a letra “D”, todavia a aludida questão não aparenta ter gabarito pertinente, vejamos: A questão solicita a alternativa correta acerca da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW). Nesse eixo, considerou correta a alternativa d, que dispõe: Qualquer controvérsia entre dois ou mais Estados-partes relativa à interpretação ou à aplicação da CEDAW, vencidas as possibilidades de negociação ou arbitragem, poderá ser submetida à Corte Internacional de Justiça. Todavia, tal afirmação não coaduna ao disposto no art. 29 da CEDAW: Artigo 29 1. Qualquer controvérsia entre dois ou mais Estados-parte relativa à interpretação ou aplicação desta Convenção e que não for resolvida por negociações será, a pedido de qualquer das Partes na controvérsia, submetida a arbitragem. Se no prazo de seis meses a partir da data do pedido de arbitragem as Partes não acordarem sobre a forma da arbitragem, qualquer das Partes poderá submeter a controvérsia à Corte Internacional de Justiça mediante pedido em conformidade com o Estatuto da Corte. 2. Qualquer Estado-parte, no momento da assinatura ou ratificação desta Convenção ou de sua adesão a ela, poderá declarar que não se considera obrigado pelo parágrafo anterior. Os demais Estados-parte não estarão obrigados pelo parágrafo anterior perante nenhum Estado-parte que tenha formulado essa reserva. 3. Qualquer Estado-parte que tenha formulado a reserva prevista no parágrafo anterior poderá retirá-la em qualquer momento por meio de notificação ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A alternativa que a banca abordou denota que qualquer controvérsia será levada à Corte Internacional de Justiça, entretanto não está em consonância ao art. 29, pois seguem etapas de observação obrigatória: 1) Negociações; 2) Caso não sejam resolvidas por negociações e haja pedido de qualquer das partes será submetia a arbitragem; 3) Apenas se respeitar o lapso temporal de 6 meses sem que ocorra a definição quanto o modo de arbitragem, respeitado o Estatuto da corte qualquer das Partes poderá submeter a controvérsia à Corte Internacional de Justiça; Logo, não são todos os casos submetidos, há regras que não foram dispostas na alternativa considerada correta. Ademais, o art. 29 da CEDAW, os itens 2 e 3 dispõem: 2. Qualquer Estado-parte, no momento da assinatura ou ratificação desta Convenção ou de sua adesão a ela, poderá declarar que não se considera obrigado pelo parágrafo anterior. Os demais Estados-parte não estarão obrigados pelo parágrafo anterior perante nenhum Estado-parte que tenha formulado essa reserva. 3. Qualquer Estado-parte que tenha formulado a reserva prevista no parágrafo anterior poderá retirá-la em qualquer momento por meio de notificação ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Por conseguinte, se o Estado fez reserva não será submetido à Corte Internacional de Justiça. Nessa toada, não há gabarito para a aludida questão. À vista disso, requer a anulação da presente questão.

13	A questão apontou como correto a alternativa “D”: “O sistema interamericano de proteção aos direitos humanos é um exemplo de mecanismo coletivo ou institucional”. Ocorre que também merece ser acolhido como correto o item “E”:” O mecanismo unilateral deve seguir os princípios do devido processo legal”.Isso porque o que diferencia o mecanismo unilateral do coletivo/institucional é a sua composição, como ensina doutrina especializada (Ramos, André de Carvalho.Processo internacional de direitos humanos / André de Carvalho Ramos. – 5. ed. – São Paulo : Saraiva, 2016. Pgs 27-28, 44-45.): A aferição da violação de determinada norma internacional pode ser feita unilateralmente pelo Estado ofendido ou por meio de um mecanismo coletivo de solução de controvérsias, no qual um terceiro ente, imparcial, determina a existência de violação de obrigação internacional. O mecanismo unilateral, por definição, não possui condições de admissibilidade e requisitos para julgamento, como ocorre nos mecanismos coletivos. Pelo contrário, o Estado é livre para fixar as formas pelas quais analisa a responsabilidade internacional de outro Estado por violações de direitos humanos, já que o ato é unilateral por definição. Constatada a violação do Direito Internacional, o Estado dito ofendido exige reparação e, no caso de irresignação do pretenso Estado infrator, adota sanções de coerção. As formas pelas quais os Estados aferem unilateralmente o respeito por parte de outros Estados das obrigações internacionais contraídas variam, mas cabe salientar que a responsabilização unilateral de um Estado por violação de direitos humanos não difere de sua responsabilização unilateral por qualquer outro tipo de descumprimento de obrigação internacional. Em geral, aproveita-se o trabalho de órgãos internos para avaliar a conduta de outros países e, após, exigir novas condutas de pretenso respeito a direitos humanos e, se não atendidos, impor sanções. Um dos exemplos mais evidentes de apreciação unilateral de condutas de outros Estados sobre direitos humanos é a produção de relatórios do Departamento de Estado dos Estados Unidos, submetido anualmente ao Congresso daquele país, sobre o respeito aos direitos humanos por parte de outros Estados. Esse trabalho do Poder Executivo estadunidense é fruto de lei interna (o Foreign Assistance Act, de 1961), que estabelece ser o incentivo ao respeito de direitos humanos meta da política externa do país e condicionante do fornecimento de assistência financeira e militar 21. Existe a tendência de uso do Poder Judiciário local para aferir a existência de violações de direitos humanos em outro Estado. Como exemplo disso, cite-se o caso Filártiga v. Peña-Irala, no qual um tribunal federal norte-americano considerou-se competente para conhecer de ação de responsabilidade por torturas cometidas por agentes de Estado estrangeiro em violação ao direito fundamental de integridade física. O tribunal dos Estados Unidos considerou, em que pese a nacionalidade paraguaia do autor e do réu, ter sido violada obrigação internacional cogente (veremos a seguir o conceito de reparação para as vítimas obrigação erga omnes e imperativa – jus cogens), podendo a jurisdição local ser utilizada para obterreparação para as vítimas. (...) Assim, os procedimentos coletivos de julgamento do Estado vêm para ficar no Direito Internacional com as suas múltiplas vantagens. Esses procedimentos reforçam o caráter jurídico das disposições costumeiras e convencionais internacionais protetivas de direitos humanos. Além disso, oferecem uma análise neutra e imparcial dos casos de violação de direitos humanos, possibilitando a certeza da existência de um devido processo legal na apuração dos fatos e aplicação do direito tanto para o Estado violador quanto para a vítima. E, por fim, a análise técnica é garantia aos Estados de que se não haverá seletividade nem double standards típicos na apuração unilateral da responsabilidade internacional do Estado por violação de direitos humanos. Essa garantia reduz a tensão entre os Estados, o que contribui também para o fortelecimento dos direitos humanos na esfera internacional, já que esvazia o argumento daqueles que teimam em ventilar a tese de que a internacionalização dos direitos humanos agride a soberania estatal. Veja-se, o caráter unilateral não afasta o dever jurídico de observar o devido processo legal, uma vez que tal obrigação deriva diretamente da Declaração Universal dos Direitos Humanos (https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos), em seus arts. 7 a 14, porém a adoção do mecanismo unilateral deprime de legitimidade o procedimento, uma vez que poderá ser visto aos olhos da comunidade internacional como ato político. Tais considerações não implicam afirmar que os Estados que adotem mecanismo unilaterais estão desobrigados de observar o devido processo legal, mas que a adoção do mecanismo coletivo/institucional é garantia de observância do devido processo legal. Tal distinção é tênue, mas salutar. Tal como em presunções legais, o mecanismo unilateral possui presunção relativa de observância do devido processo legal, uma vez que tal obrigação deriva da DUDH, mas poderá (em alguns casos será) não ser observada. O mecanismo institucional, ao seu turno, goza de presunção absoluta de legitimidade em razão do processo democrático, consensual e impessoal de sua constituição. Portanto, o item “E”, “O mecanismo unilateral deve seguir os princípios do devido processo legal”, está correto, uma vez que é dever jurídico dos Estados, indistintamente, observar o direito humano fundamental ao devido processo legal, positivado na Declaração Universal de Direitos Humanos, sendo certo que a observância de tal garantia é relativa dado o processo de formação do órgão unilateral, sujeito à parcialidade.

14	Foi apontado como correto o item “a”: “A Os três pilares dos princípios orientadores de Ruggie são: proteger, respeitar e reparar.” Ocorre que o item “c” (Em caso de violação de direitos humanos por empresas,o Estado brasileiro tem o dever de reparar as vítimas). Isso por que foi reconhecida a responsabilidade Civil do Brasil no caso TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL-CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS- SENTENÇA DE 20 DE OUTUBRO DE 2016, no qual (https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_por.pdf): INTRODUÇÃO DA CAUSA E OBJETO DA CONTROVÉRSIA 1. O caso submetido à Corte. – Em 4 de março de 2015, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante denominada “a Comissão Interamericana” ou “a Comissão”) submeteu à Corte o caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde contra a República Federativa do Brasil (doravante denominado “o Estado” ou “Brasil”). O caso se refere à suposta prática de trabalho forçado e servidão por dívidas na Fazenda Brasil Verde, localizada no Estado do Pará. Conforme se alega, os fatos do caso se enquadravam em um contexto no qual milhares de trabalhadores eram submetidos anualmente a trabalho escravo. Adicionalmente, alega-se que os trabalhadores que conseguiram fugir declararam sobre a existência de ameaças de morte caso abandonassem a fazenda, o impedimento de saírem livremente, a falta de salário ou a existência de um salário ínfimo, o endividamento com o fazendeiro, a falta de moradia, alimentação e saúde dignas. Além disso, esta situação seria supostamente atribuível ao Estado, pois teve conhecimento da existência destas práticas em geral e, especificamente, na Fazenda Brasil Verde, desde 1989 e, apesar deste conhecimento, não teria adotado as medidas razoáveis de prevenção e resposta, nem fornecido às supostas vítimas um mecanismo judicial efetivo para a proteção de seus direitos, a punição dos responsáveis e a obtenção de uma reparação. Finalmente, alega-se a responsabilidade internacional do Estado pelo desaparecimento de dois adolescentes, o qual foi denunciado a autoridades estatais em 21 de dezembro de 1988, sem que, supostamente, houvessem sido adotadas medidas efetivas para determinar o seu paradeiro. (...) X PONTOS RESOLUTIVOS Portanto, A CORTE DECIDE,Por unanimidade, 1. Rejeitar as exceções preliminares interpostas pelo Estado relativas à inadmissibilidade da submissão do caso à Corte em virtude da publicação do Relatório de Mérito por parte da Comissão; à incompetência ratione personae com respeito a supostas vítimas não identificadas, ou identificadas, mas que não concederam procuração, ou que não apareciam no Relatório de Mérito da Comissão ou que não estavam relacionadas aos fatos do caso; à incompetência ratione personae de violações em abstrato; à incompetência ratione materiae por violação ao princípio de subsidiariedade do Sistema Interamericano (fórmula da 4ª instância); à incompetência ratione materiae relativa a supostas violações da proibição de tráfico de pessoas; à incompetência ratione materiae sobre supostas violações de direitos trabalhistas; à falta de esgotamento prévio dos recursos internos e à prescrição da petição perante a Comissão em relação a pretensões de reparação de dano moral e material, nos termos dos parágrafos 23 a 28, 44 a 50, 54, 71 a 74, 78 a 80, 84, 89 a 93 e 98 da presente Sentença. 2. Declarar parcialmente procedente a exceção preliminar interposta pelo Estado relativa à incompetência ratione temporis em relação a fatos anteriores à data de reconhecimento da jurisdição da Corte por parte do Estado e à incompetência ratione temporis sobre fatos anteriores à adesão do Estado à Convenção Americana, nos termos dos parágrafos 63 a 65 da presente Sentença. 122 anteriores à adesão do Estado à Convenção Americana, nos termos dos parágrafos 63 a 65 da presente Sentença. DECLARA: Por unanimidade, que: 3. O Estado é responsável pela violação do direito a não ser submetido a escravidão e ao tráfico de pessoas, estabelecido no artigo 6.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação aos artigos 1.1, 3, 5, 7, 11 e 22 do mesmo instrumento, em prejuízo dos 85 trabalhadores resgatados em 15 de março de 2000 na Fazenda Brasil Verde, listados no parágrafo 206 da presente Sentença, nos termos dos parágrafos 342 e 343 da presente Sentença. Adicionalmente, em relação ao senhor Antônio Francisco da Silva, essa violação ocorreu também em relação ao artigo 19 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, por ser criança no momento dos fatos, nos termos dos parágrafos 342 e 343 da presente Sentença. Por cinco votos a favor e um contrário, que: 4. O Estado é responsável pela violação do artigo 6.1 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, produzida no marco de uma situação de discriminação estrutural histórica, em razão da posição econômica dos 85 trabalhadores identificados no parágrafo 206 da presente Sentença, nos termos dos parágrafos 342 e 343 da presente Sentença. Voto Dissidente o Juiz Sierra Porto. Por unanimidade, que: 5. O Estado é responsável por violar as garantias judiciais de devida diligência e de prazo razoável, previstas no artigo 8.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em prejuízo dos 43 trabalhadores da Fazenda Brasil Verde encontrados durante a fiscalização de 23 de abril de 1997 e que foram identificados pela Corte no parágrafo 199 da Sentença, nos termos dos parágrafos 361 a 382 da presente Sentença. Por cinco votos a favor e um contrário, que: 6. O Estado é responsável por violar o direito à proteção judicial, previsto no artigo 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação aos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento em prejuízo de: a) os 43 trabalhadores da Fazenda Brasil Verde encontrados durante a fiscalização de 23 de abril de 1997 e que foram identificados pela Corte no presente litígio (par. 199 supra) e b) os 85 trabalhadores da Fazenda Brasil Verde encontrados durante a fiscalização de 15 de março de 2000 e que foram identificados pela Corte no presente litígio (par. 206 supra). Adicionalmente, em relação ao senhor Antônio Francisco da Silva, essa violação ocorreu em relação ao artigo 19 da Convenção Americana, todo anterior nos termos dos parágrafos 383 a 420 da presente Sentença. Voto Dissidente o Juiz Sierra Porto. Por unanimidade, que: 123 7. O Estado não é responsável pelas violações aos direitos à personalidade jurídica, à vida, à integridade e à liberdade pessoal, às garantias e à proteção judiciais, contemplados nos artigos 3, 4, 5, 7, 8 e 25 da Convenção Americana, em relação aos artigos 1.1 e 19 do mesmo instrumento, em prejuízo de Luis Ferreira da Cruz e Iron Canuto da Silva nem de seus familiares, nos termos dos parágrafos 421 e 426 a 434 da presente

	Sentença. E DISPÕE: Por unanimidade, que: 8. Esta Sentença constitui, per se, uma forma de reparação. 9. O Estado deve reiniciar, com a devida diligência, as investigações e/ou processos penais relacionados aos fatos constatados em março de 2000 no presente caso para, em um prazo razoável, identificar, processar e, se for o caso, punir os responsáveis, de acordo com o estabelecido nos parágrafos 444 a 446 da presente Sentença. Se for o caso, o Estado deve restabelecer (ou reconstruir) o processo penal 2001.39.01.000270-0, iniciado em 2001, perante a 2ª Vara de Justiça Federal de Marabá, Estado do Pará, de acordo com o estabelecido nos parágrafos 444 a 446 da presente Sentença. 10. O Estado deve realizar, no prazo de seis meses a partir da notificação da presente Sentença, as publicações indicadas no parágrafo 450 da Sentença, nos termos dispostos na mesma. 11. O Estado deve, dentro de um prazo razoável a partir da notificação da presente Sentença, adotar as medidas necessárias para garantir que a prescrição não seja aplicada ao delito de Direito Internacional de escravidão e suas formas análogas, no sentido disposto nos parágrafos 454 e 455 da presente Sentença. 12. O Estado deve pagar os montantes fixados no parágrafo 487 da presente Sentença, a título de indenizações por dano imaterial e de reembolso de custas e gastos, nos termos do parágrafo 495 da presente Sentença. 13. O Estado deve, dentro do prazo de um ano contado a partir da notificação desta Sentença, apresentar ao Tribunal um relatório sobre as medidas adotadas para dar cumprimento à mesma, sem prejuízo do estabelecido no parágrafo 451 da presente Sentença. 14. A Corte supervisionará o cumprimento integral desta Sentença, no exercício de suas atribuições e no cumprimento de seus deveres, em conformidade com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e dará por concluído o presente caso uma vez que o Estado tenha dado total cumprimento ao disposto na mesma. Os Juízes Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot e Eduardo Vio Grossi deram a conhecer à Corte seus votos individuais concordantes. O Juiz Humberto Antônio Sierra Porto deu a conhecer à Corte seu voto individual parcialmente dissidente. Redigida em espanhol e em português, fazendo fé o texto em espanhol, em San José, Costa Rica, no dia 20 de outubro de 2016." O art. 37, §6°, da CF, positiva a responsabilidade civil do Estado, sendo certo que o STF reconhece a responsabilidade civil por atos omissivos quando há específico dever de agir, bem como é fundamento da república a dignidade da pessoa humana e a prevalência dos direitos humanos é princípio das relações internacionais. Todo esse arcabouço positivado, bem como o precedente ora colacionado da Corte Interamericana de Direitos Humanos, à qual o Brasil manifestou adesão e se submeteu à sua jurisdição, permitem afirmar com segurança que há dever do Estado Brasileiro de reparar as vítimas de violação de direitos humanos por empresas por violação do dever jurídico de prevenir ou reprimir tais violações quando instado a agir, sendo este o posicionamento institucional da República Federativa do Brasil exarado pelo Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos (https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/outubro/Cartilha_versoimpresso.pdf). Correto, portanto, o item C.
15	Prezada Banca Examinadora, A questão 15, que trata dos tratados internacionais de direitos humanos, considerou como correta a alternativa "D", que dispõe que "a Emenda Constitucional 45/2004 instituiu uma dupla hierarquia para os tratados internacionais de direitos humanos". Ocorre que a referida emenda apenas acrescentou o § 3º ao artigo 5º da Carta Magna, que estabelece o seguinte: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais". É certo que os tratados internacionais de direitos humanos aprovados com o quórum qualificado são equivalentes a emendas constitucionais, todavia a EC 45/2004 não estabeleceu que os tratados não aprovados por esse quórum terão status supralegal. o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 349.703-1, que envolvia a prisão civil do devedor-fiduciante, decidiu a partir do voto do Relator Ministro Gilmar Mendes, que desde a adesão do Brasil sem qualquer reserva ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), ambos em 1992, que já não há base legal para a prisão civil do depositário infiel, sendo que o caráter especial destes diplomas internacionais sobre direitos humanos lhes confere natureza supralegal, estando abaixo da Constituição e acima da legislação interna, tornando inaplicável, desse modo, toda a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja ela posterior ou anterior ao ato (o entendimento tornou inaplicáveis os art. 1217 do Código Civil de 1916, Decreto Lei nº. 911/69 e art. 652 do Código Civil de 2002), ainda que o art. 5º, inciso LXVII da CF, preveja que não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel. A doutrina, em decorrência desse julgado tem desenvolvido que os tratados e convenções internacionais terão status de norma constitucional, norma supralegal ou lei ordinária, dependendo da sua natureza e procedimento de aprovação. Assim sendo, considerando os argumentos acima expostos, a EC 45/2004 somente estabeleceu que os tratados internacionais de direitos humanos aprovados com o quórum qualificado terão status e emendas constitucionais, não havendo nenhuma previsão acerca do status supralegal, o que ocorreu de fato com o julgamento do RE 349.703-1. Isso posto, dada a ausência de alternativa correta, requer, respeitosamente, a anulação da questão 15.

15	a alternativa b também está correta, pois no julgamento do caso do depositário infiel o STF por unanimidade manifestou-se no sentido de que os tratados internacionais de direito humanos promulgados antes de 2004 possuem caráter supralegal. Veja ementa: A ementa da decisão paradigmática do STF no Recurso Extraordinário RE) nº 466.343, tomada por UNANIMIDADE, nos ajuda a compreender as razões da mudança: PRISÃO CIVIL. Depósito. Depositário infiel. Alienação fiduciária. Decretação da medida coercitiva. Inadmissibilidade absoluta. Insubsistência da previsão constitucional e das normas subalternas. Interpretação do art. 5º, Inc. LXVII e §§ 1º, 2º e 3º, da CF, à luz do art. 7º, § 7º, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). Recurso improvido. Julgamento conjunto do RE nº 349.703 e dos HCs nº 87.585 e nº 92.566. É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
15	A alternativa dada como correta na questão 15 deve ser alterada. O gabarito oficial indica como resposta correta a alternativa D, segundo a qual a EC 45/2004 teria atribuído dupla hierarquia aos tratados internacionais de direitos humanos. A afirmação, contudo, está incompleta. A referida emenda acrescentou o §3º ao art. 5º da Constituição, prevendo que: "§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais." Dessa forma, não são todos os tratados de direitos humanos que serão equivalentes às normas constitucionais, mas apenas aqueles tratados aprovados na forma prevista para as emendas constitucionais. Dessa maneira, a afirmação da letra D está incorreta, por generalizar a hipótese. Afigura-se como correta a alternativa B, segundo a qual o STF definiu, por unanimidade, que os tratados internacionais de direitos humanos promulgados antes de 2004 possuem caráter supralegal. A afirmação refere-se ao célebre julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 466.343/SP, no qual o STF declarou ilícita a prisão civil de depositário infiel, com base na supralegalidade do Pacto de São José da Costa Rica. O Supremo adotou como fundamento o fato de que os tratados internacionais aprovados antes da EC de 2004 estariam abaixo da constituição, mas acima das demais leis, razão pela qual poderiam servir como parâmetro para controle de convencionalidade. Não há erro na alternativa, principalmente porque o Supremo, de fato, julgou o caso por unanimidade. Dessa forma, a alternativa correta para a questão 15 é a letra B. Contudo, caso ainda assim se entenda como correta a alternativa D, merece a questão ser anulada, por possuir duas alternativas corretas.

15	As normas internacionais de direitos humanos passam a constituir um imperativo superior de proteção da pessoa, devendo todos os membros se comprometer em caráter prioritário. Assumem status de prevalência, devendo ser aplicadas antes de qualquer outra, limitando a própria soberania nacional e passando a ser incluída dentre os preceitos de jus cogens. Objeto do Direito Internacional dos Direitos Humanos é a promoção e a proteção da dignidade humana em caráter universal. Fundamento do Direito Internacional dos Direitos Humanos é, essencialmente, a convicção, amplamente difundida na sociedade internacional, quanto a importância de resguardar a dignidade humana, não só pelo valor inerente à pessoa, como também pelo entendimento de que a paz requer o respeito aos direitos humanos. A importância atribuída aos direitos humanos vem levando a que sua obrigatoriedade paulatinamente se impondo, independentemente da vontade do Estado, mormente pelo reconhecimento de suas normas como costume, princípios gerais do Direito ou jus cogens ou pelo soft Law. A Jus cogens consiste em um - conjunto de normas internacionais - que contém valores essenciais da comunidade internacional como um todo, - dotado de SUPERIORIDADE normativa (IMPERATIVIDADE). É a IMPERATIVIDADE de seus preceitos, ou seja, a impossibilidade de que suas normas sejam confrontadas ou derrogadas por qualquer outra norma internacional, inclusive aquelas que tenham emergido de acordos de vontade entre sujeitos de Direito Internacional. O jus cogens configura, portanto, restrição direta da soberania em nome da defesa de certos valores vitais. No Direito Internacional, a norma imperativa em sentido estrito (também denominadas norma cogente ou norma de jus cogens) é aquela que contém valores onsiderados essenciais para a comunidade internacional como um todo, e que, por isso, possui SUPERIORIDADE normativa no choque com outras normas de Direito Internacional. Assim, pertencer ao jus cogens não significa ser considerado norma obrigatória, pois todas as normas internacionais o são: significa que, além de obrigatória, a norma cogente NÃO pode ser alterada pela vontade de um Estado. Exemplo: Pacto de San Jose da Costa Rica (que trouxe a previsão da impossibilidade de prisão civil do depositário infiel). Ademais, veja-se que, mesmo tendo previsão expressa na CF da possibilidade de prisão civil por dívida do depositário infiel (art. 5º, LXVII), a norma é inaplicável justamente pela imperatividade do tratado. Ex: Vamos a um exemplo: o Chile foi processado por uma censura a um filme (A última tentação de Cristo). E essa censura teria violado a Convenção Americana de Direitos Humanos. Como o Chile se defendeu? O Chile se defendeu com alegações que demonstram como o direito interno vê o Direito internacional. Expôs que no ordenamento jurídico chileno, a Convenção Americana é equivalente a Lei ordinária e não pode alterar a constituição. Esse tipo de visão é como o Direito chileno vê o Direito internacional. O Chile, então, ganhou experiência, sendo condenado e tendo que alterar a sua constituição. Essa visão do Direito internacional em relação ao Direito interno esconde uma realidade explosiva. Quando um país celebra um tratado qualquer, tem que saber que vai enfrentar a interpretação internacionalista, ou seja, a ótica do Direito internacional. E o que determinará é como o Direito internacional vê o Direito interno. Quanto à hierarquia da norma paramétrica: no controle nacional a hierarquia é supralegal ou é equivalente a emenda constitucional. Por exemplo, a Convenção Americana de Direitos Humanos é supralegal. E no controle de convencionalidade internacional, temos a supremacia da norma internacional sempre. Então, por exemplo, quanto a Convenção americana de Direitos humanos, para um órgão internacional, ela será sempre hierarquicamente superior e inclusive é um Poder constituinte originário. Nasce a expressão Poder constituinte supranacional ou internacional. O Direito internacional é superior, é invasivo, ele não admite que as normas internas o violem, a não ser que ele mesmo assim o diga. A palavra final é sempre do Direito internacional. A exemplificar a ausência de força vinculante na interpretação nacionalista do controle de convencionalidade cita-se o caso GOMES LUND v. BRASIL, em que o STF entendeu que a Lei de Anistia não viola a Convenção Americana de Direitos Humanos, porém, meses após, o Brasil foi condenado Pela Corte Americana de Direitos Humanos. Pela argumentação, pugna para alteração do gabarito para a letra "A", já que a emenda constitucional n. 45/2004 não instituiu dupla hierarquia para tratados de direitos humanos, mas tão somente o atribuiu status de emenda, caso fosse aprovado por rito especial. Quem atribuiu didaticamente dupla hierarquia aos tratados internacionais sobre direitos humanos (equivalente a emenda constitucional ou de supralegalidade) foi o Supremo Tribunal Federal no julgamento de casos com repercussão geral reconhecida ([RE 466.343, rel. min. Cezar Peluso, voto do min. Gilmar Mendes, j. 3-12-2008, P, DJE de 5-6-2009, Tema 60. Vide AI 601.832 AgR, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 17-3-2009, 2ª T, DJE de 3-4-2009; Vide HC 91.361, rel. min. Celso de Mello, j. 23-9-2008, 2ª T, DJE de 6-2-2009). Repisa-se, que a EC 45/2004 em nenhuma passagem de seu texto prevê a supralegalidade, sendo esta construção advinda da interpretação da Suprema Corte do país.
16	A questão teve como gabarito a alternativa " não deverá indenizar nenhuma das obras descritas nos itens do enunciado". Porém, a resposta correta está na alternativa que informa ser indenizável a obra de item "a", por se tratar de uma benfeitoria necessária realizada após a desapropriação. Deve-se atentar para o fato de que, em que pese ter-se iniciado a obra antes do decreto de desapropriação, a obra só concluiu-se após, e sendo assim, o seu termo como condição para se considerar a melhoria na propriedade, portanto, realizada a benfeitoria. Não se pode entender que o início de uma obra/benfeitoria seja suficiente para agregar o valor à propriedade. Logo, sendo o marco temporal de realização da obra a sua finalização, a benfeitoria ocorreu após o ato de desapropriação, fazendo incidir o disposto no art. 26, §1°, do DL 3365, " Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação; as úteis, quando feitas com autorização do expropriante". Sendo assim, requer-se a alteração do gabarito para a afirmativa "deverá indenizar apenas a obra descrita no item "a" do enunciado.

16	A questão n° 16 deve ter seu gabarito ALTERADO para opção onde consta que "deverá indenizar as obras descritas nos itens "a", "b" e "c" do enunciado" (alternativa "D" neste caderno). Isso porque o enunciado diz que o proprietário recebeu a concordância dos "órgãos competentes" e seu projeto foi aprovado antes da expedição do Decreto que declarou a utilidade pública do imóvel para fins de desapropriação. Dessarte, tanto as benfeitorias necessárias, quanto às úteis deve ser indenizadas. Inclusive, o que previsto no item "b" do enunciado ("inserção de ornamento nos batentes das portas externas, inspirado no projeto original de mais de cem anos") por ser imóvel histórico e se tratar de obra de revitalização, perde o caráter de voluptuária e o adorno ganha natureza de útil para a conservação do patrimônio histórico, notadamente, quanto aos traços arquitetônico, estético. Ante tais premissas, urge alterar o gabarito da questão para a alternativa contida na Letra "D", onde consta como certa a afirmação: "deverá indenizar as obras descritas nos itens "a", "b" e "c" do enunciado". É o que se exora.
16	A questão trata das benfeitorias necessárias e úteis realizadas pelo particular desapropriado, após a edição de decreto expropriatório. Conforme o enunciado: "o proprietário, mesmo após a publicação do decreto, decidiu continuar a execução do projeto e realizou as seguintes obras: a) substituição do antigo encanamento de dois banheiros, já altamente deteriorados; b) inserção de ornamento nos batentes das portas externas, inspirado no projeto original de mais de cem anos; e c) construção de calçada, respeitado o estilo original, na parte interna do terreno, para facilitar o acesso ao depósito dos fundos da casa". Além disso, o projeto de revitalização era anterior ao decreto e "fora devidamente aprovado nos órgãos competentes". Disso se extrai as seguintes conclusões: 1) os itens "b" e "c" caracterizam benfeitorias úteis, pois o ornamento (item b) nos batentes das portas visava restaurar o estilo arquitetônico original do projeto, de mais de 100 anos, tendo nítido valor de preservação da memória histórica do imóvel; enquanto que a calçada (item c), facilitava o acesso ao depósito; 2) o projeto de reforma já existia e foi apenas "continuada" sua execução, pois só se pode "continuar a execução" após o decreto, se as obras preexistissem ao ato normativo3) o projeto de revitalização era anterior ao decreto e "fora aprovado pelas autoridades competentes", o que certamente inclui a autoridade expropriante, que é a autoridade competente para tal autorização. Conforme prevê o § 1º do art. 26: "Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação; as úteis, quando feitas com autorização do expropriante." Logo, o Poder Público expropriante deve indenizar tanto as benfeitorias úteis, quanto as necessárias, pois houve "autorização da autoridade competente" para tais melhorias, conforme expressamente afirma o enunciado da questão, o que induz o candidato a pensar que houve autorização do ente expropriante. Por esse motivo, a questão merece ter seu gabarito alterado para "letra E" e considerar que o Poder Público deve indenizar as obras descritas nos itens "a", "b" e "c".
16	A questão NÃO foi específica. Não disse se o Poder Público teria autorizado ou não a continuidade da obra ÚTIL - a construção da calçada é ÚTIL e a questão nada fala a respeito. Não tinha como adivinhar. Tratando-se de benfeitorias úteis, se autorizadas pelo poder público, PODEM ser indenizadas. Ademais, entendo que todas as obras devem ser indenizadas se for considerada a finalidade do poder público, já que a desapropriação se deu em razão do aspecto CULTURAL e a melhoria "b", visou justamente isso, já que o ornamento era inspirado no projeto condizente com a reforma.
16	O Gabarito considerou como correta a assertiva E. Contudo, a resposta está em desacordo com a Súmula 23 do STF que preleciona: "Verificados os pressupostos legais para o licenciamento da obra, não o impede a declaração de utilidade pública para desapropriação do imóvel, mas o valor da obra não se incluirá na indenização, quando a desapropriação for efetivada". Desse modo, portanto apesar de o proprietário possuir licença dos órgãos competentes a este não será devida nenhuma indenização, nos ditames do enunciado da súmula 23 do STF. Destarte, em consonância com a súmula 23 do STF a resposta correta deveria ser a do item B que afirma: não deverá indenizar nenhuma das obras descritas nos itens do enunciado.
17	A referida questão deve ser anulada por nenhuma das alternativas guardar simetria com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça – STJ acerca da restituição de valores indevidos recebidos por servidor público. Conforme disposto no julgamento do REsp 1.769.306/AL, os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo), não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, ressalvadas as hipóteses em que o servidor, diante do caso concreto, comprova sua boa-fé objetiva. Ora, o agente público hipotético não participou de nenhuma ilicitude, razão pela qual estava de total boa-fé quando recebeu o valor superior a 30% de sua remuneração. A alternativa tida como correta, ou seja, a “E”, desconsidera em seu texto o elemento da boa-fé objetiva, ônus transferido ao servidor público conforme entendimento recente do STJ.
17	Esta douta banca a atribuir como correto o item D da questão acima referenciada, divergiu do Tema 1009 da jurisprudência do Colendo STJ. Conforme o comando da questão, é possível observar que o servidor público recebeu valores a maior, sem que concorresse para o referido erro e estando de boa-fé. Segundo o tema 1009 da jurisprudência do STJ, em ocorrendo essa situação, não é necessária a devolução de valores por parte do servidor público. Sendo assim, o item correto para a questão deveria ser o item A, o qual pauta que não cabe a devolução dos valores, mas cabe a administração pública suspender os pagamentos equivocados. Isto posto, pugna o candidato pela alteração do gabarito preliminar a fim de que seja considerado como item correto o A. Subsidiariamente, em não sendo atendido pedido de alteração do gabarito, pugna o reclamante para que seja anulada a questão.

17	Solicita-se a anulação da QUESTÃO 17, pelos motivos que se passa a expor. O gabarito preliminar trouxe como correta a letra "D". Apesar disso, a letra "E" também está correta, pois, na situação apresentada, é plenamente possível a exigência de devolução dos valores recebidos a maior. Neste sentido, o STJ decidiu, no julgamento do Resp. 1769306, que "os pagamentos indevidos a servidores públicos, decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo) não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei, estão sujeitos à devolução, a menos que o beneficiário comprove a sua boa-fé objetiva, especialmente com a demonstração de que não tinha como constatar a falha". E se verificarmos que o servidor constatou o pagamento a maior, tendo inclusive comunicado o fato a colegas da repartição, não há que se falar, no caso, em exclusão da possibilidade de constatar a falha. O gabarito deve ser alterado ou anulado.
17	O gabarito preliminar oferecido pela banca foi a letra E. "Determinado servidor público constatou ter recebido, no pagamento do mês atual, um valor 30% maior do que o habitual. Ele não estava de férias, não havia recebido qualquer indenização e não havia tido notícia de alteração legal. Em conversa sobre o assunto com seus colegas de repartição, foi por eles orientado a permanecer inerte, já que não havia feito nenhum pedido indevido nem prestado qualquer informação falsa ou equivocada para o departamento responsável pelo pagamento. Não havia, pois, dado causa ao pagamento adicional. Na folha de pagamento seguinte, a administração constatou o equívoco e, considerando seu dever de agir à luz do princípio da legalidade, da autotutela e da indisponibilidade do interesse público sobre o privado, interrompeu o pagamento do valor excedente e solicitou a devolução do valor recebido a maior pelo servidor. Considerando-se a aplicação do princípio da boa-fé objetiva à luz jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que, nessa situação hipotética, (...) D) é indevida a exigência de devolução da quantia paga a maior pela administração, uma vez que não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor, embora a administração possua a prerrogativa de corrigir o erro, no exercício do seu poder de autotutela. E) é devida a exigência de devolução dos valores pagos a maior ao servidor, mesmo que ele não tenha concorrido para o erro da administração, sendo também adequada a interrupção do pagamento do excedente na folha de pagamento." Sabe-se que segundo o STJ: "Os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo), não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, ressalvadas as hipóteses em que o servidor, diante do caso concreto, comprova sua boa-fé objetiva, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido. (STJ. 1ª Seção. REsp 1.769.306/AL, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 10/03/2021 (Recurso Repetitivo – Tema 1009) (Info 688)" Ocorre que é difícil julgar a boa-fé do servidor no caso. Ademais, a boa-fé deve ser presumida e não ao contrário (Não há como presumir má-fé no caso). Nesse sentido, o examinador deveria dizer expressamente se o servidor estava ou não de boa-fé, no comando da questão ou na alternativa, caso contrário, o julgamento objetivo restaria prejudicado. Além disso, a má-fé deveria ter sido verificada em processo administrativo ou judicial, com direito ao contraditório e ampla defesa, e a questão não trouxe essa informação. Ressalte-se que a letra D afirma que o servidor estava de boa-fé e, por isso, não deveria devolver os valores, estando conforme o julgado do STJ. Além disso, a letra E, em nenhum momento, falou que o servidor estava de má-fé, e por isso deveria devolver os valores. Outrossim, se o caso da questão fosse idêntico ao julgado pelo STJ, a banca poderia sustentar a interpretação. Porém, nos casos julgados pelo STJ, foram sempre entendidos que os servidores estavam de boa-fé e não precisavam devolver as verbas. Portanto, o candidato requer a alteração do gabarito para letra D ou a anulação da questão.
18	Prezada Banca, a QUESTÃO 18 requer ao candidato que assinale a alternativa correta à luz da Lei nº 14.133/2021. A alternativa dada como correto foi a ALTERNATIVA C: "promover a contratação direta, por dispensa de licitação, de empresa fornecedora dos bens necessários ao atendimento da emergência, pelo período máximo de 1 ano, observados os valores praticados pelo mercado e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório.". Ocorre que o referido item está incorreto, vejamos. A Lei nº 14.133/2021 que, nos termos do enunciado, deve ser utilizado de base para resposta da questão prevê "VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as PARCELAS DE OBRAS E SERVIÇOS QUE POSSAM SER CONCLUÍDAS NO PRAZO MÁXIMO DE 1 (UM) ANO, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;" O item dado como correto afirma que será pelo prazo máximo de 1 ano A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA de forma direta para atender situação calamitosa, ocorre que o inciso VIII do art. 75 da referida lei não faz em nenhum momento essa afirmação, a exigência de prazo dada é referente, portanto, a CONCLUSÃO DE PARCELAS DE OBRAS E SERVIÇOS e não para contratação da empresa que irá fornecer bens necessários ao atendimento da emergência. Dessa forma, houve verdadeira extrapolação do que a Lei nº 14.133/2021 prevê na sua redação, não havendo justificativa plausível para manter como correto o referido item. Ante o exposto, devido à inexistência de itens corretos, não há resposta para a questão, requer-se, portanto, que seja ANULADO O GABARITO DA QUESTÃO 18.

19	A questão 19, ao tratar sobre as decisões coordenadas previstas na Lei 9.784/1999, considerou que a alternativa A estava correta. Contudo, com todo o respeito, a alternativa A, ao estabelecer que a decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária das autoridades envolvidas, está de acordo com o disposto no artigo 49-A, §4º, da Lei 9.784/1999, que estabelece que a decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de carda órgão ou autoridade envolvida. Ademais, em relação à afirmação de que será considerada como adotada por um órgão colegiado, também está correta. Nas razões de veto, na parte em que acresce o §2º ao artigo 49-A e 49-G da Lei 9.784/1999, a Presidência da República afirmou que "considerando que as decisões coordenadas seriam tomadas em deliberações COLEGIADAS exaradas pelas autoridades que eventualmente fruíssem de legitimidade adequada para celebrar acordos e tomar decisões com caráter vinculante para o órgão ou para a entidade representada, geraria dúvida quanto à possível supressão de instâncias recursais na via administrativa. Dessa forma, considerando que a questão 19 apresenta 2 alternativas corretas, sendo uma delas a que o candidato marcou, requer-se seja anulada a referida questão.
19	Pleiteia-se a anulação da questão, por possuir duas alternativas corretas. A letra A encontra-se de acordo com o Art. 49-A, § 4º, da Lei 9.784/99: "A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida". (Incluído pela Lei nº 14.210, de 2021) Ademais, o caput do Art. 49-A deixa claro tratar-se de decisão colegiada: "No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que: [...]" (Incluído pela Lei nº 14.210, de 2021) A letra E encontra-se de acordo com o Art. 49-B da mesma lei.
19	Prezada banca, a questão 19 têm duas alternativas corretas. Em outras palavras, além da alternativa E, assinalada no gabarito preliminar, a alternativa E também não apresenta equívocos. A primeira parte da alternativa corresponde ao que estabelece o § 4º do art. 49-A da Lei n.ª 9.784/99, segundo o qual "a decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida". Quanto à segunda parte, de se ressaltar o ensino do professor Fabrício Motta (disponível em https://www.conjur.com.br/2021-out-21/interesse-publico-decisao-coordenada-boa-novidade#_ftn6; acesso em 08/02/2022). O respeitado professor, ao tecer considerações preliminares sobre o regime jurídico da decisão coordenada, destaca que "há um exercício compartilhado da competência administrativa que resultará na prática de uma decisão (ato) complexa, sendo a decisão colegiada consolidada em ata (que deverá conter as informações constantes do artigo 49-G)". Portanto, é de se considerar a decisão coordenada como adotada por um órgão colegiado, o que, ressalte-se, não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida (art. 49-A, § 4º). Ante o exposto, suplica-se a ANULAÇÃO da questão 19, por comportar duas alternativas corretas.
19	A questão não possui resposta correta. A assertiva dada como correta informa que poderão habilitar-se como ouvintes "aqueles que, sem terem iniciado o processo, tenham direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada", que corresponde ao art. 9, II, da Lei 9.784/99. Contudo, o art. 49-B, caput, da mesma lei, afirma que "poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes, os interessados de que trata o art. 9º desta Lei"; cuidou a assertiva, portanto, de restringir equivocadamente para a apenas o correspondente ao inciso II do art. 9 da Lei 9.784/99 quando todos os interessados presentes nos quatro incisos podem habilitar-se como ouvintes, tornando a assertiva equivocada. Nessa linha, restou o item 19 sem resposta correta, motivo pelo qual se postula pela anulação. É o que se requer.
19	REQUERIMENTO: requer a ANULAÇÃO do quesito. RECURSO: a questão 19 pleiteou a análise de aspectos relacionados à decisão coordenada, instituto incluído na Lei 9.784/99, a partir das alterações propostas pela Lei 14.210/21. O gabarito preliminar apontou como correta a letra E. Todavia, a questão deve ser anulada, haja vista que a letra A também está correta, conforme o próprio texto expresso da Lei 9.784/99 e a doutrina especializada, vejamos: Art. 49-A. No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que: (Incluído pela Lei nº 14.210, de 2021) [...] § 1º Para os fins desta Lei, considera-se decisão coordenada a instância de natureza interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada com a finalidade de simplificar o processo administrativo mediante participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observada a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente. (Incluído pela Lei nº 14.210, de 2021) § 4º A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida. (Incluído pela Lei nº 14.210, de 2021) Sobre o tema, Fabrício Mota, em publicação intitulada "Decisão coordenada: a boa novidade" (disponível em https://www.conjur.com.br/2021-out-21/interesse-publico-decisao-coordenada-boa-novidade), dispõe claramente que a decisão coordenada será considerada como adotada por um órgão colegiado, vejamos: Na decisão coordenada, um desses mecanismos, a finalidade é conferir racionalidade e buscar o consenso na busca de solução de questões complexas, que envolvam diversas áreas e estruturas subjetivas com competência. Há uma busca pelo consenso por meio da discussão e deliberação colegiadas, inclusive por meio da oitiva dos interessados na discussão (artigo 49-B). Pelo exposto, requer a anulação da questão 19, já que possui duas respostas corretas, a letra A e a letra E.

19	Prezada banca, a questão 19 tem duas alternativas corretas. Em outras palavras, além da alternativa E, assinalada no gabarito preliminar, a alternativa E também não apresenta equívocos. A primeira parte da alternativa corresponde ao que estabelece o § 4º do art. 49-A da Lei n.ª 9.784/99, segundo o qual "a decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida". Quanto à segunda parte, de se ressaltar o ensino do professor Fabrício Motta (disponível em https://www.conjur.com.br/2021-out-21/interesse-publico-decisao-coordenada-boa-novidade#_ftn6; acesso em 08/02/2022). O respeitado professor, ao tecer considerações preliminares sobre o regime jurídico da decisão coordenada, destaca que "há um exercício compartilhado da competência administrativa que resultará na prática de uma decisão (ato) complexa, sendo a decisão colegiada consolidada em ata (que deverá conter as informações constantes do artigo 49-G)". Portanto, é de se considerar a decisão coordenada como adotada por um órgão colegiado, o que, ressalte-se, não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida (art. 49-A, § 4º). Ante o exposto, suplica-se a ANULAÇÃO da questão 19, por comportar duas alternativas corretas.
19	Existem duas alternativas corretas na questão. Além da apontada no gabarito preliminar, está certa a que aduz que "a decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária das autoridades envolvidas e será considerada como adotada por um regime colegiado". A primeira parte está conforme o art. 49-A, § 4º, da Lei nº 9.784/99: "A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida". A segunda parte está correta conforme interpretação feita do regime jurídico da decisão coordenada, pois há um exercício compartilhado da competência administrativa que resultará na prática de uma decisão (ato) complexa, sendo a decisão colegiada consolidada em ata (que deverá conter as informações constantes do artigo 49-G), sendo o ato complexo imputado a todos os participantes, vinculando os órgãos e entidades participantes com relação às questões interinstitucionais ou intersetoriais tratadas. É, portanto, decisão tomada por 3 ou mais setores em conjunto, sendo o regime colegiado (art. 49-A, "caput", da Lei nº 9.784/99). Deve, nesse diapasão, a questão ser anulada.
19	Conforme §4º do art. 49 da Lei 9.784, A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida. Tal dispositivo torna a letra A correta. Em virtude de possuir duas alternativas corretas, solicita-se a anulação da questão.
19	A questão 19 de direito administrativo deve ser anulada porque tem duas respostas corretas. O gabarito preliminar indica a alternativa "E" como resposta correta, o que, de fato, está. No entanto, a alternativa "A" também está correta. Senão, vejamos. Na primeira parte, a alternativa "A" afirma que "a decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária das autoridades envolvidas". Isso encontra respaldo no Art. 49-A, § 4º, da Lei 9.784/99, que assim dispõe: "a decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida". Na segunda parte, a alternativa "A" afirma que a decisão coordenada "será considerada como adotada por um órgão colegiado". Isso está correto, pelos seguintes motivos. O Art. 49-G, § 2º, da Lei 9.784/99, que estabelecia que a decisão coordenada "equivalerá a acordo formal", foi vetado. A decisão coordenada, portanto, não tem natureza jurídica de acordo. Por outro lado, embora não conste a afirmativa expressamente no texto da lei, as razões do veto ao § 2º do Art. 49-A e ao § 2º do Art. 49-G esclarecem que "as decisões coordenadas seriam tomadas em deliberações colegiadas", inclusive para evitar "dúvida quanto à possível supressão de instâncias recursais na via administrativa". Além disso, a expressão "decisão coordenada" tem duplo significado. Nos termos do Art. 49-A, § 1º, da Lei 9.784/99, a decisão coordenada é uma "instância de natureza interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada com a finalidade de simplificar o processo administrativo". Outrossim, a decisão coordenada é, também, o ato administrativo resultante dessa instância interinstitucional ou intersetorial, consubstanciada em uma decisão "adotada por um órgão colegiado", como afirma a alternativa "A". A doutrina conceitua órgão público como unidade, integrada por agentes públicos, com atribuição específica dentro da organização do Estado, compostos por agentes que dirigem e compõem essa unidade, a fim de cumprir uma atividade estatal designada. Por sua vez, o Art. 49-A, § 1º, da Lei 9.784/99 prevê que a decisão colegiada (aqui entendida como instância) conta com a "participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica". Nessa linha, a decisão colegiada (aqui entendida como ato) é "considerada adotada por um órgão colegiado". Posto isso, percebe-se que a questão 19 de direito administrativo apresenta duas respostas corretas (as alternativas "A" e "E"), não restando outra solução, senão a anulação da questão.
19	Solicita-se a alteração do gabarito ou a anulação da QUESTÃO 19, pelos motivos que se passa a expor. O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa "D". Ocorre que a letra "A" também está correta, conforme previsto no art. 49-A, e, especialmente, o seu § 4º, da Lei 9.784/1999. Ademais, a decisão proferida é considerada como emanada de um órgão colegiado.

19	A questão possui duas assertivas corretas. Conforme previsto no §4º do artigo 49-A da Lei n. 9.784, "a decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida." Ademais, há entendimento doutrinário no sentido de que a referida decisão é considerada adotada por um órgão colegiado. Trata-se, como ensina Fabrício Motta, de um ato complexo. Veja-se: "[...] Algumas considerações preliminares sobre o regime jurídico da decisão coordenada: a) os órgãos ou entidades participantes conduzem a análise técnica inicial dos temas de sua competência (artigo 49-E) e preservam as respectivas competências individuais específicas; b) há um exercício compartilhado da competência administrativa que resultará na prática de uma decisão (ato) complexa, sendo a decisão colegiada consolidada em ata (que deverá conter as informações constantes do artigo 49-G); c) o ato complexo é imputado a todos os participantes e, obviamente, vincula os órgãos e entidades participantes com relação às questões interinstitucionais ou intersetoriais tratadas" (disponível em https://www.conjur.com.br/2021-out-21/interesse-publico-decisao-coordenada-boa-novidade. Acesso em 09/02/2022, às 14h42. Assim, a assertiva B também está correta, razão pela qual solicita-se a anulação da questão.
19	A questão versa sobre a disciplina de direito administrativo. A questão merece anulação, vez que a alternativa A também se encontra correta, pois o §4º do art. 49-A da Lei 9784/99, inserido pela Lei 14.210/21, dispõe que “A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.” Isto posto, requer-se a anulação da questão, em razão de haver duas alternativas corretas.
19	A questão referenciada tem seu gabarito discordante do disposto no art. 49-A, § 4º, da lei nº 9784/99, mormente no que se refere ao disposto no item C. Isto posto, pugna o candidato pela anulação da questão sob referenciada.
19	A questão versa sobre a disciplina de direito administrativo. A questão merece anulação, vez que a alternativa A também se encontra correta, pois o §4º do art. 49-A da Lei 9784/99, inserido pela Lei 14.210/21, dispõe que “A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.” Isto posto, requer-se a anulação da questão, em razão de haver duas alternativas corretas.
19	A questão apresenta duas alternativas corretas, eis que a letra "A", ao afirmar que "A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária das autoridades envolvidas e será considerada como adotada por um órgão colegiado" se mostra compatível com o Art. 49-A, §4º, da Lei nº 9.784/1999, bem como pelo fato de se referir a uma composição de vontades que, pela sua própria natureza, podem ser consideradas como adotadas por um órgão colegiado.

21	A questão 21 exige que os candidatos assinalem a opção correta a respeito das alterações introduzidas pela Lei nº 13.655/18. O gabarito preliminar indica que a resposta correta é o item "C". Eis a sua redação: "A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo ovo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando este for indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo dos interesses gerais". Por se tratar de transcrição do art. 23 da LINDB, não há dúvida de que o item "C" está correto. Ocorre que o item "A" não apresenta qualquer equívoco, de modo que também deveria ser considerado como assertiva correta. Eis a sua redação: "Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico, desde que presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, que poderá envolver transação quanto a sanções e créditos relativos ao passado e, ainda, o estabelecimento de regime de transição". De um lado, a primeira parte da assertiva -- possibilidade de celebração de compromisso para a eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público -- encontra amparo no art. 26 da LINDB. E nem se diga que a "transação quanto a sanções e créditos relativos ao passado" esbarraria na vedação contida no art. 26, §1º, III, da LINDB. A uma, porque o referido dispositivo só veda desonerações permanentes -- e não existe nenhum dado na questão que permita concluir pelo caráter permanente da desoneração. A duas, porque tanto a doutrina quanto a jurisprudência já admitem que a Administração Pública transacione créditos e sanções em sede de acordos administrativos e outros instrumentos consensuais. A título de exemplo, transcrevo as lições do Professor Flávio de Araújo Willeman: "Nesse contexto, a doutrina brasileira tem sustentado a possibilidade de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou de Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) para possibilitar ao Poder Público deixar de sancionar uma empresa sujeita à sua regulação, para dela exigir compromissos de melhorias na prestação de serviço e a cessação da prática infracional que deu origem ao controle. Mais: o TAG tem sido aventado para impedir a execução/cobrança de sanções pecuniárias aplicada a empresas sob o jugo da regulação do Estado (....). O fundamento para esta postura estatal encontra eco no princípio da finalidade administrativa (implícito no art. 37, caput, da CRFB/88, mas explícito, v.g., no artigo 2º da Lei Federal nº 9.784/99), que deve ser interpretado à luz de preceitos teóricos que dão sentido ao que se tem denominado de consensualidade administrativa na busca do interesse público (...)" (WILLEMAN, Flávio de Araújo. Temas de Direito Público: estudos de Direito Constitucional e Administrativo. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. pp. 254-255). De outro lado, a segunda parte da assertiva -- estabelecimento de um regime de transição no bojo do compromisso administrativo -- também não encontra qualquer equívoco. De fato, antes mesmo da Lei nº 13.655/18 a doutrina quanto a jurisprudência já admitiam que a Administração Pública estabelecesse um regime de transição para evitar mudanças abruptas na esfera jurídica dos administrados. O principal argumento é o princípio da segurança jurídica, corolário do Estado Democrático de Direito (art. 1º, caput, da CRFB/88). Esse ponto é bem abordado na seguinte obra de referência: CABRAL, Antonio do Passo. Segurança Jurídica e regras de transição nos processos judicial e administrativo: introdução ao art. 23 da LINDB. 2. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Editora Juspodivm, 2021. Ante o exposto, forçoso concluir que tanto o item "A" quanto o item "C" estão corretos. Por esse motivo, requer-se, respeitosamente, a alteração do gabarito preliminar e a atribuição da pontuação respectiva ao candidato.
21	De acordo com o Art. 20. do DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942. "Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão." Desta forma, tanto o gabarito preliminar quanto a lterntiva "B" estão corretas, fazendo com que haja duas respotas para a questão, que deverá ser anulada.
22	De acordo com a Lei de Improbidade: Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) O texto da questão não deixa claro que não havia intenção de ocultar irregularidades. Desse modo, se não houve a prestação de contas, não restou claro que não houve irregularidade, e portanto, minimamente, a questão induz à conclusão de violação de princípio das LIA.
22	A banca considerou como correta a assertiva que afirma que não houve ato de improbidade administrativa no caso narrado (letra D). Entretanto, o STJ já afirmou que a ausência de prestação de contas é apta a caracterizar ato de improbidade administrativa. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1327393 / MA, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 09/04/2019, DJe 12/04/2019; REsp n. 1.352.535/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 19/4/2018, DJe 25/4/2018; REsp n. 1.714.972/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 10/4/2018, DJe 25/5/2018. Ademais, o próprio Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (mesmo estado da Procuradoria que se pretende ingressar a partir deste certame) tem notícia em seu site mencionando ser este o entendimento do TCE-RO, disponível no seguinte link: https://tcero.tc.br/2019/04/23/stj-reforca-atuacao-de-orgaos-fiscalizadores-ao-reconhecer-ato-de-improbidade-na-omissao-de-prestacao-de-contas/ Face ao exposto, merece a questão ser anulada, haja vista que o gabarito indicado pela banca destoa da jurisprudência do STJ, bem como do entendimento do TCE-RO (Tribunal de Contas do Estado da Procuradoria que se pretende ingressar por meio deste certame).

22	Analisando-se o enunciado da questão, observa-se que a Banca Examinadora se equivocou quando da publicação do gabarito preliminar, haja vista que deveria ter sido apontada como assertiva correta a que apontava o seguinte enunciado: "configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública" (assertiva D). Após consulta atenta ao site do Tribunal da Cidadania (STJ), vislumbra-se a existência de diversos julgados em que esse Tribunal expressamente aponta que a ausência de prestação de contas configura ato de improbidade administrativa. Nesse sentido, tem-se o REsp n° 1714972/SP e REsp n° 1382436/RN. Dessarte, requer que o gabarito preliminar apontado pela Banca Examinadora seja modificado, passando a consta como alternativa correta o "item D" (configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública). Nesses termos, pede deferimento.
22	No que tange ao ato, por mais que a Nova Lei de Improbidade tenha exigido o dolo para o reconhecimento da conduta como ímproba, verifica-se no enunciado da questão que o Prefeito havia deixado de prestar contas INTENCIONALMENTE, mesmo dispondo de condições técnicas e operacionais e ciência do dever. Desta forma, resta evidente o dolo específico em agir contra os princípios da administração pública, o que torna equivocado o gabarito preliminar, que apontou inexistir conduta ímproba.
22	O gabarito da questão se encontra discordante do disposto no art. 11, inciso VI, da lei nº 8429, de 1992. Referida norma pauta que é ato de improbidade, que atenta contra os princípios da administração pública, deixar de prestar contas quando se está obrigado a promover a prestação destas. Com isso, o gabarito correto deveria ser o item E, pois neste fica estipulado que o ato destacado na questão configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública. Isto posto, pugna o candidato pela mudança do gabarito da questão, de modo que seja considerado como correto o item E. Subsidiariamente, em não sendo atendido referido pleito, pugna pela anulação da questão.
22	A questão afirma no enunciado categoricamente que, embora os DOCUMENTOS não indicassem que a ausência da prestação de contas tinha o objetivo de ocultar irrelaridades, o prefeito, indevidamente havia deixado de praticar ato de ofício, com DESRESPEITO INTENCIONAL aos prazos legais e ao princípio da legalidade. Outrossim, o § 2º do art. 1º da LIA aduz que "considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente". Seguindo, o art. 11, VI prevê que: "VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades"; Por fim, o § 3º do art. 11, prevê: "O enquadramento de conduta funcional na categoria de que trata este artigo pressupõe a demonstração objetiva da prática de ilegalidade no exercício da função pública, com a indicação das normas constitucionais, legais ou infralegais violadas". A primeira vista, a parte final do art. 11, VI prevê que é preciso a finalidade de ocultar irregularidades"; o enunciado da questão disserta: "embora os DOCUMENTOS não indicassem que a ausência da prestação de contas tinha o objetivo de ocultar irrelaridades". Objetivamente, numa interpretação legalista, estar-se-ia diante de fato não alcançado pela norma da LIA. No entanto, por interpretação sistemática, não se deve desconsiderar que o prefeito, indevidamente havia deixado de praticar ato de ofício, com DESRESPEITO INTENCIONAL aos prazos legais e ao princípio da legalidade. Do mesmo modo, os DOCUMENTOS não indicavam que a ausência da prestação de contas tinha o objetivo de ocultar irrelaridades. Neste contexto, de acordo com a orientação jurisprudencial do STJ, existindo meros indícios de cometimento de atos enquadrados como improbidade administrativa, a petição inicial da ação de improbidade deve ser recebida pelo juiz, pois, na fase inicial prevista no art. 17, §§ 7º, 8º e 9º da Lei nº 8.429/92, vale o princípio do in dubio pro societate, a fim de possibilitar o maior resguardo do interesse público (AgRg no REsp 1.317.127-ES). Assim, após o oferecimento de defesa prévia, somente é possível a pronta rejeição da pretensão deduzida na ação de improbidade administrativa se houver prova hábil a evidenciar, de plano: • a inexistência de ato de improbidade; • a improcedência da ação; ou • a inadequação da via eleita. STJ. 1ª Turma. REsp 1.192.758-MG, Rel. originário Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. para acórdão Min. Sérgio Kukina, julgado em 4/9/2014 (Info 547). Portanto, pela argumentação, pela interpretação e pela jurisprudência alhures, bem como pelo primadode que a prova documental é uma de todas as demais existentes (Capítulo XII do CPC - art. 369 e seguintes), os meros indícios são suficientes para instaurar a ação de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, pois a omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, restou caracaterizada quando o prefeito, indevidamente deixou de praticar ato de ofício, com DESRESPEITO INTENCIONAL aos prazos legais e ao princípio da legalidade. Ademais, caso a questão não seja anulada, o que não se espera, postula pela modificação do gabarito para alternativa "e" : configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública..

24	Em um sistema econômico ordenado no ideário capitalista, a produção de rendas e riquezas se norteiam no trabalho. A valorização do trabalho humano significa que o Poder Público deve garantir que o homem possa sobreviver dignamente, tão somente, com o produto da remuneração de seu labor, garantindo-lhe, para tanto, uma gama de direitos sociais.Todavia, com base no princípio da subsidiariedade, a intervenção estatal somente se fará presente onde for necessária. Destaque-se, ainda, que o Estado pode avocar para si o exercício de determinadas atividades econômicas quando vitais à segurança nacional ou de relevante interesse coletivo (art. 173 da CF). Observem-se que os VALORES SOCIAIS DO TRABALHO são um dos fundamentos da República (art. 1º, inciso IV). Uma vez que o trabalho é fator de produção, no qual o ser humano atua, o Estado deve intervir para regulá-lo, mantendo-se o equilíbrio de mercado, a fim de garantir que todos tenham acesso e condições dignas de emprego, MEDIANTE A PRESTAÇÃO DE UMA SÉRIE DE CONDUTAS POSITIVAS NA ORDEM SOCIAL. Outrossim, essas CONDUTAS POSITIVAS são fundamentadas, por exemplo, de acordo com o princípio da redução das desigualdades regionais e sociais, que consiste no compartilhamento equânime, em todas as regiões do país, do desenvolvimento social advindo da exploração de atividade econômica. É corolário do PRINCÍPIO GERAL DE DIREITO DO SOLIDARISMO QUE CONSUBSTANCIA TODO INTERVENCIONISMO SOCIAL, bem como num conceito de justiça distributiva, visto sob uma perspectiva macro, no qual o desenvolvimento da Nação deve ser por todos compartilhado, adotando-se políticas efetivas de repartição de rendas e receitas, com o fito de favorecer as regiões e as classes sociais que se encontram em desnível e em posição de hipossuficiência em relação às demais. Diametralmente, a regulação possui o pressuposto de que haverá motivo para promoção da regulação de algum setor da economia se existir alguma FALHA DE MERCADO. Por falhas de mercado entende-se toda a situação de anormalidade de efeito danoso, potencial ou efetivo, ao devido processo competitivo de determinado nicho de nossa economia, tendo resultados negativos para o bem-estar socioeconômico da população. Dentre outras, a deficiência na distribuição dos bens essenciais coletivos é uma das falhas de mercado. Ela ocorre quando o mercado não é capaz de promover o acesso da coletividade aos bens essenciais para satisfação do mínimo existencial, sendo incapaz de garantir o princípio da dignidade da pessoa humana (este é fundamento da ordem econômica da “existência digna”). Daí o porque de O Estado intervencionista econômico buscar garantir que sejam efetivadas políticas sociais e assistencialistas na sociedade, com vistas ao bem-estar social, de modo que esta é inevitavelmente associada a uma mudança mais geral do paradigma da forma de intervenção do Estado na esfera econômica, agora mais voltada a garantir que as forças de mercado sejam direcionadas ao estímulo do empreendedorismo com eficiência e ao bem-estar do consumidor. Pela argumentação, acaso não haja anulação da questão por haver duplicidade de alternativas corretas (letra "d" e "e"), pleiteia-se a alteração do gabarito à alternativa "e": O Estado intervencionista econômico busca garantir que sejam efetivadas políticas sociais e assistencialistas na sociedade, com vistas ao bem-estar social.
24	Aparentemente, não há gabarito correto. O item C ao falar que o Estado brasileiro PODE exercer função fiscalizadora, incentivadora e planejadora peca no uso da palavra destacada. Em verdade, o Estado brasileiro DEVE exercer tais funções. Há uma grande diferença. Veja-se que o Art. 174 da CF/88 OBRIGA o Estado: Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. Exercerá está no âmbito de DEVER, não de PODER. Não é mera faculdade, mas obrigação. Portanto, acredito que a questão deva ser anulada.

24	Foi apontado como correto o item B: “O Estado brasileiro pode exercer função fiscalizadora, incentivadora e até mesmo planejadora da atividade econômica”. Ocorre que a assertiva está em dissonância ao quanto disposto no art. 174, caput, da CF/88 “ Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado", assim como doutrina e jurisprudência dominante. O dispositivo é peremptório: o Estado exercerá, não havendo margem de discricionariedade, sendo acentuado o mandamento constitucional para a função planejadora, utilizando o vocábulo “determinante” para adjetivar aquela função quando dirigida ao setor público. Esta é a opinião da doutrina especializada (Direito econômico esquematizado / Fabiano Del Masso. – 2. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013, p. 105) “Entretanto, aqui cabe o estudo preliminar dos mandamentos constitucionais a serem exercidos pelo Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, que encarta as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado (caput do art. 174 da CF)”. Este é o entendimento de VIZEU (Lições de direito econômico / Leonardo Vizeu Figueiredo. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2014,p.136,149-150), citando BASTOS (BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito econômico. São Paulo: Celso Ribeiro Editor, 2003. p. 257-274): “Por Ordem Econômica entendem-se as disposições constitucionais estabelecidas para disciplinar o processo de interferência do Estado na condução da vida econômica da Nação. Pode se dar tanto de forma direta, na qual o Poder Público avoca para si a exploração das atividades econômicas, quanto de maneira indireta, na qual o Estado atua monitorando a exploração das atividades geradoras de riquezas pelos particulares, intervindo quando se fizer necessário para normatizar, regular e corrigir as falhas de seu mercado interno, em prol do bem comum e do interesse coletivo. A Constituição da República prevê, como regra, a intervenção indireta do Estado na Ordem Econômica, e, excepcionalmente, a intervenção direta, tão somente, nas hipóteses taxativamente previstas no texto constitucional. Ao Estado, portanto, no que tange à seara econômica, é permitido atuar como agente normativo e regulador e, por meio dessas posições, exercer uma tríplice função: fiscalizadora, incentivadora e planejadora, a teor do que preceitua o artigo 174 da Constituição de outubro de 1988: (...) Do exame da atual Constituição, depreende-se que o Plano (ou planejamento), com previsão nos artigos 48, IV, 165, § 4º, e 174,42 consoante acima dito, igualmente incita discussão quanto à sua natureza jurídica, havendo quem o considere um mero ato político, e, nesse caso, não ensejaria vinculação aos setores público e privado, conforme acima dito. Todavia, no entendimento de Celso Ribeiro Bastos,43 igualmente esposado pela jurisprudência, constituiria ato jurídico e, nesse caso, só vincularia o setor público. Essa divergência possui implicações práticas, conforme dito acima, na medida em que, em se tratando de ato político, o Estado não poderia ser responsabilizado em função de inadimplemento das diretivas estatais. Ao revés, considerando-o como ato jurídico, a responsabilidade torna-se plenamente cabível” O CEBRASPE esposou tal entendimento em diversas oportunidades, sublinhando o caráter cogente para o setor público das normas enfeixadas no art. 174, caput, da CF-88: A atuação do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica compreende, entre outras funções, a de planejamento, que é determinante tanto para o setor público quanto para o setor privado (Ano: 2012 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: AGU Prova: CESPE - 2012 - AGU - Advogado da União). O item foi considerado incorreto sob o correto fundamento que a obrigatoriedade do planejamento se limita ao setor público. Este também é o entendimento do STJ: RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PARIDADE CAMBIAL. INTERVENÇÃO ESTATAL NO DOMÍNIO ECONÔMICO. PRETENSÃO DE IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA POR FORÇA DE ALTERAÇÃO DA PARIDADE CAMBIAL. CONSEQÜENTE DEVER DE INDENIZAR À UNIÃO E AO BACEN. FATORES INERENTES À CONJUNTURA INTERNACIONAL QUE SE ASSEMELHAM AO FATO DO PRÍNCIPE. IMPROCEDÊNCIA. 1. A intervenção estatal no domínio econômico é determinante para o setor público e indicativa para o setor privado, por força da livre iniciativa e dos cânones constitucionais inseridos nos arts. 170 e 174, da CF. 2. Deveras, sólida a lição de que um ?dos fundamentos da Ordem Econômica é justamente a 'liberdade de iniciativa', conforme dispõe o art. 170, o qual, em seu inciso IV, aponta, ainda a 'livre concorrência' como um de seus princípios obrigatórios. : 'A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) IV ? livre concorrência'. Isto significa que a Administração Pública não tem título jurídico para aspirar reter em suas mãos o poder de outorgar aos particulares o direito ao desempenho da atividade econômica tal ou qual; evidentemente, também lhe faleceria o poder de fixar o montante da produção ou comercialização que os empresários porventura intentem efetuar. De acordo com os termos constitucionais, a eleição da atividade que será empreendida assim como o quantum a ser produzido ou comercializado resultam de uma decisão livre dos agentes econômicos. O direito de fazê-lo lhes advém diretamente do Texto Constitucional e descende mesmo da própria acolhida do regime capitalista, para não se falar dos dispositivos constitucionais supramencionados. No passado ainda poderiam prosperar dúvidas quanto a isto; porém, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se enfaticamente explícito que nem mesmo o planejamento econômico feito pelo Poder Público para algum setor de atividade ou para o conjunto deles pode impor-se como obrigatório para o setor privado. É o que está estampado, com todas as letras, no art. 174: 'Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. (...)? (Celso Antônio Bandeira de Mello in ?Curso de Direito Administrativo?, 14ª ed. Malheiros, 2002, p. 619-620). 3. No afã de regular o comércio exterior e manter a sua balança de pagamentos equilibrada, o Estado-Soberano pode preconizar a paridade cambial, previsivelmente sujeita, quanto à sua estabilidade, ao comércio

	externo e à política internacional, fatos inimputáveis ao Estado Nacional, quer à luz da responsabilidade objetiva quer à luz da responsabilidade subjetiva, inerentes às hipóteses de atos omissivos, nos quais é imperioso detectar que a entidade pública tinha o dever de evitar o imprevisto que gerou dano a terceiros. 4. Consoante escorreitamente assentado no aresto recorrido ?1. A União é parte ilegítima para figurar no pólo passivo das ações em que se discute direito à indenização por prejuízos decorrentes da súbita modificação da política cambial, estando legitimado, com exclusividade, o BACEN, que decidiu e implementou a liberação do mercado de câmbio. 1. (sic) Ao contratar em moeda estrangeira, o empresário sabe e espera que sua obrigação seja quantificada segundo a variação cambial. O mercado de câmbio, por natureza, é variável. Tanto é assim que para livrar-se dos efeitos de uma valorização inesperada do dólar, existe a opção de contratação de operações de hedge. 2. Ainda que se pudesse considerar imprevisível a súbita liberação do mercado cambial, pelo BACEN, em 18/01/99, através do Comunicado 6565, e a correspondente maxidesvalorização do real, não é possível transferir ao Estado os prejuízos decorrentes da álea de negócio vinculado à variação futura do dólar norte-americano. A teoria da imprevisão aplica-se aos contratantes, não vinculando terceiros. 3. A liberação do mercado de câmbio, pelo BACEN, na ocasião, é tida por regular, pois surgiu como alternativa capaz de proteger as reservas cambiais do Brasil. A volatização do mercado financeiro e de capitais, produto da globalização, é capaz de provocar súbitos desequilíbrios nas reservas cambiais, o que exige dos Governos modificações em sua política cambial, muitas vezes inesperadas ou mais drásticas que as esperadas, na tentativa de conter a liquidação da economia do país.(...)? 5. A existência de norma legal indicativa do exercício da intervenção no domínio econômico revela exercício regular de direito, mercê de não se inferir da norma jurídica qualquer atuar omissivo posto inexistente o dever legal de manutenção da paridade, o qual, se existente, poderia conduzir à culpa in ommittendo. 6. O fato do príncipe é argüível intra muros entre os particulares e extraterritorialmente pelo Estado, desde que o suposto fato imprevisível e danoso dependa de conjunturas internacionais, imprevisíveis, ad substantia. 7. A ciência jurídica-econômica não é imutável e eterna, como não o são os ordenamentos voltados à regulação das atividades econômicas, sujeitas estas às mais diversas espécies de injunções internas e internacionais, como guerras, estratégias de proteção de produtos alienígenas, rompimento de relações diplomáticas, etc. 8. O Estado responde objetivamente pelos seus atos e de seus agentes que nessa qualidade causem a terceiros e, por omissão, quando manifesto o dever legal de impedir o ato danoso, hipótese em que a sua responsabilidade é subjetiva decorrente de imperícia ou dolo. 9. A ingerência de fatores exteriores aliada à possibilidade de o particular prevenir-se contra esses fatores alheios à vontade estatal, acrescido da mera natureza indicativa da política econômica revela a ausência de responsabilização do Estado. 10. O Recurso Especial não é servil ao reexame de matéria fático-probatória. 11. Recurso Especial parcialmente conhecido, e, nesta parte, desprovido. (REsp 614.048/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2005, DJ 02/05/2005, p. 172) Desta forma, merece anulação a referida questão, por inexistir item correto, com atribuição da pontuação aos candidatos.
24	A questão merece ser anulada, por possuir duas alternativas corretas. A alternativa dada como correta foi a Letra C, segundo a qual “O Estado brasileiro pode exercer função fiscalizadora, incentivadora e até mesmo planejadora da atividade econômica”. A afirmação encontra fundamento no art. 174 da CF, e por isso está correta. Contudo, também está correta a Letra D, segundo a qual “O Estado intervencionista econômico busca garantir que sejam efetivadas políticas sociais e assistencialistas na sociedade, com vistas ao bem-estar social”. A afirmação está correta, encontrando fundamento no caput do art. 170, o qual consagra que a ordem econômica “tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”. O Estado do Brasil, portanto, adota postura intervencionista, com o fim de mitigar desigualdades e favorecer uma vida digna a todos. Isso é decorrência direta dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos no art. 3º do texto constitucional. Dessa maneira, por possuir duas alternativas corretas, a questão merece ser anulada.

24	Prezada banca, o gabarito preliminar da questão epigrafada está incorreto, pois viola frontalmente o art. 174 da CF/88 ao dizer que é faculdade (pode) do Estado exercer a função fiscalizadora, incentivadora e planejadora. Não é faculdade, é obrigação, conforme o uso do verbo "exercerá": Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. A alternativa que se encontra em consonância com é a letra E: O Estado intervencionista econômico busca garantir que sejam efetivadas políticas sociais e assistencialistas na sociedade, com vistas ao bem-estar social. De fato, o Estado é o agente regulamentador de toda vida social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas. Cabe, no entanto, ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população. A Constituição adotou um capitalismo funcionalizado, de corte keynesiano economicamente intervencionista e socialmente assistencialista ao declarar como princípios da ordem econômica a busca do pleno emprego e a construção de uma sociedade de bem-estar social. Esta proclamada de forma direta no artigo 3º, inciso I e de forma indireta no preâmbulo da Carta. Para Rogério Gesta Leal, "É no Estado Democrático de Direito da Constituição de 1988 que a Ordem Econômica vai vir delineada de forma mais pontual, como que ultrapassando momentos históricos em que o país se despreocupou com a necessidade de aliar o crescimento econômico com o desenvolvimento social. Por esta razão, talvez, é que vai se encontrar elevada à dicção constitucional a previsão normativa de que a livre iniciativa e o valor do trabalho humano são princípios fundantes da ordem econômica nacional (art.1º e art.170, da CF/88)."LEAL, Rogério Gesta. Impactos econômicos e sociais das decisões judiciais: aspectos introdutórios. Brasília : ENFAM, 2010. Por todo o exposto, requer a mudança do gabarito para a letra E, ou, subsidiariamente, a anulação da questão.
24	A alternativa apontada como correta afirma que o Estado brasileiro "pode" exercer função fiscalizadora, incentivadora e até mesmo planejadora da atividade econômica. Porém, a assertiva encontra-se em contradição com a redação do art. 174 da Constituição Federal, que assim dispõe: "Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado." Nota-se que não há qualquer margem de discricionariedade por parte do Estado quanto às referidas atividades, de modo que a redação da assertiva prejudicou sua compreensão, devendo a questão ser anulada por falta de alternativa correta.
24	Prezada Banca Examinadora, A alternativa 24 considerou como correta a alternativa “A”, que estabelece que “os processos administrativos de atos de concentração devem ser julgados pelo plenário do Tribunal Administrativo e Defesa Econômica”. Todavia, o gabarito deve ser modificado para a assertiva “D”, que dispõe que “o Tribunal poderá avocar o processo de ato de concentração aprovado pela Superintendência-Geral, sem efeito suspensivo”. Isso porque o artigo 9º, inciso X, estabelece o seguinte: Art. 9º Compete ao Plenário do Tribunal, dentre outras atribuições previstas nesta Lei: (...) X - apreciar processos administrativos de atos de concentração econômica, na forma desta Lei, fixando, quando entender conveniente e oportuno, acordos em controle de atos de concentração; Ao contrário do que diz na alternativa “A”, não cabe ao Plenário do Tribunal JULGAR, mas APRECIAR os processos administrativos de atos de concentração econômica. Por outro lado, prevê o inciso II do mesmo dispositivo legal: Art. 9º Compete ao Plenário do Tribunal, dentre outras atribuições previstas nesta Lei: (...) II - o Tribunal poderá, mediante provocação de um de seus Conselheiros e em decisão fundamentada, avocar o processo para julgamento ficando prevento o Conselheiro que encaminhou a provocação. Diante do exposto, requer, respeitosamente, que o gabarito da questão 29 seja modificado para a assertiva “D”.
24	A questão encontra-se equivocada. Pela leitura da assertiva "C" dá de entender a fiscalização é uma FACULDADE, já que a palavra "pode" possui essa carga valorativa. Nos termos da CF em seu artigo 174 o "Estado, como agente normativo e regulador, DEVE EXERCER, na forma da lei, as funções de (i) fiscalização; (ii) incentivo e (iii) planejamento da atividade econômica. Portanto, a fiscalização é um dever e não uma faculdade. A questão transmitiu essa ideia de forma errônea.
24	A assertiva indicada como correta afirma que "o Estado brasileiro PODE exercer função fiscalizadora, incentivadora e até mesmo planejadora da atividade econômica". Contudo, de acordo com o artigo 174 da Constituição Federal: "Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado EXERCERÁ, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado." Desse modo, não se trata de uma faculdade, mas de um DEVER do Estado. Além disso, ao afirmar que o Estado poderá exercer a função planejadora da atividade econômica sem especificar que esta será determinante apenas para o setor público, o enunciado prejudica o julgamento da questão, pois, de fato o Estado pode exercer a função planejadora da atividade econômica, desde que o faça de modo meramente indicativo para o setor privado. Portanto, a questão deve ser anulada.

24	A questão considerou como correta a afirmativa " O Estado brasileiro PODE exercer função fiscalizadora, incentivadora e até mesmo planejadora da atividade econômica". Conforme redigida, a frase deve ser considerar incorreta, pois, o Estado brasileiro não detém a faculdade de exercer a função fiscalizadoram incentivadora e planejadora, ou seja, atuar como agente normativo e regulador, isto é uma atribuição, dever constitucional do Estado em atuar como agente normativo e regulador, conforme leciona Leonardo Vizeu no livro DIreito Econômico, a Constituição Federal vigente é marcada pelo Neoliberalismo/ Estado Regulador, marcado pelo princípio da subsidiaridade, "no qual o Poder Pública irá concentrar seus esforços nas áreas em que a iniciativa privada, por si não consiga alcançar o interesse coletivo". Logo, onde houver falhas de mercado é obrigatória a atuação do Estado como agente regulador. Além disso, o art. 174 CF, detém a redação no sentido de que "Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado". Assim, percebe-se que o verbo EXERCERÁ está em contradição com o verbo PODE constante da alternativa dada como correta. Senso assim, requer-se a anulação da questão.
25	A questão deu como correta a afirmativa " A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação". Conforme ensina Leonardo Vizeu e na leitura de diversos dispositivos consititucionais e legais, percebe-se o seu desacordo com o Direito Econômico. Primeiramente, a função social, no livro de Direito Econômico de Leonardo Vizeu, é conceituada como: " Função social da propriedade: cuida da socialização dos direitos individuais, em que o uso e a fruição da propriedade privada passam a ser condicionados ao atendimento de uma função maior." . Logo, a função social não está intrinsecamente ligada ao uso racional da propriedade, mas sim, ao uso que atenda interesses da sociedade, que são definidos em lei, o que deve ser lido em conjunto com o caput do art. 170, que apresenta o ditame da Justiça Social. Além disso, como exemplo, utiliza-se o art. 182, §4°, CF, o qual apresenta caso de desrespeito à função social da propriedade e suas consequências. Neste, o descumprimento da função social da propriedade urbana acarreta, não a expropriação, mas sim, sucessivamento, o parcelamento, o iptu progressivo e a desapropriação. Da mesma forma ocorre com a propriedade rural. Logo, não se pode alegar que o descumprimento da função social acarreta a expropriação, peremptoriamente. Pois, podem haver diversas outras consequências, como a responsabilidade civil e a desapropriação. ALém disso, a resposta que informa a " valorização do trabalho humano exige que o Estado garanta emprego digno para todo trabalhador, de modo a efetivar os direitos sociais" está de acordo com os ensimantos de Leonardo Vizeu em DIreito Econômico, que conceitua a " valorização do trabalho humano: trata-se de primar pela proteção ao fator de produção mão-de-obra. Para tanto, o Estado deve atuar de maneira a assegurar que o produto do labor desse homem seja capaz de garantir, por si e sem interferências externas, o acesso a todos os bens de consumo essenciais para viver. Assim tal valor deve ser o meio pelo qual o trabalhador irá efetivar todos os direitos sociais." Logo, percebe-se que é obrigação constitucional do Estado atuar na valorização do trabalho humano, para que deste o cidadão possa auferir renda que lhe garanta fruir os direitos sociais. Assim, percebe-se que o gabarito da questão 25 deve ser alterado para a resposta explicada no parágrafo acima.
25	Conforme expressamente previsto no artigo 243 da Constituição Federal, a EXPROPRIAÇÃO será realizada com as "propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo", que serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. POR OUTRO LADO, o art. 9º, § 1º, da Lei n. 8.629/1993 prevê que: "Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta lei." PORTANTO, é incorreto relacionar a utilização racional da propriedade privada à pena de expropriação. O correto, nessa hipótese, seria falar em DESAPROPRIAÇÃO. Logo, a questão deve ser anulada.

25	A referida questão assinala como alternativa correta que " a função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação" A alternativa equivoca-se ao confundir o instituto da desapropriação em razão do descumprimento da função social do imóvel com o instituto da expropriação, Senão vejamos: A expropriação está prevista no art. 243 da Constituição Federal: "Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. " Verifica-se do citado comando constitucional que a expropriação é a modalidade de desapropriação forçada por lei. Consiste no ato de privar o proprietário da coisa que lhe pertence, como das glebas de terra onde são cultivadas plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo. Compara-se ao confisco, já que não há indenização a ser paga ao proprietário das terras. Por outro lado, a desapropriação em razão dos descumprimento da função social do imóvel está prevista no art. 184 e 186 da Constituição Federal: Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Disso se verifica que na desapropriação em razão do descumprimento da função social do imóvel haverá prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, diferentemente do que ocorre na expropriação. Por tais motivos, a questão em comento não apresenta nenhuma alternativa correta. Razão pela qual se requer a sua nulidade.
25	O gabarito definiu como correta assertiva que considera como consequência do não cumprimento da função social da propriedade, a expropriação. Ocorre que, expropriação e desapropriação não se confundem. O termo expropriação refere-se a casos em que não há qualquer tipo de indenização a ser paga ao proprietário do bem, como no caso do art. 243 da CF/88, que assim dispõe: “As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º”. Por sua vez, desapropriação é o ato do Poder Público que, por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, retira alguém de sua propriedade e a toma para si, mediante indenização justa. A principal diferença entre expropriação e desapropriação está na motivação e na indenização. Na desapropriação, que pode se indireta, judicial ou amigável, o poder público deve demonstrar que há necessidade ou utilidade pública ou interesse social. Além disso, é preciso pagar uma indenização ao proprietário do bem. Diferentemente da expropriação, não é uma medida confiscatória. O não cumprimento da função social da propriedade privada, acarreta desapropriação por interesse social, mediante justa indenização, conforme estipula art. 182, § 4º e art. 184, caput da CF/88. Portanto, não se trata de expropriação, o que torna equivocada a alternativa considerada correta pelo gabarito preliminar, impondo sua anulação.
25	Prezada Banca, a QUESTÃO 25 requer ao candidato que assinale a alternativa correta a respeito dos valores e princípios que tutelam a ordem econômica. A alternativa dada como correto foi a ALTERNATIVA C: “A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação.”. Ocorre que o referido item está incorreto, vejamos. Existe uma clara distinção entre expropriação e desapropriação. A expropriação, conforme elencada na Constituição Federal de 1988, se dá como punição em virtude de dois atos específicos previstos na Constituição, previsto no art. 243 “Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, SEM QUALQUER INDENIZAÇÃO ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.” A desapropriação, por sua vez, pode ocorrer por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social do Estado, ou até mesmo por descumprimento da função social da propriedade, seja ela urbana ou rural, nesse caso é DEVIDA INDENIZAÇÃO. Dessa forma, a redação trazida pelo enunciado, é de que uma vez não existindo a utilização racional no uso da propriedade privada haverá a expropriação. Tal entendimento não pode prosperar, pois não necessariamente haverá expropriação pelo não utilização racional, ademais é possível haver desapropriação pelo descumprimento da função social. Não pode aqui o examinador deixar de se ater a significativa diferença entre expropriação e desapropriação, bem como entender que não existe uma correlação obrigatória e imediata entre o não utilização racional da propriedade e a aplicação da pena de expropriação, em verdadeira extrapolação dos ditames legais, que não normatizam isso. Ante o exposto, devido à inexistência de itens corretos, não há resposta para a questão, requer-se, portanto, que seja ANULADO O GABARITO DA QUESTÃO 25.

25	Em relação à questão 25, entende-se que não há alternativa correta. A Banca considerou como tal a opção “C”, que diz: “A função social refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada sob pena de expropriação.” Porém, o conceito de expropriação utilizado pela doutrina e pela jurisprudência diz respeito à hipótese constitucional do artigo 243, que trata da desapropriação-confisco ou, simplesmente, expropriação. Vejamos o que o Ministro Gilmar Mendes esclareceu, por oportunidade do RE 635336/PE, julgado em 14/12/2016 (Info 851): "O instituto previsto no art. 243 da CF não é verdadeira espécie de desapropriação, mas uma penalidade imposta ao proprietário que praticou a atividade ilícita de cultivar plantas psicotrópicas, sem autorização prévia do órgão sanitário do Ministério da Saúde. Portanto, a expropriação é espécie de confisco constitucional e tem caráter sancionatório." Por isso, quando o item tido como correto fala genericamente em “expropriação”, sem explicitar que se trata da desapropriação-sanção, induz irremediavelmente qualquer candidato à incorreção na análise, pois a desapropriação-sanção não é nomeada simplesmente como "expropriação", como a desapropriação-confisco o é, conforme supra explicitado. Por isso, requer a anulação da questão, pois não tem resposta correta.
25	A questão deve ser anulada em razão da ausência de gabarito. A doutrina e jurisprudência diferenciam desapropriação de expropriação. A diferença ocorre justamente em razão da presença naquele e ausência nesse de indenização. No caso da desapropriação, o art. 184, caput, C/88. É claro que o desrespeito à função social da propriedade acarreta à desapropriação do bem com o pagamento de prévia e justa indenização. Por outro lado, o art. 243, CF/88, traz que ocorre a expropriação em propriedade que exista plantação de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo, sem existir qualquer forma de indenização. Por isso, a doutrina e jurisprudência entendem a diferença entre ambos institutos. Assim sendo, pede-se que seja anulada a questão em virtude da ausência de gabarito correto.
25	A questão não possui alternativa correta. A assertiva apontada como resposta mostra-se equivocada ao afirmar que "a função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação." A terminologia jurídica adequada a ser utilizada seria "sob pena de desapropriação". A Constituição Federal é clara ao classificar como expropriação a atividade confiscatória do Estado no art. 243 "serão expropriadas", afirma o texto constitucional. Diferentemente de quando elenca a desapropriação nos artigos: 5º, XXIV; 182, §3º e §4º, III; 184 e §§; 185 e 216, §1º, todos da Constituição Federal. Nessa linha, o Supremo Tribunal Federal atua, diferenciando expropriação de desaprorpiação, como se observa do julgamento da (AC 82-MC, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ de 28-5-04) e do tema 399 do RE 635.366/PE. Pelo exposto, a utilização equivocada do termo expropriação na assertiva dada como correta tornou por inviabilizá-la, deixando o item sem resposta correta, pelo que se postula a anulação. É o que se requer.
25	Pleiteia-se a anulação da questão, por não apresentar resposta correta. O descumprimento da função social da propriedade urbana ocorre quando não cumpre as exigências do plano diretor (art. 182, § 2º, CF), ensejando desapropriação com prévia e justa indenização em dinheiro (art. 182, § 3º, CF). O descumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando não cumpre, entre outros, o "aproveitamento racional e adequado" e a "utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente" (art. 186, I e II, CF), ensejando desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, com prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária (art. 184, CF). Portanto, não há que se falar em "utilização racional", pois os termos corretos são "aproveitamento racional" e "utilização adequada". Ademais, o termo "expropriação" possui significado diferente de "desapropriação", estando previsto no art. 243 da CF, aplicando-se às propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo, sem qualquer indenização ao proprietário.
25	. A questão merece ser anulada. A banca apontou como resposta correta o item “c”, segundo o qual a função social da propriedade refere-se à utilização racional do uso da propriedade privada, sob pena de expropriação. Conforme leciona RAFAEL CARVALHO REZENTE OLIVEIRA, apenas a propriedade que atende a função social delineada pelo ordenamento jurídico tem status de direito fundamental (art. 5.º, XXII e XXIII, da CRFB). Dessa forma, o descumprimento da função social acarreta a aplicação de sanções ao particular, admitindo-se, inclusive, a retirada forçada da propriedade por meio da desapropriação. Ex.: desapropriação de imóvel urbano não edificado (art. 182, § 4.º, III, da CRFB); desapropriação do imóvel rural improdutivo (art. 184 da CRFB); expropriação de propriedades rurais e urbanas com cultivo de plantas psicotrópicas ilegais ou a exploração de trabalho escravo (art. 243 da CRFB, com redação dada pela EC 81/2014). Vê-se, destarte, que a a expropriação não é a única forma de sanção ao particular, podendo haver desapropriação de imóvel urbano não edificado (art. 182, § 4.º, III, da CRFB); desapropriação do imóvel rural improdutivo (art. 184 da CRFB). Assim, tal questão não pode ser considerada correta, merecendo anulação.
25	Foi dado como correto a letra "C" , porém a utilização do termo "EXPROPRIAÇÃO" em vez de "DESAPROPRIAÇÃO" prejudicou o julgamento objetivo do item, já que se tratam de hipóteses completamente diferentes, isto é, quando a alternativa diz que a função social da propriedade deve ter utilização racional sob pena de expropriação, é o mesmo que dizer que necessariamente se trata de hipóteses de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo, e que consequentemente não haveria hipótese de indenização já que para expropriação não se fala em indenização. A doutrina e a jurisprudência pacífica certificam que o descumprimento da função social da propriedade geram o dever de

	DESAPROPRIAÇÃO por parte do Estado com todas as indenizações pertinentes ao caso. Por isso, com a generalização das situações, acabou por induzir o candidato a erro. A questão merece ser ANULADA já que sem resposta!
25	A alternativa C ("a função social da propriedade refere-se à UTILIZAÇÃO RACIONAL no uso da propriedade privada, sob pena de EXPROPRIAÇÃO") não está correta. Primeiro, porque não basta a utilização racional para que se possa falar em cumprimento da função social da propriedade. O art. 182, §2º, da Constituição de 1988, dispõe que "a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor", enquanto que o art. 186, incisos, estabelece que "a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I- aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores." Em outras palavras, para que seja possível falar em cumprimento da função social, tanto a propriedade urbana quando a rural necessitam cumprir requisitos que vão além da utilização racional. Repise-se: quando à propriedade urbana, a Constituição fala em observância do plano diretor e quanto à rural, elenca por exemplo, além da utilização racional, a necessidade de observância das disposições que regulam as relações de trabalho. Segundo, porque o que caberia seria a desapropriação, considerando-se o que estabelece o art. 184, da CF ("... desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização …"), e não a expropriação. Nesse ponto, de se destacar que os dois institutos não se confundem. De acordo com o Inf. 851, p. 7 (RE 635336 / PE), no qual consta as palavras do ministro Gilmar Mendes (relator), cujo entendimento prevaleceu (repercussão geral): "… o instituto previsto no art. 243 da CF não é verdadeira espécie de desapropriação, mas uma penalidade imposta ao proprietário que praticou a atividade ilícita de cultivar plantas psicotrópicas, sem autorização prévia do órgão sanitário do Ministério da Saúde. Portanto, a expropriação é espécie de confisco constitucional e tem caráter sancionatório." Frise-se, a expropriação, diferentemente das espécies de desapropriação, não enseja indenização alguma, e só é cabível nos casos do art. 243, da Constituição de 1988; quais sejam: culturas ilegais de plantas psicotrópicas e exploração de trabalho escravo. De outro lado, verifica-se que a alternativa que melhor responde a questão 25 é a B, pois que, de fato, se a atividade econômica está sendo LICITAMENTE exercida, não há falar em restrição ao seu exercício pelo Estado, tendo em vista o princípio da livre iniciativa a que faz referência o art. 170, da Constituição. A partir do momento em que há vedação legal (parágrafo único do art. 170), a atividade deixa de ser lícita e, assim, torna-se possível restringir a livre iniciativa. Veja-se: a atividade ILÍCITA não impede restrição por parte do Estado; a LÍCITA, sim. Ante o exposto, requer-se a ALTERAÇÃO do gabarito, a fim de que a alternativa B seja considerada a correta. Não entendo assim a respeitável banca, requer-se subsidiariamente a ANULAÇÃO da questão.
25	A questão deve ser ANULADA. O gabarito considerado como correto igualou os conceitos de expropriação com o de desapropriação, os quais não se confundem. Dizer que o descumprimento da função social leva à "Expropriação", induz o candidato a erro, visto que a ideia de "expropriação", segundo o próprio STF tem o sentido de CONFISCO, em virtude de não conferir ao proprietário direito à indenização, como ocorre com a desapropriação. Nesse sentido: "O instituto previsto no art. 243 da CF não é verdadeira espécie de desapropriação, mas uma penalidade imposta ao proprietário que praticou a atividade ilícita de cultivar plantas psicotrópicas, sem autorização prévia do órgão sanitário do Ministério da Saúde. Portanto, a expropriação é espécie de confisco constitucional e tem caráter sancionatório." RE 635336/PE, rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 14.12.2016. (RE-635336). Desse modo, desapropriação não se confunde com expropriação devendo o item ser considerado incorreto gerando a nulidade da questão por ausência de resposta correta.

25	REQUERIMENTO: requer a alteração do gabarito da questão 25 de letra C para letra A. RECURSO: a questão 25 apontou como correta a letra C. Contudo, a alternativa não pode ser considerada como o gabarito oficial, já que trata do instituto da “expropriação” como sinônimo de “desapropriação”, em desrespeito ao texto expresso da CF/88. De fato, é necessário se respeitar a função social da propriedade, sendo este um direito fundamental (art. 5, XXIII, da CF/88) e da ordem econômica (art. 170, III, da CF/88). Também é acertado afirmar que o eventual não cumprimento do referido instituto poderá ensejar sanções, dentre as quais a “desapropriação”, conforme se extrai, por exemplo, dos artigos 182 e 184 da CF/88. Todavia, o item C apontado como correto na questão 25 trata expressamente do instituto da “expropriação”, a qual apenas é prevista de maneira expressa no art. 243 da CF/88, que versa sobre imóveis em que forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo. Sobre o tema, João Trindade Cavalcante Filho, em publicação intitulada “Desapropriação sem indenização? Uma análise constitucional dos conceitos de desapropriação, expropriação e confisco” (disponível em: https://jus.com.br/artigos/13680/desapropriacao-sem-indenizacao), assim dispõe: “É um princípio geral da hermenêutica – verdadeiro corolário do postulado do legislador racional – que "a lei não possui palavras inúteis" (Inocêncio Mártires COELHO, 2003, p. 23). Assim, se a Constituição utilizou em situações diferentes as palavras desapropriação e expropriação, é porque se trata de conceitos diferentes, cujo delineamento deverá ser dado pela doutrina, pois a tradição românica determina que não cabe ao legislador definir (Maria Helena DINIZ, 2003, p. 125)”. Assim, não havendo informações suficientes no enunciado para enquadra-lo na hipótese do art. 243 da CF/88, não é possível se considerar o item C correto. Por outro lado, em uma interpretação sistemática do art. 1º, III e IV c/c art. 170, “caput” e VIII, da CF/88, é perfeitamente compreensível que a valorização do trabalho exige a sua compatibilidade com a dignidade da pessoa humana, o que está em consonância com o direito social do “trabalho”, previsto no art. 6, “caput”, da CF/88. A partir dessas informações, é possível concluir que o disposto no item A (“A valorização do trabalho humano exige que o Estado garanta emprego digno para todo trabalhador, de modo a efetivar os direitos sociais”) está correto, merecendo ser este o gabarito da questão 25. Subsidiariamente, requer a anulação do quesito.
25	A alternativa apontada como correta afirma que a função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação. Contudo, percebe-se que a assertiva, desafortunadamente, confunde os conceitos de desapropriação e expropriação. Conforme amplamente aceito pela doutrina, a desapropriação deve ser precedida de indenização, enquanto a expropriação não possui tal requisito. De fato, a Constituição da República prevê apenas duas situações onde se autoriza a prática da expropriação, ambas previstas em seu art. 243, quais sejam: cultura ilegal de psicotrópico e exploração de trabalho escravo. Nesses casos, a União não realiza o pagamento de qualquer indenização aos proprietários dos respectivos imóveis. Assim, a questão deve ser anulada tendo em vista a ausência de alternativa correta.
25	Ao contrário do disposto na alternativa apontada como correta no gabarito preliminar, a falta de utilização racional no uso da propriedade privada não tem como pena a expropriação, mas sim a desapropriação da propriedade, institutos amplamente diferenciados pela doutrina e pelo STF. A expropriação se diferencia da desapropriação e suas espécies por não ensejar indenização pela tomada da propriedade, além de poder ser aplicada somente nos casos previstos no art. 243 da CF (exploração de trabalho escravo e culturas ilegais de plantas psicotrópicas), conforme arts. 182, §4º, 184, "caput" e 243, todos da CF. No Informativo nº 851 do STF, a Suprema Corte trouxe afirmação que estabelece claramente a diferenciação entre expropriação e desapropriação: "O instituto previsto no art. 243 da CF não é verdadeira espécie de desapropriação, mas uma penalidade imposta ao proprietário que praticou a atividade ilícita de cultivar plantas psicotrópicas, sem autorização prévia do órgão sanitário do Ministério da Saúde. Portanto, a expropriação é espécie de confisco constitucional e tem caráter sancionatório." A alternativa da questão dispõe que "A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação". No entanto, nesse caso, seria cabível, em regra, indenização, além de não serem demonstrados os pressupostos para expropriação do art. 243 da CF. Conclui-se, portanto, pela aplicação do instituto da desapropriação, e não expropriação, estando a alternativa errada. Deve a questão ser anulada.
25	A consequência do descumprimento da função social é a desapropriação, que não se confunde com a expropriação (aplicável nos casos de exploração de trabalho escravo e culturas ilegais de plantas psicotrópicas, conforme art. 243 da CFRFB). Ademais, o descumprimento da função social não acarreta necessariamente a desapropriação, vide §4° do art. 182 da Constituição Federal, que elenca a desapropriação como última consequência: parcelamento ou edificação compulsórios; imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. Desta forma, solicita-se a alteração do gabarito para letra B (a livre iniciativa impede que o estado restrinja o exercício lícito da atividade econômica) ou, subsidiariamente, a anulação da questão, por não possuir alternativa correta.

25	A respeito dos valores e princípios que tutelam a ordem econômica, assinale a opção correta. O Gabarito indicado é letra E (A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação), todavia, entendo correta a letra D (A livre iniciativa impede que o Estado restrinja o exercício lícito da atividade econômica) Há farta jurisprudência, doutrina e diversos artigos que prelecionam que o princípio da livre iniciativa é o fundamento para a admissão de qualquer atividade econômica no país, desde que forma lícita. Cito como exemplo: "Frente a tais informações, nota-se a colisão aparente entre a livre iniciativa e a intervenção estatal. Portanto, deve-se compreender que a livre iniciativa é, em síntese, a liberdade conferida pela Constituição Federal que admite a prática de qualquer atividade econômica no país, desde que seja lícita." https://jus.com.br/artigos/58775/principios-da-livre-iniciativa-e-da-livre-concorrencia-intervencao-estatal-no-dominio-economico O doutrinador Lafayete Josué Petter, ressalta que a livre iniciativa: [...] consiste no poder reconhecido aos particulares de desenvolverem uma atividade econômica. É mesmo uma fonte axiológica de liberdade perante o Estado e até perante os demais indivíduos, um atributo essencial da pessoa humana em termos de realização de sua capacidade, suas realizações e seu destino. PETTER, Lafayete Josué. Princípios constitucionais da ordem econômica. p. 95 No exame de recurso ordinário no TST, a ministra Dora Maria da Costa, redatora do acórdão, afirmou que a cláusula que proíbe a terceirização de serviços nos condomínios limita o campo de atuação das empresas prestadoras de serviços de limpeza e conservação, “indo de encontro a um dos princípios constitucionais básicos da atividade econômica, que é o da livre concorrência, inserto no inciso IV do artigo 170, o qual prevê a liberdade da iniciativa privada”. Para a ministra, o princípio da livre iniciativa (artigo 1º, inciso IV, da Constituição da República) envolve não só o livre exercício de qualquer atividade econômica e a liberdade de trabalho, mas também a liberdade de contrato, decorrendo daí a vedação a qualquer restrição não prevista em lei. “De um lado, as administrações dos condomínios devem ser livres para decidirem, elas próprias, qual a melhor forma de contratação dos serviços a serem prestados, seja a contratação direta ou a de empregados terceirizados. De outro, as empresas prestadoras, cujo objeto social diz respeito à terceirização de serviços de conservação e limpeza, entre os quais podem ser incluídos os serviços de zelador, garagista, porteiro, faxineiro e outros, não podem sofrer limitações em seu campo de atuação, não se admitindo que um instrumento negocial invada a seara dos contratos que podem ser firmados entre elas e os condomínios residenciais”, assinalou. https://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/24561655/pop_up Desse modo, discordo do gabarito que considerou a letra E como correto, devendo ser considerada como correta a alternativa "A livre iniciativa impede que o Estado restrinja o exercício lícito da atividade econômica", letra D da minha prova. Ademais, essa alternativa E está errada: "A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação", porquanto o descumprimento da função social da propriedade tem como consequência a desapropriação e não a expropriação. A expropriação se dá pelo uso ilícito da propriedade, de acordo com o artigo 243 da Constituição Federal: "Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei." A desapropriação por descumprimento de utilização racional do solo está prevista no artigo 182, § 4º, III da CRFB/88. Veja, que o termo correto é desapropriação e não expropriação. "§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais."

25	A alternativa dada como correta equivoca-se ao utilizar o termo expropriação ao invés de desapropriação, como consequência da falta de utilização racional no uso da propriedade privada. Parte da doutrina denomina o art. 243 de "desapropriação confiscatória" em virtude de não conferir ao proprietário direito à indenização, como ocorre com as demais espécies de desapropriação (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2016, p. 1044). Outros autores preferem falar em "confisco" (MORAES, Alexandre. Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 2135). O próprio STF também reafirmou que se trata de confisco. Veja o que disse o Ministro Gilmar Mendes: "O instituto previsto no art. 243 da CF não é verdadeira espécie de desapropriação, mas uma penalidade imposta ao proprietário que praticou a atividade ilícita de cultivar plantas psicotrópicas, sem autorização prévia do órgão sanitário do Ministério da Saúde. Portanto, a expropriação é espécie de confisco constitucional e tem caráter sancionatório." STF. Plenário. RE 635336/PE, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 14/12/2016 (repercussão geral). Portanto, tanto a desapropriação, quanto a expropriação são institutos diferenciados. No caso da questão, a não utilização racional no uso da propriedade privada gera desapropriação, portanto, cabível indenização. Não se trata de expropriação, pois a questão não trata de trabalho escravo e culturas ilegais de drogas, portanto, nesses casos, incabível indenização. Do exposto, pugna-se pela alteração de gabarito, tendo como correta a letra C, já que os fundamentos da ordem econômica, segundo caput do art. 170 da Constituição Federal, são a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa, com a finalidade de assegurar existência digna, o que inclui a garantia de emprego digno para o trabalhador a fim de efetivar os direitos sociais previstos no art.6 da CF, tais como o trabalho, alimentação, transporte, moradia.
25	A questão 25 de direito econômico pressupõe o conhecimento, pelo candidato, de informações que não constam do enunciado e da assertiva indicada como correta, o que prejudica a sua análise objetiva. A alternativa "E", indicada como gabarito preliminar, dispõe que "a função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação". Não é possível ao candidato concluir pelo acerto dessa alternativa sem conhecer previamente se a questão trata de propriedade urbana ou rural. Isso porque "a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor" (Art. 182, § 2º, da CRFB) e a função social da propriedade rural é cumprida quando ela "atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos", dentre eles, o "aproveitamento racional e adequado" (Art. 186, I, da CRFB). Veja, portanto, que o conceito de função social não é absoluto, variando conforme se trate de propriedade urbana ou rural. Além do mais, não basta a "utilização racional" para que a propriedade rural cumpra sua função social, sendo exigido, nos termos da Constituição, que ela atenda "simultaneamente" os requisitos elencados no Art. 186 da CRFB. Acrescente-se que a consequência do não cumprimento da função social, ainda que fosse limitada à sua "utilização racional", não é necessariamente a expropriação. A uma, porque a Constituição só utiliza o termo "expropriação" para se referir à perda da propriedade como sanção pelo cultivo ilegal de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo e, ainda assim, "na forma da lei". Daí infere-se que a expropriação não é um efeito automático e não decorre de todo e qualquer descumprimento da função social. A duas, porque o descumprimento da função social da propriedade urbana implica, antes da desapropriação (espécie de expropriação), a obrigação de parcelamento ou edificação compulsórios e, em seguida, a incidência do IPTU progressivo no tempo, nos termos do Art. 182, § 4º, I a III, da CRFB. O Supremo Tribunal Federal entende que tal dispositivo estabelece uma ordem sucessiva, somente sendo possível a aplicação do efeito seguinte após a incidência do efeito anterior. Ademais, a desapropriação não é uma consequência necessária, dependendo da conveniência e oportunidade, bem como de dotação orçamentária suficiente. Caso contrário, a consequência do descumprimento da função social da propriedade urbana será, tão somente, a obrigação de parcelamento ou edificação compulsórios ou a incidência do IPTU progressivo no tempo, até o limite legal. Posto isso, evidencia-se que a alternativa "E" da questão 25 de direito econômico pressupõe informações que não constam no enunciado nem na própria alternativa, o que extrapola o objeto da avaliação, prejudicando a análise objetiva da questão. Não havendo outra assertiva correta, não resta outra solução, senão a anulação da questão.

25	Prezada banca, A alternativa correta é a letra C: A valorização do trabalho humano exige que o Estado garanta emprego digno para todo trabalhador, de modo a efetivar os direitos sociais. Isso porque "Expropriação" é um termo reservado pela doutrina e pela própria CF (art 243) somente para os casos de intervenção do Estado na propriedade particular, sem indenização, em virtude da prática de atos ilícitos (plantio de drogas ou trabalho escravo). E não se confunde com a desapropriação urbana nem com a agrária (arts. 182 e 184), essas sim responsáveis pelo cumprimento da função social da propriedade. No mesmo sentido é a jurisprudência do STF (RE 635.336) e a doutrina de Marcelo Alexandrino. Ademais, a função social, no livro de Direito Econômico de Leonardo Vizeu, é conceituada como: " Função social da propriedade: cuida da socialização dos direitos individuais, em que o uso e a fruição da propriedade privada passam a ser condicionados ao atendimento de uma função maior." . Logo, a função social não está intrinsecamente ligada ao uso racional da propriedade, mas sim, ao uso que atenda interesses da sociedade, que são definidos em lei, o que deve ser lido em conjunto com o caput do art. 170, que apresenta o ditame da Justiça Social. Além disso, como exemplo, utiliza-se o art. 182, §4°, CF, o qual apresenta caso de desrespeito à função social da propriedade e suas consequências. Neste, o descumprimento da função social da propriedade urbana acarreta, não a expropriação, mas sim, sucessivamente, o parcelamento, o IPTU progressivo e a desapropriação. Da mesma forma ocorre com a propriedade rural. Por sua vez, o descumprimento da função social nos contratos faz incidir a norma 187, CC, sendo o ato ilícito passível de responsabilização pelo dano causado. Logo, não se pode alegar que o descumprimento da função social acarreta a expropriação, peremptoriamente. Pois, podem haver diversas outras consequências, como a responsabilidade civil e a desapropriação. Além disso, a resposta que informa a " valorização do trabalho humano exige que o Estado garanta emprego digno para todo trabalhador, de modo a efetivar os direitos sociais" está de acordo com os ensinamentos de Leonardo Vizeu em Direito Econômico, que conceitua a " valorização do trabalho humano: trata-se de primar pela proteção ao fator de produção mão-de-obra. Para tanto, o Estado deve atuar de maneira a assegurar que o produto do labor desse homem seja capaz de garantir, por si e sem interferências externas, o acesso a todos os bens de consumo essenciais para viver. Assim tal valor deve ser o meio pelo qual o trabalhador irá efetivar todos os direitos sociais." Logo, percebe-se que é obrigação constitucional do Estado atuar na valorização do trabalho humano, para que deste o cidadão possa auferir renda que lhe garanta fruir os direitos sociais. Assim, percebe-se que o gabarito da questão 25 deve ser alterado para a resposta explicada no parágrafo acima.
25	A questão considera como correta a alternativa que afirma "A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação." Ocorre que, expropriação e desapropriação são institutos diferentes. Nos termos do Art. 243 da Constituição Federal, as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014). Por outro lado, o Art. 184 também da Constituição Federal afirma que: Compete à União DESAPROPRIAR por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. Evidenciada a diferença na aplicabilidade dos institutos da expropriação e da desapropriação, por ausência de tecnicidade do termo empregado na assertiva dada como correta, pugna-se pela anulação da questão.
25	Conforme será exposto a seguir, a Banca Examinadora incorreu em equívoco quando da elaboração da presente questão, conforme será demonstrado a seguir. De início, impende destacar que o enunciado da questão n ° 25 faz menção aos "valores e princípios que tutelam a ordem econômica". Analisando-se o texto constitucional, os arts. 170 a 181 regulam a "ordem econômica", inexistindo qualquer referência a EXPROPRIAÇÃO de imóvel em virtude de eventual descumprimento da função social da propriedade. Em outras palavras, inexiste qualquer previsão de expropriação de imóvel em virtude do descumprimento da função social da propriedade ou pela não utilização racional. Por outro lado, vale registrar que o texto da Constituição Federal apenas utiliza o termo EXPROPRIAÇÃO no art. 243, quando menciona que os imóveis utilizados para "culturas ilegais de plantas psicotrópicas" ou para "exploração do trabalho escravo" será expropriados. Nesse caso, a expropriação consiste na tomada do imóvel pelo Estado, sem qualquer tipo de indenização, posto o seu caráter sancionatório. Dessarte, como o termo EXPROPRIAÇÃO foi empregado incorretamente no "item B"; a questão n ° 25 deve ser declarada como anulada, posto a inexistência de assertiva correta. Nesses termos, pede deferimento.
25	A alternativa apontada como "correta" contém um erro. A expropriação não se confunde com desapropriação. Aquela (expropriação) está fundamentada no art. 243 da CF, sendo modalidade de aquisição originária, que não gera direito a indenização, enquanto esta (desapropriação) fundamenta-se no art. 5, XXIV da CF, gerando direito a indenização pela tomada da propriedade. Nesse sentido, "a função da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de DESAPROPRIAÇÃO, e não "expropriação", conforme colocado na alternativa. Assim, evidente o erro no gabarito preliminar. Por outro lado, verifica-se o acerto da alternativa que diz: "o princípio da defesa ao meio ambiente, ao preservar a diversidade ecológica restringe o desenvolvimento econômico", limitando-o. Requer, portanto, a mudança do gabarito preliminar, ou, subsidiariamente, a anulação da questão.

25	Excelentíssima Comissão Elaboradora do Concurso Público para o cargo de Procurador do Estado de Rondônia. O candidato requer o reconhecimento da anulação da questão de nº 25 da prova de direito administrativo e econômico, haja vista a inexistência de assertiva correta pelos fatos e fundamentos a seguir expostos. A respeitável banca considerou correta a seguinte afirmativa: A respeito dos valores e princípios que tutelam a ordem econômica, assinale a opção correta. A) A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação. Ocorre que, a nomenclatura usada pela banca para se referir a consequência do não cumprimento da função social pelo detentor da propriedade privada foi "EXPROPRIAÇÃO", todavia nos exatos termos da Constituição Federal de 1988, o não cumprimento da função social, tanto em meio urbano como em meio rural, possui como consequência a "DESAPROPRIAÇÃO", por interesse social, a qual pressupõe o preenchimento dos requisitos constitucionais e legais, como também não se mistura nem se assemelha com a EXPROPRIAÇÃO, pois a desapropriação é sempre indenizada, ao passo que aquela é feita pela tomada da propriedade pelo poder público, sem qual tipo de indenização.
25	Existe equívoco na alternativa considerada correta pela banca examinadora, qual seja, "A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de EXPROPRIAÇÃO". O não atendimento a função social da propriedade pode acarretar a DESAPROPRIAÇÃO da propriedade privada, não a expropriação, conforme afirmado na questão. Isso ocorre porque a expropriação tem natureza confiscatória e não enseja o direito a indenização, diferentemente da desapropriação. Quanto ao imóvel urbano, a desapropriação por falta de destinação adequada da propriedade privada está prevista no art. 182, § 4º, da Constituição Federal: Art. 182 [...] § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - DESAPROPRIAÇÃO com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. Quanto ao imóvel rural, a desapropriação pelo não cumprimento da função social está prevista no art. 184 da Constituição Federal: Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. Vale frisar que a EXPROPRIAÇÃO não ocorre pelo descumprimento da função social da propriedade (o qual é irrelevante para o caso), mas por ato ilícito de seu proprietário, conforme o art. 243 da Constituição Federal: Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. Desta forma, por inexistir alternativa correta para a questão, o item 25 deve ser anulado.

25	Nobre Banca Examinadora, O enunciado da questão pede que "A respeito dos valores e princípios que tutelam a ordem econômica, assinale a opção correta". Tendo sido indicado, em sede preliminar, como correta a "LETRA C (A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação)". Com o devido respeito, tal posição não deve ser mantida, visto que a parte final limita a atuação do Estado frente o não cumprimento da função social da propriedade à prática da expropriação. Todavia, tal afirmativa não está de acordo com os dispositivos da CF/88, tampouco com a Doutrina de Direito Administrativo, nem com a Jurisprudência do STF. Em regra, o não cumprimento da função social da propriedade leva ao instituto da desapropriação-sanção (que não se confunde com o termo expropriação, geralmente ligado a condutas ilícitas). Nos termos do artigo 184 da CF/88, "Compete à União DESAPROPRIAR POR INTERESSE SOCIAL, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que NÃO ESTEJA CUMPRINDO SUA FUNÇÃO SOCIAL, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei". Da mesma forma, o artigo 182, §4º, III, da CF/88 preceitua "§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, DO PROPRIETÁRIO DO SOLO URBANO NÃO EDIFICADO, SUBUTILIZADO OU NÃO UTILIZADO, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: III - DESAPROPRIAÇÃO com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais". Por sua vez, ao tratar de EXPROPRIAÇÃO, o artigo 243 da CF/88 diz que "As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País ONDE FOREM LOCALIZADAS CULTURAS ILEGAIS DE PLANTAS PSICOTRÓPICAS OU A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO na forma da lei serão EXPROPRIADAS e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º". Logo, a função social da propriedade está diretamente ligada ao instituto da DESAPROPRIAÇÃO, não propriamente ao da EXPROPRIAÇÃO, não sendo adequado o emprego dos termos como sinônimos, tendo em vista que disciplinam situações jurídicas diversas. Importante destacar que esse é o entendimento do STF firmado no julgamento do RE 635.336, em que traz a seguinte ementa:cRecurso extraordinário. 2. Constitucional. Administrativo. Cultivo ilegal de plantas psicotrópicas. Expropriação. Art. 243 da CF/88. Regime de responsabilidade. 3. Emenda Constitucional 81/2014. Inexistência de mudança substancial na responsabilidade do proprietário. 4. EXPROPRIAÇÃO DE CARÁTER SANCIONATÓRIO. Confisco constitucional. Responsabilidade subjetiva, com inversão de ônus da prova. 5. Fixada a tese: "A expropriação prevista no art. 243 da CF pode ser afastada, desde que o proprietário comprove que não incorreu em culpa, ainda que in vigilando ou in eligendo". 6. Responsabilidade subjetiva Logo, resta claro que EXPROPRIAÇÃO não se confunde com a DESAPROPRIAÇÃO, esta sim um mecanismo hábil para garantir a função social da propriedade, portanto, a LETRA C, em sua parte final, ao excluir o termo DESAPROPRIAÇÃO está em desacordo com o texto da CF/88, não podendo ser mantida como correta. Por outro lado, a "LETRA A (A valorização do trabalho humano exige que o Estado garanta emprego digno para todo trabalhador, de modo a efetivar os direitos sociais" se mostra de forma muito mais coerente, posto que está intimamente ligada ao artigo 170, VIII, da CF/88 que diz ser princípio da Ordem Econômica, fundada na valorização do trabalho humano, dentre outros, a BUSCA DO PLENO EMPREGO, que, em miúdos, se coaduna com a ideia de que o Estado deve atuar para garantir o emprego digno para os trabalhadores, na busca pela concretização dos direitos laborais e do respeito ao labor humano. Logo, plenamente correto o conteúdo da Letra A. Ante o exposto, requer a ALTERAÇÃO do GABARITO da LETRA C para a LETRA A. Ou, caso assim não entenda esta douta banca, a ANULAÇÃO da referida questão com atribuição de pontos a todos os candidatos. Nestes Termos, Pede Deferimento.

25	A questão indevidamente assinalou como correta a assertiva "B", segundo a qual "a função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação". Contudo, o gabarito merece reforma para que conste como correto o item "D", pelo qual "a valorização do trabalho humano exige que o Estado garanta emprego digno para todo trabalhador de modo a efetivar os direitos sociais", pelos seguintes fundamentos. Em primeiro lugar, a doutrina especializada é uníssona ao apontar que o vocábulo "Expropriação" é aplicável apenas para os casos em que o Estado retira do particular a propriedade, sem qualquer direito a indenização, com fundamento no art. 243 da CF/88. Nesse sentido, é o magistério de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (Direito Constitucional Descomplicado, 2020, 19ª Edição, p. 160), ao comentar o RE 635336/PE, julgado pelo STF (rel. Min. Gilmar Mendes, DJe-209 Divulg 14-09-2017 Public 15-09-2017): "Assentou o Tribunal que o instituto do art. 243 da Constituição Federal não é verdadeira modalidade de desapropriação, mas confisco constitucional, de caráter sancionatório, ou seja, uma penalidade imposta ao proprietário que praticou a atividade de cultivar plantas psicotrópicas sem autorização prévia do órgão competente. [...] exige-se algum grau de vulpa para sua caracterização, um nexo mínimo de imputação da atividade ilícita ao atingido pela sanção (responsabilidade subjetiva, portanto". Aliás, a única menção da Constituição ao termo "Expropriação" ocorre exatamente no art. 243 citado acima. Em todas as demais hipóteses de intervenção do Estado da propriedade, não há que se falar em expropriação, mas sim em Desapropriação: Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. Já para os casos de a propriedade não cumprir plenamente sua função social, nas hipóteses do art. 182 e 184 da CF/88, a doutrina utiliza o termo "Desapropriação agrária", "Desapropriação urbana" ou "Desapropriação-sanção". O art. 182, § 4º, III, trata da desapropriação-sanção de imóvel urbano nos seguintes termos: Art. 182, § 4º [...] III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. Já o art. 184 da desapropriação de imóvel rural assim disciplina: Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária [...]. Já o art. 186 da CF disciplina os requisitos a serem observados por uma propriedade rural para que se considere cumprida a função social da propriedade Dessa forma, vê-se que o instituto jurídico a ser utilizado nos casos de não cumprimento da função social da propriedade é a "Desapropriação-sanção" de imóvel rural ou urbano, na qual é devida a indenização mediante títulos da dívida. Já a Expropriação é forma mais grave de retirar a propriedade do particular, cabível somente no caso de ilícitos (submissão de trabalhador à condição análoga a de escravo ou plantio de substâncias psicotrópicas), uma vez que não há qualquer forma de indenização no caso. Por isso tais hipóteses não se confundem, o que torna a letra B semântica e juridicamente incorreta. Por outro lado, está correta a letra D, pois um dos princípios da ordem econômica é exatamente a busca do "Pleno emprego". Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VIII - busca do pleno emprego; Em outras palavras, a CRFB/88 prevê como princípio da ordem econômica (no art. 170) a busca do "pleno emprego", que nada mais é do que o Estado garantir emprego digno para todo trabalhador, de modo a efetivar seus direitos sociais e valorizar o trabalho humano, tal como enunciado na questão D. Inclusive, para essa missão, a CF/88 outorgou ao Estado as funções estatais de fiscalização, incentivo e planejamento (art. 174). Em razão dos argumentos expostos, o gabarito deve ser alterado para letra D.
25	O gabarito oficial indicado foi a Letra D, contudo o correto é a Letra B. A afirmação da letra D padece de um equívoco: informa que a propriedade que não cumpre sua função social pode sofrer expropriação. Confunde-se, portanto, com a desapropriação. A propriedade que não cumpre a função social pode ser desapropriada, não expropriada. A expropriação está prevista na Constituição Federal no art. 243, o qual prevê que as propriedades onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. A desapropriação, por outro lado, é precedida de indenização. Está expressamente prevista nos artigos 182, § 4º, III, e 184 da CF, relativamente às hipóteses de a propriedade não cumprir sua função social. A primeira hipótese se refere ao imóvel urbano (art. 182) e a segunda, ao imóvel rural (art. 184). Ambas as hipóteses determinam prévia indenização, com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal. Dessa maneira, a alternativa D contém afirmação incorreta. Em vez de expropriação, a afirmativa deveria prever desapropriação. Afigura-se como correta, portanto, a letra B. Esta afirma que "A valorização do trabalho humano exige que o Estado garanta emprego digno para todo trabalhador, de modo a efetivar os direitos sociais", e por isso está correta. Primeiro, a valorização social do trabalho é fundamento da república, previsto no art. 1º da CF. Já o caput do art. 170 prevê que a valorização do trabalho humano é fundamento da ordem econômica. Sabe-se que tais direitos são categorizados como de segunda dimensão ou geração, conforme classificação de Karel Vasak, e por isso demandam atuação positiva por parte do Estado. Conforme a clássica doutrina de Jellinek, o cidadão, frente à valorização do trabalho, encontra-se em status civitatis, podendo exigir do

	Estado alguma prestação. Deve o Poder Público agir de forma positiva em favor desse indivíduo, proporcionando-lhe emprego digno de modo a efetivar os direitos sociais. Dessa forma, a alternativa correta é a Letra B.
25	Prezada Banca Examinadora, O gabarito preliminar da Questão 25, de Direito Econômico, é Letra B. Todavia, a falta de utilização racional da propriedade privada não implica expropriação, mas desapropriação, que são institutos diferentes. A expropriação apenas ocorre em caso de cultura ilegal de plantas psicotrópicas ou trabalho escravo, na forma do artigo 243 da Constituição. Por essa razão, requer-se a anulação da questão.
25	Ressalta-se que o gabarito preliminar considerou correto o item : ''A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação." Contudo, como se depreende da leitura da constituição a sanção pelo descumprimento da função social da propriedade é a desapropriação. A expropriação, por sua vez, instituto diferente da desapropriação, e previsto no art. 243 da CF. Assim: Art. 182 da CF. § 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014) Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014) Desse modo, a expropriação não concede ao proprietário direito a indenização, bem como é restrita as hipóteses de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo . Dessa forma, requer a anulação da questão.

25	Primeiramente, insta salientar que o direito à propriedade é direito fundamental, previsto no artigo 5º, caput, da Constituição Federal de 1988. Todavia, há situações em que o Estado pode intervir na propriedade mediante suas mais diversas formas. Assim sendo, o presente artigo visa ressaltar apenas a expropriação e a desapropriação, visto que muitos as confundem. Embora tenham o nome um pouco parecido, suas finalidades são bastante diferentes. EXPROPRIAÇÃO A expropriação, conforme elencada na Constituição Federal de 1988, se dá como consequência do ato do proprietário do imóvel, pois é ele quem dá causa para que o bem seja expropriado. Vejamos os termos do artigo 243 da Constituição Federal: "Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei." (grifos nossos). Logo, podemos analisar que os requisitos necessários para haver a expropriação são: i) culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou; ii) exploração de trabalho escravo. Assim sendo, é possível perceber que a causa se deu por ato do proprietário, que não agiu em conformidade com a lei. Contudo, afasta-se a expropriação se não comprovada culpa do proprietário do imóvel, conforme decisão sobre o Tema 399 do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 635.336. Quanto à indenização, se configurada a expropriação, o proprietário não a recebe, e pode, ainda, sofrer outras sanções legais. Ora, como foi ele quem causou o ato ilícito, não há que ser indenizado. O Estado apenas interviu neste caso para que um mal maior não ocorresse com as pessoas que prestavam trabalho escravo ou que cultivavam plantas psicotrópicas ilegais. 2 DESAPROPRIAÇÃO A desapropriação, por sua vez, diferente da expropriação, não ocorre por ato ilícito do proprietário, mas sim por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social do Estado, ou até mesmo por descumprimento da função social da propriedade, seja ela urbana ou rural. Nestes casos, a indenização é paga ao proprietário, pois ele é forçado a sair do seu imóvel para entregá-lo ao Estado sem que tenha violado a lei. Assim sendo, evidente que a desapropriação não é uma medida confiscatória, pois o bem vai ser do Poder Público apenas para suprir os interesses da coletividade, como a criação de uma creche, um hospital, dentre outros. (Com exceção da desapropriação sancionatória ou confiscatória, que é referente à expropriação). Diante do exposto, interpretando a norma constitucional, embora tenham o nome um pouco parecido, suas finalidades são bastante diferentes, conforme explicado acima, pois quando estamos analisando algum instituto tem que ser interpretado conforme a constituição, o que a questão induziu a promover uma interpretação equivocada do termo. .
25	discordo do gabarito dado como certo a alternativa d, pois os termos expropriação e desapropriação não são sinônimos, visto que a desapropriação, por sua vez, diferente da expropriação, não ocorre por ato ilícito do proprietário, mas sim por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social do Estado, ou até mesmo por descumprimento da função social da propriedade, seja ela urbana ou rural. Para ocorrer expropriação é necessário: i) culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou; ii) exploração de trabalho escravo, nos termos do art. 243, CF. A alternativa narra uma hipótese em que o proprietário não dá função social a propriedade, sendo portando de desapropriação.

25	Segue recurso atinente à prova para o PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO-RO. . A banca considerou a alternativa correta da questão 25, a letra “D”, todavia a aludida questão não aparenta ter gabarito pertinente, vejamos: A questão solicita a alternativa correta acerca dos valores e princípios que tutelam a ordem econômica e considerou correta a alternativa D que dispõe: A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação. Todavia, a parte final da alterativa não coaduna ao disposto na Constituição Federal, pois a expropriação tem previsão no art. 243: rt. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. Trata-se de desapropriação-sanção confiscatória é também conhecida como expropriação e está prevista no artigo 243 da Constituição. Ela ocorre quando há o cultivo de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo. Perceba que não há indenização a ser paga ao proprietário, porque ele cometeu ato ilícito. Já a desapropriação atinente ao cumprimento da função social é a desapropriação urbana sancionatória. Ela serve como instrumento de política urbana. De acordo com o artigo 182 da Constituição, o Poder Público municipal pode exigir “do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento”. O índice mínimo de aproveitamento deve ser fixado na lei, que também fixará condições e prazo para sua adequação. O Poder Público deve demonstrar que notificou pessoalmente o proprietário (averbação da notificação no registro imobiliário). Quando o proprietário não proceder ao adequamento, pode estar sujeito a: • Parcelamento ou edificação compulsórios; • IPTU progressivo no tempo; • Desapropriação. A desapropriação sanção é a última penalidade ao proprietário. Ela ocorrerá quando houve 5 anos de cobrança do IPTU progressivo “sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização”. A indenização, neste caso, será paga mediante títulos da dívida pública. A emissão dos títulos deve ser previamente aprovada pelo Senado Federal, e eles devem ser resgatados em até 10 anos, “em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de 6% ao ano” (art. 8º da Lei º 10.257/2001). Ademais, pontua-se que desapropriação rural sancionatória se realiza por interesse social, para fins de reforma agrária. A indenização se dará de forma prévia e justa, em títulos da dívida agrária, que são resgatáveis em até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão. À vista disso, o não cumprimento da função social não enseja a expropriação do art. 243 da CF, mas os previstos nos arts. 182 e 186. Nessa toada, não há gabarito para a aludida questão. À vista disso, requer a anulação da presente questão.

25	Foi apontado como correto o item C (A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação.). Merece alteração o gabarito proposto. Isso por que a expropriação, forma mais drástica de intervenção do Estado na propriedade privada, só encontra acolhida em duas especialíssimas hipóteses, plantação de entorpecentes e trabalho escravo, como vaticina o art. 243 da CF (art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.) Ao revés, a sanção para o uso da propriedade privada em desconformidade com a função social é a desapropriação, forma mais branda, uma vez que condiciona a supressão da garantia da propriedade à indenização, prévia ou posterior, nos termos constitucionais: Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes. (Regulamento) (Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016) § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. § 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. § 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro. § 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação. § 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação. § 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício. § 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; II - a propriedade produtiva. Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social. Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Do normativo constitucional, se extrai que a sanção para o não aproveitamento racional da propriedade privada é DESAPROPRIAÇÃO, nunca expropriação, como assevera o item. Há de se ter cuidado o uso impreciso do vocábulo desapropriação, em sentido amplo, a designar toda forma de retirada da propriedade do domínio particular. Como ensina a doutrina e o STF, não cabe igualar onde o constituinte diferenciou. Houve clara opção pela distinção entre os regimes jurídicos da desapropriação e expropriação, sendo esta autorizada tão somente em duas hipóteses, dentre as quais não se vê o uso em desconformidade com a função social por uso não racional. Para esta, o constituinte apenou com desapropriação, condicionada à indenização posterior em títulos da dívida pública. Este é o entendimento da Corte Suprema, que asseverou que somente nas hipóteses do art. 243 há espaço para a supressão da propriedade sem indenização: RE 638491 / PR - PARANÁ RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. LUIZ FUX Julgamento: 17/05/2017 Publicação: 23/08/2017 RECTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ RECDO.(A/S) : CARLOS ALEXANDRE GOMES ADV.(A/S) : ISRAEL BATISTA DE MOURA Ementa EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL. PROCESSUAL PENAL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. TEMA 647 DO PLENÁRIO VIRTUAL. TRÁFICO DE DROGAS. VEÍCULO APREENDIDO COM O SUJEITO ATIVO DO CRIME. DECRETAÇÃO DE PERDIMENTO DO BEM. CONTROVÉRSIA SOBRE A EXIGÊNCIA DE HABITUALIDADE DO USO DO BEM NA PRÁTICA CRIMINOSA OU ADULTERAÇÃO PARA DIFICULTAR A DESCOBERTA DO LOCAL DE ACONDICIONAMENTO. DESNECESSIDADE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 243, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. 1. O confisco de bens pelo Estado encerra uma restrição ao direito fundamental de propriedade, insculpido na própria Constituição Federal que o garante (art. 5º, caput, e XXII). 2. O confisco de bens utilizados para fins de tráfico de drogas, à semelhança das demais restrições aos direitos fundamentais expressamente previstas na Constituição Federal, deve conformar-se com a literalidade do texto constitucional, vedada a adstrição de seu alcance por requisitos outros que não os estabelecidos no artigo 243, parágrafo único, da Constituição. 3. O confisco no direito comparado é instituto de grande aplicabilidade nos delitos de repercussão

econômica, sob o viés de que “o crime não deve compensar”, perspectiva adotada não só pelo constituinte brasileiro, mas também pela República Federativa do Brasil que internalizou diversos diplomas internacionais que visam reprimir severamente o tráfico de drogas. 4. O tráfico de drogas é reprimido pelo Estado brasileiro, através de modelo jurídico-político, em consonância com os diplomas internacionais firmados. 5. Os preceitos constitucionais sobre o tráfico de drogas e o respectivo confisco de bens constituem parte dos mandados de criminalização previstos pelo Poder Constituinte originário a exigir uma atuação enérgica do Estado sobre o tema, sob pena de o ordenamento jurídico brasileiro incorrer em proteção deficiente dos direitos fundamentais. Precedente: HC 104410, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 06/03/2012, DJ 26-03-2012. 6. O confisco previsto no artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal deve ser interpretado à luz dos princípios da unidade e da supremacia da Constituição, atentando à linguagem natural prevista no seu texto. Precedente: RE 543974, Relator(a): Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, julgado em 26/03/2009, DJ 28-05-2009. 7. O Supremo Tribunal Federal sedimentou que: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EFICÁCIA SUSPENSIVA ATIVA - TRÁFICO DE DROGAS - APREENSÃO E CONFISCO DE BEM UTILIZADO - ARTIGO 243, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Impõe-se o empréstimo de eficácia suspensiva ativa a agravo, suspendendo-se acórdão impugnado mediante extraordinário a que visa imprimir trânsito, quando o pronunciamento judicial revele distinção, não contemplada na Constituição Federal, consubstanciada na exigência de utilização constante e habitual de bem em tráfico de droga, para chegar-se à apreensão e confisco - artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal. (AC 82-MC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 3-2-2004, Primeira Turma, DJ de 28-5-2004). 8. A habitualidade do uso do bem na prática criminosa ou sua adulteração para dificultar a descoberta do local de acondicionamento, in casu, da droga, não é pressuposto para o confisco de bens, nos termos do art. 243, parágrafo único, da Constituição Federal. 9. Tese: É possível o confisco de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico de drogas, sem a necessidade de se perquirir a habitualidade, reiteração do uso do bem para tal finalidade, a sua modificação para dificultar a descoberta do local do acondicionamento da droga ou qualquer outro requisito além daqueles previstos expressamente no artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal. 10. Recurso Extraordinário a que se dá provimento. Desta forma, não encontra amparo no texto constitucional e na jurisprudência superior a assertiva de que “A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação”. O item E (A proteção à livre concorrência é garantida por um estrito arcabouço normativo que pauta como o mercado pode atuar.), a seu turno, deve ser admitido como a assertiva correta. A proteção à livre concorrência é princípio da ordem econômica, positivado no art. 170 da CF. Cumprindo o mandamento constitucional, temos robusto arcabouço normativo na Lei n° 12.529/11 e leis penais econômicas: Lei n. 1.521/1951: altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular; f) Lei n. 8.176/1991: define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis; A respeito do sistema positivo brasileiro de concorrência, assim se pronuncia VIZEU (Lições de direito econômico / Leonardo Vizeu Figueiredo. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 231-241): “A Lei de Proteção à Concorrência é uma norma que regula a competição por excelência. Logo, é uma legislação concebida para estimular a disputa saudável de agentes econômicos. Para tanto, prima pela eficiência e mitiga a autonomia de vontade privada, impondo certos padrões éticos na competição. (...) 4.5. SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA – SBDC Atualmente, a proteção à concorrência na República Federativa do Brasil é realizada por um aparato estatal formado por um ente judicante-concorrencial e um órgão auxiliar, a saber: o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE. O objetivo principal do Sistema de Proteção à Concorrência é a promoção de uma economia competitiva por meio da prevenção e da repressão de ações que possam limitar ou prejudicar a disputa saudável e transparente por parcela de mercado relevante, com base na legislação vigente. Orienta-se nos princípios constitucionais de liberdade de iniciativa (art. 1º, I, in fine, c/c art. 170, caput), livre concorrência (art. 170, IV), função social da propriedade (art. 170, III), defesa dos consumidores (art. 170, V), além da repressão ao abuso do poder econômico (art. 173, § 4º). Assim, podemos ementar a atuação do Sistema Brasileiro de Proteção à Concorrência em três vertentes basilares, a saber: a) o controle de estruturas de mercado: via apreciação de fusões e aquisições entre empresas (atos de concentração); b) a repressão a condutas anticompetitivas; e c) a promoção da cultura da concorrência. Para realização de suas atribuições legais e consecução de sua missão finalística, o Sistema Brasileiro de Proteção à Concorrência, seus órgãos e membros possuem uma série de prerrogativas legais, a fim de lhe garantir plena autonomia administrativa e independência técnica na consecução de suas atribuições legais e finalidades teleológicas. (...) A relevância do tema Direito Econômico e Defesa da Concorrência explica e justifica a continuada preocupação com o aperfeiçoamento da legislação e do aparelhamento estatal brasileiro, sem o que se torna extremamente dificultada, de um lado, a atividade econômica nos moldes de nossa Constituição Econômica (arts. 170 a 181, CRFB) e, de outro, a atuação do Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica no Brasil, ao qual compete fiscalizar, incentivar e indicar diretrizes para o setor privado, determinando-as para o setor público. A Constituição da República, no artigo 173, § 4o, exige da lei a repressão ao abuso do poder econômico. Trata-se de peça importante para a livre concorrência, capaz de trazer salutares consequências para a produção, a circulação e o consumo. (...) De 1994 até a atualidade, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) passou por um fértil processo de aprendizado e evolução institucional. A análise econômica ficou mais refinada. Pode-se afirmar, sem margem a maiores dúvidas, hoje, que a aplicação da legislação de defesa da concorrência não destoa das melhores práticas internacionais, o que constitui uma constatação contundente do Relatório dos pares da Organização para a Cooperação e

	Desenvolvimento (OCDE) de 20055, específico para o Brasil nessa área: “Apesar das sérias deficiências, o SBDC realizou progressos substanciais durante os últimos cinco anos, implementando uma sólida política de concorrência no Brasil”. Pelo exposto, pede alteração do gabarito, para o item E, ou, subsidiariamente, anulação da questão.

25	O gabarito preliminar da questão 25 tem o seguinte teor: “A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação”. No entanto, a função social da propriedade não se refere somente à utilização racional no uso da propriedade privada. Conforme expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, a propriedade rural cumpre a sua função social quando, simultaneamente, atende aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (art. 186 da CF). No mesmo sentido é o que está previsto no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964): “A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (art. 2º, §1º). De igual modo e, inclusive, como constou na questão 90 da presente prova preambular, cujo enunciado e gabarito preliminar foram: “De acordo com a Lei nº 8.629/1993, função social da propriedade rural é cumprida quando são atendidos, simultaneamente, os seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Já a propriedade urbana atende a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor (art. 182, §2º, CF). Por sua vez o art. 39 do Estatuto das Cidades tem o seguinte teor: “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2o desta Lei”. Já o art. 2º da referida lei está assim previsto: Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana; d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente; e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; f) a deterioração das áreas urbanizadas; g) a poluição e a degradação ambiental; h) a exposição da população a riscos de desastres. VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência; VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência; IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais; XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos; XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico; XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população; XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais; XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais; XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social. XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais. XVIII - tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento. XIX – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos

	trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados. Percebe-se, portanto, que a função social da propriedade não se refere apenas "à utilização racional no uso da propriedade privada" como constou no gabarito preliminar da questão 25. A alternativa que melhor parece se adequar ao enunciado é a seguinte: "O princípio da defesa ao meio ambiente, ao preservar a diversidade ecológica, restringe o desenvolvimento econômico". Nesse sentido, menciona a doutrina: "Frise-se que a livre-iniciativa que fundamenta a Ordem Econômica não é absoluta, tendo limites em vários princípios constitucionais, em especial devendo observar a defesa do meio ambiente, conforme previsão expressa do artigo 170, inciso VI, da Lei Maior, inclusive devendo-se dar tratamento privilegiado aos agentes econômicos que consigam reduzir os impactos ambientais negativos em decorrência de seus empreendimentos" (AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. Direito Ambiental. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2019, p. 59). Nesses termos, requer-se, respeitosamente, a alteração do gabarito da questão 25 para a alternativa "a" do caderno de prova cuja frase é: "Coragem é o que é preciso para ficar de pé e falar" e, subsidiariamente, requer-se a anulação da questão com a atribuição do ponto a todos os candidatos.
25	O não atendimento a função social da propriedade enseja a desapropriação, instituto que se difere da expropriação. A expropriação de imóveis urbanos e rurais está prevista no artigo 243: "As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º". Desapropriação é o ato do Poder Público que, por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, retira alguém de sua propriedade e a toma para si, mediante indenização justa. A Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana e rural, embora tenha caráter sancionatório, prevê o pagamento de indenização em títulos da dívida pública e título da dívida agrária, respectivamente. Nesse sentido: 182, § 4º, III da CRFB/88: § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: (...) III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. 184 da CRFB/88: Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. Dessa forma, a alternativa "c" não deve ser considerada como correta, umas vez que afirma que o não atendimento da função social da propriedade enseja a expropriação.

25	Em um sistema econômico ordenado no ideário capitalista, a produção de rendas e riquezas se norteiam no trabalho. A valorização do trabalho humano significa que o Poder Público deve garantir que o homem possa sobreviver dignamente, tão somente, com o produto da remuneração de seu labor, garantindo-lhe, para tanto, uma gama de direitos sociais.Todavia, com base no princípio da subsidiariedade, a intervenção estatal somente se fará presente onde for necessária. Destaque-se, ainda, que o Estado pode avocar para si o exercício de determinadas atividades econômicas quando vitais à segurança nacional ou de relevante interesse coletivo (art. 173 da CF). Observem-se que os VALORES SOCIAIS DO TRABALHO são um dos fundamentos da República (art. 1º, inciso IV). Uma vez que o trabalho é fator de produção, no qual o ser humano atua, o Estado deve intervir para regulá-lo, mantendo-se o equilíbrio de mercado, a fim de garantir que todos tenham acesso e condições dignas de emprego, MEDIANTE A PRESTAÇÃO DE UMA SÉRIE DE CONDUTAS POSITIVAS NA ORDEM SOCIAL. O contrário disso, é uma violação do direito ao trabalho digno, que "impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa 'reduzir alguém a condição análoga à de escravo'". (Inq 3.412, rel. min. Marco Aurélio, red. do ac. min. Rosa Weber, j. 29-3-2012, P, DJE de 12-11-2012). Nessa mesma linha, o STF exarou apelo aos Poderes Legislativo e Executivo quanto à implementação de renda básica para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica (pobreza e extrema pobreza). (MI 7.300, redator do acordão min. Gilmar Mendes, j. 26-4-2021, P, DJE de 23-8-2021). Logo, mais razão ainda há para que a valorização do trabalho humano exiga que o Estado garanta emprego digno para todo trabalhador, de modo a efetivar os direitos sociais. Pela argumentação, acaso não haja anulação da questão por haver duplicidade de alternativas corretas (letra "c" e "e"), pleiteia-se a alteração do gabarito à alternativa "e": A valorização do trabalho humano exige que o Estado garanta emprego digno para todo trabalhador, de modo a efetivar os direitos sociais" Fonte: : Leonardo Vizeu Figueiredo
25	A propriedade privada que não cumpra com sua função social está sujeita à desapropriação, sempre mediante indenização, nos termos dos artigos 5º, XXIV, 182, §§ 3º e 4º e 184, todos da Constituição da República. A Constituição da República refere-se a expropriação exclusivamente em seu art. 243, que trata sobre a destinação de propriedades onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo, resultando na perda da propriedade sem qualquer indenização. A doutrina registra tal distinção realizada pelo Constituinte, vinculando a expropriação à inexistência de indenização, conforme se observa no escólio da Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro: “Quanto à desapropriação de glebas de terra em que sejam cultivadas plantas psicotrópicas, prevista no artigo 243 da Constituição e disciplinada pela Lei no 8.257, de 26-11-91 (regulamentada pelo Decreto nº 577, de 24-6-92), pode-se dizer que se equipara ao confisco, por não assegurar ao expropriado o direito à indenização. Pela mesma razão, teria sido empregado o vocábulo expropriação, em vez de desapropriação.” DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 204. Dessa forma, incorreta a assertiva que sujeita a propriedade não cumpridora de sua função social à pena de expropriação, uma vez que, nesse caso, é assegurado o direito à indenização, devendo-se, portanto, falar em desapropriação.
25	Houve erro na assertiva ao considerar correta a alternativa que trouxe o termo “expropriação”. No caso, a alternativa trouxe verdadeiro exemplo de "desapropriação". A expropriação, que ao contrário das demais espécies de desapropriação não enseja indenização, e somente tem cabimento nos casos do art. 243 da CF, quais sejam, o trabalho escravo e culturas ilegais de drogas. Tais exemplos não se amoldam com o caso aprestado. Em tese, caberia indenização. Fundamentos acerca do dispositivo impugnado: Arts. 182, §4°, 184, caput, e 243 da CF.
26	O livre exercício de atividades econômicas também justifica a ampliação de ofertas de oportunidades, conforme preceitua o parágrafo único do art. 170 da Constituição Federal (É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei). Desta forma, por possuir duas alternativas consideradas corretas, solicita-se a anulação da questão.
28	Segundo o inciso XV do §3º do art. 36 da 12529, vender mercadoria abaixo do preço de custo também se inclui como infração à ordem econômica. Desta forma, por possuir duas alternativas corretas, solicita-se a anulação da questão.
28	A questão tem duas alternativas corretas. Além da prevista no gabarito preliminar, está correta a alternativa que diz constituir infração à ordem econômica "promover produtos sazonais abaixo do preço de custo", conforme art. 36, §3º, inciso XV, da Lei nº 12.529/11. Não existe previsão legal de isenção para produtos sazonais nem demonstração na questão de justificação para o preço abaixo do custo. A questão merece ser anulada. Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: § 3º As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica: XV - vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo;

28	A questão 28 de direito econômico pressupõe o conhecimento de informações que não constam no enunciado nem nas assertivas, e que deles não se podem inferir. Isso prejudica a análise objetiva da questão e autoriza o reconhecimento de duas alternativas como corretas. O gabarito preliminar indica apenas a alternativa "C" como correta. Isso está de acordo com o Art. 36, § 3º, inciso XVII, da Lei 12.529/11. No entanto, a alternativa "E" também está correta, somente podendo ser descartada caso o candidato soubesse, de antemão, que a sazonalidade do produto é necessariamente uma causa de justificação para a venda abaixo do preço de custo. Isso porque o Art. 36, § 3º, inciso XV, da Lei 12.529/11 dispõe que caracteriza infração à ordem econômica "vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo". Dessa feita, existe uma presunção legal de que a venda abaixo do preço de custo é injustificada e, assim, caracteriza infração à ordem econômica. O ônus da prova é do agente econômico, que deverá apresentar uma justificativa para a venda abaixo do preço de custo, além de que essa justificativa deverá ser considerada legítima pelo órgão estatal de controle. Posto isso, a alternativa "E" da questão 28 de direito econômico, ao inferir que a sazonalidade do produto justifica legítima e necessariamente toda venda abaixo do preço de custo, extrapola o objeto da avaliação, prejudicando a análise objetiva da questão. Havendo duas alternativas corretas, não resta outra solução, senão a anulação da questão.
28	Sugere-se a anulação da questão, visto que apresenta duas alternativas corretas, quais sejam “D” e “E”, sendo que ambas apresentam hipóteses de infração à ordem econômica previstas na Lei nº 12.529/2011: Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: § 3º As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica: XV - vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo; XVII - cessar parcial ou totalmente as atividades da empresa sem justa causa comprovada; Melhor explicitando, verifica-se que “promover produtos sazonais abaixo do preço de custo” (alternativa D) constitui infração prevista no inciso XV, do §3º, do art. 36, da Lei nº 12.529/2011. Por sua vez, a conduta de “cessar parcial ou totalmente as atividades de empresa sem justa causa comprovada” (alternativa E) revela infração prevista no inciso XVII, do §3º, do art. 36, da Lei nº 12.529/2011.
28	A questão 28 deve ser anulada. Isso porque o item ‘a’ (promover produtos sazonais abaixo do preço de custo) também constitui infração à ordem econômica, conforme se observa no art. 36, §3° XV, Lei n° 12.529/2011 – As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica: XV - vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo. Portanto, a questão possui duas alternativas corretas, de forma que merece ser anulada.
28	A questão 28 possui duas alternativas que estão de acordo com a LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011. Em termos diversos, além da D, está correta também a alternativa E. Sim, porque correspondem justo ao que estabelece o art. 36, § 3º, incs. XV e XVII. Veja-se: § 3º As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica: (…) XV - vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo; (...) XVII - cessar parcial ou totalmente as atividades da empresa sem justa causa comprovada. De se destacar que, segundo a professora Vanessa Brito Arns, “o chamado preço predatório é a prática deliberada de preços abaixo do custo” (Estratégia Concursos, DIREITO CONCORRENCIAL – aula 04 do curso “PGE-RO (Procurador do Estado) Direito Econômico - 2021 (Pós-Edital)”); prática essa vedada pelo precitado inc. XV, que só admite venda abaixo do custo quando houver justificativa adequada. Ante o exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão.
28	Prezada banca examinadora, a questão 28 possui duas alternativas que estão de acordo com a LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011. Em termos diversos, além da D, está correta também a alternativa E. Sim, porque correspondem justo ao que estabelece o art. 36, § 3º, incs. XV e XVII. Veja-se: § 3º As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica: (…) XV - vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo; (...) XVII - cessar parcial ou totalmente as atividades da empresa sem justa causa comprovada. Ante o exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão 28.
28	Conforme dispõe a lei 12.529 artigo 36, §3º, XV - caracterizam infração da ordem econômica: Vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo. Assim sendo, além da opção considerada preliminarmente como gabarito, também está correta a alternativa "E" segundo a qual também é infração à ordem econômica promover produtos abaixo do preço de custo. A questão merece ser ANULADA por ter duas opções corretas.

28	Prezada Banca, a QUESTÃO 28 requer ao candidato que assinale a alternativa correta sobre infração à ordem econômica. A alternativa dada como correto foi a ALTERNATIVA D: "cessar parcial ou totalmente as atividades de empresa sem justa causa comprovada. ". Ocorre que o ALTERNATIVA E, o qual afirma "promover produtos sazonais abaixo do preço de custo" também está correta, vejamos. A Lei 12.529/2011 ao dispor sobre as infrações à ordem econômica prevê: "Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: § 3º As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica: XV - vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo;" Ora, se vender mercadoria injustificadamente abaixo do preço de custo é infração, da mesma forma vender produtos sazonais abaixo do preço de custo também deve ser considerado ato contra a ordem econômica, pois inviabiliza a concorrência, uma vez que não há possibilidade de se justificar a venda de determinado produto que apenas é comercializado em determinadas épocas do ano (característica da sazonalidade) abaixo do preço de custo, que não seja a fim de violar a concorrência e infringir a ordem econômica. É plenamente cabível a interpretação do item de tal maneira, exigir que a questão apenas esteja correta se reproduzir fielmente o que há no corpo legal é impedir o raciocínio jurídico do candidato. Desta feita, há dois itens verdadeiros dentre os apontados pela questão. Ante o exposto, devida a existência de dois itens correto, requer-se, portanto, que seja ANULADO O GABARITO DA QUESTÃO 28
28	DE ACORDO COM O ART. 36, PARÁGRAFO 3, XV, DA LEI ANTITRUSTE CONSTITUI INFRAÇÃO A VENDA DE PREÇO ABAIXO DO PREÇO DE CUSTO. LOGO, DEVE SER CONSIDERADA CORRETA A ALTERNATIVA QUE ASSIM DISPÕE: PROMOVER PRODUTOS SAZONAIS ABAIXO DO PREÇO DE CUSTO. VEJA-SE: Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: § 3º As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica: XV - vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo; ademais, vasta jurisprudência nesse sentido:
28	A questão possui mais de uma alternativa correta, uma vez que "vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo" também constitui infração à ordem econômica, nos termos do § 3º do art. 36 da Lei 12.529/2011. Desta feita, a questão deve ser anulada.
28	A questão versa sobre a disciplina de direito econômico. A questão merece anulação, vez que a alternativa E também se encontra correta, pois o art. 36, §3º, XV da Lei 12.529/11 dispõe que também constitui infração à ordem econômica vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo, de modo que a alternativa E também se mostra correta. Isto posto, requer-se a anulação da questão, em razão de haver duas alternativas corretas.
28	Segue recurso atinente à prova para o PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO-RO. A banca considerou a alternativa correta da questão 28, a letra "e", todavia a aludida questão comporta dois gabaritos, vejamos: A questão solicita a alternativa correta acerca das infrações à ordem econômica. Nesse eixo, deve-se considerar o art. 36 da Lei 12.529/2011. A alternativa d (promover produtos sazonais abaixo do preço de custo) está consoante ao §3º XV - vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo; O legislador não fez nenhuma ressalva quanto ao lapso temporal, logo a banca não poderá fazer uma interpretação extensiva e lastrear que produtos sazonais não merecem a guarida. A alternativa e coaduna ao inciso XVII - cessar parcial ou totalmente as atividades da empresa sem justa causa comprovada; Por conseguinte, há duas alternativas corretas, sendo D e E. À vista disso, requer a anulação da presente questão.
28	Prezada Banca Examinadora, a questão apresenta duas alternativas corretas. Isso porque, a Lei 12.529/11, que trata das infrações à ordem econômica dispõe que vender mercadorias abaixo do preço de custo constitui infração à ordem econômica (§ 3º As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica: .... XV - vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo;). Dessa forma, tanto a alternativa que trata da cessação de atividade empresarial sem justa causa comprovada, quanto a que trata da venda de produtos sazonais abaixo do preço de custo, devem ser tidas como corretas.
28	Prezada Banca Examinadora, O gabarito preliminar da Questão 28, de Direito Econômico, é Letra D. Todavia, o art. 36, §3º, XV, da Lei 12529/2011, prevê que é infração à ordem econômica vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo, o que se amolda à alternativa A. Por essa razão, requer-se a anulação da questão.
28	A questão merece ser anulada, por possuir duas alternativas corretas. O gabarito oficial foi a letra E, a qual se encontra em concordância com o art. 36, §3º, XVII, da Lei n. 12.529/2011. Contudo, a letra D também encontra fundamento na referida lei. A alternativa afirma que constitui infração à ordem econômica promover produtos sazonais abaixo do preço de custo. De fato, tal promoção constitui a referida infração, enquadrada no art. 36, §3º, XV, segundo o qual é infração à ordem econômica: "vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo". Dessa maneira, por possuir duas alternativas corretas, a questão merece ser anulada.

28	A questão deve ser anulada, por ter duas respostas corretas. Conforme prevê a Lei 12.529/2011, constitui infração à ordem econômica tanto cessar parcial ou totalmente as atividades de empresa sem justa causa comprovada (art. 36, XVII), bem como promover produtos abaixo do preço de custo (art. 36, XV). A sazonalidade, por si só, não é suficiente para comprovar a justa causa da venda abaixo do custo. Portanto, as duas opções estão corretas, devendo a questão ser anulada.
28	A questão também apresenta como correta a alternativa "D" (promover produtos sazonais abaixo do preço de custo), visto que, nos termo do artigo 36, § 3º, XV: Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: § 3º As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica: XV - vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo. Sendo os produtos sazonais considerados também como mercadoria, tal prática também se enquadra nas infrações de ordem econômica, o que resulta na solicitação de ANULAÇÃO da questão, por conter duas alternativas corretas.
28	Consoante o gabarito oficial preliminar disponibilizado pela respeitável Banca Examinadora, na questão 28, considerou-se correta a alternativa "D", segundo a qual constitui infração à ordem econômica "cessar parcial ou totalmente as atividades de empresa sem justa causa comprovada". Ocorre que, em que pese o acerto da assertiva, a letra "E" afigura-se igualmente correta ao consignar que constitui infração à ordem econômica "promover produtos sazonais abaixo do preço de custo", nos termos do art. 36, inciso XV, da Lei nº 12.529/2011. À luz do exposto, ante a duplicidade de alternativas corretas, pugna-se pela ANULAÇÃO da questão.
28	A questão possui duas respostas corretas: a letra "c" e a letra "d". Com efeito, dispõe o artigo 36, incisos XV e XVII, da Lei n. 12.529/2011, respectivamente, que são infrações à ordem econômica vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo e cessar parcial ou totalmente as atividades da empresa sem justa causa comprovada. À vista disso, solicita-se anulação da questão.
29	A questão é generica, de modo que não é possível idenficar com precisão qual caso é submetido a julgamento do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica. Veja-se que no caso das denúncias de condutas infratoras à ordem econômica, bem como as análises dos atos de concentração para fins de controle de estruturas de mercado serão, inicialmente, encaminhadas à Superintendência-Geral do CADE, que, se houver indício suficiente de AUTORIA e MATERIALIDADE DO FATO, iniciará o procedimento preparatório de inquérito administrativo ou o inquérito administrativo para apuração de infrações da ordem econômica, podendo, ainda, instaurar diretamente o processo administrativo sancionador. Por outro lado, no que se refere ao conflito de atribuições entre as autoridades concorrenciais e o ente regulador do sistema financeiro nacional, a 1ª seção do STJ definiu no julgamento do REsp n. 1.094.218, por maioria, que o BACEN tem competência EXCLUSIVA para apreciar atos de concentração envolvendo instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Por outro lado, conforme consta no inciso II do art. 65 da Lei n. 12529/2013: "No prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da publicação da decisão da Superintendência-Geral que aprovar o ato de concentração, na forma do inciso I do caput do art. 54 e do inciso I do caput do art. 57 desta Lei: II - o Tribunal poderá, mediante provocação de um de seus Conselheiros e em decisão fundamentada, avocar o processo para julgamento ficando prevento o Conselheiro que encaminhou a provocação. Portanto, pela argumentação, pela interpretação legal e pela jurisprudência alhures, há a imprecisão de qual caso submete-se a julgamento pelo plenário do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica ou do Banco Central. Daí a razão para pedir que, caso a questão não seja anulada, o que não se espera, postular pela modificação do gabarito para alternativa "d": O Tribunal poderá avocar o processo de ato de concentração aprovado pela Superintendência-Geral, sem efeito suspensivo.
29	A questão em apreço deve ser anulada por ausência de alternativa apta para assinalação. Sem delongas as alternativas b, c, d, e estão incorretas. De igual modo, a alternativa A, dada como correta por esta r. banca examinadora, está incorreta. Isso porque os processos administrativos de atos de concentração, COMO REGRA, não dependem de julgamento do plenário do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica como tenta sugerir a assertiva, ao afirmar que ditos processos administrativos “devem” ser julgados por este órgão judicante. De acordo com o disposto pelo art. 57, I da Lei nº 12.529/2011 os atos de concentração serão aprovados, como regra, pela Superintendência-Geral, somente sendo caso de submissão ao TADE nas hipóteses em que aquele oferecer impugnação do ato de concentração por entender que este deve ser rejeitado, aprovado com restrições ou quando inexistam conclusões quanto aos efeitos do ato sobre o mercado (conforme inciso II do mesmo artigo). Diante disso, ao se afirmar que os atos de concentração DEVEM ser julgados perante o TADE a alternativa torna-se incorreta, na medida em que este órgão somente atuará excepcionalmente. Vale dizer, os PA de atos de concentração são julgados pela própria Superintendência-Geral. Com isso é possível que atos de concentração sejam formalmente concluídos sem que haja a participação do plenário do TADE. Nessa feita, considerando que todas as alternativas estão incorretas, propugna-se pela ANULAÇÃO da questão.
29	Solicita-se a alteração do gabarito ou a anulação da QUESTÃO 29, pelos motivos que se passa a expor. A letra correta deveria ser a "C", uma vez que está de acordo com o art. 9º, II e X, da Lei 12.259/2011, pois, o Tribunal do CADE pode sim avocar processo que tenha sido aprovado pela superintendência geral e está relacionado a todo esse procedimento de encaminhamento para o respectivo tribunal.

29	Foi apontado como correto o item A (Os processos administrativos de atos de concentração devem ser julgados pelo plenário do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica.). Merece alteração o gabarito. É que, conquanto o art. 9°, X, prescreva que "X - apreciar processos administrativos de atos de concentração econômica, na forma desta Lei, fixando, quando entender conveniente e oportuno, acordos em controle de atos de concentração;", tal disposição deve ser interpretada em conjunto com o arts. 13, V,XII, 48,IV, 53 a 65, todos da Lei n° 12.529/11. A competência do tribunal só ocorre em grau de impugnação ou recurso, nos termos da lei, sendo que inicialmente o processo tramitará na superintendência geral do CADE. É o entendimento da doutrina de VIZEU (Lições de direito econômico / Leonardo Vizeu Figueiredo. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 314): "4.12.3.1. Do processo administrativo na Superintendência-Geral O pedido de aprovação dos atos de concentração econômica deverá ser endereçado ao CADE, devidamente instruído com as informações e documentos indispensáveis à instauração do processo administrativo, assim definidos em ato próprio, além do comprovante de recolhimento da taxa respectiva. Verificando-se que a petição não preenche os requisitos exigidos ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, a Superintendência-Geral determinará, uma única vez, que os requerentes a emendem, sob pena de arquivamento. A Superintendência-Geral publicará edital, indicando o nome dos requerentes, a natureza da operação e os setores econômicos envolvidos, após o protocolo da apresentação do ato de concentração ou de sua emenda. A Superintendência-Geral, contados da data de apresentação do ato de concentração ou de sua emenda: a) conhecerá diretamente do pedido, proferindo decisão, quando o processo dispensar novas diligências ou nos casos de menor potencial ofensivo à concorrência, assim definidos em resolução do CADE; ou b) determinará a realização da instrução complementar, especificando as diligências a serem produzidas. A Superintendência-Geral, após conclusão da instrução complementar acima mencionada, deverá manifestar-se sobre seu satisfatório cumprimento, recebendo-as como adequadas ao exame de mérito ou determinando sejam refeitas, por incompletas. A Superintendência-Geral poderá emitir decisão fundamentada declarando a operação como complexa e determinará a realização de instrução complementar, especificando as diligências a ser produzidas. Uma vez declarada a operação como complexa, poderá ser requerida a dilação do prazo de conclusão de análise dessa operação, a saber, 240 (duzentos e quarenta dias), por parte da Superintendência-Geral. Concluídas as instruções complementares acima mencionadas, a Superintendência-Geral: a) proferirá decisão aprovando o ato sem restrições; b) oferecerá impugnação perante o Tribunal, caso entenda que o ato deva ser rejeitado, aprovadocom restrições ou que não existam elementos conclusivos quanto aos seus efeitos no mercado. Na impugnação do ato perante o Tribunal, deverão ser demonstrados, de forma circunstanciada, o potencial lesivo do ato à concorrência e as razões pelas quais não deve ser aprovado integralmente ou rejeitado." O item B (O Tribunal poderá avocar o processo de ato de concentração aprovado pela Superintendência-Geral, sem efeito suspensivo) , a seu turno, deve ser admitido como correto. Isso por que encontra identidade ao disposto no art. 65,II, da Lei n° 12.529/11: "Art. 65. No prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da publicação da decisão da Superintendência-Geral que aprovar o ato de concentração, na forma do inciso I do caput do art. 54 e do inciso I do caput do art. 57 desta Lei: II - o Tribunal poderá, mediante provocação de um de seus Conselheiros e em decisão fundamentada, avocar o processo para julgamento ficando prevento o Conselheiro que encaminhou a provocação." Desta feita, requer a alteração do gabarito para o item B ou a anulação da questão
29	Segue recurso atinente à prova para o PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO-RO. A banca considerou a alternativa correta da questão 29, a letra "a", todavia a aludida questão não apresenta gabarito, vejamos: A questão solicita a alternativa correta acerca dos atos de concentração, portanto a questão terá esteio na Lei 12.529/2011. Nessa toada, a banca ao dispor que a alternativa "a" é a correta entende que os processos administrativos de atos de concentração devem ser julgados pelo plenário do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica. Entretanto, tal disposição não coaduna ao art. 9º, X, da referida lei, que dispõe: X - apreciar processos administrativos de atos de concentração econômica, na forma desta Lei, fixando, quando entender conveniente e oportuno, acordos em controle de atos de concentração; Logo, não são todos os processos que devem, pois há discricionariedade na decisão, consoante a conveniência e oportunidade expressamente prevista na legislação em comento. Por conseguinte, não há alternativa correta para a questão.. À vista disso, requer a anulação da presente questão.
29	A referida questão deve ser anulada pois a opção tida como verdadeira não resta em consonância com a legislação atinente à defesa da concorrência. Quanto aos atos de concentração, e, nos termos da Lei nº 12.529/2013 e da Resolução CADE nº 2 DE 29/05/2012, o Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade pode aprovar integralmente e sem restrições o ato de concentração apresentado, sem necessidade de ser submetido o pedido ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica – TADE. Sempre que o Superintendente-Geral aprovar uma concentração econômica, o processo administrativo somente poderá chegar ao TADE por meio de dois mecanismos: avocação determinada por um conselheiro do TADE ou por meio de recurso administrativo interposto por agências reguladoras ou terceiros, oportunidade em que caberá ao colegiado se manifestará sobre o ato de concentração. Em outras palavras, quando a opção "A" elenca uma obrigatoriedade e não uma possibilidade de o TADE se manifestar, resta incorreta a mesma. Assim está escrito "os processos administrativos de atos de concentração devem ser julgados [...]". Ora, nem sempre isso ocorrerá. Na verdade, somente em casos excepcionais, explanados anteriormente. Da forma como está escrito, o candidato é levado a concluir que sempre a instância decisória sobre tais pedidos administrativos caberá ao TADE, quando a legislação claramente concede ao Superintendente-Geral ordinariamente tal atribuição. O TADE é instância recursal, excepcional.

30	O gabarito indicou como correta a seguinte alternativa: Nudge é uma arquitetura de escolhas que pode resultar em alterações no comportamento do indivíduo, sem prescindir da autonomia da vontade individual. Ocorre que não há dúvidas de que a alternativa C está correta: A heurística ancoragem revela como as pessoas avaliam a probabilidade de ocorrência de um evento, com base nos registros já disponíveis na memória, evitando-se um viés cognitivo. A ancoragem, terceira heurística identificada pelos psicólogos Tversky e Kahneman, é um processo pelo qual as pessoas são influenciadas por informações específicas fornecidas antes de um julgamento. Ou seja, na heurística da ancoragem você usa esse atalho a partir de uma ideia inicial sobre algo. Podemos dizer que os primeiros dados que obtemos de uma fonte de informação são os que ficam ancorados na nossa memória. Luppe, M. R. (2006). Fonte: A heurística da ancoragem e seus efeitos no julgamento: Decisões de consumo (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Pode-se dizer que a ancoragem é um desdobramento da heurística da representatividade. Nela os indivíduos focalizam a atenção sobre uma informação recentemente recebida e a usam como referência para fazer uma estimativa ou tomar uma decisão. A âncora é um valor relevante que está disponível ao tomador de decisão. As pessoas fazem estimativas a partir de um valor inicial, que é ajustado para produzir a resposta final. A âncora pode ser inserida na formulação do problema em questão, ou pode ser resultado de uma análise parcial. (Tversky e Kahneman, 1974). https://cienciaenegocios.com/heuristicas-e-vieses-atalhos-e-erros-na-tomada-de-decisao/
30	A questão não considerou correta a alternativa trazida na letra "D", no qual consta que "'Nudge' é uma arquitetura de escolhas que pode resultar em alterações no comportamento do indivíduo, sem prescindir da autonomia da vontade individual". Esse conceito não é incomensurável, pois, segundo alguns teóricos (ex vi. JOHN, SMITH e STOKER, 2009), os "nudges" por vezes podem impedir comportamentos irrefletidos ou não analisados. Isso tornaria a máxima da imprescindibilida da autonomia da vontade falsa ou nem sempre verdadeira. Na alternativa "A" contém afirmação verdadeiro, uma que é correto dizer que "a influência e a intervenção no processo de escolha ocorrem por meio da restrição das opções disponíveis". Trata-se da conhecida e assim denominada "TEORIA DAS RESTRIÇÕES". Portanto, correta a afirmação. Já a alternativa "E", onde está escrito que "a heurística ancoragem revela como as pessoas avaliam a probabilidade de ocorrência de um evento, com base nos registros já disponíveis na memória, evitando-se um viés cognitivo", está CORRETA. Ora, a heurística da ancoragem, terceira heurística identificada pelos psicólogos Tversky e Kahneman, é um atalho mental utilizado nos momentos de tomada de decisão, segundo o qual o nosso cérebro se “ancora” em outras informações e números para julgar uma determinada situação. Portanto, por ser a ancoragem processo pelo qual as pessoas são influenciadas por informações específicas fornecidas antes de um julgamento, é correto afirmar também "revela como as pessoas avaliam a probabilidade de ocorrência de um evento, com base nos registros já disponíveis na memória, evitando-se um viés cognitivo". Logo, por possuir mais de uma alternativa correta a questão merece ser anulada. É o que se requer. REFERÊNCIAS: GOLDRATT, Elyahu M. A síndrome do palheiro: garimpando informação num oceano de dados. 2S. ed. São Paulo, Educator, 1992. GUERREIRO, Reinaldo - A teoria das restrições e o sistema de gestão econômica: Uma proposta de Integração Conceitual. São Paulo, 1995. Tese de Livre-Docência, Faculdade de Econômica, administração e contabilidade, Universidade de São Paulo. https://maisretorno.com/portal/termos/h/heuristica-da-ancoragem Acesso em 09 fev. 2022 https://blog.caffeinearmy.com.br/mente/a-influencia-da-heuristica-da-ancoragem-na-tomada-de-decisoes/ Acesso em 09 de fev. 2022
30	"Intervenções econômicas feitas pelo agente público para alterar o comportamento da população demonstram uma face paternalista necessária para o bem-estar da população." "Nudge é uma arquitetura de escolhas que pode resultar em alterações no comportamento do indivíduo, sem prescindir da autonomia da vontade individual. " As duas questões podem ser consideradas corretas, no entanto a respeito de Nudge por ser conceitual - O conceito de Nudge vem da obra Nudge e Misbehaving de Richard Thaler e Cass Sustein, significa uma espécie de gatilho utilizado para influenciar a tomada de decisões do consumidor, tendo o encaminhamento padrão mas não seja necessariamente será a resposta, permitindo a escolha individual de acordo com sua autonomia, e aos críticos entendem que poderá haver inclusive uma manipulação dos Nudges nessa forma. Em atenção as intervenções econômicas feito pelo agente público para alterar o comportamento da população há diversas posições doutrinárias e ideológicas em discussão, pois ao pensamento intervencionista é permitido a atuação do agente público, no entanto a ideia liberal tal ato de manipulação é extremamente danoso, sendo irregular e ilícito.
30	Solicita-se a anulação da QUESTÃO 30, pelos motivos que se passa a expor. Parte da doutrina tece muitas críticas quanto ao exposto na letra "D" (gabarito preliminar). Nudge, numa rápida conceituação, significa “empurrão”, um conceito neste ramo do direito e da economia chamado “teoria do incentivo”, que estuda as técnicas de persuasão, influencia o comportamento do consumidor (economia comportamental), mas que, de forma alguma, dispensa (prescinde) a autonomia da vontade individual. O indivíduo, apenas sofre uma orientação, mas, jamais lhe retira sua autonomia individual (isso torna a alternativa ainda mais errada/incompleta/imprecisa). Por sua vez, a letra "E" até poderia ser considerada correta, posto que se trata de uma questão ideológica/doutrinária mais aceita. Pela imprecisão das respostas apresentadas (polêmicas doutrinárias), a questão deve ser anulada.

30	A questão em comento merece ser anulada, tendo em vista que não há alternativa correta. A assertiva apontada pelo gabarito possui erro, tendo em vista que doutrinariamente Nudge, é atrelado à “teoria do incentivo”, que estuda as técnicas de persuasão, influencia o comportamento do consumidor (economia comportamental), mas sem dispensar a autonomia da vontade individual. O indivíduo, é orientado, sem ser extirpado da sua autonomia individual, o que não é indicado pela alternativa apontada como correta.
36	De fato. A Primeira Seção do STJ, em sede de recurso especial representativo de controvérsia (art. 543-C do CPC), firmou o entendimento de que “o termo inicial para a oposição de Embargos à Execução Fiscal é a data da efetiva intimação da penhora, e não a da juntada aos autos do mandado cumprido” (REsp 1.112.416/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 9/9/2009). Nesse sentido, o STJ (Tema 131) fixou a tese de que “O termo inicial para a oposição dos Embargos à Execução Fiscal é a data da efetiva intimação da penhora, e não a da juntada aos autos do mandado cumprido”. Entrementes, o edital não menciona a cobrança de Súmulas, OJs, Jurisprudência et cetera no certame, extrapolando o objeto de avaliação. Assim, a questão merece ser anulada.
42	O gabarito oficial preliminar deve ser modificado para a seguinte alternativa: formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa. No caso, houve inconstitucionalidade formal, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa. Nesse sentido o STF: “(...) EMENDA PARLAMENTAR EM PROJETO DE LEI DE INICIATIVA RESERVADA. AUMENTO DE DESPESA. INEXISTÊNCIA DE VETO. VICIO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. (...) 2. Incorre em vício de inconstitucionalidade formal (CF, artigos 61, §1º, II, “a” e “c” e 63, I), a norma jurídica decorrente de emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, de que resulte aumento de despes. Precedentes. (...). (STF. Tribunal Pleno. ADI 2079/SC. 16/12/1999)”. Isso porque o comando da questão não discorre sobre a iniciativa do projeto de lei, motivo pelo qual não é possível considerar a alternativa "formalmente inconstitucional, haja vista o vício de iniciativa" como correta, eis que o candidato não pode avaliar (com os dados apresentados no enunciado) se houve vício de iniciativa. Portanto, a alternativa E deve ser considerada errada. Pelo exposto, requer a mudança do gabarito para a letra D, que contem a seguinte redação "formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa."
42	A alternativa considerada como correta por esta banca assinala que a referida lei é formalmente inconstitucional, em virtude de vício de iniciativa. Todavia, não consta no comando a informação sobre a autoria da emenda ao projeto de lei, ou seja, se foi realizada pelo Governador ou parlamentar, visto que é possível emenda em ambos em casos, ressalvadas as exigências legais, sendo que por este panorama, falta informação no enunciado para que se julgue corretamente a assertiva dada como correta. Porém, outra alternativa afirma que é formalmente inconstitucional, visto que a lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa. De fato, as emendas parlamentares não podem aumentar despesa nos projetos de lei de iniciativa reservada do governador, esta é a regra geral trazida pela CF/88, no art. 63, I, que se aplica por simetria: Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista: I — nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º; Desta forma, entende o STF de forma reiterada : É inconstitucional norma resultante de emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, na hipótese em que a emenda apresentada acarrete aumento de despesa (art. 61, § 1º, II, “a” e art. 63, I, da CF/88). STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822). É possível que haja emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa dos Poderes Executivo e Judiciário, desde que cumpram dois requisitos: a) guardem pertinência temática com a proposta original (tratem sobre o mesmo assunto); b) não acarretem em aumento de despesas. STF. Plenário. ADI 5087 MC/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 27/8/2014 (Info 756). STF. Plenário. ADI 1333/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 29/10/2014 (Info 765). STF. Plenário. ADI 3942/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, jugado em 5/2/2015 (Info 773). STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822). Assim, ante a ausência de tal informação da qual ambas as alternativas poderão estar correta, a requer-se a nulidade da questão.
42	A questão "42" do caderno de prova cuja frase era "cresce depressa a erva que não consegue dar fruto" merece ser anulada em virtude de existir controvérsia quanto ao seu gabarito preliminar. Em seu enunciado, a questão trouxe a seguinte situação hipotética: "Tramitou pela Assembleia Legislativa de Rondônia projeto de lei no qual havia ocorrido emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, que resultou em aumento de despesa. Após aprovado o projeto de lei pela referida assembleia, o governador do estado sancionou a lei. Nessa situação hipotética, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a referida lei é (...)" A resposta considerada correta para este quesito por esta respeitável banca foi a letra "a", na qual consta que "formalmente inconstitucional, haja vista o vício de iniciativa". A despeito da tese fixada no Tema 686 do STF, no Tema 917 o Pretório excelso fixou tese parcialmente divergente, segundo a qual "não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal)". Ou seja, mesmo havendo iniciativa de parlamentar, segundo o STF, a lei que "criou despesa para a Administração" foi considerada constitucional porque não tratou "estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos". Como o enunciado da questão trouxe hipótese genérica (aberta), caberiam ambas interpretações. Isso torna a questão NULA, uma vez que a alternativa "a" não seria correta. Urge ser declarada nula, portanto, a referida questão. N. T. P. D.

42	O gabarito provisório fornecido pela banca na questão nº 42 está incorreto, pelas razões abaixo. Conforme já decidiu o STF, em caso de Projeto de Lei no qual ocorreu emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, que resultou em aumento de despesa, há uma inconstitucionalidade formal, por violar o processo legislativo, já que emenda parlamentar não pode aumentar despesa. Nesse sentido: É possível que haja emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa dos Poderes Executivo e Judiciário, desde que cumpram dois requisitos: a) guardem pertinência temática com a proposta original (tratem sobre o mesmo assunto); b) não acarretem em aumento de despesas. STF. Plenário. ADI 5087 MC/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 27/8/2014 (Info 756). STF. Plenário. ADI 1333/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 29/10/2014 (Info 765). STF. Plenário. ADI 3942/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, jugado em 5/2/2015 (Info 773). STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822). O gabarito fornecido pela banca se valeu do entendimento fixado no STF. Plenário. ADI 4433/SC, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 18/6/2015 (Info 790), porém, o fez de forma errada, razão pela qual deve-se fazer o "DISTINGUISHING". No caso trazido no Info 790, tratava-se de aumento de despesa que concedia gratificações à servidores públicos, havendo, de fato, vício de iniciativa, já que violou competência exclusiva do Chefe do Executivo. Porém, na questão nº 42, em nenhum momento, foi dito qual a espécie de despesa, razão pela qual o gabarito está incorreto. Assim, o vício do PL, nos termos de como foi redigida a questão, é um vício formal, no próprio processo legislativo, pelo aumento da despesa. Diante do exposto, requer, alternativamente: 1) A alteração do gabarito da questão nº 42, passando a considerar como correta a alternativa "d): Formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa"; 2) Ou, caso não seja possível a alteração do gabarito, requer a ANULAÇÃO da questão nº 42 da prova da PGE/RO. Termos que, Pede deferimento.
42	A questão afirma que "TRAMITOU pela Assembleia Legislativa" projeto de lei no qual havia ocorrido emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do executivo, PORÉM, em momento algum o enunciado dá elementos suficientes para se afirmar que o AUTOR do projeto de lei em questão foi pessoa diversa do chefe do Poder Executivo. Dessa forma, a redação do enunciado não permite concluir que houve vício de iniciativa, uma vez que não aponta quem teria proposto o projeto de lei. Além disso, é possível que haja emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa dos Poderes Executivo e Judiciário, desde que cumpridos dois requisitos: a) pertinência temática com a proposta original; b) não acarretar aumento de despesas. STF. Plenário. ADI 5087 MC/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 27/8/2014 (Info 756). STF. Plenário. ADI 1333/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 29/10/2014 (Info 765). STF. Plenário. ADI 3942/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, jugado em 5/2/2015 (Info 773). STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822). PORTANTO, o gabarito deve ser alterado para a letra 'C' ("formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa").
42	Nobre Banca Examinadora, O comando da referida questão trazia o seguinte caso prático: “Tramitou pela Assembleia Legislativa de Rondônia PROJETO DE LEI no qual havia ocorrido emenda parlamentar em matéria de INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, que resultou em aumento de despesa. Após aprovado o projeto de lei pela referida assembleia, o governador do estado sancionou a lei”. Em sede preliminar, a douta banca examinadora considerou correto o teor da “Letra E (E formalmente inconstitucional, haja vista o vício de iniciativa)”. Com o devido respeito, tal gabarito não merece prosperar, tendo em vista que, EM MOMENTO ALGUM NO TEXTO FOI DITO, EXPLICITA OU IMPLICITAMENTE, QUE O REFERIDO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA RESERVADA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO FOI INICIADO POR ALGUM PARLAMENTAR, mas apenas que, durante a tramitação na Assembleia Legislativa (procedimento normal e constitucional) houve uma emenda parlamentar que, todavia, levou ao aumento de despesa, sendo esse o fato que de fato torna a referida emenda formalmente inconstitucional nos termos da CF/88 e da Jurisprudência do STF. A CF/88 não veda a emenda parlamentar em projeto de iniciativa reservada do Executivo, mas apresenta condições explícitas e implícitas para tanto, “a condição implícita é a pertinência temática, isto é, a emenda tem de versar sobre o mesmo tema do projeto original, para que se evite o ‘contrabando legislativo’ (Expressão já empregada pelo STF). A condição explícita é o não aumento da despesa prevista no projeto original (art. 63, I, da CF/88), justamente porque não compete ao Poder Legislativo criar despesa em orçamento cuja gestão lhe compete” (BRAGA, 2021, Direito Constitucional Grifado, pag. 1031). O Artigo 63 da CF/88 traz a seguinte regra em seu texto: Art. 63. NÃO SERÁ ADMITIDO AUMENTO DA DESPESA prevista: I - NOS PROJETOS DE INICIATIVA EXCLUSIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º. Por fim, o STF enfrentou o tema no julgamento da Medida Cautelar da ADI 1835-SC em que se fixou a seguinte tese: 1. A reserva de iniciativa a outro Poder não implica vedação de emenda de origem parlamentar desde que pertinente à matéria da proposição, NÃO ACARRETE AUMENTO DE DESPESA, salvo se este, independentemente do dispêndio, de qualquer modo adviria da aplicação direta de norma da Constituição, como, no caso, a que impõe a extensão aos inativos do aumento de vencimentos concedido, segundo o projeto inicial, aos correspondentes servidores da ativa: implausível a alegação de inconstitucionalidade, indefere-se a liminar (Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10631758/artigo-63-da-constituicao-federal-de-1988. Acesso em 08: 02/2022). Desse modo, mostra-se totalmente correta a informação constante na “Letra C (C formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa)”. Ante o exposto, requer-se a ALTERAÇÃO da LETRA E para a LETRA C. Ou, caso assim não entenda esta douta banca, a ANULAÇÃO da referida questão com atribuição de pontos a todos os candidatos. Nestes Termos, Pede Deferimento.

42	Há duas alternativas corretas na questão 42. De fato, segundo a jurisprudência do STF (exemplos: ADI 2079; ADI 4884; ADI 4433), aumento de despesa por emenda parlamentar em lei de iniciativa reservada do chefe do Executivo enseja inconstitucionalidade formal. Acontece que a lei será formalmente inconstitucional por vício de iniciativa, o qual obviamente decorre do aumento da despesa que, frise-se, não pode ser efetuada por emenda parlamentar em projeto de iniciativa exclusiva do chefe executivo. Isso mesmo: lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa em projeto de iniciativa reservada do Executivo, sob pena de inconstitucionalidade formal. Vejam-se: 1) na ADI 2079 é dito que "incorre em vício de inconstitucionalidade FORMAL (CF, artigos 61, § 1º, II, "a" e "c" e 63, I), a norma jurídica decorrente de EMENDA parlamentar em projeto de lei de iniciativa RESERVADA ao Chefe do Poder Executivo, de que resulte AUMENTO DE DESPESA"; 2) consta da ADI 4884 que "embora o poder de apresentar emendas alcance matérias de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, são inconstitucionais as alterações assim efetuadas quando resultem em aumento de despesa, ante a expressa vedação contida no art. 63, I, da Constituição"; 3) é dito também na ADI 4884 expressamente que, "reservada a proposição legislativa à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, sua alteração, seja para ampliar, restringir, adequar ou adaptar o alcance do texto original, NÃO PODERÁ RESULTAR EM AUMENTO DE DESPESA"; 4- segundo a ADI 2804, "projeto de lei apresentado pelo Governador de Estado, em matérias de sua competência privativa, não pode sofrer emenda parlamentar que importe em aumento de despesa, sob pena de o futuro texto normativo advindo da emenda incorrer em inconstitucionalidade formal". Ante o exposto, reque-se a ANULAÇÃO da questão, uma vez que duas alternativas (C e E) estão corretas.
42	O gabarito tido como único correto diz que a lei é "formalmente inconstitucional, haja vista o vício de iniciativa". Porém, a alternativa "C" também está correta, convivendo harmoniosamente com a alternativa "E", pois afirma que o projeto de lei é "formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa.". Veja que o comando da questão não explicitou se tratar da exceção do Art. 63, I, da CF, que permite emendas aos projetos orçamentários, pois se tivesse o feito, o item "E" também estaria incorreto, pois não haveria vício de iniciativa algum às emendas parlamentares. Voltando ao ponto, o STF afirma categoricamente que "é inconstitucional norma resultante de emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, na hipótese em que a emenda apresentada acarrete aumento de despesa (art. 61, §1º, II, "a" e art. 63, I, da CF/88)", conforme decisão plenária na ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/04/2016, informativo 822. Por isso, como há duas respostas corretas, a questão merece ser anulada.
42	A questão deve ser anulada em virtude de o enunciado não propiciar elementos necessários para alcançar a assertiva correta. Não há no texto da questão qualquer elemento que demonstre se a iniciativa decorreu do chefe do executivo ou de parlamentar. Ademais, por causa da ausência de informação necessária no enunciado, não tem como saber se era caso de inconstitucionalidade formal, pois o STF já pronuncio que emenda parlamentar que aumenta despesa em projeto de lei de iniciativa do Chefe do Executivo por si só é inconstitucional, conforme tese 971 - Tema 917 - "Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, 'a', 'c' e 'e', da Constituição Federal)." ARE 878911 RG / RJ. Logo, não possível aferir qual a intenção do formulador da questão e, consequentemente, alcançar a resposta correta, por isso, pede pela anulação da questão.
42	Respeitável banca, a questão deve ser alterada, pois que a Emenda Parlamentar que aumenta despesa não pode ser tratada apenas como vício de iniciativa, descrito na assertiva 'e'. Nos termos do nos termos do art. 166, §3,II da CF, a lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesas. Corrobora tal afirmativa o julgamento da ADI 3114-SP. Deste modo, a lei é "formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa". Assim, requer-se que seja alterado o gabarito para assertiva 'c' (formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa). Subsidiariamente, requer-se a anulação da questão 42.
42	Gabarito preliminar apontando a assertiva E ("E formalmente inconstitucional, haja vista o vício de iniciativa") como correta não se sustenta, posto que em momento algum o enunciado da questão afirma que o projeto de lei foi de iniciativa do Poder Legislativa. No caso, o comando da questão se limita a afirmar que há tramitação de projeto de lei na Assembleia Legislativa que é de matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo, sendo que sobre tal projeto de lei houve emenda parlamentar aumentando despesas. Ora, resta impossível se afirmar que há vício de iniciativa, sendo absurdo o gabarito preliminar como letra E. Em realidade, a inconstitucionalidade narrada pelo enunciado reside no fato de que as emendas legislativas a projeto de lei de iniciativa reservada ao Chefe de Poder Executivo devem observar duas premissas: 1) pertinência temática e 2) não incorrer em aumento de despesa. Assim, como se salientou que houve o aumento de despesa, atrai-se a ocorrência de inconstitucionalidade formal. Nesse passo, o gabarito correto para a questão 42 é a letra D ("formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa."). Portanto, requer-se a alteração do gabarito de Letra E para Letra A. Subsidiariamente, requer-se a anulação da presente questão.

42	Gabarito preliminar apontando a assertiva E (“E formalmente inconstitucional, haja vista o vício de iniciativa”) como correta não se sustenta, posto que em momento algum o enunciado da questão afirma que o projeto de lei foi de iniciativa do Poder Legislativa. No caso, o comando da questão se limita a afirmar que há tramitação de projeto de lei na Assembleia Legislativa que é de matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo, sendo que sobre tal projeto de lei houve emenda parlamentar aumentando despesas. Ora, resta impossível se afirmar que há vício de iniciativa, sendo absurdo o gabarito preliminar como letra E. Manutenção do presente gabarito implicaria em exigir dos candidatos que adivinhassem quem deu início ao processo legislativo, em descompasso para com as técnicas de interpretação de texto. Em acréscimo, quanto à parte jurídica, insta apontar que a inconstitucionalidade narrada pelo enunciado reside no fato de que as emendas legislativas a projeto de lei de iniciativa reservada ao Chefe de Poder Executivo devem observar duas premissas: 1) pertinência temática e 2) não incorrer em aumento de despesa. Assim, como se salientou que houve o aumento de despesa, atrai-se a ocorrência de inconstitucionalidade formal. Nesse passo, o gabarito correto para a questão 42 é a letra D (“formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa.”). Portanto, requer-se a alteração do gabarito de Letra E para Letra A. Subsidiariamente, requer-se a anulação da presente questão.
42	A LEI É FORMALMENTE INCONSTITUCIONAL
42	A questão abordou sobre emenda parlamentar, em projeto de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, que gerou aumento de despesa. Arguindo sobre o posicionamento do STF sobre a situação hipotética narrada. A banca considerou correto o item A, que dizia que a lei é inconstitucional, haja vista o vício de iniciativa. No entanto, o item correto é o E, que diz "formalmente inconstitucional, uma vez que a lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa. Vejamos entendimento do STF sobre o tema: EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2º DA LEI GAÚCHA N. 10.385/1995. PARALISAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL. DIAS PARADOS CONTADOS COMO DE EFETIVO EXERCÍCIO. EMENDA PARLAMENTAR. ALTERAÇÕES DO DISPOSITIVO APONTADO COMO PARÂMETRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA IMPUGNADA. PREJUDICIALIDADE DA AÇÃO NÃO CONFIGURADA. DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E À AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO. 1. Alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais n. 19/1998 e 41/2003 não causam prejuízo à análise da constitucionalidade da norma impugnada à luz do art. 96, inc. II, al. b, da Constituição da República. 2. Admissão de emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa privativa do Poder Executivo e Judiciário, desde que guardem pertinência temática com o projeto e não importem em aumento de despesas. 3. A Emenda Parlamentar n. 4/1995 afastou-se da temática do Projeto de Lei n. 54/1995, interferiu na autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário: desrespeito ao art. 2º da Constituição da República. 4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 1333, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 29/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 17-11-2014 PUBLIC 18-11-2014). (CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Requisitos para emenda parlamentar a projetos de lei de outros poderes. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/38af86134b65d0f10fe33d30dd76442e. Acesso em: 08/02/2022). De acordo com o item 2 da jurisprudência acima colacionada a " Admissão de emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa privativa do Poder Executivo e Judiciário, desde que guardem pertinência temática com o projeto e não importem em aumento de despesas". Ou seja, é possível emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, desde que guardem pertinência temática com o projeto e não importem em aumento de despesas. Dessa forma, o gabarito encontra-se errado, ao apontar como correta a alternativa que afirma se tratar de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, haja vista que quem iniciou o processo legislativo, no caso apontado na questão, foi o governador do estado, ou seja, o chefe do Poder Executivo estadual, logo não há que se falar em vício de iniciativa. Sendo assim, o gabarito deve ser alterado, devendo considerar como correto o item E "formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa".
42	Prezada Banca Examinadora, solicita-se a alteração do gabarito da questão 42, tendo em vista que é legítima a emenda parlamentar em um projeto de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, desde que cumpridos, cumulativamente, dois requisitos: a) pertinência temática entre o projeto de lei e a emenda parlamentar; e b) a emenda não pode acarretar aumento de despesas, conforme preconiza o art. 63, I, da CF/88. Portanto, “revela-se plenamente legítimo, desse modo, o exercício do poder de emenda pelos parlamentares, mesmo quando se tratar de projetos de lei sujeitos à reserva de iniciativa de outros órgãos e Poderes do Estado, incidindo, no entanto, sobre essa prerrogativa parlamentar — que é inerente à atividade legislativa —, as restrições decorrentes do próprio texto constitucional (CF, art. 63, I e II), bem assim aquela fundada na exigência de que as emendas de iniciativa parlamentar sempre guardem relação de pertinência (“afinidade lógica”) com o objeto da proposição legislativa” (STF. Plenário. ADI 2681 MC, Rel. Min. Celso De Mello, julgado em 11/09/2002). Nesse mesmo sentido, há diversos julgados do STF: ADI 5087 MC/DF, Rel. Min. Teori Zavascki (Info 756); ADI 1333/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, (Info 765); ADI 3942/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia (Info 773); ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso (Info 822). Sendo assim, solicita-se, respeitosamente, que o gabarito seja alterado para a letra “c”, já que a lei objeto da questão é “formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa”.

42	Pleiteia-se a alteração do gabarito para letra D ou a anulação da questão. O STF possui vários precedentes consolidando o entendimento de que é possível que haja emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa dos Poderes Executivo e Judiciário, desde que cumpram dois requisitos: a) guardem pertinência temática com a proposta original (tratem sobre o mesmo assunto); b) não acarretem em aumento de despesas. [STF. Plenário. ADI 5087 MC/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 27/8/2014 (Info 756); STF. Plenário. ADI 1333/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 29/10/2014 (Info 765); STF. Plenário. ADI 3942/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, jugado em 5/2/2015 (Info 773); STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822); STF. Plenário. ADI 4433/SC, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 18/6/2015 (Info 790)]. Portanto, a referida emenda parlamentar não pode aumentar despesa, conforme jurisprudência pacífica do STF. A inconstitucionalidade é material, pois se refere às despesas que envolvem o objeto da matéria legal. Como a emenda parlamentar é possível, não há que se falar em inconstitucionalidade formal.
42	Prezada banca examinadora, De acordo com o entendimento do STF e da doutrina, mesmo nas hipóteses de iniciativa reservada a outros Poderes, a apresentação de projeto de lei pelo seu detentor não impede, como regra, que os congressistas a ele apresentem emendas. Contudo, esse poder de emendar não é absoluto, devendo observar os limites dispostos no art. 63 da CF/88. Outrossim, consoante entendimento do STF (ADI 5087 MC/DF) é possível que haja emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa dos Poderes Executivo e Judiciário, desde que cumpram dois requisitos: não implique aumento de despesa nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República e nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos tribunais federais e do MP; e tenham pertinência temática com a matéria tratada no projeto apresentado. (STF, ADI 4433/SC, Rel. Min. Rosa Weber, julg. em 18.6.2015). Veja-se a ementa do julgado: Ementa: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. EMENDA CONSTITUCIONAL 11/2013, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. TETO REMUNERATÓRIO. DIPLOMA RESULTANTE DE PROJETO INICIADO PELA GOVERNADORA DO ESTADO. EMENDA PARLAMENTAR. ESTABELECIMENTO DE EXCEÇÕES. REFLEXO FINANCEIRO. MATÉRIA SUJEITA A RESERVA DE INICIATIVA. CARACTERIZADA USURPAÇÃO DA PRERROGATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVIO ESTADUAL. 1. Segundo pacífica orientação do Supremo Tribunal Federal, as normas de atribuição de iniciativa no processo legislativo previstas na Constituição Federal constituem cláusulas elementares de distribuição de poder no contexto da Federação, razão pela qual devem ser necessariamente observadas pelos Estados-membros, independentemente da espécie legislativa envolvida. 2. Ao criar hipóteses de exceção à incidência do teto remuneratório do serviço público estadual e, consequentemente, exceder o prognóstico de despesas contemplado no texto original do projeto encaminhado pela Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, a Assembleia Legislativa atuou em domínio temático sobre o qual não lhe era dado interferir, mesmo que por modo secundário, incorrendo em episódio de abuso de poder legislativo. 3. Medida cautelar deferida. Outros julgados do Supremo Tribunal Federal acerca da inconstitucionalidade formal de lei na qual ocorreu emenda parlamentar que acarretou no aumento de despesa: “AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MATÉRIA DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. EMENDA PARLAMENTAR. AUMENTO DE DESPESA. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DO MODELO FEDERAL. As matérias reservadas à iniciativa do Poder Executivo somente podem ser objeto de emenda na hipótese de não representarem aumento de despesas. Parâmetro de observância cogente pelos Estados da Federação, à luz do princípio da simetria. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.” (ADI 1304, Relator Ministro Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgamento em 11.3.2004, DJ 16.4.2004). “AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. § 2º DO ARTIGO 1º DA LEI n. 6.782 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A ELE ACRESCIDO PELA LEI N. 6.991/97. EMENDA PARLAMENTAR A PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. CONCESSÃO DE VANTAGEM PESSOAL A SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 63, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Reconhecimento de generalidade e abstração suficientes ao ato normativo. Possibilidade de exame de constitucionalidade na via do controle concentrado. Preliminar rejeitada. 2. A iniciativa de projetos de lei que disponham sobre vantagem pessoal concedida a servidores públicos cabe privativamente ao Chefe do Poder Executivo. Precedentes. 3. Inviabilidade de emendas que impliquem aumento de despesas a projetos de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. 4. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade do § 2º do artigo 1º da Lei n. 6.782/95, a ele acrescido pela Lei n. 6.991/97, ambas do Estado do Rio Grande do Norte. (ADI 1729, Relator Ministro Eros Grau, julgado em 28.6.2006, DJ 02.02.2007). “I. Ação direta de inconstitucionalidade: admissibilidade já afirmada na decisão cautelar, porque não a impede a circunstância de a norma-padrão da Constituição Federal - de absorção compulsória pelos ordenamentos locais (CF, arts. 61 e 63, I) - ter sido reproduzida na Constituição do Estado: questão preclusa. II. Processo legislativo: projeto do Governador, em matéria de iniciativa reservada ao Poder Executivo, aprovado com emendas de origem parlamentar que - ampliando o universo dos servidores beneficiados e alargando os critérios da proposta original - acarretaram o aumento da despesa prevista: inconstitucionalidade formal declarada.” (ADI 2170/SP, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, julgamento em 17.8.2005, DJ 09.9.2005). Da mesma forma assevera a doutrina: "(...) cabe emenda parlamentar nas hipóteses de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, desde que haja pertinência temática e, por regra, não acarrete aumento de despesas (...).(Direito constitucional / Pedro Lenza; 25. ed; p. 919; São Paulo: Saraiva Educação, 2021). Assim, é correto afirmar que a regra é a impossibilidade de emenda parlamentar que resulte no aumento de despesa da matéria de competência reservada ao chefe do Poder Executivo, sendo excepcional a possibilidade. Desse modo, a alternativa "d" é correta por seguir a regra, ao afirmar que emenda parlamentar não pode aumentar despesa, haja vista que o contexto da questão 42 não apresentou algum indício de que incidiriam as exceções constitucionalmente

	admitidas. Destarte, observando-se os julgados colacionados e disposição doutrinária supracitada, tendo em vista o contexto e comando da questão 42, o gabarito merece ser alterado para a alternativa "d", qual seja, "formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa.". Subsidiariamente, requer-se a anulação da questão 42, haja vista a existência de duas alternativas passíveis de resposta, quais sejam, "d" e "e", conforme a fundamentação supra acerca da validade da assertiva "d".
42	A questão possui duas alternativas corretas. a alternativa que aponta a inconstitucionalidade formal em virtude do aumento de despesa está de acordo com o previsto no inciso I do art. 63 da Constituição Federal. Ademais, a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal prega que emenda parlamentar não pode aumentar despesa e tal disposição deve ser observada obrigatoriamente pelos estados membros, vide ADI 1333. Desta forma, solicita-se a anulação da questão.

42	O item c) da questão está de acordo com o disposto no art. 63, I, da CF/88" Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º; Frisa-se que na alternativa não consta que emenda parlamentar que aumente despesa será SEMPRE inconstitucional por vício formal, mas apenas que na situação hipotética ocorreu vício formal uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa. De fato, o STF reiterada vezes sedimentou o entendimento de que nos projetos de lei de iniciativa do executivo que trate sobre servidor público não pode haver aumento de despesa decorrente de emenda parlamentar, considerando a competência do executivo prevista no Art. 61, § 1º, II, 'a', da Constituição Federal, preceito de reprodução obrigatória no âmbito dos estados de acordo com o STF. A referida afirmação é justamente a regra que se aplica ao enunciado. O enunciado e a referida alternativa se amolda perfeitamente ao decidido pelo STF no RE 745.811-RG : " Recurso extraordinário. Repercussão geral da questão constitucional reconhecida. 2. Direito Administrativo. Servidor público. 3. Extensão, por meio de emenda parlamentar, de gratificação ou vantagem prevista pelo projeto do Chefe do Poder Executivo. Inconstitucionalidade. Vício formal. Reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos. Art. 61, § 1º, II, 'a', da Constituição Federal. 4. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará (Lei 5.810/1994). Artigos 132, inciso XI, e 246. Dispositivos resultantes de emenda parlamentar que estenderam gratificação, inicialmente prevista apenas para os professores, a todos os servidores que atuem na área de educação especial. Inconstitucionalidade formal. Artigos 2º e 63, I, da Constituição Federal. 5. Recurso extraordinário provido para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 132, XI, e 246 da Lei 5.810/1994, do Estado do Pará. Reafirmação de jurisprudência". Deveras, não pode haver aumento de despesas, decorrente de emenda parlamentar , nos projetos de lei de iniciativa do executivo que trate sobre servidores, configurando vício formal do processo legislativo. Não obstante o dispositivo constitucional permitir de maneira excepcional o aumento de despesa nos projetos de lei referente à lei orçamentária anual e a LDO, em nenhum momento a alternativa incluiu o advérbio "SEMPRE", razão pela qual não padece de qualquer vício. O gabarito preliminar não prestigia o conhecimento do candidato dado que possui duas alternativas que estão de acordo com o panorama legislativo, doutrinário e jurisprudencial, razão pela qual requer a imediata anulação da questão.
42	A questão não deixa claro se o projeto de lei foi proposto pelo chefe do Executivo ou pelo parlamentar, de modo que não se pode afirmar a existência de vício de iniciativa. Assim, a questão deve ser anulada.
42	A questão 42 informa que em um projeto de lei em trâmite houve emenda parlamentar com aumento de despesa em matéria de iniciativa reservada ao poder executivo. Como resposta o gabarito apontou certo o item " Formalmente inconstitucional, haja visto o vício de iniciativa". O enunciado da questão não informa quem deu início ao projeto de lei, se foi o próprio governado ou algum membro do legislativo. Logo, considerar que houve erro de iniciativa é fazer PRESUNÇÃO de FATO NÃO CONTIDO NO ENUNCIADO. Portanto, a questão deve ser anulada. De todo o modo, a alternativa que informa " formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa". Se mostra mais próximo do gabarito correto, pois, é inconstitucional a emenda parlamentar que aumenta despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Poder Executivo. Logo, requer-se: 1. Anulação da questão 2. Alteração de gabarito para a alternativa formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa".

42	A questão 42 de direito financeiro indica a alternativa "E" como gabarito preliminar, embora o gabarito definitivo deva considerar como correta apenas a alternativa "D". Senão, vejamos. O Supremo Tribunal Federal decidiu, na ADI 3.942, que é possível emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa privativa do Executivo, desde que haja pertinência temática e não implique aumento de despesa. O enunciado da questão afirma que a emenda parlamentar "resultou em aumento de despesa", nada tratando sobre o conteúdo da emenda, o que já exclui, de plano, o vício de iniciativa. Admitir que uma emenda parlamentar, cujo conteúdo não se sabe, viola necessariamente a iniciativa privativa do Executivo equivale a afirmar que não é possível emenda parlamentar a projeto de iniciativa privativa deste poder, o que não encontra respaldo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Dessa feita, a alternativa "E" está errada. Por outro lado, a alternativa "D" está correta, devendo constar como gabarito definitivo da questão 42, haja vista que a referida emenda é "formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar [a projetos de lei de iniciativa privativa do Executivo] não pode resultar em aumento de despesa", nos termos do Art. 63, I, da CRFB. Nem se diga que a alternativa, ao se referir a "lei decorrente de emenda parlamentar" está a indicar "qualquer" lei decorrente de emenda parlamentar. Isso porque o enunciado é claro ao questionar se "nessa situação hipotética,..., a referida lei é" constitucional ou não, e o porquê. Não se está, tampouco, a tratar das exceções previstas nos §§ 3º e 4º do Art. 166 da CRFB, haja vista que, como hipóteses excepcionais, não se presumem, prevalecendo a regra segundo a qual a emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa privativa do Executivo não pode gerar aumento de despesa. Além disso, a alternativa "E", indicada como gabarito preliminar, está incorreta. Isso porque somente haveria vício de iniciativa caso a emenda tratasse de matéria inédita, sem pertinência temática com a proposta do Executivo, e de iniciativa privativa deste último. Não é o caso. O enunciado nada aborda sobre a matéria de fundo da emenda parlamentar, limitando-se a afirmar que ela gerou aumento de despesa. A jurisprudência do STF é farta de exemplos em que apenas se reconhece o vício de iniciativa quando a matéria tratada na emenda parlamentar extrapola os limites de sua iniciativa, adentrando na iniciativa privativa do Executivo. Nesse sentido, citam-se: a) a ADI 3.655, cuja ementa aduz "Lei de Iniciativa Reservada ao Poder Executivo. Emenda Parlamentar SEM ESTREITA RELAÇÃO DE PERTIÊNCIA com o Objeto do Projeto Encaminhado pelo Executivo. Vício de iniciativa"; b) a ADI 6.072, cuja ementa aduz "NORMAS SOBRE PROMOÇÕES E GRATIFICAÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS do Executivo acrescidas por emenda parlamentar. INICIATIVA RESERVADA ao chefe do poder Executivo local. Aumento de despesa"; c) o RE 745.811 RG, cuja ementa aduz "Extensão, por meio de emenda parlamentar, DE GRATIFICAÇÃO OU VANTAGEM prevista pelo projeto do Chefe do Poder Executivo. Inconstitucionalidade. Vício formal. Reserva de iniciativa". Visto isso, percebe-se que os vícios de iniciativa e de aumento de despesa são autônomos. Ambos ensejam a inconstitucionalidade formal do projeto de lei. Nessa linha, a ADI 2.079 contém o seguinte trecho em sua ementa "Incorre em vício de inconstitucionalidade formal (CF, artigos 61, § 1º, II, "a" e "c" e 63, I) a norma jurídica decorrente de emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, de que resulte aumento de despesa. Parâmetro de observância cogente pelos Estados da Federação, à luz do princípio da simetria. Precedentes. 2. Ausência de prévia dotação orçamentária para o pagamento do benefício instituído pela norma impugnada". Isso reforça que a questão 42 trata, na verdade, de um vício formal por aumento de despesa, e não por violação à iniciativa privativa do Executivo. Posto isso, o gabarito preliminar da questão 42 de direito financeiro deve ser alterado, de modo a constar a alternativa "D" como gabarito definitivo.
42	Na questão ora recorrida, tanto a letra D, quanto a letra E estão corretas. Com fundamento na ADI 4433/SC, o STF entendeu pela possibilidade de emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa dos Poderes Executivo, desde que cumpram dois requisitos: a) guardem pertinência temática com a proposta original. b) não acarretem em aumento de despesas. Como na questão discutida, houve aumento de despesa por emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, a lei é formalmente inconstitucional tanto por vício de iniciativa, quanto por ter aumentado a despesa. Cita-se ainda outros precedentes no mesmo sentido: STF. Plenário. ADI 5087 MC/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 27/8/2014 (Info 756). STF. Plenário. ADI 1333/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 29/10/2014 (Info 765). STF. Plenário. ADI 3942/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, jugado em 5/2/2015 (Info 773). STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822). Desse modo, cabe anulação da questão porque o aumento de despesa invariavelmente traria como consequência a inconstitucionalidade formal da lei, conforme dispõe a letra D.
42	Em que pese a questão considerar como resposta final a alternativa “D” (“formalmente inconstitucional, uma vez...”), em verdade, há que se considerar como correta a alternativa “E” (“materialmente inconstitucional, uma vez...”). Isto porque, embora o projeto de lei tenha sido de iniciativa do Governador, as normas do processo legislativo não impossibilitam, em regra, a modificação por meio de emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo no exercício de sua iniciativa privativa, cujas limitações são: a) veicular matérias diferentes das versadas no projeto de lei, desfigurando-o; e b) impossibilidade de tais emendas implicarem em aumento de despesa pública, ressalvado os §§ 3º e 4º do art. 166. Tal entendimento, dentre diversos julgados pelo Supremo Tribunal Federal, pode ser retirado da ADI nº 3114/SP. Destarte, não há que se falar em inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, pois tal modificação ao projeto de lei por emenda parlamentar não acarretou em vício de iniciativa que, consequentemente, levaria a uma inconstitucionalidade formal, mas sim de inconstitucionalidade material, uma vez que a referida emenda parlamentar incorreu em afronta à Constituição por violar disposição do art. 63, I, ao gerar aumento de despesa. Diante dessas considerações, requer-se que se promova a alteração do gabarito da questão, modificando para a alternativa “E” como a correta da questão.

42	Alternativa apresentada como gabarito: formalmente inconstitucional, haja vista o vício de iniciativa. Pedido de anulação por ausência de gabarito, conforme se explicará abaixo. Versa a questão acerca de inconstitucionalidade formal, especificamente a propriamente dita. A respeito, LENZA explica que a inconstitucionalidade formal propriamente dita se subdivide em: a) subjetiva: que se verifica na fase de INICIATIVA; e b) objetiva: o vício é verificado nas demais fases do processo legislativo, posteriores à fase de iniciativa. no caso, portanto, não há vício de iniciativa, porque o processo legislativo foi iniciado pelo Chefe do Executivo, legitimado. O vício é na tramitação do projeto, mais precisamente, na emenda (uma fase do processo). Então é uma inconstitucionalidade formal propriamente dita objetiva.
42	A Banca apresentou a letra "E" como correta. Isto é, considerou que a lei era formalmente inconstitucional por VÍCIO DE INICIATIVA. Contudo, no caso em tela não há vício de iniciativa. É que a iniciativa da lei diz respeito à PROPOSITURA da lei, não às emendas parlamentes. Assim, é plenamente possível que os parlamentares proponham emendas ao projeto de lei cuja iniciativa é privativa, desde que haja pertinência temática e que não haja aumento de despesas. Em suma é possível que haja emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa dos Poderes Executivo e Judiciário, desde que cumpram dois requisitos: a) guardem pertinência temática com a proposta original (tratem sobre o mesmo assunto); b) não acarretem em aumento de despesas. STF. Plenário. ADI 5087 MC/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 27/8/2014 (Info 756). STF. Plenário. ADI 1333/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 29/10/2014 (Info 765). STF. Plenário. ADI 3942/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, jugado em 5/2/2015 (Info 773). STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822). Face ao exposto, merece o gabarito da questão 42 ser alterado para letra "C", que afirma que a lei é "formalmente inconstitucional, uma vez que a lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa.". Subsidiariamente, requer seja a questão anulada.
42	A questão 42 relata a ocorrência de emenda parlamentar em matéria de iniciativa do chefe do Poder Executivo que resultou em aumento de despesa, e pede que o candidato assinale a alternativa que indica a interpretação do STF sobre essa conduta. O gabarito indicou que a alternativa correta seria a letra "a". Contudo, a alternativa "D" também está correta e de acordo com a jurisprudência do STF, ao prever se tratar de lei "formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa." A Suprema Corte no julgado a seguir transcrito prevê que sua jurisprudência pacífica e dominante veda o aumento de despesa por emenda parlamentar, classificando como formalmente inconstitucional a lei decorrente desse vício, senão vejamos: ADI 4062 Órgão julgador: Tribunal Pleno Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO Julgamento: 23/08/2019 Publicação: 13/12/2019 Ementa DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EXPRESSÃO ORIUNDA DE EMENDA PARLAMENTAR A PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. AUMENTO DE DESPESA DECORRENTE DE PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA. EXPRESSÃO “TUBARÃO”, CONTIDA NO CAPUT E NO INCISO I DO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 398, DE 05.12.2007, DO ESTADO DE SANTA CATARINA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 2º, 63, INCISOS, E 96, II, D, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA E DOMINANTE. PRECEDENTES. 1. Este Supremo Tribunal Federal POSSUI JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA E DOMINANTE NO SENTIDO DE QUE A POSSIBILIDADE DE EMENDAS PARLAMENTARES AOS PROJETOS DE LEI DE INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, AOS TRIBUNAIS, AO MINISTÉRIO PÚBLICO, DENTRE OUTROS, ENCONTRA DUAS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS, QUAIS SEJAM: (I) NÃO IMPORTAREM AUMENTO DE DESPESA e; (ii) manterem pertinência temática com o objeto do projeto de lei. Nesse sentido: ADI 1.050-MC, Rel. Min. Celso de Mello; ADI 1.333, Rel. Min. Cármen Lúcia; ADI 2.569, Rel. Min. Carlos Velloso. 2. A Constituição Federal estabelece que compete ao Tribunal de Justiça a iniciativa legislativa a respeito da alteração da organização e da divisão judiciárias (art. 96, II, “d”). Nesse sentido: ADI-MC 1.834, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário. 3. No projeto de lei inicial encaminhado pelo Tribunal de Justiça à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina não havia nenhuma referência à elevação para entrância especial da Comarca de Tubarão, de modo que tal alteração é fruto de emenda parlamentar. Entretanto, tal proposição alternativa não fez qualquer estudo sobre a necessidade ou previsão orçamentária para promover referida ALTERAÇÃO LEGISLATIVA, OCASIONADO AUMENTO DE DESPESA AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, O QUE LHE CONFERE VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. Nesses casos de desrespeito aos limites do poder de emenda, esta Corte Suprema entende haver ofensa ao princípio da separação de poderes (art. 2º, CF). 4. Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido se julga procedente, para declarar a inconstitucionalidade parcial do caput e do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 398, de 05.12.2007, do Estado de Santa Catarina, com redução de texto da expressão “Tubarão”. Desse modo, a alternativa "D" também está de acordo com a jurisprudência do STF, ensejando a anulação da presente questão.

42	Prezado examinador, A presente questão nos traz que tramitou um projeto de lei e houve emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, que resultou aumento de despesa, que o projeto foi aprovado e em seguida sancionado pelo governador. A alternativa dada como correta, afirma que segundo a jurisprudência do STF a referida lei é formalmente inconstitucional, haja vista o VÍCIO DE INICIATIVA. Entretanto, a questão não afirma quem deu início ao projeto de lei, SE O PROPRIO GOVERNADOR OU SE PARLAMENTAR, visto que é possível emenda parlamentar em ambos em casos, ressalvadas as exigências legais, sendo que por este panorama, falta informação no enunciado para que se julgue corretamente a assertiva dada como correta. Porém, outra alternativa afirma que é formalmente inconstitucional, visto que a lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa. De fato, as emendas parlamentares não podem aumentar despesa nos projetos de lei de iniciativa reservada do governador, esta é a regra geral trazida pela CF/88, no art. 63, I, que se aplica por simetria: Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista: I — nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º; Obs.: os §§ 3º e 4º tratam sobre os projetos de lei orçamentária e da LDO; oque não é objeto da questão, vide o enunciado. Desta forma, entende o STF de forma reiterada : É inconstitucional norma resultante de emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, na hipótese em que a emenda apresentada acarrete aumento de despesa (art. 61, § 1º, II, "a" e art. 63, I, da CF/88). STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822). É possível que haja emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa dos Poderes Executivo e Judiciário, desde que cumpram dois requisitos: a) guardem pertinência temática com a proposta original (tratem sobre o mesmo assunto); b) não acarretem em aumento de despesas. STF. Plenário. ADI 5087 MC/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 27/8/2014 (Info 756). STF. Plenário. ADI 1333/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 29/10/2014 (Info 765). STF. Plenário. ADI 3942/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, jugado em 5/2/2015 (Info 773). STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822). Desta forma, pugno pela alteração do gabarito para assertiva que traz o expresso entendimento do STF, qual seja: Formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa.
42	A alternativa "C" também deve ser considerada correta na medida em que o enunciado não forneceu informações suficientes que afastassem qualquer ambiguidade na resolução da questão. Inexiste qualquer informação acerca do autor do projeto de lei, se foi o Governador do Estado, já que envolvia matéria de iniciativa privativa sua, ou de um Deputado Estadual. Essa ausência de clareza leva a duas interpretações possíveis. A primeira, presente na opção "E", é de que houve ofensa à separação dos poderes, daí a inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa. A outra opção, em se tratando de iniciativa do Governador do Estado, seria a da opção "C", uma vez que se admite que o Poder Legislativo apresente emendas supressivas ou restritivas a projeto de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, não lhe sendo permitido oferecer emendas ampliativas que impliquem em aumento de despesa. Se assim o fizer, haverá inconstitucionalidade formal por ofensa ao disposto no artigo 40 da Constituição do Estado de Rondônia. Esse foi o caso da hipótese levantada, daí que tal opção também deve ser considerada como correta.
42	REQUERIMENTO: requer a anulação da questão 42, por ausência de resposta correta. RECURSO: a questão 42 apontou a alternativa E como correta, contudo, em nenhum momento do enunciado se deixou claro que o projeto de lei em análise é oriundo da assembleia legislativa, o que, em tese, poderia incorrer em vício de iniciativa por ofensa à competência legislativa do Chefe do Poder Executivo. Ao contrário, da leitura do dispositivo, é possível concluir que o projeto de lei em apreço foi apresentado pelo Chefe do Poder Executivo e somente contou com emenda parlamentar, a qual resultou em aumento de defesa, em clara violação ao art. 63, I, da CF/88, conforme a jurisprudência do STF: Ementa: Processo constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei de iniciativa do Executivo. Emenda parlamentar que provoca aumento de despesa. Inconstitucionalidade. 1. Os dispositivos impugnados, introduzidos por emenda parlamentar em lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, introduziram aumento da despesa prevista sem pertencerem aos casos em que há autorização constitucional para fazê-lo. 2. Ação direta com declaração de procedência do pedido. (STF, ADI 2810, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 09-05-2016 PUBLIC 10-05-2016) Pelo exposto, não há resposta correta para o quesito, devendo a questão 42 ser anulada.

42	A banca examinadora deu como gabarito para a questão 42 a letra E, indicando que se tratava de uma hipótese de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa. Contudo, na realidade, a alternativa que deveria ser considerada como correta seria a letra C. Explico. Quanto ao vício de inconstitucionalidade ser formal ou material, não há o que se discutir, pois de fato houve um vício durante o processo legislativo de elaboração da lei. O Professor e Procurador do Estado de São Paulo, Francisco Braga, subdivide as inconstitucionalidades formais em três espécies, quais sejam: (i) Orgânica, que é aquela que deriva da incompetência do órgão legislativo para editar a norma, sendo o caso, por exemplo, de um Estado legislando a respeito de matéria de competência privativa da União; (ii) Propriamente dita, que é aquela que deriva de uma violação ao procedimento legislativo constitucional, podendo ser subjetiva {aquela em que a constitucionalidade padece de um vício de iniciativa} ou objetiva {aquela em que algum dos demais vícios ligados ao procedimento legislativo se verifica no caso concreto}; e (iii) Por violação a pressupostos objetivos do ato, que se verifica, por exemplo, na decretação de estado de sítio sem autorização do Congresso, pois, como se sabe, a autorização do Congresso Nacional é o pressuposto objetivo para o ato de decretação de estado de sítio, e, não havendo essa autorização, configura-se vício formal. Pois bem, feita essa breve análise doutrinária, retornemos a questão. No enunciado é indicado que tramitou na Assembleia Legislativa de Rondônia um projeto de lei de iniciativa reservada do chefe do Poder Executivo Estadual em que houve uma emenda parlamentar que causou aumento de despesa, tendo, a despeito disso, o Governador do Estado sancionado a lei. Tal processo legislativo desrespeitou o art. 63, I, da CF, que em sua literalidade dispõe: "Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;". A ressalva constitucional se refere às leis orçamentárias, as quais, em hipóteses previamente fixadas pela CF, podem ser emendadas ocasionando aumento de despesa. Contudo, além da questão não ter indicado que o projeto que tramitava na Assembleia Legislativa de Rondonia ser de matéria orçamentária, ela também não indicou quem teria dado início ao processo legislativo, não tendo sido informado se foi um dos Deputados Estaduais ou o próprio governador. Portando, não havia elementos suficientes para se concluir que houve vício de iniciativa. Por outro lado, por ter havido um desrespeito à norma constitucional prevista no art. 63, I, da CF, fica claro que a inconstitucionalidade existente na lei era uma inconstitucionalidade forma propriamente dita objetiva, já que a sua inconstitucionalidade decorreu de um vício durante o processo legislativo. Portanto, correto é o enunciado da alternativa C, que dispõe: "formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa.". Sendo assim, deve o GABARITO DA QUESTÃO SER MODIFICADO PARA A LETRA C, na forma da fundamentação supra.
42	Prezada Banca Examinadora, A questão 42 considerou como gabarito a assertiva A, que dispõe que a lei é “formalmente inconstitucional, haja vista o vício de iniciativa”. Ocorre que o enunciado da questão não fala que a lei foi iniciada por pessoa incompetente, apenas informa que houve emenda parlamentar, razão pela qual não é possível afirmar que houve vício de iniciativa. Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º; Nesse sentido, estabelece o Tema 686, II, do Supremo Tribunal Federal: Tema: 686 - Emenda parlamentar que implica aumento de despesa em projeto de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo. Tese: I - Há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, da CF); II - São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (art. 63, I, da CF). Dessa feita, a assertiva que se amolda ao enunciado da questão e se encaixa ao entendimento do STF é a letra “D”, que afirma que a lei é “formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa”. Diante isso, requer, respeitosamente, a alteração do gabarito da questão 42 para a alternativa “D”.
42	Na questão, não fica claro quem propôs a lei. Por isso, não seria errado apontar que havia inconstitucionalidade formal por ter havido emenda parlamentar que aumentou despesa em projeto de iniciativa reservada ao Executivo. Na verdade, o entendimento que existe é de que é vedado o aumento da despesa prevista no projeto original (art. 63, I, da CF/88), justamente porque não compete ao Poder Legislativo criar despesa em orçamento cuja gestão lhe compete” (BRAGA, 2021, Direito Constitucional Grifado, pag. 1031). O STF entende que é vedada emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa reservada ao Poder Executivo ou Judiciário. A reserva de iniciativa a outro Poder não implica vedação de emenda de origem parlamentar desde que pertinente à matéria da proposição, não acarrete aumento de despesa, salvo se este, independentemente do dispêndio, de qualquer modo adviria da aplicação direta de norma da Constituição (STF - ADI: 1835 SC, Relator: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Data de Julgamento: 13/08/1998, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 04-02-2000 PP-00004 EMENT VOL-01977-01 PP-00054). Por isso, há dupla inconstitucionalidade na lei apontada: vício de iniciativa e vedação à emenda parlamentar que aumente despesa em matéria de responsabilidade de outro poder. Assim, pede-se anulação, em virtude de haver duplo gabarito: “a” e “e”.

42	O gabarito preliminar apontado pela Banca Examinadora deve ser modificado, passando a apontar como assertiva correta o "item E", conforme disposto a seguir. Consonante jurisprudência do STF, é possível a existência de emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa do Executivo ou do Judiciário, desde que não haja aumento de despesa e seja comprovada a pertinência temática. Nesse sentido, tem-se, por exemplo, a ADI 2810/RS. Acresça-se, ainda, que o instituto da iniciativa reservada/privativa diz respeito apenas ao início do processo legislativo (iniciativa da lei ou do ato normativo), NÃO LIMITANDO A APRESENTAÇÃO DE EMENDA PELOS DEPUTADOS, SENADORES OU VEREADORES (a depender do caso). Dessarte, mostra-se adequada a modificação do gabarito preliminar apresentado pela Banca Examinadora, para que conste como gabarito correto o "item E" ("formalmente inconstitucional, uma vez que a lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa"). Subsidiariamente, requer anulação da presente questão. Nesses termos, pede deferimento.
42	Consoante dispõe o art. 63, I, da CF: Não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º; O gabarito preliminar da referida questão indicou como correto que se tratava de hipótese de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa. Contudo, o enunciado da questão em momento algum indica quem fora o responsável pela propositura do projeto de lei, limitando-se a afirmar que se tratava de matéria de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo. Vejamos: "Tramitou pela Assembleia Legislativa de Rondônia projeto de lei no qual havia ocorrido emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, que resultou em aumento de despesa. Após aprovado o projeto de lei pela referida assembleia, o governador do estado sancionou a lei". Observe que o enunciado apenas afirma que "tramitou pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia", sem indicar, em momento algum, quem fora o autor da propositura, se o Legislativo ou se o Executivo. O fato de ter ocorrido emenda parlamentar, por si só, não implica na conclusão de que a iniciativa tenha sido do Poder Executivo, de forma que não há como ser considerado correto o gabarito apontado que concluiu pelo vício de iniciativa. De toda sorte, ainda que não se entenda pela não existência de vício de iniciativa, há de se ressaltar que, por consequência, a alternativa de letra "D" encontra-se correta, a qual dispõe: "formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa." Isto porque, conforme jurisprudência pacífica do STF, a emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo implica em inconstitucionalidade formal, não havendo como se considerar como errada referida alternativa. Nesse sentido as seguintes ementas de julgados: “EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. (...). 6. Inconstitucionalidade formal caracterizada. Emenda parlamentar a projeto de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo que resulta em aumento de despesa afronta os arts. 63, I, c/c 61, § 1º, II, c, da Constituição Federal” (ADI n. 2.791, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 16.8.06, p. 24.11.06)." "“EMENTA: Processo constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei de iniciativa do Executivo. Emenda parlamentar que provoca aumento de despesa. Inconstitucionalidade. 1. Os dispositivos impugnados, introduzidos por emenda parlamentar em lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, introduziram aumento da despesa prevista sem pertencerem aos casos em que há autorização constitucional para fazê-lo. 2. Ação direta com declaração de procedência do pedido” (ADI n. 2.810, Relator o Ministro Roberto Barroso, Plenário, DJe 10.5.2016)." Portanto, verifica-se que é correto afirmar que há inconstitucionalidade formal na lei decorrente de emenda parlamentar que aumenta despesa, de forma que a alternativa "D" encontra-se correta, devendo o gabarito ser alterado ou, caso mantido como correto gabarito preliminar, deve ser ANULADA a questão por duplo gabarito existente.

42	Foi considerada correta a seguinte assertiva: “E- formalmente inconstitucional, haja vista o vício de iniciativa”. Ocorre que o item “C” (Formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa) é o correto à luz da correta leitura dos precedentes pacíficos do STF. Isso por que assim decidiu o STF em sede de controle concentrado: PROCESSO LEGISLATIVO – INICIATIVA. Aos Poderes Executivo e Legislativo compete a apresentação de projetos de lei concernentes à alteração do regime jurídico e remuneratório dos próprios servidores – artigos 51, inciso IV, 52, inciso XIII, e 61, § 1º, inciso II, alínea “c”, da Constituição Federal. PROJETO DE LEI – EMENDA PARLAMENTAR – DESPESAS – AUMENTO. Conflita com a Constituição Federal introduzir, em projeto de iniciativa de outro Poder, alteração a implicar aumento de despesas – artigo 63, inciso I, da Lei Maior. (ADI 4759, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 10/10/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-230 DIVULG 26-10-2018 PUBLIC 29-10-2018) É possível que haja emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa dos Poderes Executivo e Judiciário, desde que cumpram dois requisitos: a) guardem pertinência temática com a proposta original (tratem sobre o mesmo assunto); b) não acarretem em aumento de despesas. STF. Plenário ADI 5087 MC/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 27/8/2014 (Info 756). STF. Plenário ADI 1333/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 29/10/2014 (Info 765). STF. Plenário ADI 3942/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, jugado em 5/2/2015 (Info 773). STF. Plenário ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822) E M E N T A: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI ESTADUAL QUE ESTENDE A REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA INERENTE A DETERMINADA CATEGORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS A OUTRAS CATEGORIAS FUNCIONAIS NÃO ABRANGIDAS PELO PROJETO DE LEI ORIGINAL – EXTENSÃO DE BENEFÍCIO PECUNIÁRIO RESULTANTE DE EMENDA DE INICIATIVA PARLAMENTAR APROVADA PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – CONSEQUENTE AUMENTO DA DESPESA GLOBAL PREVISTA NO PROJETO DE LEI – IMPOSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL DESSA MAJORAÇÃO POR EFEITO DE EMENDA DE INICIATIVA PARLAMENTAR – INCIDÊNCIA DA RESTRIÇÃO PREVISTA NO ART. 63, I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – A QUESTÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES A PROJETOS DE INICIATIVA RESERVADA A OUTROS PODERES DO ESTADO – POSSIBILIDADE – LIMITAÇÕES QUE INCIDEM SOBRE O PODER DE EMENDAR PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS – DOUTRINA – PRECEDENTES – ATUAÇÃO PROCESSUAL ORDINÁRIA DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO COMO “CURADOR DA PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE” DAS LEIS E ATOS NORMATIVOS ESTATAIS – DESNECESSIDADE, PORÉM, DESSA DEFESA QUANDO O ATO IMPUGNADO VEICULAR MATÉRIA CUJA INCONSTITUCIONALIDADE JÁ TENHA SIDO PRONUNCIADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO EXERCÍCIO DE SUA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL – MEDIDA CAUTELAR ANTERIORMENTE DEFERIDA PELO PLENÁRIO DESTA SUPREMA CORTE – REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO TEMA – PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELA INCONSTITUCIONALIDADE – AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE. (...) A atuação dos integrantes da Assembleia Legislativa dos Estados-membros acha-se submetida, no processo de formação das leis, à limitação imposta pelo art. 63 da Constituição, que veda — ressalvadas as proposições de natureza orçamentária — o oferecimento de emendas parlamentares de que resulte o aumento da despesa prevista nos projetos sujeitos ao exclusivo poder de iniciativa do Governador do Estado ou referentes à organização administrativa dos Poderes Legislativo e Judiciário locais, bem assim do Ministério Público estadual. (...) O poder de emendar — que não constitui derivação do poder de iniciar o processo de formação das leis — qualifica-se como prerrogativa deferida aos parlamentares, que se sujeitam, no entanto, quanto ao seu exercício, às restrições impostas, em “numerus clausus”, pela Constituição Federal. (...) Revela-se plenamente legítimo, desse modo, o exercício do poder de emenda pelos parlamentares, mesmo quando se tratar de projetos de lei sujeitos à reserva de iniciativa de outros órgãos e Poderes do Estado, incidindo, no entanto, sobre essa prerrogativa parlamentar — que é inerente à atividade legislativa —, as restrições decorrentes do próprio texto constitucional (CF, art. 63, I e II), bem assim aquela fundada na exigência de que as emendas de iniciativa parlamentar sempre guardem relação de pertinência (“afinidade lógica”) com o objeto da proposição legislativa. Doutrina. (...) (ADI 2681, Relator(a): CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 01/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-176 DIVULG 27-08-2018 PUBLIC 28-08-2018) Desta forma, não há que se falar que a inconstitucionalidade deriva tão somente da emenda ter sido proposta por parlamentar em projeto de inciativa exclusiva do Chefe do Executivo, mas sim pelo fato de ter acarretado em aumento de despesa. O aumento de despesa atrai a iniciativa exclusiva, sendo a causa/fundamento da inconstitucionalidade formal, não o tão só fato de haver emenda parlamentar em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Executivo. Desta forma, deve ser alterado o gabarito para o item “C”, por expressar a correta interpretação dos precedentes firmados no STF, a autorizar emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, que não acarrete aumento de despesa; havendo aumento de despesa, incide inconstitucionalidade formal, causada pela não por uma genérica restrição de emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa do Chefe do Executivo, mas sim por ser vedada emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa exclusiva que acarrete aumento de despesa, sendo este o fundamento jurídico da inconstitucionalidade formal por desrespeito ao processo legislativo. Subsidiariamente, requer que sejam considerados corretos os itens “C” e “E”.

42	A questão recorrida diz "Tramitou pela Assembleia Legislativa de Rondônia projeto de lei no qual havia ocorrido emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, que resultou em aumento de despesa. Após aprovado o projeto de lei pela referida assembleia, o governador do estado sancionou a lei. Nessa situação hipotética, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a referida lei é [...]", como resposta apresentou-se a alternativa "D) formalmente inconstitucional, haja vista o vício de iniciativa.". Pois bem, como se pode perceber da leitura do enunciado, foi dito que "tramitou pela Assembleia Legislativa projeto de lei [...]" e nada foi mencionado a respeito da iniciativa do projeto de lei em tramitação. Ou seja, a questão não fez nenhum apontamento sobre quem deu origem ao projeto que se transformou em lei inconstitucional. Desse modo, cabe ao candidato entender que a propositura ocorreu de forma adequada, pelo Chefe do Poder Executivo, não podendo o examinando presumir que o projeto de lei foi proposto por autoridade incompetente e, daí, teria ocorrido vício de iniciativa. Não é dado ao candidato presumir informações não apresentadas no enunciando, motivo pelo qual não pode ser considerada correta a alternativa letra "D". Por outro lado, a assertiva de letra "c" diz "C) formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa.". Ora, o conteúdo apresentado na alternativa C está em perfeita sintonia com a jurisprudência notória e pacífica do Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual dele ela ser considerada correta, como resposta para a questão. Vejamos precedentes do Supremo nesse sentido: "[...] A atuação dos integrantes da Assembleia Legislativa dos Estados-membros acha-se submetida, no processo de formação das leis, à limitação imposta pelo art. 63 da Constituição, que veda — ressalvadas as proposições de natureza orçamentária — o oferecimento de emendas parlamentares de que resulte o aumento da despesa prevista nos projetos sujeitos ao exclusivo poder de iniciativa do Governador do Estado ou referentes à organização administrativa dos Poderes Legislativo e Judiciário locais, bem assim do Ministério Público estadual. [...] O poder de emendar — que não constitui derivação do poder de iniciar o processo de formação das leis — qualifica-se como prerrogativa deferida aos parlamentares, que se sujeitam, no entanto, quanto ao seu exercício, às restrições impostas, em “numerus clausus”, pela Constituição Federal. [...] Revela-se plenamente legítimo, desse modo, o exercício do poder de emenda pelos parlamentares, mesmo quando se tratar de projetos de lei sujeitos à reserva de iniciativa de outros órgãos e Poderes do Estado, incidindo, no entanto, sobre essa prerrogativa parlamentar — que é inerente à atividade legislativa —, as restrições decorrentes do próprio texto constitucional (CF, art. 63, I e II), bem assim aquela fundada na exigência de que as emendas de iniciativa parlamentar sempre guardem relação de pertinência (“afinidade lógica”) com o objeto da proposição legislativa. Doutrina. [...] STF. Plenário. ADI 2681 MC, Rel. Min. Celso De Mello, julgado em 11/09/2002.". Existem também outros recentes no mesmo sentido: STF. Plenário. ADI 3942/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, jugado em 5/2/2015 (Info 773). No caso concreto julgado pelo STF: O Governador do Estado enviou projeto de lei tratando sobre os servidores de determinada entidade estadual. Durante a tramitação do projeto, um Deputado apresentou emenda criando uma gratificação para os servidores dessa entidade. O projeto foi aprovado e sancionado, convertendo-se em lei. O STF julgou essa lei inconstitucional porque houve aumento de despesa, vejamos, novamente: "É inconstitucional norma resultante de emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, na hipótese em que a emenda apresentada acarrete aumento de despesa (art. 61, § 1º, II, “a” e art. 63, I, da CF/88)." STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822). Desse modo, diante da incorreção da alternativa D, bem como o acerto da alternativa letra C, requer-se que o gabarito preliminar seja modificado para considerar como resposta correta da questão a alternativa letra "C".
42	Conforme se extrai do artigo 63 da Constituição Federal “não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do presidente da república, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º”. Desse modo, como ASPECTO MATERIAL, não pode haver o aumento da despesa prevista no projeto original porque não compete ao Poder Legislativo criar despesa em orçamento cuja gestão não lhe compete, esse, ademais, é o entendimento do Supremo Tribunal Federal destacado no âmbito do julgamento da ADI: 1835 SC, de Relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence (Data de Julgamento: 13/08/1998, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 04-02-2000 PP-00004 EMENT VOL-01977-01 PP-00054). Diante disso, solicito a alteração do gabarito para que seja considerada correta a alternativa "E".
42	A questão 42 não especificou se o projeto de lei que estava em tramite foi de iniciativa do Governador ou de um parlamentar. Desta forma, caso a iniciativa da Lei em questão fosse do Governador a emenda do parlamentar segundo o STF seria formalmente inconstitucional, por violação do art. 63 I da CF/88, uma vez que a lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa., e a alternativa correta seria a letra c. Desta forma, diante da incompletude das informações no enunciado da questão, requer a anulação da questão.

42	A questão não fornece informações suficientes para afirmar que a lei objeto de questionamento é formalmente inconstitucional por vício de iniciativa. Não foram dadas informações sobre a iniciativa do projeto de lei, apenas que havia ocorrido emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, nada expressando se o projeto de lei foi encaminhado pelo Executivo ou proposto por membro do Legislativo. Com efeito, não havendo informações sobre quem deflagrou o processo legislativo, há impossibilidade de julgamento da assertiva indicada como correta no gabarito preliminar. Em verdade, com os dados que constam no enunciado, permite-se marcar como correta a assertiva que aponta que a lei hipotética é formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar em matéria de iniciativa privativa do chefe do Executivo não pode aumentar despesa e deve ter estrita pertinência temática, conforme decidido no âmbito do Recurso Extraordinário (RE) 745811. Assim, requer a alteração do gabarito para apontar como correta a assertiva que expõe que "é formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa". Caso esse não seja o entendimento da banca examinadora, requer a anulação da questão, por não constar informações que permitissem o juízo objetivo das proposições alternativas.
42	A questão apresentada além da alternativa apresentada pela banca, possui mais uma opção correta sendo: “e) formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa” A alternativa está em consonância com jurisprudências: Ementa: Processo constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei de iniciativa do Executivo. Emenda parlamentar que provoca aumento de despesa. Inconstitucionalidade. 1. Os dispositivos impugnados, introduzidos por emenda parlamentar em lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, introduziram aumento da despesa prevista sem pertencerem aos casos em que há autorização constitucional para fazê-lo. 2. Ação direta com declaração de procedência do pedido. (ADI 2810, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 09-05-2016 PUBLIC 10-05-2016) Também é o entendimento do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo ao declarar a inconstitucionalidade de emendas parlamentares apresentadas na lei municipal de Agudos que trata das receitas e despesas da prefeitura em 2020: O poder de emenda parlamentar não pode implicar aumento de despesa e deve guardar efetiva pertinência temática com o projeto de lei original, sob pena de se configurar verdadeira exorbitância. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2020-ago-24/emendas-parlamentares-nao-podem-implicar-aumento-despesa Observa-se que existe duas alternativas corretas na questão, portanto a banca deve anular a questão. Logo, conforme O poder de emenda parlamentar não pode implicar aumento de despesa e deve guardar efetiva pertinência temática com o projeto de lei original, sob pena de se configurar verdadeira exorbitância.
42	A questão continha duas alternativas como corretas, uma vez que "emenda parlamentar" também não pode aumentar despesa. Sendo assim, a alternativa que dizia: formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa" também está correta. Requer, portanto, a anulação da questão, por haver duas alternativas corretas na questão.
42	Caríssima Cebraspe, A presente questão enuncia que tramitou um projeto de lei e houve emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, que resultou aumento de despesa, que o projeto foi aprovado e em seguida sancionado pelo governador. A alternativa dada como correta, afirma que segundo o STF, a referida lei é formalmente inconstitucional, haja vista o VÍCIO DE INICIATIVA. No entanto, a questão não afirma quem deu início ao projeto de lei, SE O PROPRIO GOVERNADOR OU SE PARLAMENTAR, visto que é possível emenda parlamentar em ambos em casos, ressalvadas as exigências legais, sendo que por este panorama, falta informação no enunciado para que se julgue corretamente a assertiva dada como correta. Porém, outra alternativa afirma que é formalmente inconstitucional, visto que a lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa. De fato, as emendas parlamentares não podem aumentar despesa nos projetos de lei de iniciativa reservada do governador, esta é a regra geral trazida pela CF/88, no art. 63, I, que se aplica por simetria: Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista: I — nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º; Obs.: os §§ 3º e 4º tratam sobre os projetos de lei orçamentária e da LDO; oque não é objeto da questão, vide o enunciado. É entendimento do STF de forma pacificada : É inconstitucional norma resultante de emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, na hipótese em que a emenda apresentada acarrete aumento de despesa (art. 61, § 1º, II, “a” e art. 63, I, da CF/88). STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822). É possível que haja emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa dos Poderes Executivo e Judiciário, desde que cumpram dois requisitos: a) guardem pertinência temática com a proposta original (tratem sobre o mesmo assunto); b) não acarretem em aumento de despesas. STF. Plenário. ADI 5087 MC/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 27/8/2014 (Info 756). STF. Plenário. ADI 1333/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 29/10/2014 (Info 765). STF. Plenário. ADI 3942/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, jugado em 5/2/2015 (Info 773). STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822). Deste modo, faz-se necessária a alteração do gabarito para assertiva que traz o expresso entendimento do STF, qual seja: Formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa.

42	A questão 42 versa sobre a disciplina de direito financeiro e merece anulação ou ter seu gabarito preliminar alterado. Isso porque o gabarito apontado foi alternativa E, que dispõe que a lei seria formalmente inconstitucional, em razão do vício de iniciativa. Porém, o STF decidiu na ADI 3114 que o fundamento da inconstitucionalidade, na verdade, seria o de que emenda parlamentar não pode aumentar despesa e no enunciado da questão não há menção a vício de iniciativa. A lei é inconstitucional, pois lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa, nos termos do art. 166, §3º,II da CF. Assim, a inconstitucionalidade seria formal, pois a jurisprudência do STF é no sentido de que, em casos como esse, emendas parlamentares não podem aumentar despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (por todos, vide RE 745811). Nesse sentido temos o seguinte julgado do STF: ADI 3114-SP: EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. (...)ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO AOS INCISOS IV E VI DO ARTIGO 84 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998, BEM COMO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES (ART. 2º DA C.F.). - As normas constitucionais de processo legislativo não impossibilitam, em regra, a modificação, por meio de emendas parlamentares, dos projetos de lei enviados pelo Chefe do Poder Executivo no exercício de sua iniciativa privativa. Essa atribuição do Poder Legislativo brasileiro esbarra, porém, em duas limitações: a) a impossibilidade de o parlamento veicular matérias diferentes das versadas no projeto de lei, de modo a desfigurá-lo; e b) a impossibilidade de as emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, ressalvado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 166, implicarem aumento de despesa pública (inciso I do art. 63 da CF). No caso, a Lei Complementar nº 836/97 é fruto de um projeto de lei de autoria do próprio Governador do Estado de São Paulo e o impugnado parágrafo único do artigo 25, embora decorrente de uma emenda parlamentar, não acarreta nenhum aumento da despesa pública. Vício de inconstitucionalidade que não se verifica. (...) (ADI 3114, Relator(a): CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 24/08/2005, DJ 07-04-2006 PP-00015 EMENT VOL-02228-01 PP-00111 LEXSTF v. 28, n. 329, 2006, p. 22-39) Isto posto, requer-se a alteração do gabarito preliminar para a alternativa D. Subsidiariamente, requer-se a anulação da questão.
42	A emenda parlamentar ao projeto de lei relativa à matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder executivo, que resulte em aumento de despesa é formalmente inconstitucional, por afronta ao artigo 63, inciso I, da CF. Nesse sentido: A iniciativa de competência privativa do Poder Executivo não impede a apresentação de emendas parlamentares, presente a identidade de matéria e acompanhada da estimativa de despesa e respectiva fonte de custeio. Assim, é possível que haja emenda parlamentar em um projeto de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, desde que cumpridos dois requisitos: a) haja pertinência temática (a emenda não trate sobre assunto diferente do projeto original); e b) a emenda não acarrete aumento de despesas originalmente previstas (art. 63, I, da CF/88). STF. Plenário. ADI 4433/SC, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 18/6/2015 (Info 790). Dessa forma, a alternativa correta para a questão é a "D"
42	A referida questão possui duas respostas como corretas, o item A e o item D. É incontroverso, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF, que a emenda parlamentar em leis de iniciativa privativa do chefe do executivo, não pode promover o aumento de despesas sob pena de haver inconstitucionalidade. O item A da questão pauta que a lei seria formalmente inconstitucional por ter vício de iniciativa, o que está correto. Contudo, o tem D, pauta que haveria inconstitucionalidade formal, o que decorreria da proibição de a emenda parlamentar promover o aumento de despesas, o que também está correto. Sendo assim, tendo a questão duas alternativas que estão corretas, pugna o candidato pela anulação da referida questão.
42	O enunciado, embora afirme que houve emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, não especifica de quem foi a autoria inicial do projeto de lei em questão. A inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa parte do pressuposto de que o projeto de lei, versando sobre matéria de iniciativa reservada ao executivo, foi de autoria parlamentar, o que não é afirmado pelo enunciado, que atribui ao parlamentar apenas a autoria da emenda, mas não a propositura inicial do projeto de lei como um todo. Caso o projeto de lei tenha sido proposto pelo chefe do Poder Executivo, não há que se falar em vício de iniciativa (violação ao art. 61, § 1º, CF), mas apenas no vício posterior relacionado à emenda parlamentar que resultou em aumento de despesa (violação ao art. 63, I, CF). Portanto, a ausência da necessária informação quanto ao autor do projeto de lei impossibilita que se identifique com exatidão de qual hipótese de vício de constitucionalidade padece a norma.

42	A questão em apreço merece ter seu gabarito alterado ou, em último caso, ser anulada! O gabarito preliminar aponta a assertiva que indica que, no caso apresentado pelo enunciado, houve um vício de iniciativa, sendo o projeto formalmente inconstitucional. No entanto da leitura do enunciado NÃO é possível ser chegar a tal conclusão, na medida em que não há qualquer menção de que o projeto de lei tenha se iniciado na Assembleia Legislativa. Tramitar neste Poder, TODO E QUALQUER projeto de lei tramita! A simples menção de que um projeto de lei está tramitando no Poder Legislativo não pode significar (e inquestionavelmente não significa) que o projeto tenha sido de iniciativa parlamentar, a justificar um possível vício de iniciativa! Aliás, contrário sensu, o caso exposto afirma expressamente que houve aumento de despesa em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, o que dá a clara ideia de que tenha sido dele a iniciativa, e não do parlamento Na verdade, o que o enunciado deixa claro é a existência inconstitucionalidade formal, mas pelo fato de uma emenda parlamentar ter aumentado despesa de projeto de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo. Sem nem mesmo precisar adentrar ao posicionamento mais do que pacificado pelo STF quanto ao assunto, a própria Constituição Federal, em seu art. 63, I, veda expressamente o aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, situação que se amolda no caso concreto. Assim, considerando que o enunciado não afirma que o projeto de lei tenha iniciativa parlamentar, que é vedado ao candidato criar informações não dadas pela questão, e que o enunciado indica a existência de um vício de emenda parlamentar por aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Executivo, é mister que seja ALTERADO O gabarito para a assertiva C. Na remota hipótese de entendimento divergente, em face do possível não entendimento de que o projeto tenha se iniciado pelo Chefe do Executivo pugna-se pela ANULAÇÃO da questão, pois se não é possível se entender que foi iniciado por esta autoridade, também não é possível se atribuir a iniciativa ao parlamento, por ausência de indicação explícita ou implícita.
42	Prezada Banca Examinadora, O gabarito preliminar da Questão 42, de Direito Financeiro, é Letra A. Todavia, é patente no STF a jurisprudência no sentido de que, em casos como esse, há inconstitucionalidade formal porque emendas parlamentares não podem aumentar despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (por todos, vide RE 745811 e ADI 3314). Além disso, a lei é inconstitucional porque emenda parlamentar não pode aumentar despesa, nos termos do art. 166, §3º, II da CF. Por essa razão, requer-se a anulação da questão.
42	O enunciado da questão traz situação em que houve emenda parlamentar resultante em aumento de despesa, em projeto de lei cuja inciativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo. Trata-se de norma contendo vício formal de inconstitucionalidade, por desrespeitar o processo de formação legislativa, notadamente o art. 63, I, da CF. Foi apontado pelo gabarito preliminar, tratar-se de norma possuidora de inconstitucionalidade formal, “haja vista o vício de iniciativa”. No caso, não se trata de vício de iniciativa, e sim, vício formal por violação a pressupostos objetivos do ato. Explico. Conforme Pedro Lenza, a fase de iniciativa consiste em na fase “deflagradora, iniciadora, instauradora” do procedimento. No caso, a questão foi silente quanto a quem efetivamente teve a iniciativa, quem apresentou projeto de lei. Dessa forma, não é correta a alternativa apontada, já que, não sendo o caso de vício relacionado com a instauração inicial do processo legislativo, não se pode falar em vício de iniciativa. O vício formal da lei em análise consiste em violação a pressupostos objetivos do ato normativo, que, segundo o supracitado autor, seriam requisitos considerados pela Constituição como determinantes, e cuja inobservância gera vício. A CF/88 traz expressamente como pressuposto de validade às emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo, a ausência de aumento de despesa (art. 63, I), de forma que o desrespeito à regra constitucional gera sim inconstitucionalidade formal, mas que não se trata de vício formal subjetivo (de iniciativa), mas sim, relacionado a uma imposição objetiva feita pelo legislador constituinte. Assim, solicita-se a alteração do gabarito para considerar-se como correta a alternativa “d” do gabarito (“formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa”), ou, a anulação da questão.
42	O gabarito da questão 42 deve ser alterado de "A" para "E". A questão considerou como correta a alternativa que dispõe que há inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, porém, no enunciado não há informações sobre quem propôs o projeto de lei (para então verificar a legitimidade de iniciativa). O enunciado traz informações apenas sobre as emendas ao projeto de lei já iniciado. Durante a tramitação do projeto de lei é possível a apresentação de emendas pelo legislativo, ainda que de iniciativa exclusiva do Presidente da República, desde que não haja aumento de despesa, conforme dispõe o 63 da CF, e também desde que seja mantida a a pertinência temática, nos termos do entendimento do STF. Vejamos: É possível haver emenda parlamentar em projetos de lei de iniciativa privativa, desde que respeitadas algumas condições. segundo o STF, “a possibilidade de emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, aos tribunais, ao Ministério Público, dentre outros, encontra duas limitações constitucionais, quais sejam: (i) não importarem aumento de despesa e; (ii)manterem pertinência temática com o objeto do projeto de lei” (ADI 4062/SC). Portanto, o projeto de lei apresentou vício formal, mas foi por violação ao disposto no art. 63, I da CF, tendo em vista que ac arretou aumento de despesa: "CF - Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º". Assim, considerando que o enunciado não trouxe informações sobre quem deu iniciativa ao projeto de lei, as informações apresentadas somente possibilitam auferir a inconstitucionalidade por vício formal por aumento de despesa pelo legislativo, violando o art. 63, I da CF. Dessa forma,

	solicito o provimento do recurso, para que seja o alterado o gabarito para a alternativa E (formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa).
42	Prezada Banca examinadora, a questão cuida de emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, que resultou em aumento de despesa. Ou seja, em nenhum momento a questão diz que a iniciativa do projeto de lei teria sido de parlamentar e, dessa forma, seria inconstitucional por vício de iniciativa, conforme gabarito preliminar divulgado. O problema do projeto de lei reside no fato da emenda parlamentar ter resultado num aumento de despesa - o que tornaria a lei formalmente inconstitucional, já que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa, conforme o disposto nos artigos 61, §1o, II, a e c; 63, I, da CRFB/88. Nesse sentido temos vários julgados do Supremo Tribunal Federal, como na ADI 2079 e ADI 1835. Diante disso, pede-se a alteração do gabarito para que seja considerada como correta a alternativa que diz que a referida lei é formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa.

42	Segue recurso atinente à prova para o PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO-RO. . A banca considerou a alternativa correta da questão 42, a letra "D", todavia a aludida questão comporta outro gabarito, vejamos: A questão apresentação de um caso hipotético atinente a um projeto de lei no qual havia ocorrido emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, que resultou em aumento de despesa. Após aprovado o projeto de lei pela referida assembleia, o governador do estado sancionou a lei. A banca considerou que a lei é formalmente inconstitucional, haja vista o vício de iniciativa, todavia, tal entendimento não coaduna ao exarado pelo STF, pois Este panorama não indica que ao Poder Legislativo é vedada a inclusão em projeto de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo senão nos casos em que faltar pertinência temática ou houver aumento da despesa prevista. Cumpre enfatizar como destacado pelo Supremo Tribunal Federal que: "(...) O poder de emendar - que não constitui derivação do poder de iniciar o processo de formação das leis - qualifica-se como prerrogativa deferida aos parlamentares, que se sujeitam, no entanto, quanto ao seu exercício, às restrições impostas, em 'numerus clausus', pela Constituição Federal. - A Constituição Federal de 1988, prestigiando o exercício da função parlamentar, afastou muitas das restrições que incidiam, especificamente, no regime constitucional anterior, sobre o poder de emenda reconhecido aos membros do Legislativo. O legislador constituinte, ao assim proceder, certamente pretendeu repudiar a concepção regalista de Estado (RTJ 32/143 - RTJ 33/107 - RTJ 34/6 - RTJ 40/348), que suprimiria, caso prevalecesse, o poder de emenda dos membros do Legislativo. - Revela-se plenamente legítimo, desse modo, o exercício do poder de emenda pelos parlamentares, mesmo quando se tratar de projetos de lei sujeitos à reserva de iniciativa de outros órgãos e Poderes do Estado, incidindo, no entanto, sobre essa prerrogativa parlamentar - que é inerente à atividade legislativa -, as restrições decorrentes do próprio texto constitucional (CF, art. 63, I e II), bem assim aquela fundada na exigência de que as emendas de iniciativa parlamentar sempre guardem relação de pertinência com o objeto da proposição legislativa. (...)" (RTJ 210/1.084). "(...) 3. O Poder Legislativo detém a competência de emendar todo e qualquer projeto de lei, ainda que fruto da iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo (art. 48 da CF). Tal competência do Poder Legislativo conhece, porém, duas limitações: a) a impossibilidade de o Parlamento veicular matéria estranha à versada no projeto de lei (requisito de pertinência temática); b) a impossibilidade de as emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa do Executivo, ressalvado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 166, implicarem aumento de despesa pública (inciso I do art. 63 da CF). Hipóteses que não se fazem presentes no caso dos autos. Vício de inconstitucionalidade formal inexistente. (...)" (STF, ADI 3.288-MG, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ayres Britto, 13-10-2010, v.u., DJe 24-02-2011). "CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. PODER DE EMENDA PARLAMENTAR: PROJETO DE INICIATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SERVIDOR PÚBLICO: REMUNERAÇÃO: TETO. C.F., art. 96, II, b. C.F., art. 37, XI. I. - Matérias de iniciativa reservada: as restrições ao poder de emenda ficam reduzidas à proibição de aumento de despesa e à hipótese de impertinência da emenda ao tema do projeto. Precedentes do STF: RE 140.542-RJ, Galvão, Plenário, 30.09.93; ADIn 574, Galvão; RE 120.331-CE, Borja, 'DJ' 14.12.90; ADIn 865-MA, Celso de Mello, 'DJ' 08.04.94. II. - Remuneração dos servidores do Poder Judiciário: o teto a ser observado, no Judiciário da União, é a remuneração do Ministro do S.T.F. Nos Estados-membros, a remuneração percebida pelo Desembargador. C.F., art. 37, XI. III. - R.E. não conhecido" (STF, RE 191.191-PR, 2ª Turma, Rel. Min. Carlos Velloso, 12-12-1997, v.u., DJ 20-02-1998, p. 46). "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. EMENDA PELO PODER LEGISLATIVO. AUMENTO DE DESPESA. 1. Norma municipal que confere aos servidores inativos o recebimento de proventos integrais correspondente ao vencimento de seu cargo. Lei posterior que condiciona o recebimento deste benefício, pelos ocupantes de cargo em comissão, ao exercício do serviço público por, no mínimo, 12 anos. 2. Norma que rege o regime jurídico de servidor público. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo. Alegação de inconstitucionalidade desta regra, ante a emenda da Câmara de Vereadores, que reduziu o tempo mínimo de exercício de 15 para 12 anos. 3. Entendimento consolidado desta Corte no sentido de ser permitido a Parlamentares apresentar emendas a projeto de iniciativa privativa do Executivo, desde que não causem aumento de despesas (art. 61, § 1º, 'a' e 'c' combinado com o art. 63, I, todos da CF/88). Inaplicabilidade ao caso concreto. 4. Se a norma impugnada for retirada do mundo jurídico, desaparecerá qualquer limite para a concessão da complementação de aposentadoria, acarretando grande prejuízo às finanças do Município. 5. Inteligência do decidido pelo Plenário desta Corte, na ADI 1.926-MC, rel. Min. Sepúlveda Pertence. 6. Recurso extraordinário conhecido e improvido" (RTJ 194/352). "(...) Não havendo aumento de despesa, o Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, mas esse poder não é ilimitado, não se estendendo ele a emendas que não guardem estreita pertinência com o objeto do projeto encaminhado ao Legislativo pelo Executivo e que digam respeito a matéria que também é da iniciativa privativa daquela autoridade. (...)" (STF, ADI 546-DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Moreira Alves, 11-03-1999, m.v., DJ 14-04-2000, p. 30). A Suprema Corte reconhece a validade de leis cujas emendas parlamentares não ultrapassaram a pertinência temática objetiva e não resultaram aumento de despesa prevista: "Servidores da Câmara Municipal de Osasco: vencimentos: teto remuneratório resultante de emenda parlamentar apresentada a projeto de lei de iniciativa reservada ao Poder Executivo versando sobre aumento de vencimentos (L. mun. 1.965/87, art. 3º): inocorrência de violação da regra de reserva de iniciativa (CF/69, art. 57, parág. único, I; CF/88, art. 63, I)). A reserva de iniciativa a outro Poder não implica vedação de emenda de origem parlamentar desde que pertinente à matéria da proposição e não acarrete aumento de despesa: precedentes" (STF, RE 134.278-SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 27-05-2004, m.v., DJ 12-11-2004, p. 06). Logo, não há inconstitucionalidade por vício de iniciativa, mas em razão

	do aumento de despesa. Nessa toada, a alternativa “c” se demonstra mais adequada ao comando da questão. À vista disso, requer a alteração do gabarito para a alternativa c.
42	De acordo com o enunciado da questão, tramitou pela Assembleia Legislativa de Rondônia projeto de lei no qual havia ocorrido emenda parlamentar em matéria de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, que resultou em aumento de despesa. Assim, a questão não trouxe a informação de que o processo foi deflagrado por parlamentar, apenas houve a informação de que ocorreu emenda que resultou em aumento de despesa, em projeto de iniciativa reservada ao Executivo, o que torna a lei formalmente inconstitucional Segundo decidiu o STF, em sede de repercussão geral, são formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (RE 745811). Assim, requer a alteração do gabarito para considerar como correta a alternativa “C”, que considerou a lei “formalmente inconstitucional, uma vez que lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa.”
42	Discordo do gabarito que deu como alternativa correta a letra d, pois a assertiva não foi clara sobre quem fez a proposta de projeto de lei, apenas mencionou que no projeto de lei houve uma emenda parlamentar. cabe falar que há vício de iniciativa em razão da inconstitucionalidade formal de uma propositura de lei resultante de usurpação de reserva de iniciativa, quando esta previamente delineada no texto constitucional. A assertiva não menciona quem propôs o projeto de lei, apenas menciona que houve um emenda parlamentar. Se o projeto de lei foi efetuado pelo chefe do poder executivo nos casos em que a constituição o autoriza para tanto e depois houve uma emenda parlamentar, não há de forma propriamente dita vício de iniciativa para propor o projeto de lei

42	COLENDA BANCA EXAMINADORA A Banca indicou no gabarito preliminar a letra "A" como correta. Isto é, considerou que a lei era formalmente inconstitucional por VÍCIO DE INICIATIVA. Todavia, no item sob análise não há vício de iniciativa. Na doutrina e na jurisprudência é dominante a posição da possibilidade de os parlamentares proponham emendas ao projeto de lei cuja iniciativa é privativa, desde que haja pertinência temática e que não haja aumento de despesas. Em suma é possível que haja emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa reservada, desde que cumpram dois requisitos: a) guardem pertinência temática com a proposta original (tratem sobre o mesmo assunto); b) não acarretem em aumento de despesas. STF. Plenário. ADI 5087 MC/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 27/8/2014 (Info 756). STF. Plenário. ADI 1333/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 29/10/2014 (Info 765). STF. Plenário. ADI 3942/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, jugado em 5/2/2015 (Info 773). STF. Plenário. ADI 2810/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 20/4/2016 (Info 822). Face ao exposto, merece o gabarito da questão 42 ser alterado para letra "E", que afirma que a lei é "formalmente inconstitucional, uma vez que a lei decorrente de emenda parlamentar não pode aumentar despesa.". Subsidiariamente, requer seja a questão anulada.
42	O gabarito preliminar oferecido pela banca foi a letra E. “Determinado servidor público constatou ter recebido, no pagamento do mês atual, um valor 30% maior do que o habitual. Ele não estava de férias, não havia recebido qualquer indenização e não havia tido notícia de alteração legal. Em conversa sobre o assunto com seus colegas de repartição, foi por eles orientado a permanecer inerte, já que não havia feito nenhum pedido indevido nem prestado qualquer informação falsa ou equivocada para o departamento responsável pelo pagamento. Não havia, pois, dado causa ao pagamento adicional. Na folha de pagamento seguinte, a administração constatou o equívoco e, considerando seu dever de agir à luz do princípio da legalidade, da autotutela e da indisponibilidade do interesse público sobre o privado, interrompeu o pagamento do valor excedente e solicitou a devolução do valor recebido a maior pelo servidor. Considerando-se a aplicação do princípio da boa-fé objetiva à luz jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que, nessa situação hipotética, (...) D) é indevida a exigência de devolução da quantia paga a maior pela administração, uma vez que não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor, embora a administração possua a prerrogativa de corrigir o erro, no exercício do seu poder de autotutela. E) é devida a exigência de devolução dos valores pagos a maior ao servidor, mesmo que ele não tenha concorrido para o erro da administração, sendo também adequada a interrupção do pagamento do excedente na folha de pagamento.” Sabe-se que segundo o STJ: “Os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo), não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, ressalvadas as hipóteses em que o servidor, diante do caso concreto, comprova sua boa-fé objetiva, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido. (STJ. 1ª Seção. REsp 1.769.306/AL, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 10/03/2021 (Recurso Repetitivo – Tema 1009) (Info 688)” Ocorre que é difícil julgar a boa-fé do servidor no caso. Ademais, a boa-fé deve ser presumida e não ao contrário (Não há como presumir má-fé no caso). Nesse sentido, o examinador deveria dizer expressamente se o servidor estava ou não de boa-fé, no comando da questão ou na alternativa, caso contrário, o julgamento objetivo restaria prejudicado. Além disso, a má-fé deveria ter sido verificada em processo administrativo ou judicial, com direito ao contraditório e ampla defesa, e a questão não trouxe essa informação. Ressalte-se que a letra D afirma que o servidor estava de boa-fé e, por isso, não deveria devolver os valores, estando conforme o julgado do STJ. Além disso, a letra E, em nenhum momento, falou que o servidor estava de má-fé, e por isso deveria devolver os valores. Outrossim, se o caso da questão fosse idêntico ao julgado pelo STJ, a banca poderia sustentar a interpretação. Porém, nos casos julgados pelo STJ, foram sempre entendidos que os servidores estavam de boa-fé e não precisavam devolver as verbas. Portanto, o candidato requer a alteração do gabarito para letra D ou a anulação da questão.
43	A redação da alternativa "D", indicada como gabarito preliminar, da questão 43 de direito financeiro, permite três interpretações, sendo de apenas uma é apta a justificar o gabarito preliminar. Senão, vejamos. A alternativa "D" dispõe que "leis próprias poderão fixar valores distintos para os pagamentos de obrigações de pequeno valor para as entidades de direito público, segundo as suas capacidades econômicas". A primeira interpretação, seria aquela segundo a qual a alternativa "D" expressaria o sentido do Art. 100, § 4º, da CRFB. Ocorre que, por não reproduzir literalmente o texto da Constituição, a alternativa dá margem a duas outras interpretações, que a tornam incorreta. A segunda interpretação é a de que seria possível criar valores distintos para as obrigações de pequeno valor quando o crédito respectivo seja titularizado por uma entidade de direito público. Isso porque a alternativa "D" dispõe que poderão ser fixados valores distintos para os pagamentos "PARA as entidades de direito público", e não a fixação de "valores distintos ÀS entidades de direito público", como prevê a Constituição. A terceiro interpretação possível é a de que seria possível criar um valor distintos para cada entidade de direito público (autarquias e fundações) no âmbito de um único ente. Isso contudo, não procede. O Supremo Tribunal Federal fixou, na ADI 5.534, que "a autonomia expressamente reconhecida na Constituição de 1988 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal AOS ESTADOS-MEMBROS para dispor sobre obrigações de pequeno valor restringe-se à fixação do valor referencial". Dessa feita, o valor distinto deve ser único para todo o ente federativo, e não distinto para cada entidade de direito público, como sugere a alternativa. Posto isso, evidencia-se que a redação da alternativa "D", indicada como gabarito preliminar, não encontra aderência estrita ao sentido do Art. 100, § 4º, da CRFB,

	permitindo outras duas interpretações razoáveis que tornam a alternativa incorreta, prejudicando a análise objetiva da questão. Conclui-se que a questão 43 de direito financeiro deve ser anulada.
43	A questão 43 de direito financeiro pressupõe o conhecimento, pelo candidato, de informações que não constam no enunciado, além do conhecimento de matérias que não constam no conteúdo programática de Direito Financeiro. Senão, vejamos. O gabarito preliminar indica a alternativa "D" como correta. No entanto, a alternativa "A" somente poderia ser considerada incorreta se o candidato soubesse, previamente, que o crédito exequendo não se trata de um crédito trabalhista. Isso porque a Orientação Jurisprudencial nº 3 do Tribunal Pleno do TST, que está em vigor e não foi declarada inconstitucional, dispõe que "O seqüestro de verbas públicas para satisfação de precatórios trabalhistas só é admitido na hipótese de preterição do direito de precedência do credor, a ela não se equiparando as situações de não inclusão da despesa no orçamento ou de não-pagamento do precatório até o final do exercício, quando incluído no orçamento". Visto isso, na medida em que a questão 43 está inserida na matéria de direito financeiro, o conhecimento da referida orientação jurisprudencial, que torna a alternativa "A" correta, extrapola o conteúdo programático dessa matéria. Ademais, o enunciado da questão 43 não esclarece qual a natureza do crédito, de modo que, ainda que o candidato conhecesse o teor da referida orientação jurisprudencial, não seria possível analisar objetivamente o acerto ou desacerto da alternativa "A". Posto isso, a questão 43 de direito financeiro extrapola os objetos de avaliação, não restando outra solução, senão a sua anulação.
44	Alternativa apresentada como gabarito: facultativa para o respectivo estado, além de incidirem automaticamente vedações de concessão de garantia e de tomada de operação de crédito por qualquer outro ente federativo em relação ao estado envolvido, até que todos os seus poderes e órgãos adotem as medidas previstas. Pedido de anulação por ausência de gabarito, conforme se explicará abaixo. A alternativa dispôs que incidiria automaticamente as vedações de tomada de operação de crédito por qualquer outro ente federativo em relação ao estado envolvido, contudo, o texto constitucional expressamente excepciona os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento (art. 167-A, § 6º, II) § 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada: [...] II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento." Destarte, a afirmação se mostra incorreta, por não ser automática a aplicação nos casos de financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento.
44	A redação da alternativa "D", indicada como gabarito preliminar, admite interpretação que a torna incorreta. Senão, vejamos. É evidente que a alternativa "D" está baseada no Art. 167-A, § 6º, inciso II, da CRFB, com redação dada pela EC nº 109/21. Ocorre que, por não reproduzir literalmente o referido dispositivo, a redação da alternativa "D" permite interpretação que a torna incorreta, prejudicando a análise objetiva da questão. Isso porque, ao afirmar que será vedada a "tomada de operação de crédito POR qualquer OUTRO ente federativo EM RELAÇÂO AO estado envolvido", a alternativa "D" inverte o sentido do dispositivo constitucional supracitado, segundo o qual será vedada a "tomada de operação de crédito POR parte do ente envolvido COM OUTRO ente da Federação". Posto isso, evidencia-se que a redação da alternativa "D", indicada como gabarito preliminar, se não está incorreta, autoriza duas interpretações razoáveis, sendo uma delas incorreta, o que prejudica a análise objetiva da questão. Não resta, portanto, outra solução, senão a anulação da questão.

44	O gabarito preliminar indicado pela banca consta como alternativa correta para a questão 44 a letra E. Contudo, a presente questão não possui alternativa correta, devendo ser anulada. Explico. Na questão consta que na hipótese em que em um ente da federação se apurar que a relação entre despesas correntes e receitas correntes supere 95% no período de 12 meses, as medidas de ajuste fiscal serão de aplicação facultativa para o respectivo estado, além de incidirem AUTOMATICAMENTE vedações de concessão de garantia e de tomada de operação de crédito por qualquer outro ente federativo em relação ao estado envolvido, ATÉ QUE TODOS OS SEUS PODERES E ÓRGÃOS adotem as medidas previstas. Contudo, vejamos o que dispõe o artigo constitucional que embasou a referida questão: "Art. 167-A - Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da: (...) § 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada: I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido; II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento." Ou seja, da análise dos dispositivos constitucionais podemos perceber dois equívocos no gabarito indicado por esta banca, sendo o primeiro deles o de que não há qualquer menção à incidência AUTOMÁTICA das vedações, bem como que inexiste qualquer exigência de que TODOS OS ÓRGÃOS SUBORDINADOS AOS ÓRGÃOS INDICADOS NO CAPUT ADOTEM AS MEDIDAS PREVISTAS. O que há, na verdade, é a exigência no caput do art. 167-A de que o CHEFE dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública adotem as medidas previstas, não havendo qualquer menção no dispositivo constitucional de que TODOS OS ÓRGÃOS devem adotá-las. Do mesmo modo, não há qualquer menção a aplicação AUTOMÁTICA das vedações, tendo a alternativa apresentado inovação que não se coaduna com a letra da Constituição. Portanto, diante da ausência de alternativa que retrate com fidelidade o que se encontra disposto no artigo constitucional, deve a presente questão ser ANULADA por ausência de alternativa correta.
44	A questão 44 teve como alternativa correta a letre c. Ocorre que, com todo o respeito, a resposta não está incorreta, uma vez que incompleta à luz do §6º do artigo 167-A da Constituição da República. Referido parágrafo estabelece que as vedações previstas nos incisos do §6º do artigo 167-A permaneceram até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, DE ACORDO COM DECLARAÇÃO DO RESPECTIVO TRIBUNAL DE CONTAS. Logo, considerando que a alternativa que o gabarito oficial considerou como correta não trouxe, de forma expressa, a informação de que a tomada das medidas previstas dependeriam de declaração do respectivo Tribunal de Contas, na forma como disposto no §6º do artigo 167-A, da Constituição da República; considerando, ainda, que a falta dessa observação levou o candidato a acreditar que a questão estava errada por não observar a literalidade do mencionado dispositivo constitucional, requer-se seja anulada a questão 44.
44	MUDANÇA DE GABARITO para a letra "B", pois, de acordo com o Art. 167-A, §6°, inciso "I" (incluído na carta magna por meio da EC n. 109/2021), ocorrendo a hipótese do enunciado, é: "obrigatória para o respectivo estado, além de incidirem automaticamente vedações de concessão de garantia e de tomada de operação de crédito por qualquer outro ente federativo em relação ao estado envolvido, até que todos os seus poderes e órgãos adotem as medidas previstas". Logo, requer mudança do gabarito para letra "B" por ser única alternativa admissível como completamente certa para a questão em comento. N. T. P. D.
44	Solicita-se a alteração do gabarito ou a anulação da QUESTÃO 44, pelos motivos que se passa a expor. O gabarito preliminar apontou como correta a letra “C”, sem razão. A letra correta deveria ser a "A", uma vez que as medidas de ajuste fiscal aplicáveis estão previstas no art. 167-A da CF (inserido pela EC 109/21).

45	A questão é generica, de modo que não é possível idenficar com precisão qual é a despesa total com pessoal dos estados. A Lei de Responsabilidade Fiscal, cumprindo o que determina o art. 169 da CF/88, estabelece, em seus arts. 19 e 20, valores máximos que a União, os Estados/DF e os Municípios poderão gastar com despesas de pessoal. Veja-se que no art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: § 1o Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, NÃO SERÃO computadas as despesas: VI - com inativos e PENSIONISTAS, ainda que pagas por intermédio de unidade gestora única ou fundo previsto no art. 249 da Constituição Federal, quanto à parcela custeada por recursos provenientes: (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021) a) da arrecadação de contribuições dos segurados; b) da compensação financeira de que trata o § 9o do art. 201 da Constituição; c) de transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial do regime de previdência, na forma definida pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela orientação, pela supervisão e pelo acompanhamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021) § 2o Observado o disposto no inciso IV do § 1o, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20. § 3º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, é vedada a dedução da parcela custeada com recursos aportados para a cobertura do déficit financeiro dos regimes de previdência. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021). Não menos importante, o Supremo: "O art. 169 da CF/88 determina que a despesa com pessoal da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Esta lei complementar de que trata a Constituição é uma lei complementar nacional que, no caso, é a LC 101/2000. A legislação estadual, ao fixar limites de gastos mais generosos, viola os parâmetros normativos contidos na LRF, e, com isso, usurpa a competência da União para dispor sobre o tema. STF. Plenário. ADI 5449 MC-Referendo/RR, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 10/3/2016 (Info 817). Portanto, pela argumentação, pela interpretação legal e pela jurisprudência alhures, há a imprecisão de qual caso subsume-se ao enunciado do caso em análise. Daí a razão para pedir a anulação da questão.
45	De acordo com LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, Art. 18. "Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência." Desta forma o gabarito preliminar deve ser alterado para a alternativa "E" que está de acordo com al lei.
47	Embora uma doutrina minoritária entenda que há direitos fundamentais que possuam caráter absoluto, em decorrência de se originarem da simples condição humana, certo é que perante a ordem constitucional vigente não existem direitos absolutos. Prevaleceu na doutrina a possibilidade de aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações particulares, independentemente da existência de normas concretizadoras infraconstitucionais. A despeito disso, logra-se evidente que tais direitos fundamentais não podem ser classificados como absolutos. Nesse sentido foi a entendimento expresso do Excelso Pretório nos autos do HC 93250 MS, no qual constou o seguinte excerto na ementa do acordão: "[...]. 6. Na contemporaneidade, não se reconhece a presença de direitos absolutos, mesmo de estatura de direitos fundamentais previstos no art. 5º, da Constituição Federal, e em textos de Tratados e Convenções Internacionais em matéria de direitos humanos. Os critérios e métodos da razoabilidade e da proporcionalidade se afiguram fundamentais neste contexto, de modo a não permitir que haja prevalência de determinado direito ou interesse sobre outro de igual ou maior estatura jurídico-valorativa. [...]. (STF - HC: 93250 MS, Relator: Min. ELLEN GRACIE, Data de Julgamento: 10/06/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-117 DIVULG 26-06-2008 PUBLIC 27-06-2008 EMENT VOL-02325-04 PP-00644) Portanto, no que se refere à medida e alcance da eficácia dos direitos fundamentais (v.g., direito à privacidade), mormente nas relações jurídicas privadas, tem-se a necessidade de observância de uma eficácia imediata matizada, aplicada mediante procedimento de ponderação em caso de colisão de direitos fundamentais. Nessa linha de raciocínio são as obras dos mestres Robert Alexy (Teoria dos direitos fundamentais) e Ingo Sarlet (A eficácia dos direitos fundamentais). Portanto, sendo descabida a alegação de que o direito à privacidade possui alcance de eficácia absoluta e, diante da ausência de alternativas corretas, urge-se a anulação da presente questão.

47	Prezada Banca, a QUESTÃO 47 requer ao candidato que assinale a alternativa correta sobre o alcance da eficácia do direito à privacidade. A alternativa dada como correto foi a ALTERNATIVA B: "absoluto". Ocorre que o item induz o candidato a erro, prejudicando a análise, estando, portanto, incorreto, vejamos. A doutrina e a jurisprudência majoritária compreendem que não existem direitos fundamentais absolutos. Isto em razão da necessidade de relativização já abordada. Nesse sentido, o STF decidiu, em 2017, no Agravo Regimental 0011716-04.2001.4.03.6100/SP, de relatoria do Ministro Edson Fachin. […] Como também ficou consignado nesse mesmo precedente da Suprema Corte, o direito à privacidade não é absoluto, devendo "ceder diante do interesse público, do interesse social e do interesse da Justiça", o que se dá "na forma e com observância de procedimento estabelecido em lei e com respeito ao princípio da razoabilidade". Tais conclusões deixam entrever uma característica que é própria de quaisquer direitos fundamentais, representada por aquela conhecida norma de hermenêutica constitucional segundo a qual não existem direitos fundamentais absolutos. O que existem são direito oponíveis a todos, portanto, erga omnes, e não absolutos, tal definição induz o candidato ao erro. Desta feita, o item estaria correto se estivesse informando que o direito à privacidade é classificado como ERGA OMNES. Ante o exposto, devida o prejuízo ao candidato e a inexistência de itens correto, não há resposta para a questão, requer-se, portanto, que seja ANULADO O GABARITO DA QUESTÃO 47.
47	Nobre Banca Examinadora, O enunciado da referida questão trouxe a seguinte informação: "47. Quanto ao alcance da eficácia, o direito à privacidade é classificado como". Em sede preliminar, a banca examinadora indicou como gabarito a "Letra B (Absoluto)". Data vênia, tal gabarito não merece prosperar, tendo em vista que o direito à privacidade se insere dentro dos chamados direitos da personalidade (Art. 21 do CC), bem como um dos direitos fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988 (Art. 5º, X, CF/88). Os referidos dispositivos assim estão redigidos: Art. 5°da CF/88. (...) X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; Art. 21 da CF/88. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma Resta claro que as referidas normas atribuem à vida Privada a chamada inviolabilidade que, entretanto, não se configura como sinônimo de ABSOLUTO. Algo inviolável é que tem proteção contra condutas arbitrários ou que, injustificadamente, tentem minar as garantias mínimas de privacidade e vida intima de terceiros. Já algo absoluto relaciona-se ao que jamais, em hipótese alguma, poderá sofrer qualquer tipo de limitação ou restrição. No direito brasileiro, ante o conflito de direitos e garantias, pela técnica da ponderação, há possibilidade de que os direitos, embora fundamentais, possam sofrer limitação temporária a depender do caso concreto. Os professores Marcelo Novelino e Dirley da Cunha Jr (2015, Constituição Federal Comentada, p. 55) afirmam que "a constituição protege a privacidade (gênero), garantindo a inviolabilidade, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (espécies)... a vida privada abrange as relações do indivíduo com o meio social nas quais não há interesse público na divulgação. Abrange, por exemplo, informações fiscais ou bancárias". Desse modo, são diversos os casos em que a Doutrina e Jurisprudência reconhecem a possibilidade de que o direito à vida privada, a depender do caso concreto, pode sofrer limitações (quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico, interceptação judicial de ligação telefônica, divulgação de salário do servidor no portal da transparência, conflitos concretos com o direito à informação, a recente decisão do STF sobre a inexistência de um direito geral ao esquecimento, dentre outros). Ademais, uma das características dos direitos fundamentais é justamente a sua relatividade/ ilimitabilidade, segundo o Professor Pedro Lenza, "os direitos fundamentais NÃO SÃO ABSOLUTOS (relatividade), havendo, muitas vezes, no caso concreto, confronto, de interesses. A solução ou vem discriminada na própria Constituição (Ex.: direito de propriedade versus desapropriação), ou caberá ao intérprete, ou magistrado, no caso concreto, decidir qual direito deverá prevalecer" (LENZA, 2011, p. 864). Tal posição é flagrantemente dominante na Doutrina, como por exemplo Sarmento (2006, p. 293): "apesar da relevância ímpar que desempenham nas ordens jurídicas democráticas, os direitos fundamentais não são absolutos. A necessidade de proteção de outros bens jurídicos diversos, também revestidos de envergadura constitucional, pode justificar restrições aos direitos fundamentais."; Barroso (2009, p. 329) afirma que "não existe hierarquia em abstrato entre princípios, devendo a precedência relativa de um sobre o outro ser determinada à luz do caso concreto"; e Alexandre de Morais (2003, p. 61), "os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela carta Magna (princípio da relatividade)". Esse é o entendimento pacífico no STF, havendo diversos precedentes que afirmar claramente que NÃO EXISTEM DIREITOS FUNDAMENTAIS ABSOLUTOS, como, por exemplo, "Os direitos e garantias individuais não têm caráter absoluto." (STF, MS 23452/RJ .) Assim, "nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros." (STF, MS 23452/RJ) (Link do julgado: https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/738746/mandado-de-seguranca-ms-23452-rj. Acesso em: 09/02/2022). Por todo o exposto, não se é possível classificar o direito a privacidade (enquanto espécie do Gênero direitos fundamentais) como ABSOLUTO, tendo em vista a completa incompatibilidade de tal posição com a posição da Doutrina e da Jurisprudência. Ao revés, é reconhecido no ordenamento que o direito à vida privada pode, em certas circunstâncias, sofrer limitações, desde que sejam razoáveis e por caráter não definitivo, isto é, podem ser limitados temporariamente. Nesse sentido, os direitos da personalidade são relativamente indisponíveis. Nessa linha de pensamento, os direitos da personalidade não são, sempre, indisponíveis. Para Cristiano Chaves de Farias (2005, p. 105): "A compreensão dos direitos da personalidade em perspectiva de relativa indisponibilidade impede que o titular possa deles

	dispor em caráter permanente ou total, preservando a sua própria estrutura física, psíquica e intelectual, muito embora possa, eventualmente, ceder (temporariamente) o exercício de determinados direitos da personalidade" (Disponível em: https://jus.com.br/artigos/29095/as-caracteristicas-dos-direitos-da-personalidade. Acesso em: 09/02/2022). Por fim, convém destacar que o titular do direito pode, desde que por tempo temporário, abrir mão de sua privacidade, desde que mantido o núcleo essencial de sua honra, como acontece nos programas de Reality Show que existem no Brasil. Fato esse que, aliado ao que diz a Doutrina e o STF, faz presumir que a eficácia de tal direito pode ser "TEMPORARIAMENTE" afastada no caso concreto, indo ao encontro do comando constante na "Letra C (Temporário". Ante o exposto, requer a ALTERAÇÃO do GABARITO da LETRA B para a LETRA C. Ou, caso assim não entenda esta douta banca, a ANULAÇÃO da referida questão com atribuição de pontos a todos os candidatos. Nestes Termos, Pede Deferimento.
47	A banca indicou a letra "B" como gabarito correto, afirmando que o direito à privacidade, quanto ao alcance, é classificado como absoluto. Ocorre, entretanto, que não há direito absoluto. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou a respeito, ao dizer que: Não há no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. (STF, MS n. 23.452/RJ, Plenário, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 12/05/2000). Portanto, não há opção correta, de modo que a questão merece ser anulada.
47	Não existe resposta correta para a questão, uma vez que a questão está errada ao afirmar que o direito à privacidade é classificado como absoluto. É cediço que o entendimento doutrinário e jurisprudencial, é de que não existe direito absoluto. Nesse sentido: "os direitos e garantias individuais não tem caráter absoluto. Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição" (MS n. 23.452/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 12/5/2000)"
47	A alternativa dada como correta contraria o entendimento majoritário da doutrina e do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que não existem direitos absolutos. Mesmo a parcela da doutrina que entende alguns direitos como absolutos não elenca o direito à privacidade nesse rol, que contém apenas o direito a não ser escravizado e a não ser torturado. Desta forma, solicita-se a alteração do gabarito para letra A (o direito é classificado como real) ou a anulação da questão por não possuir alternativa correta.

47	A questão 47 indaga a classificação do direito à privacidade "quanto ao alcance da eficácia", aduzindo o gabarito preliminar que a alternativa correta é a de letra C: "absoluto". O direito à "vida privada" é norma-princípio de caráter fundamental, garantida como inviolável, nos termos do inciso X, do art. 5º da Constituição da República. Ora, a relatividade é característica marcante dos direitos fundamentais, podendo estes ser limitados em face de outros valores de ordem constitucional e, inclusive, de outros direitos fundamentais. Usualmente positivados como normas-princípio, tais direitos fundamentais precisam ser harmonizados quando entram em colisão, usando o aplicador de ponderação, a partir dos mecanismos da proporcionalidade. Quanto ao direito à privacidade, em particular, Gilmar Mendes e Paulo Gonet Branco afirmam que: "A vida em comunidade, com suas inerentes interações entre pessoas, impede que se atribua valor radical à privacidade. É possível descobrir interesses públicos, acolhidos por normas constitucionais, que sobrelevem ao interesse do recolhimento do indivíduo." (MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. Curso de direito constitucional, 8.ed., São Paulo: Saraiva, 2013, p. 283. Do excerto em comento, vê-se que o interesse público pode preponderar, no caso concreto, sendo comum, ademais, o confronto entre a privacidade e a liberdade de expressão e de comunicação social (art. 220). Por derradeiro, apesar de parcela da doutrina considerar existirem direitos fundamentais absolutos, quais os de: não ser torturado; não ser escravizado (BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004, p. 41); não ser associado compulsoriamente; e não ser extraditado (no caso de brasileiro nato); o direito à privacidade decerto não faz parte desse rol. Por esses motivos, requer-se a anulação da questão, por ausência de alternativa correta.
47	A questão nº 47 de enunciado: “Quanto ao alcance da eficácia, o direito à privacidade é classificado como” teve como gabarito preliminar: “absoluto”. Contudo, “a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas não é assegurada de modo absoluto. Intervenções no âmbito de proteção do direito à privacidade devem ser consideradas legítimas quando: I) adequadas para fomentar outros princípios constitucionais; II) necessárias, ante a inexistência de outro meio similarmente eficaz; e III) proporcionais em sentido estrito, por promoverem a realização de princípios cujas razões, no caso concreto, são mais fortes que as decorrentes do direito à privacidade (NOVELINO, Marcelo. Curso de Direito Constitucional. 13. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2018, p. 377). Ademais, o Professor Bernardo Gonçalves Fernandes ao tratar da característica da relatividade dos direitos fundamentais: “Para a maioria da doutrina (de viés axiológico), os direitos fundamentais se caracterizam pela relatividade (por serem “direitos relativos”), ou seja, eles não podem ser entendidos como absolutos (ilimitados) (Curso de Direito Constitucional. 11. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 369). Ante o exposto, requer-se, respeitosamente, a anulação da questão nº 47 com a atribuição do ponto a todos os candidatos.
47	Segue recurso atinente à prova para o PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO-RO. A banca considerou a alternativa correta da questão 47, a letra “b”, todavia a aludida questão não apresenta gabarito, vejamos: A questão solicita a alternativa correta acerca do alcance da eficácia, o direito à privacidade no eu tange à classificação. Nessa toada, a banca ao dispor que a alternativa “b” é a correta entende que há direitos absolutos. Ressalta-se que no Estado Democrático de Direito brasileiro, não existe nenhum direito absoluto. Uma das principais características dos direitos fundamentais, enquanto princípios que são, é a sua relatividade, ou seja, por se tratarem de princípios constitucionalmente previstos, os direitos fundamentais não se revestem de caráter absoluto, em caso de tensão entre eles cabe o sopesamento de um sobre o outro para que se decida daquele mais adequado. Marmelstein (2008, p. 368) afirma que o STF, assinalando a possibilidade de limitação dos direitos fundamentais, decidiu que não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto. Para Alexandre de Morais (2003, p. 61), “os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela carta Magna (princípio da relatividade)”. Considerar os direitos fundamentais como princípios significa, portanto, aceitar que não há direitos com caráter absoluto, já que eles são passíveis de restrições recíprocas. Conclui-se que os direitos fundamentais são disciplinados por normas do tipo principiológicos, pois possuem características próprias de princípios, sendo a principal delas a sua relatividade. Na lição de Sarmento (2006, p. 293): “apesar da relevância ímpar que desempenham nas ordens jurídicas democráticas, os direitos fundamentais não são absolutos. A necessidade de proteção de outros bens jurídicos diversos, também revestidos de envergadura constitucional, pode justificar restrições aos direitos fundamentais.” No mesmo sentido, Barroso (2009, p. 329) afirma que “não existe hierarquia em abstrato entre princípios, devendo a precedência relativa de um sobre o outro ser determinada à luz do caso concreto”. Por conseguinte, não há alternativa correta para a questão, uma vez que o direito à privacidade não é absoluto. À vista disso, requer a anulação da presente questão.

47	Ao considerar que o direito a intimidade tem eficácia absoluta, está desconsiderando toda da doutrina e do STF. Os direitos à privacidade podem estar em conflito? Sim, pode. Nesse caso pode-se fazer a ponderação com a análise do caso concreto. E nesse caso analisa-se qual vai prevalecer. Robert Alexy propôs um critério que é o seguinte: quanto maior for a intervenção num determinado direito, maiores terão que ser os motivos que justifiquem o afastamento desse direito. E lembrando que os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade devem sempre pautar a ponderação. No direito à privacidade está abrangido os direitos à intimidade, o direito à honra, à imagem, a inviolabilidade do domicílio, o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados das comunicações telefônicas. O artigo 11 do Pacto de San José da Costa Rica, recepcionado no Brasil pelo Decreto 678 de 1992, assegura a Proteção da honra e da dignidade: toda pessoa tem direito ao respeito da sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade; Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação; Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas. “Os direitos à intimidade e à própria imagem formam a proteção constitucional à vida privada, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas. A proteção constitucional consagrada no inciso X do art. 5.º refere-se tanto a pessoa física quanto a pessoas jurídicas, abrangendo, inclusive, à proteção à própria imagem frente aos meios de comunicação em massa.” Nesse sentido, levou ao erro por considerar que o direito a privacidade tem eficácia absoluta, pois certos momentos podem ser restringidas essa eficácia, até mesmo porque as normas constituições que dispõem do direito a privacidade são normas de eficácia contida. Por fim, merece reforma por estar confusa a redação da questão;
47	Prezada Banca Examinadora, A Questão 47, de Direito Civil, tem como gabarito preliminar a Letra C. Todavia, já se afirmou peremptoriamente na jurisprudência do STF que o direito à privacidade não é absoluto. Além das expressas previsões constitucionais que o excepcionam, vide RE 601314 e RE 1055941, que permitem o compartilhamento de informações bancárias e financeiras com o Fisco e com o Ministério Público, mesmo sem prévia autorização judicial. Por isso, requer-se a alteração do gabarito para Letra A, tendo em vista que a eficácia do direito à privacidade é a mesma dos direitos reais (erga omnes, pois oponível a todos) ou, ao menos, a anulação da questão.
47	A questão merece ser anulada, por não possuir resposta correta. O gabarito oficial indica a alternativa letra B como correta, do que se depreende a afirmativa de que o direito à privacidade, quanto à eficácia, seria classificado como absoluto. Contudo, é pacífica a jurisprudência de que não há direitos absolutos, nem mesmo os fundamentais. O STF asseverou dessa forma no Habeas Corpus 93250 MS, (Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento 10/06/2008, 2º Turma), quando categoricamente afirmou que: "Na contemporaneidade, não se reconhece a presença de direitos absolutos, mesmo de estatura de direitos fundamentais previstos no art. 5º, da Constituição Federal, e em textos de Tratados e Convenções Internacionais em matéria de direitos humanos." Dessa maneira, a questão merece ser anulada.
47	Levando-se em consideração o entendimento jurisprudencial pacífico no STF, INEXISTE direito com eficácia absoluta, conforme será demonstrado a seguir. No ordenamento pátrio, quando há conflito de direitos fundamentais, aplica-se a técnica da harmonização/sopesamento. Ou seja, um direito não irá subjulgar o outro, apenas podendo prevalecer diante das circunstâncias do caso concreto. No que concerne ao "direito à publicidade" e o "direito à informação", há diversos precedentes do STF em que consta expressamente que o "direito à privacidade" não é de eficácia absoluta. Nesse sentido, temos exemplificativamente o AI 655298 AgR; e o RE 219780. Frente a esse cenário, a questão 47 deve ser anulada, posto a inexistência de gabarito correto. Nesses termos, pede deferimento.

47	Conforme entendimento doutrinário e do Supremo Tribunal Federal (Habeas Corpus nº 93250 MS, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento 10/06/2008, 2º Turma), os direitos e garantias individuais não possuem caráter absoluto. Em havendo conflito deve-se fazer a ponderação com a análise do caso concreto, verificando-se qual irá prevalecer. Pode-se, inclusive, afirmar que não há, no sistema constitucional do Brasil, direitos ou garantias de caráter absoluto, haja vista a possibilidade de razões de relevante interesse público legitimarem, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas às prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. É dizer, o estatuto constitucional das liberdades públicas, ao descrever o regime jurídico a que estas estão sujeitas, permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros (STF, MS 23452/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO, julgado em 16/09/1999, Tribunal Pleno, DJ 12/05/2000, P. 20). Tal posição é dominante na Doutrina, cite-se, como por exemplo, Sarmento (2006, p. 293): "apesar da relevância ímpar que desempenham nas ordens jurídicas democráticas, os direitos fundamentais não são absolutos. A necessidade de proteção de outros bens jurídicos diversos, também revestidos de envergadura constitucional, pode justificar restrições aos direitos fundamentais."; Barroso (2009, p. 329) afirma que "não existe hierarquia em abstrato entre princípios, devendo a precedência relativa de um sobre o outro ser determinada à luz do caso concreto"; e Alexandre de Morais (2003, p. 61), "os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela carta Magna (princípio da relatividade)". Para Cristiano Chaves de Farias (2005, p. 105): "A compreensão dos direitos da personalidade em perspectiva de relativa indisponibilidade impede que o titular possa deles dispor em caráter permanente ou total, preservando a sua própria estrutura física, psíquica e intelectual, muito embora possa, eventualmente, ceder (temporariamente) o exercício de determinados direitos da personalidade". Desse modo, não se vislumbra na questão nenhuma alternativa apta a qualificar o alcance da eficácia do direito à privacidade, motivo pelo qual pugna-se pela ANULAÇÃO do quesito.
47	A questão de nº 47 trata da temática do direito à privacidade, em questionamento acerca do alcance de sua eficácia. Esta banca considerou como correta a assertiva que dispõe sobre o caráter absoluto do citado direito. Ocorre que a doutrina civilista tradicional, embora reconheça o caráter inviolável dos direitos da personalidade, alinha-se no sentido de considerá-los como não absolutos, haja vista a possibilidade de ponderação com outros direitos, sobretudo constitucionais. É o que assegura o doutrinador Flávio Tartuce, em seu Manual de Direito Civil (ano 2018, p. 138). Ressalta-se que a relativização do direito à intimidade/privacidade é fundamento utilizado pelo próprio Supremo Tribunal Federal para o acesso às contas públicas. O Ministro Fux entendeu que o sigilo de informações necessárias à preservação da intimidade é relativizado quando se está diante do interesse da sociedade de se conhecer o destino dos recursos públicos (julgados: MS 33.340, 1ª Turma, 26.05.2015; MS 21.729, Pleno, j. 05.10.1995, e RHC 133.118, 2ª T.). No mesmo sentido dispõe o Informativo 879 do STF. Em julgado mais recente (04.11.21), o STF julgou constitucional da Lei nº 17.707/12, do Paraná, que impõe às prestadoras de serviços de telecomunicações a obrigação de informar os dados dos proprietários de linhas telefônicas que acionarem indevidamente os serviços de atendimento de emergência (os chamados "trotes"). Vê-se, pois, mais um exemplo de afastamento parcial da intimidade e da privacidade em benefício da garantia de prestação eficiente dos serviços públicos (Informativo nº 1036). Ante todo o exposto, em vista da ausência de reconhecimento do caráter absoluto do direito à privacidade, merece a questão ser anulada.

47	Nobre Julgador, A banca considerou como correta a alternativa letra “C”. Contudo, com o máximo devido respeito, há um equívoco na resposta. Senão vejamos: “Os direitos e garantias individuais não têm caráter absoluto. Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas - e considerado o substrato ético que as informa - permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros.” (STF, MS 23452/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO, julgado em 16/09/1999, Tribunal Pleno, DJ 12/05/2000, P. 20). Tal posição é flagrantemente dominante na Doutrina, como por exemplo Sarmento (2006, p. 293): “apesar da relevância ímpar que desempenham nas ordens jurídicas democráticas, os direitos fundamentais não são absolutos. A necessidade de proteção de outros bens jurídicos diversos, também revestidos de envergadura constitucional, pode justificar restrições aos direitos fundamentais.”; Barroso (2009, p. 329) afirma que “não existe hierarquia em abstrato entre princípios, devendo a precedência relativa de um sobre o outro ser determinada à luz do caso concreto”; e Alexandre de Morais (2003, p. 61), “os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela carta Magna (princípio da relatividade)”. Para Cristiano Chaves de Farias (2005, p. 105): “A compreensão dos direitos da personalidade em perspectiva de relativa indisponibilidade impede que o titular possa deles dispor em caráter permanente ou total, preservando a sua própria estrutura física, psíquica e intelectual, muito embora possa, eventualmente, ceder (temporariamente) o exercício de determinados direitos da personalidade”. PELAS RAZÕES EXPOSTA, pugna, respeitosamente, pela NULIDADE da questão com respectiva atribuição de nota ao candidato.
47	Atualmente, a doutrina e jurisprudência amplamente majoritárias entendem que não há direito absoluto. Todos os direitos fundamentais são relativizados quando em confronto entre si, daí porque há aplicação da técnica da ponderação dos direitos fundamentais, de modo a definir no caso concreto qual direito prevalecerá. Sendo assim, a alternativa apontada como correta não encontra amparo jurídico. A privacidade pode ser relativizada, inclusive é o que ocorre nos contratos de reality show, onde o participante cede temporariamente a exploração de sua imagem e privacidade, assim como o STF entende como válida a prova obtida por meio de gravação clandestina capturada por um dos interlocutores em detrimento da privacidade do outro interlocutor. Em caso recente, no RE 1.010.606 , com repercussão geral reconhecida, o STF decidiu pela inexistência do direito ao esquecimento, e o assim o decidiu tendo que se pronunciar a respeito da seguinte controvérsia: o direito ao esquecimento, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, inviolabilidade da honra e direito à privacidade contra a liberdade de expressão e de imprensa e direito à informação, no qual entendeu pela aplicação destes direitos, ou seja, afastando mais uma vez a aplicação do direito à privacidade, motivo pelo qual não o considera como absoluto. Portanto, solicito provimento do recurso para anular a questão de nº 47, por ausência de alternativa correta, visto que não há direito absoluto.
47	A alternativa apresentada pela banca é incorreta, visto que o direito à privacidade não é absoluto, o próprio código civil não utiliza esse termo: Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária. Assim, depreende-se que podem existir limitações involuntárias ou previstas em lei. Ainda, num caso concreto pode ser usado a ponderação. Portanto, o alcance do direito à privacidade não pode ser considerado absoluto. Por isso, a questão deve ser anulada, tendo em vista não apresentar nenhuma alternativa correta.
47	NA ADI 4815 o STF deu uma interpretação conforme a Constituição ao aos art. 20 e 21 do Código Civil, a fim reconhecer a inconstitucionalidade de da eficácia absoluta ao direito à privacidade, de modo que estabeleceu expressamente que não existe direito absoluto, não devendo esse direito prevalecer a priori e en abstratos sobre os demais direitos , em especial ao direito a liberdade de expressão. Desta forma, requer a anulação da questão por ausência de gabarito correto.

48	Prezado Examinador, A questão afirma que a capacidade é o atributo da pessoa natural, no entanto, não traz as diferenças entre a capacidade de fato e a de direito, o que a partir do enunciado, não se pode inferir o julgamento das alternativas a disposição do candidato. A capacidade de fato, conferido pela legislação civil, que a qualifica a firmar negócios sem auxilio ou intervenção de outra pessoa, difere da capacidade de direito, visto que a capacidade de direito ou de gozo é aquela que não pode ser recusada ao indivíduo, pois é ínsita a quem possui personalidade jurídica, já que se define como sendo a aptidão genérica para aquisição de direitos e deveres. A capacidade de direito se inicia com o nascimento com vida.Já a capacidade de fato ou de exercício é a aptidão para exercer por si os atos da vida civil, dependendo, portanto, do discernimento, cujo critério será aferido, sob o prisma jurídico, pela aptidão que tem a pessoa de distinguir o lícito do ilícito, o conveniente do prejudicial. Certo que o enunciado tratou da capacidade de FATO, que no nosso ordenamento jurídico surge com a maioridade, regra geral. Porém, é pacífico na jurisprudência e doutrina que a capacidade de fato pode sofrer restrições legais quanto ao seu exercício pela ocorrência de um fato genérico, como o tempo (maioridade ou menoridade), ou por um problema que afete o discernimento da pessoa (como os que não puderem, por algum motivo, exprimir a sua vontade, por exemplo). Aos que assim são tratados por lei, o direito os denominam como “incapazes”. Deste modo, não há alternativa correta a ser marcada peloo candidato para a presente questão, pugno por sua anulação.
48	Nobre examinador! A questão em apreço deve ter seu gabarito alterado ou, em último caso, ser anulada. A assertiva requer que seja indicado o atributo que confere à pessoa natural a possibilidade de praticar negócios jurídicos sem auxílio ou intervenção de outras pessoas. O gabarito afirma que tal atributo é a capacidade. Data máxima vênia, não há como concordar com a assertiva apresentada, na medida em que a capacidade das pessoas naturais pode ser tanto de fato quanto de direito, ou então de fato e de direito, não sendo possível se concluir que a capacidade seja capaz de qualificar determinada pessoa para a pratica de um negócio jurídico sem qualquer auxílio de terceiros, uma vez que a capacidade de direito é atinente a própria pessoa humana, que nem sempre poderá exercer seus direitos sem a tutela de outrem. Sobre a capacidade das pessoas naturais, expõe Tartuce (2018, pg. 74): “(...) enuncia o art. 1º (...) A norma em questão trata da capacidade de direito ou gozo, que é aquela para ser sujeito de direitos e deveres na ordem privada, e que todas as pessoas tem. (...) É notório que existe ainda uma outra capacidade, aquela para exercer direitos, denominada como capacidade de fato ou de exercício, e que algumas pessoas não tem. São os incapazes, especificados pelos arts. 3º e 4º do CC/2002 (...) Das palavras do ilustre doutrinador resta latente a diferenciação existente entre as duas possíveis capacidades atribuídas à pessoa natural, sendo certo que somente aqueles que possuem a capacidade de fato ou de exercício (também denominada CAPACIDADE PLENA) é que podem praticar atos da vida civil sem que necessitem de auxílio ou intervenção de terceiros. A assertiva D, ao não especificar a capacidade a que se refere, impede que seja assinalada como correta, pois não se pode presumir que o examinador esteja indicando a capacidade plena quando não a escreve expressamente. Dito isso, é de se notar que a alternativa D não é possível de assinalação! De outra banda, é possível se indicar que a opção B (maioridade) é o gabarito adequado para a questão. Isso porque, a maioridade das pessoas naturais a qualificam a pratica de todos os atos da vida civil, conforme previsto expressamente pelo art. Art. 5º do Código Civil, pelo qual “a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Ora, se atingidos os 18 (dezoito) anos, ou seja, a maioridade, a pessoa está apta para a prática de qualquer ato da vida civil, é notório que poderá celebrar negócios jurídicos de grandes riscos sem que seja necessário qualquer auxílio ou intervenção de terceiros, como exposto pela questão. Logo, é de se notar que a alternativa B (maioridade) é a correta para a questão em análise. Em razão do exposto, pugna-se pela ALTERAÇÃO do gabarito para a alternativa B. Em não entendendo pela alteração, requer que seja ANULADA a questão, pois a ausência da correta e completa indicação da capacidade civil como de exercício ou fato, ou ainda, plena, torna impossível a assinalação da alternativa D como correta.
48	Prezados, A questão traz que a capacidade é o atributo da pessoa natural, porém, não traz as diferenças entre a capacidade de fato e a de direito, oque a partir do enunciado, não se pode inferir o julgamento das alternativas a disposição do candidato. A capacidade de fato, conferido pela legislação civil, que a qualifica a firmar negócios sem auxilio ou intervenção de outra pessoa, difere da capacidade de direito, visto que a capacidade de direito ou de gozo é aquela que não pode ser recusada ao indivíduo, pois é ínsita a quem possui personalidade jurídica, já que se define como sendo a aptidão genérica para aquisição de direitos e deveres. A capacidade de direito se inicia com o nascimento com vida.Já a capacidade de fato ou de exercício é a aptidão para exercer por si os atos da vida civil, dependendo, portanto, do discernimento, cujo critério será aferido, sob o prisma jurídico, pela aptidão que tem a pessoa de distinguir o lícito do ilícito, o conveniente do prejudicial. Certo que o enunciado tratou da capacidade de FATO, que no nosso ordenamento jurídico surge com a maioridade, regra geral. Porém, a capacidade de fato pode sofrer restrições legais quanto ao seu exercício pela ocorrência de um fato genérico, como o tempo (maioridade ou menoridade), ou por um problema que afete o discernimento da pessoa (como os que não puderem, por algum motivo, exprimir a sua vontade, por exemplo). Aos que assim são tratados por lei, o direito os denominam como “incapazes”. Desta forma, não consta alternativa correta ao candidato para a presente questão, pugno por sua anulação.

49	Em que pese a questão considerar como resposta final a alternativa “D” (“formalmente inconstitucional, uma vez...”), em verdade tal Questão se encontra incompleta para dar resposta segura. Isto porque não fica claro se a mudança para o endereço Z foi da sede e da administração ou se apenas foi instalada um novo estabelecimento. Além disso, não fica claro se a diretoria também foi transferida. E mais: não é claro se, no registro público, o endereço Y foi escolhido como “domicílio especial” (art. 75, IV, in fine, CC). Acresça-se que o enunciado erra ao falar em registro em “serviço notarial”: registro é feito em serviço registral (JUCOM ou Registro Civil das Pessoas Naturais), e não em serviço notarial (Tabelionato de Notas ou, para alguns, Tabelionato de Protesto). A questão merece ser anulada. De qualquer forma, temos de lembrar que o domicílio da pessoa jurídica é o local onde funcionam a diretoria e a administração (art. 75, IV, CC). Além desse domicílio, cada estabelecimento é considerado domicílio para os atos nele praticados (art. 75, par 1º, CC). Sob essa ótica, como a sede e a administração passaram a funcionar no endereço Z, esse será o domicílio da pessoa jurídica. Diante dessas considerações, requer-se que se promova a anulação da questão ou alteração de seu gabarito, modificando para a alternativa “C” (“apenas o endereço Z será considerado...”) como a correta da questão.
49	Colaciono o disposto no art. 75, IV, do CC: Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: (...) IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos. Note que o dispositivo legal não faz menção à possibilidade de serem considerados os dois domicílios ao mesmo tempo. A palavra "OU" é classificada gramaticalmente como conjunção alternativa, significando à oração construída pelo legislador que, na falta de eleição de domicílio especial, será considerado domicílio da empresa o local onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações. Agora vejamos o texto da alternativa considerada como correta pela Banca: "tanto o endereço Y quanto o endereço Z serão considerados domicílios da pessoa jurídica". Por outro lado, como já dito, o Código Civil não permite usar os dois endereços ao mesmo tempo. O uso da palavra "serão" torna a assertiva equivocada. Em razão do exposto, requer a anulação da questão.
49	o artigo 75, inciso IV, do CC estabelece que: “Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: (...) IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, OU onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos”. No mesmo sentido, o CTN, art. 127, inciso II: "Art. 127. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal: II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento; " Ou seja, a norma civil, nem como a tributária, apresenta a possibilidade de um domicílio alternativo para as pessoas Jurídicas, podendo ser o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações (REGRA) OU (isto é, alternativamente) onde elegerem domicílio no seu estatuto ou atos constitutivos” (Regra de Exceção). Dessa forma, observa-se que o texto da lei usa a conjunção “OU” (que significa um ou outro, uma escolha, não uma cumulatividade) e não a conjunção ‘E” (que indicaria a existência simultânea dos dois, de forma cumulativa). Por essa razão, apenas irá se aplicar como domicílio jurídico da Pessoa Jurídica a parte final do artigo 75, IV, do CC, caso não se aplique a 1ª parte, tendo em vista que a norma fala claramente em domicílios alternativos. Além do mais, o comando da questão está incompleto e não permite um julgamento objetivo para dar uma resposta segura. Não fica claro se a mudança para o endereço Z foi da sede e da administração ou se apenas foi instalada um novo estabelecimento. Além disso, não fica claro se a diretoria também foi transferida. E mais: não é claro se, no registro público, o endereço Y foi escolhido como “domicílio especial” (art. 75, IV, in fine, do CC). Acresça-se que o enunciado erra ao falar em registro em “serviço notarial”: registro é feito em serviço registral (JUCOM ou Registro Civil das Pessoas Naturais), e não em serviço notarial (Tabelionato de Notas ou, para alguns, Tabelionato de Protesto).

49	Nobre Banca Examinadora, O comando da referida questão de processo civil trazia o seguinte caso concreto: Uma sociedade empresária que estava sediada em território nacional no endereço X mudou sua sede e administração para o endereço Y, promovendo as devidas atualizações no registro civil. Três meses depois, mudou-se novamente, para o endereço Z, mas, neste último caso, deixou de registrar a nova alteração de endereço no serviço notarial competente. Com referência a essa situação hipotética, sabendo-se que todos os endereços permaneceram na mesma unidade federativa, é correto afirmar que A apenas o endereço Y será considerado domicílio da pessoa jurídica. B tanto o endereço X quanto o endereço Y serão considerados domicílios da pessoa jurídica. C apenas o endereço Z será considerado domicílio da pessoa jurídica. D apenas o endereço X será considerado domicílio da pessoa jurídica. E tanto o endereço Y quanto o endereço Z serão considerados domicílios da pessoa jurídica. Em sede preliminar, foi apontado como correta a alternativa E (tanto o endereço Y quanto o endereço Z serão considerados domicílios jurídicos). Com o devido respeito, tal gabarito não merece prosperar, tendo em vista que o artigo 75, inciso IV, do CC/2002 estabelece que "Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: (...) IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, OU onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos". Ou seja, a norma civil apresenta a possibilidade de um domicílio alternativo para as pessoas Jurídicas, podendo ser o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações (REGRA) OU (isto é, alternativamente) onde elegerem domicílio no seu estatuto ou atos constitutivos" (Regra de Exceção). Dessa forma, observa-se que o texto da lei usa a conjunção "OU" (que significa um ou outro, uma escolha, não uma cumulatividade) e não a conjunção 'E" (que indicaria a existência simultânea dos dois, de forma cumulativa). Por essa razão, apenas irá se aplicar como domicílio jurídico da Pessoa Jurídica a parte final do artigo 75, IV, do CC/02, caso não se aplique a 1ª parte, tendo em vista que a norma fala claramente em domicílios alternativos. Desse modo, o gabarito correto, conforme a literalidade da legislação, seria apenas o Endereço Z, tendo em vista que o enunciado deixa claro que houve o encerramento das atividades no domicílio Y, não havendo apenas o registro junto ao cartório competente. Logo, apenas se aplicaria os 02 (dois) domicílios na hipótese de atuação simultânea em ambos os Municípios. NO caso, deve-se aplicar a regra constante na primeira parte do artigo 75, IV, do CC/02, qual seja: as demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações. Por fim, a parte final do referido artigo apenas pode ser aplicada em caráter subsidiário (não preenchimento do 1º requisito), bem como de forma alternativa, jamais cumulativa, tendo em vista a conjunção "OU" do texto legal. Desse modo, resta como correta a alternativa C (apenas o endereço Z será considerado domicílio da Pessoa Jurídica). Ante o exposto, requer a ALTERAÇÃO do GABARITO da LETRA E para a LETRA C. Ou, caso assim não entenda esta douta banca, a ANULAÇÃO da referida questão com atribuição de pontos a todos os candidatos. Nestes Termos, Pede Deferimento.
49	Prezada Banca, a QUESTÃO 49 requer ao candidato que assinale a alternativa correta sobre domicílio. A alternativa dada como correto foi a ALTERNATIVA E: "tanto o endereço Y quanto o endereço Z serão considerados domicílios da pessoa jurídica." Ocorre que o referido item está incorreto, vejamos. O Código Civil ao tratar sobre o domicílio da pessoa jurídica prevê "Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, OU onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos." Percebe-se, portanto, que o Código Civil ao utilizar o conectivo OU exclui a possibilidade, nesse hipótese, de serem considerados domicílio tanto o lugar onde funcionar a diretoria e administração, quanto o local de eleição previsto em estatuto. Deve-se recordar do princípio básico do direito que na lei não há palavras desnecessárias, devendo ser considerado todas, inclusive o uso de determinado conectivo por um outro. Haveria diferença substancial se o conectivo empregado fosse o "E" pois confere ideia de somatória, diferentemente do "OU" que confere ideia de alternatividade. A manutenção do gabarito estaria por punir o candidato mais atento que sabe o que a letra da lei afirma e entende a diferença entre os conectivos E e OU. Ademais, a questão parece incompleta para dar resposta segura. Não fica claro se a mudança para o endereço Z foi da sede e da administração ou se apenas foi instalada um novo estabelecimento. Além disso, não fica claro se a diretoria também foi transferida. E mais: não é claro se, no registro público, o endereço Y foi escolhido como "domicílio especial" (art. 75, IV, in fine, CC). Acresça-se que o enunciado erra ao falar em registro em "serviço notarial": registro é feito em serviço registral (JUCOM ou Registro Civil das Pessoas Naturais), e não em serviço notarial (Tabelionato de Notas ou, para alguns, Tabelionato de Protesto). A questão merece ser anulada. De qualquer forma, temos de lembrar que o domicílio da pessoa jurídica é o local onde funcionam a diretoria e a administração (art. 75, IV, CC). Além desse domicílio, cada estabelecimento é considerado domicílio para os atos nele praticados (art. 75, par 1º, CC). Sob essa ótica, como a sede e a administração passaram a funcionar no endereço Z, esse será o domicílio da pessoa jurídica. Desta feita, não há itens verdadeiros dentre os apontados pela questão. Ante o exposto, devida a inexistência de itens corretos e a confusão provocada pela questão, não há resposta para a questão, requer-se, portanto, que seja ANULADO O GABARITO DA QUESTÃO 49.

49	A questão promove dúvidas.Não fica suficientemente claro se a mudança para o último endereço "Z" foi da sede e da administração ou se instalado um novo estabelecimento. A questão também não diz se a diretoria também foi transferida. Ademais, a parte final do enunciado equivoca-se ao falar em registro no "serviço notarial": O registro é feito em serviço registral (JUCER no caso do Estado de Rondônia ou Registro Civil das Pessoas Naturais), e não em serviço notarial (Tabelionato de Notas ou, para alguns, Tabelionato de Protesto). A questão merece ser anulada. De qualquer forma, o domicílio da pessoa jurídica é o local onde funcionam a diretoria e a administração (art. 75, IV, CC). Além desse domicílio, cada estabelecimento é considerado domicílio para os atos nele praticados (art. 75, par 1º, CC). Desta feita, como a sede e a administração passaram a funcionar no endereço Z, juridicamente esse seria o domicílio da pessoa jurídica. Letra "B" estaria correta e não a letra "A".
49	Questão está incompleta para dar resposta segura. Não fica claro se a mudança para o endereço Z foi da sede e da administração ou se apenas foi instalada um novo estabelecimento. Além disso, não fica claro se a diretoria também foi transferida. E mais: não é claro se, no registro público, o endereço Y foi escolhido como "domicílio especial" (art. 75, IV, in fine, CC). Acresça-se que o enunciado erra ao falar em registro em "serviço notarial": registro é feito em serviço registral (JUCOM ou Registro Civil das Pessoas Naturais), e não em serviço notarial (Tabelionato de Notas ou, para alguns, Tabelionato de Protesto). A questão merece ser anulada, diante de todo o exposto.
49	A questão informa como correta a alternativa D, segundo a qual o "tanto o endereço Y quanto o endereço Z serão considerados domicílios da pessoa jurídica". Contudo, conforme se depreende do caso concreto, a empresa passou a residir, ao fim, em Z. Por isso, não se pode dizer que ela possui dois domicílios. Possui apenas um. Só possuiria dois se a empresa tivesse vários estabelecimentos. Conforme art. 75, IV, do CC, é o domicílio, "das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos". O texto legal põe um conectivo excludente: "ou". Dessa forma, não se admite um domicílio ficto pelo simples fato de a empresa não ter corrigido seus dados junto ao Poder Público. Tal omissão por parte da empresa é uma infração de outra ordem, que pode levar ao redirecionamento em caso de execuções, justamente por ter havido a troca de domicílio sem comunicar os órgãos públicos. Dessa maneira, o domicílio da empresa passa a ser apenas Z, razão pela qual a alternativa correta é a Letra C.
49	Com todo respeito, que a questão não foi redigida com clareza. A questão não especificou se a mudança para o endereço Z foi da sede e da administração ou se apenas foi instalada um novo estabelecimento. Além disso, não afirmou se a diretoria também foi transferida. Não dá a entender que no registro público o endereço Y foi escolhido como "domicílio especial" (art. 75, IV, CC). E ainda o enunciado confunde o candidato ao falar em registro em "serviço notarial", quando o registro é feito em serviço registral (Junta comercial ou Registro Civil das Pessoas Naturais), e não em serviço notarial (Tabelionato de Notas ou de Protesto). Entendo que a questão merece ser anulada por não apresentar todos os dados para uma análise segura.
49	O gabarito preliminar oferecido pela banca foi a letra E. "Uma sociedade empresária que estava sediada em território nacional no endereço X mudou sua sede e administração para o endereço Y, promovendo as devidas atualizações no registro civil. Três meses depois, mudou-se novamente, para o endereço Z, mas, neste último caso, deixou de registrar a nova alteração de endereço no serviço notarial competente. Com referência a essa situação hipotética, sabendo-se que todos os endereços permaneceram na mesma unidade federativa, é correto afirmar que A) apenas o endereço Y será considerado domicílio da pessoa jurídica. B) apenas o endereço X será considerado domicílio da pessoa jurídica. C) tanto o endereço X quanto o endereço Y serão considerados domicílios da pessoa jurídica. D) apenas o endereço Z será considerado domicílio da pessoa jurídica. E) tanto o endereço Y quanto o endereço Z serão considerados domicílios da pessoa jurídica." Ocorre que, o comando da questão está incompleto e não permite um julgamento objetivo para dar uma resposta segura. Não fica claro se a mudança para o endereço Z foi da sede e da administração ou se apenas foi instalada um novo estabelecimento. Além disso, não fica claro se a diretoria também foi transferida. E mais: não é claro se, no registro público, o endereço Y foi escolhido como "domicílio especial" (art. 75, IV, in fine, do CC). Acresça-se que o enunciado erra ao falar em registro em "serviço notarial": registro é feito em serviço registral (JUCOM ou Registro Civil das Pessoas Naturais), e não em serviço notarial (Tabelionato de Notas ou, para alguns, Tabelionato de Protesto). Ademais, o artigo 75, inciso IV, do CC estabelece que: "Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: (...) IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, OU onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos". Ou seja, a norma civil apresenta a possibilidade de um domicílio alternativo para as pessoas Jurídicas, podendo ser o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações (REGRA) OU (isto é, alternativamente) onde elegerem domicílio no seu estatuto ou atos constitutivos" (Regra de Exceção). Dessa forma, observa-se que o texto da lei usa a conjunção "OU" (que significa um ou outro, uma escolha, não uma cumulatividade) e não a conjunção 'E" (que indicaria a existência simultânea dos dois, de forma cumulativa). Por essa razão, apenas irá se aplicar como domicílio jurídico da Pessoa Jurídica a parte final do artigo 75, IV, do CC, caso não se aplique a 1ª parte, tendo em vista que a norma fala claramente em domicílios alternativos. Por isso, o candidato requer a anulação da questão.

49	A Questão é incompleta para dar resposta segura. Não fica claro se a mudança para o endereço Z foi da sede e da administração ou se apenas foi instalada um novo estabelecimento. Além disso, não fica claro se a diretoria também foi transferida. E mais: não é claro se, no registro público, o endereço Y foi escolhido como "domicílio especial" (art. 75, IV, in fine, CC). Acresça-se que o enunciado erra ao falar em registro em "serviço notarial": registro é feito em serviço registral (JUCOM ou Registro Civil das Pessoas Naturais), e não em serviço notarial (Tabelionato de Notas ou, para alguns, Tabelionato de Protesto). A questão merece ser anulada. De qualquer forma, temos de lembrar que o domicílio da pessoa jurídica é o local onde funcionam a diretoria e a administração (art. 75, IV, CC). Além desse domicílio, cada estabelecimento é considerado domicílio para os atos nele praticados (art. 75, par 1º, CC). Sob essa ótica, como a sede e a administração passaram a funcionar no endereço Z, esse será o domicílio da pessoa jurídica. Nesse sentido, merece ser anulada.
49	"Data vênia", a questão n° 49 admite mais de uma alternativa como certo, fenecendo por nulidade, portanto. Isso porque o art. 75, IV do Código Civil estabelece que: "Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: (...) IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, OU onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos". Com efeito, a norma civil apresenta a possibilidade de um domicílio alternativo para as pessoas Jurídicas, podendo ser o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações (REGRA) OU (isto é, alternativamente) onde elegerem domicílio no seu estatuto ou atos constitutivos" (Regra de Exceção). Dessa forma, observa-se que o texto da lei usa a conjunção "OU" (que significa um ou outro, uma escolha, não uma cumulatividade) e não a conjunção 'E" (que indicaria a existência simultânea dos dois, de forma cumulativa). Por essa razão, apenas irá se aplicar como domicílio jurídico da Pessoa Jurídica a parte final do artigo 75, IV, do CC/02, caso não se aplique a 1ª parte, tendo em vista que a norma fala claramente em domicílios alternativos. Ante o exposto, é devidas a ANULAÇÃO da questão em apreço. N. T. P. D.
49	O Código Civil apresenta a possibilidade de um domicílio alternativo para as pessoas Jurídicas, podendo ser o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, como regra, OU (alternativamente) onde elegerem domicílio no seu estatuto ou atos constitutivos. Vejamos o artigo 75, inciso IV, do CC/2002: "Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: (...) IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, OU onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos". Dessa forma, observa-se que o texto da lei usa a conjunção "OU" (que significa uma escolha) e não a conjunção "E" (cumulativa). Por essa razão, apenas irá se aplicar como domicílio jurídico da Pessoa Jurídica a parte final do artigo 75, IV, do CC/02, caso não se aplique a primeira parte, tendo em vista que a norma fala claramente em domicílios alternativos. Demonstrado o caráter supletivo do referido domicílio, não há alternativa correspondente à alternatividade, de modo que a ANULAÇÃO do quesito é medida que se impõe.
49	O gabarito da questão deve ser alterado, visto que não corresponde ao previsto na legislação. O enunciado trata de empresa que mudou de endereço, porém não alterou no "serviço notarial competente". Ocorre que, segundo o enunciado, trata-se de sociedade empresária, que deve registrar seus atos, inclusive o endereço, em Registro Público de Empresas Mercantis, também conhecidos como Juntas Comerciais, quais não são serviços notariais. Então, aplica-se a regra geral do domicílio da pessoa jurídica (art. 75), qual seja "o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações". Portanto, o gabarito deve ser alterado para a assertiva "C", qual consta como domicílio somente o endereço Z. Caso não concorde com a alteração, a questão deve ser anulada, por o enunciado ser insuficiente, já que o registro da empresa no serviço notarial não é necessário.

50	A questão 50 pede que os candidatos assinalem qual vício do negócio jurídico que, à luz do Código Civil, autoriza qualquer uma das partes a buscar sua anulação judicial. De acordo com o gabarito preliminar, a resposta correta está no item "B": vício resultante de coação. Com as devidas vênias à ilustre banca examinadora, a referida questão merece ser anulada. Em primeiro lugar, porque não é toda e qualquer coação que vicia o negócio jurídico; ao contrário, o próprio legislador deixa claro que só há vício quando a coação incutir ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens (art. 151 do Código Civil). Além desse dado normativo, a doutrina dominante também entende que a coação só caracteriza vício do negócio jurídico quando for a causa determinante para a sua celebração. Como consequência, coações meramente acidentais não viciam o negócio jurídico a ponto de autorizar sua anulação judicial. Sobre esse último ponto, transcreva-se a seguinte lição doutrinária: "[A] coação deve ser a causa determinante do negócio jurídico, ou seja, o negócio jurídico não teria sido realizado se não tivesse ocorrido o elemento coator. É possível, no entanto, que haja ocorrido a ameaça, mas o coagido teria realizado o negócio jurídico mesmo sem a força coatora, pois não foi esta a causa determinante do consentimento do agente. Em outras palavras, a coação pode ter ocorrido para impor um negócio que o coagido, independentemente dela, teria realizado, porém em condições diversas. Assim, pode-se configurar a coação acidental, quando o negócio jurídico se realizaria igualmente,, se bem que de maneira diferente. O vício, portanto, não se mostra capaz de anular o negócio jurídico embora surja o dever de ressarcimento do prejuízo, tal como se dá com o dolo acidental (nesta direção, Humberto Theodoro Júnior, Comentário, p. 180)" (TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. Código Civil interpretado conforme a Constituição da República. vol. I. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. p. 288). Diante disso -- e considerando que a questão 50 não traz maiores informações sobre a coação em si --, o item "B" não pode ser considerado correto. Em segundo lugar, pois, ainda que o enunciado deixasse claro que a coação incutiu fundado temor de dano iminente e considerável a uma das partes contratantes, o item "B" também não estaria correto. De um lado, porque a coação só é causa de nulidade absoluta quando for praticado na modalidade "coação física"; em se tratando de coação praticada na modalidade "coação moral", a hipótese é de mera nulidade relativa/anulabilidade (art. 171, II, do Código Civil). De um lado, porque a coação não pode ser alegada pelo próprio agente coator, mas apenas pela vítima, tendo em vista que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza ("nemo auditur propriam turpitudinem allegans"). Assim -- e considerando que a questão não traz maiores considerações sobre a natureza da coação --, tem-se mais um motivo para que o item "B" não seja o gabarito. Ante o exposto, requer-se, respeitosamente, que a questão 50 seja anulada.
50	Prezada banca examinadora, solicita-se a anulação da questão 50, tendo em vista o negócio jurídico não será anulado se o coator postular sua invalidação. Isso porque o princípio da boa fé objetiva é um dos pilares do Código Civil de 2002. Logo, apenas a parte prejudicada poderá arguir a anulação do negócio jurídico maculado com a coação. Ressalta-se que tal entendimento culmina na máxima "venire contra factum proprium", na qual se veda o comportamento contraditório injustificado das partes ao longo do negócio jurídico praticado.
50	Foi considerado correto o item A (vício resultante de coação). Ocorre que a questão não apresenta item correto. Isso por que o comando da questão não delimitou a que tipo de coação se referia, se física ou psicológica, prejudicando o julgamento objetivo do examinando. Tal distinção é essencial ao deslinde da questão, uma vez que, como ensina a doutrina, de TARTUCE (Manual de direito civil: volume único / Flávio Tartuce. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense; SãoPaulo: MÉTODO, 2020. P. 437) a coação física é causa de nulidade absoluta por ausência de vontade válida: (“Ainda, conforme analisado quando do estudo dos vícios da vontade, ensina parte da doutrina que o negócio jurídico eivado de coação física (vis absoluta) é nulo de pleno direito, pela ausência de vontade. Vale repetir que alguns doutrinadores entendem que a hipótese é de negócio inexistente.) Contudo, ainda que se faça esforço interpretativo para se admitir que o examinador se referia à coação psicológica, ainda assim estaria incorreta a assertiva, uma vez que para demandar é necessário ter interesse e legitimidade, nos termos do art.17 do CPC. Ocorre que o coator não possui interesse jurídico na demanda, visto que a ele o negócio beneficiou. O único legitimado ativo é o coacto, uma vez que teve seu patrimônio jurídico afetado. Desta forma, não há item correto, merecendo anulação a questão.
50	A questão merece ser anulada, por não haver alternativa correta. O gabarito oficial indica a letra A como correta. Disso, depreende-se que, segundo a questão, o negócio jurídico poderia ser anulado por qualquer das partes em caso de vício resultante de coação. A afirmação, porém, não é verdadeira. Conforme art. 172, II, do CC, é anulável o negócio jurídico por vício resultante de coação. Sendo, portanto, causa de anulabilidade, tal vício não leva à anulação de pleno direito do negócio, como ocorre nos vícios previstos no art. 166. O vício resultante de coação, para anular o negócio, deve ser alegado, mas não por qualquer das partes. Ao contrário do que diz a alternativa A, somente quem pode anular em virtude da coação é o coagido. O coator não possui interesse em pedir a anulação do contrato. Dessa maneira, por não possuir resposta correta, a questão merece ser anulada.

50	A questão se refere à anulabilidade de negócio jurídico quando diz "o negócio jurídico pode ser ANULADO juridicamente". Pois bem, na letra "A", pela ausência de especificação de qual tipo de coação se referia, se física ou moral, já que disse genericamente "vício resultante de coação" acabou por prejudicar o julgamento objetivo do item. Explico. Sabe-se que a coação pode ser física ou moral. A coação física trata-se de evento quase inimaginável no direito. Para concebê-la, imagina-se uma pessoa totalmente amarrada, inerte, sendo forçada a assinar; a celebrar um negócio jurídico do qual não lhe cabe nenhuma possibilidade de escolha de realizá-lo ou não. Implica uma ausência total de consentimento, como define Maria Helena Diniz. É também chamada de vis absoluta. Este tipo de coação não é vício de vontade, já que não há, de fato, vontade. Acarreta, no direito brasileiro, inexistência do negócio jurídico, ou seja, não que falar em configuração de anulabilidade do negócio jurídico. Ademais, não há como exigir do candidato a presunção de que a alternativa se refere à coação física, de maneira a se adequar à proposição apresentada no item em discussão. Não havendo alternativa correta, a questão merece ser ANULADA.
50	Consoante o gabarito oficial preliminar disponibilizado pela respeitável Banca Examinadora, considerou-se correta a alternativa "A", segundo a qual o negócio jurídico pode ser anulado judicialmente por qualquer das partes que o celebrou quando firmado com vício resultante de coação. Ocorre que, com a devida vênia, não há como tal resposta ser considerada correta, diante do enunciado proposto. Explica-se. De saída, é importante destacar que o enunciado da questão cobra a resposta correta "de acordo com o Código Civil". Pois bem, a coação enquanto vício do negócio jurídico encontra-se disciplinada nos arts. 151 a 155 do Código Civil, sendo definida como aquela que, para viciar a declaração de vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens. Depreende-se, pois, da indigitada redação e dos ensinamentos da melhor doutrina (cita-se, para ilustrar, a obra do professor Flávio Tartuce - Manual de Direito Civil, Editora Método, 6ª ed., pág. 261), que a coação "pode ser conceituada como sendo uma pressão física ou moral exercida sobre o negociante, visando a obrigá-lo a assumir uma obrigação que não lhe interessa". Nesse contexto, vige, no Direito Civil, o princípio da boa-fé objetiva (art. 422, CC), do qual deriva o instituto da "tu quoque", termo utilizado para caracterizar ato abusivo e em desacordo com a boa-fé, significando que aquele que violar uma norma jurídica não pode dela se beneficiar. Tal instituto é aplicável ao vício decorrente de coação, de modo que o coator (aquele que coage a outra parte a celebrar o negócio jurídico) não poderia pleitear a anulação do negócio jurídico por vício resultante de coação. Feitas estas considerações, ao retornar à questão, especificamente no ponto do enunciado que consigna "o negócio jurídico pode ser anulado judicialmente POR QUALQUER DAS PARTES QUE O CELEBROU quando firmado com:", verifica-se que não se pode completar a oração com "vício resultante de coação", uma vez que não é qualquer das partes que celebrou o negócio jurídico eivado de vício de coação que pode anulá-lo - O COATOR NÃO PODE, sob pena de violação da boa-fé objetiva. À luz do exposto, pleiteia-se a anulação da questão, uma vez inexistente resposta correta à luz do Código Civil.
50	A questão deve ser anulada em face da ausência de gabarito correto, pois, como desdobramento da boa-fé objetiva, ninguém é dado se aproveitar da própria torpeza, conforme dispõe o art. 150 do CC/02 e, por isso, não pode o autor da coação pedir a anulação do negócio jurídico, pois estaria se beneficiando da situação coação para pedir pela anulação do ato firmado. Desse modo, em virtude de não possuir resposta correta, pede pela anulação da questão.
50	Pleiteia-se a anulação da questão, por não possuir resposta correta. A letra A encontra-se equivocada, pois somente a parte coacta pode pedir a anulação do negócio jurídico. Caso também fosse permitido ao coator requerer judicialmente a anulação, haveria ofensa ao princípio da boa-fé objetiva e ao brocardo de que não se pode aproveitar da própria torpeza.
50	Entende-se que a anulação só pode ser pleiteada pela parte prejudicada, e não por quem deu causa. Na questão, foi tido como possível ser alegado o vício de consentimento "coação" por qualquer das partes, o que não é verdade. Assim, requer a anulação da questão, por inexistir alternativa correta.

50	Nenhuma das alternativas responde adequadamente o enunciado da questão. É perguntado qual negócio jurídico pode ser ANULADO judicialmente por QUALQUER DAS PARTES, sendo que o gabarito preliminar considerou como correta a alternativa que trata do vício resultante de coação. Acontece que não é qualquer das partes que pode obter a anulação do negócio resultante de coação. Apenas quando for autora a parte coagida é que se poderá falar na possibilidade de anulação. Ora, não faz sentido dizer que o próprio coator pode obter judicialmente a anulação, porque dentre os princípios que regem os negócios jurídicos estão o da segurança jurídica e o da vedação ao comportamento contraditório (venire contra factum proprium), nos termos do art. 113, § 1º, incs. I e II, do Código Civil. Ademais, o parágrafo único do art. 421 do precitado códex estabelece que, "nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual", asseverando o art. 422 que "os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé". Frise-se que é princípio básico do direito o de que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza. Nesse sentido: (...) PRINCÍPIO DA PRÓPRIA TORPEZA. 1. Ninguém pode valer-se de sua própria torpeza, quer para livrar-se das consequências de um negócio jurídico que lhe trouxe prejuízo quer para livrar-se de consequências fiscais, como é o caso dos autos. A hipótese já era contemplada no caduco Código Civil em seus arts. 97 e 971, estabelecidos, hoje, nos arts. 150 e 883, respectivamente. (…) (TRF 3ª Região, TERCEIRA TURMA, Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 1025805 - 2005.03.99.019980-7, Rel. JUIZ CONVOCADO ROBERTO JEUKEN, julgado em 22/11/2006, DJU DATA:17/01/2007 PÁGINA: 616) (…) A pretensão com amparo no art. 485, III, do CPC de 1973 não prospera sob o prisma da colusão, uma vez que o autor confessa que participou de forma lúcida de uma lide simulada e, por essa razão, não pode a parte que praticou comportamento avesso ao direito invocar o vício dele decorrente para obter qualquer vantagem em face do princípio de que a ninguém é dado se aproveitar da própria torpeza. (…) (RO-78300-55.2009.5.03.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Delaide Miranda Arantes, DEJT 29/05/2020). (…) A colusão a que alude o inciso III do artigo 966 do CPC é aquela existente entre as próprias partes, com o fim de fraudar a lei. Não se enquadra no dispositivo a alegação de colusão entre as partes, com eventual prejuízo para uma delas, mesmo porque não pode a parte se beneficiar da própria torpeza. (…) (RO-194-42.2018.5.11.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Emmanoel Pereira, DEJT 20/09/2019). Ante o exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão.
50	A questão pedia para o candidato indicar a alternativa em que qualquer das partes que celebrou o negócio jurídico poderia pleitear a sua anulação, indicando como gabarito o item B "vício resultante de coação". No entanto, só pode pleitear à anulação do negócio jurídico feito sob coação quem sofreu a coação, jamais o autor da coação pode pleitear à anulação do mesmo, pois isso implicaria em se beneficiar na própria torpeza, o que é vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Dessa forma, a referida questão deve ser anulada, pois não tem nenhum item correto.
50	Não é possível que a parte coatora pleiteie juridicamente a anulação de negócio jurídico que celebrou com o vício resultante da coação, apenas a parte coacta pode fazê-lo. Os negócios jurídicos são regidos pela boa-fé objetiva e obedecem aos seus desdobramentos, como a "tu quoque", que designa uma situação gerada de um abuso de direito, que se verifica quando uma das partes viola a norma jurídica e, após tenta aproveitar-se dessa conduta em benefício próprio. Conforme o brocardo "turpitudinem suam allegans non auditur", o sujeito não pode valer-se da própria torpeza. Assim, não é qualquer das partes que celebrou o negócio jurídico firmado com vício resultante da coação que pode anulá-lo judicialmente, mas apenas a parte coacta. Dessa forma, não há resposta correta, devendo a questão ser anulada.
50	A alternativa dada como correta pela banca está incorreta, pois a anulação do negócio jurídico em virtude de coação não pode ser pleiteada por quem a praticou, dado que a ninguém é dado aproveitar-se da própria torpeza. A questão não possui alternativa considerada correta. o negócio que possua objeto ilícito, impossível ou indeterminável é nulo de pleno direito; o dolo por ambas as partes não autoriza que nenhuma delas pleiteie a anulação do negócio, conforme art. 150 do Código Civil; a incapacidade constitui exceção pessoal, só podendo ser alegada em benefício do menor; a intenção de fraudar a legislação torna o negócio nulo de pleno direito, conforme inciso VI do art. 166 do Código Civil. Desta forma, por não possuir alternativa correta, propõe-se a anulação da questão.

50	A questão 50 de direito civil pressupõe uma informação não fornecida no enunciado, nem na alternativa "C", indicada como correta, o que prejudica a sua análise objetiva, admitindo mais de uma interpretação, sendo que uma delas torna o gabarito preliminar incorreto. Senão, vejamos. A questão buscou examinar o conhecimento do candidato sobre as causas de nulidade relativa (anulabilidade) do negócio jurídico, notadamente o vício de consentimento decorrente de coação. A alternativa "C", indicada como gabarito preliminar, não especifica se a coação referida na alternativa é a física ou a moral. Neste último caso, não haveria qualquer problema ao gabarito preliminar, haja vista que a coação moral é relativa e caracteriza causa de anulabilidade do negócio jurídico. Ocorre que, na hipótese de coação física, também chamada de "vis absoluta", não se vislumbra a vontade do agente, razão pela qual o negócio jurídico é inexistente. Segundo a doutrina, o negócio jurídico apresenta os planos de existência, de validade e de eficácia. Nessa linha, a coação física impede que o negócio jurídico alcance o próprio plano da existência. Com efeito, não se pode anular um negócio jurídico que sequer existe, somente sendo possível uma pretensão declaratória de sua inexistência. Posto isso, evidencia-se que a questão 50 de Direito Civil pressupõe uma informação não contida no enunciado nem na alternativa "C", indicada como gabarito preliminar, qual seja, o conhecimento de que a coação referida na alternativa se trata de coação moral ou relativa, e não de coação física ou absoluta. Na medida em que essa informação era imprescindível para que a alternativa "C" estivesse correta, não resta outra solução, senão a anulação da questão.
50	Sugere-se a ANULAÇÃO da questão, visto que em todas as hipóteses descritas nas alternativas “A”, “B”, “C”, e “D” qualquer das partes, inclusive o MP, poderá pleitear a anulação judicial do negócio jurídico, com base nos arts. 166, 168 e 171 do Código Civil, in verbis: Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando: I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz; II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto; VI - tiver por objetivo fraudar lei imperativa; Art. 168. As nulidades dos artigos antecedentes podem ser alegadas por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir. Parágrafo único. As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes. Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: [...] II - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores. Verifica-se, a partir dos dispositivos legais, que a anulação do negócio jurídico poderá ser pleiteada judicialmente tanto nos casos de negócios nulos (art. 166, do CC), quanto de negócios anuláveis (art. 171, do CC). Resta, assim, prejudicada a redação da questão, sendo passível de anulação.
50	A questão 50 de direito civil, da forma como redigida, admite mais de uma alternativa correta. Senão, vejamos. Está evidente que a questão buscou examinar o conhecimento básico do candidato acerca das causas de nulidade relativa (anulabilidade) do negócio jurídico, notadamente o vício de consentimento decorrente de coação. Ocorre que a alternativa "C", indicada como gabarito preliminar, não especifica se se trata de coação relativa (causa de anulabilidade, por vício de consentimento) ou de coação absoluta (causa de inexistência do negócio jurídico, por ausência de vontade). Em vista disso, é razoável inferir que as alternativas "B" e "E" também contém causas de nulidade que permitem a anulação judicial do negócio jurídico por ambas as partes celebrantes, atendendo, portanto, ao comando da questão. Isso porque a "intenção de fraudar a legislação" e o "objeto ilícito, impossível ou indeterminável" estão previstos nos inciso VI e II do Art. 166 do Código Civil, respectivamente. Não se olvida que os dispositivos tratam de nulidade absoluta. Ocorre que, segundo o Art. 168 do Código Civil "as nulidades dos artigos antecedentes podem ser alegadas por qualquer interessado". Com efeito, "o negócio jurídico pode ser anulado judicialmente por qualquer das partes que o celebrou quando firmado com" (enunciado da questão) "intenção de fraudas a legislação (alternativa "C") ou com "objeto ilícito, impossível e indeterminável" (alternativa "E). Posto isso, evidencia-se que a questão 50 de Direito Civil apresenta três alternativas razoavelmente corretas, prejudicando a sua análise objetiva, razão pela qual não resta outra solução, senão a anulação da questão.
50	A questão em análise requere a alternativa em que o negócio jurídico pode ser anulado judicialmente POR QUALQUER DAS PARTES que o celebrou. A banca apontou como alternativa correta a letra "B", em que consta "vício resultante de coação". Ocorre que, o ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio da vedação do comportamento contraditório, de modo que ninguém pode alegar em seu benefício a própria torpeza. Assim, não é admissível que a pessoa que exerce a coação postule a anulação do negócio jurídico em juízo. Desse modo, requer a anulação da questão, ante a inexistência de alternativa correta.
52	No gabarito da referida questão, esta douta banca atribuiu como correto o item E, o qual preceitua que o credor pignoratício é devedor da obrigação de restituir o bem empenhado. Contudo, referida condição depende do adimplemento da divida pelo devedor, o que torna imprópria a resposta atribuída a questão. Neste sentido, pugna o candidato pela anulação da referida questão.
53	A questão deve ser anulada pois a presença da frase “com antecedência de 10 dias”, de forma descontextualizada poderia levar o candidato a erro. Tal obscuridade na elaboração do enunciado é extremamente prejudicial e depõe contra a objetividade e a coerência da avaliação.

55	Prezada Banca, a QUESTÃO 55 requer ao candidato que assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade civil. A alternativa dada como correto foi a ALTERNATIVA A: “Só se pode responsabilizar civilmente um sujeito por omissão se a ação omitida for exigível e eficiente.”. Ocorre que o referido item está incorreto, vejamos. O Código Civil ao tratar sobre a omissão e a responsabilidade civil assim prevê “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.” No que pese a ação omitida deva ser exigível para o sujeito, não há dispositivo legal que determine que a referida omissão deva ser eficiente, ademais, o item não deixou claro que espécime de eficiência seria essa apontada para gerar responsabilidade civil, fato que atrapalha sobremaneira o julgamento objetivo do item. Desta feita, não há itens verdadeiros dentre os apontados pela questão. Ante o exposto, devida a inexistência de itens correto, não há resposta para a questão, requer-se, portanto, que seja ANULADO O GABARITO DA QUESTÃO 55.
56	A questão traz na alternativa "C" erro de Português que prejudicou sobremaneira o julgamento objetivo da questão, trata-se da repetição do promone "ela" logo após o verbo "arcará". "Marta protocolou ação junto ao judiciário objetivando a entrega de um bem. Após o devido processo legal, o juízo julgou procedente o pedido de Marta e sentenciou em seu favor, determinando a entrega do bem pela parte ex adversa, que após a publicação da sentença protocolou apelação — ainda pendente de julgamento. Em seguida, Marta ajuizou o cumprimento provisório da sentença que a beneficiou, tendo o juízo, após analisar o pedido, entendido que a entrega do bem se tornou impossível, razão por que converteu a obrigação de entregar coisa certa em prestação pecuniária. Para garantir a satisfação de seu direito, Marta requereu o arresto dos bens do executado para evitar qualquer embaraço no recebimento da quantia. Nessa situação hipotética, no que diz respeito às regras pertinentes à execução civil, Marta A poderá se valer da hipoteca judiciária, devendo apresentar em cartório de registro de imóveis a cópia da sentença; nesse caso, não é necessária ordem judicial para que a hipoteca judicial se opere. B poderá se valer da hipoteca judiciária, se estiver em posse de ordem judicial pertinente; caso contrário, o cartório de registro de imóveis não está autorizado a realizar o procedimento. C poderá se valer da hipoteca judiciária, devendo apresentar a cópia da sentença no cartório de registro de imóveis. Porém, caso a sentença seja reformada, ela arcará ela com indenização por perdas e danos, a ser liquidada em autos próprios. D não poderá se valer da hipoteca judiciária, por já ter feito o pedido de arresto dos bens do executado; conforme o atual Código de Processo Civil, tais medidas não podem ser cumuladas. E não poderá se valer da hipoteca judiciária, uma vez que o recurso de apelação possui efeito suspensivo e encontra-se pendente de julgamento até o momento. " Diante do exposto, tal questão deve ser anulada.
56	A Questão 56, de Direito Processual Civil merece anulação ou ter gabarito alterado. Isso porque Marta poderá se valer da hipoteca judiciária e não é necessária ordem judicial, de acordo com o art. 495 do Código de Processo Civil e seu parágrafo 2º: Art. 495, § 2º: A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência. Por isso, requer-se a alteração do gabarito, ou, ao menos, a anulação da questão.
56	A Questão 56, de Direito Processual Civil, tem como gabarito preliminar a Letra C. Contudo, o gabarito merece ser alterado para a alternativa A. Isso porque Marta poderá se valer da hipoteca judiciária e não é necessária ordem judicial, de acordo com o art. 495 do Código de Processo Civil e seu parágrafo 2º: Art. 495, § 2º: A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência. Por isso, requer-se a alteração do gabarito para Letra A ou, ao menos, a anulação da questão.
57	A alternativa “E” também deve ser considerada correta na medida em que o termo “direitos coletivos” pode ser entendido tanto em sentido estrito como em noção ampla. No caso do Mandado de Segurança Coletivo, o mesmo só pode ser impetrado, é verdade, quando há um direito coletivo lato sensu, o qual pode ser subdividido em direito coletivo stricto sensu, direito difuso ou em direitos individuais homogêneos.
58	A questão deve ser anulada pois a alternativa tida como correta, qual seja, a opção “C” é marcada por uma incorreção atinente à dinâmica dos juizados especiais cíveis. No caso em apreço, presente a Requerida e não apresentada contestação, a mesma poderá realizar a sua defesa de forma oral, tal como ocorre no âmbito do processo do trabalho. Dessa feita, é incorreto limitar os efeitos da revelia à simples ausência de contestação. Se isso não fosse suficiente, e, quanto à alternativa “E”, é sabido que a prova pericial, desde que simplificada, pode ocorrer no âmbito dos juizados especiais. A fundamentação para isso está no fato de que na Lei nº 9.099/95 não há dispositivo que permita inferir que a complexidade da causa – e, por conseguinte, a competência do Juizado Especial Cível – esteja relacionada à necessidade ou não de realização de perícia. O Superior Tribunal de Justiça corrobora tal entendimento em RMS 30.170/SC e RMS 39.071/MG.

58	A Banca apresentou a letra "C" como assertiva correta. Ocorre, entretanto, que a letra C está incorreta, pois no rito do Juizado Especial Cível, diferentemente do que ocorre nos processos sob o rito do CPC no Juízo Comum, somente haverá revelia se a parte Ré não comparecer à audiência de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, nos exatos termos do artigo 20 da Lei nº 9.099/95, senão vejamos: Lei nº 9.099/95, Art. 20: Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Além do erro acima menciona na assertiva letra "C", a assertiva letra "E" está inteiramente correta, o que justifica a alteração do gabarito para letra "E". É que a prova pericial é realmente incompatível com o procedimento do Juizado Especial (como afirma a assertiva letra "E") Estadual, somente a admitindo no Juizado Especial Federal. Neste sentido é o entendimento já mencionado pelo STJ: Diferentemente do que ocorre no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, admite-se, em sede de Juizado Especial Federal, a produção de prova pericial, fato que demonstra a viabilidade de que questões de maior complexidade sejam discutidas nos feitos de que trata a Lei n. 10.259/2001 (AgRg no CC n. 95.890-SC, Primeira Seção, Ministra Eliana Calmon. Ademais, o Cebraspe e outras bancas de concurso já exararam tal entendimento, senão vejamos: (TJ-BA-CESPE/CEBRASPE-2018) No curso da audiência no juizado especial, o juiz poderá requerer a inquirição de técnicos de sua confiança para esclarecimentos de fatos. Nessa situação hipotética, é permitido às partes apresentar prova pericial. GABARITO ERRADO. Disponível em https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/1b203b22-79 (TJ-MS/TJ-MS/2016) São considerados casos de exclusão de competência dos Juizados Especiais Criminais a conexão, não localização do acusado e a complexidade da ocorrência ou circunstância diversa que não permita o imediato oferecimento da denúncia, como perícias complexas e amplas diligências para a identificação do autor. GABARITO CORRETO. Disponível em https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/ab943768-f8 (TJ-RJ - VUNESP-2018) Por não haver vedação legal, os Juizados Especiais podem julgar demandas que englobam a realização de perícia.. GABARITO ERRADO. Disponível em https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/c0b4deca-bb Ainda: “ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material”. “ENUNCIADO 70 – As ações nas quais se discute a ilegalidade de juros não são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais, exceto quando exigirem perícia contábil (nova redação – XXX Encontro – São Paulo/SP)”. “ENUNCIADO 94 – É cabível, em Juizados Especiais Cíveis, a propositura de ação de revisão de contrato, inclusive quando o autor pretenda o parcelamento de dívida, observado o valor de alçada, exceto quando exigir perícia contábil (nova redação – XXX FONAJE – São Paulo/SP)”. No mesmo sentido, de que é incabível a produção de prova pericial no Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, a APAMAGIS (Associação Paulista de Magistrados) editou o Enunciado 6 do Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo (FOJESP)[2]: “6. A perícia é incompatível com o procedimento da Lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais”. Face ao exposto, merece o gabarito da questão ser alterado para a letra "E". Subsidiariamente, merece a questão ser anulada.
58	Alternativa apresentada como gabarito: caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela. Pedido de anulação por ausência de gabarito, conforme se explicará abaixo. A questão versa a respeito do Juizado Especial Cível, normatizado pela Lei especial n.º 9099/95, nesse sentido, o art. 20 dita que a revelia no rito sumaríssimo é a ausência do demandado a qualquer das audiências. No mesmo diapasão o Enunciado 78-Fonaje: “O oferecimento de resposta, oral ou escrita, não dispensa o comparecimento pessoal da parte, ensejando, pois, os efeitos da revelia”. Logo, em sede de Juizado Especial, o que implica em revelia é a ausência do demandado na audiência conciliatória, e não a ausência de contestação. Diversamente do CPC, que o art. 319 do CPC, no rito ordinário estabelece que a mesma decorre da não apresentação de resposta ao pedido inicial. No caso, portanto, os efeitos da revelia seriam aplicados apenas se a parte não comparecesse a audiência no JEC, o fato de não apresentar contestação, não atrai o instituto. não cabe, ainda, mudança de gabarito, senão, vejamos as demais alternativas. a) se, por alguma razão, houver necessidade de expedição de carta precatória, Marcos deverá arcar com as custas de tal medida processual. Art. 54. O ACESSO AO JUIZADO ESPECIAL INDEPENDERÁ, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. (Lei n.º 9.099/95) b) caso Marcos não compareça à audiência, a demanda será extinta após a realização de intimação pessoal com o intuito de informar a parte acerca da extinção; art. 51, § 1º A EXTINÇÃO DO PROCESSO INDEPENDERÁ, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes. (Lei n.º 9.099/95) c) não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento. O STJ tem entendimento pacífico que: “A necessidade de produção de prova pericial, por si só, não influi na definição da competência dos Juizados Especiais”. Julgados: AgRg no HC 370162/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 13/12/2016; Rcl 14844/ SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/05/2016, DJe 13/06/2016; AgRg no AREsp 753444/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2015, DJe 18/11/2015; RMS 46955/GO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 17/08/2015; RHC 49534/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/02/2015, DJe 11/02/2015; RMS 30170/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/10/2010, DJe 13/10/2010. (VIDE INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA N. 450) d) a contestação de Ana poderá conter toda matéria de defesa, inclusive arguição de suspeição ou impedimento do juízo. Art. 30. A contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, EXCETO ARGÜIÇÃO DE SUSPEIÇÃO ou IMPEDIMENTO DO JUIZ, que SE PROCESSARÁ na forma da legislação em vigor. (Lei n.º 9099/95)

58	Admirável banca, o enunciado da questão expressamente menciona que a resposta deve ser dada, in verbis, “considerando-se o regramento legal”. Ou seja, a questão exige como resposta a alternativa que esteja de acordo com as leis que regulam o microssistema dos Juizados Especiais, com destaque para a Lei n.º 9.099/95, já que o caso hipotético envolve ação protocolizada em Juizado Especial Cível estadual. Conforme se verá adiante, nenhuma das alternativas apresentadas é compatível com a referida norma: 1. A alternativa A menciona que Marcos deverá arcar com “custas”, caso seja necessária a expedição de deprecata: incorreta, certamente, já que “o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas” (art. 54, da Lei n.º 9.099/95). 2. A alternativa B fala em prévia intimação pessoal antes de se exinguir o processo sem resolução de mérito: essa exigência não se coaduna com o que dispõe o art. 51, § 1º, da precitada lei (“a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes”). 3. Da alternativa C consta que o comparecimento à audiência SEM o oferecimento de contestação acarreta a revelia: essa afirmativa não se adéqua ao art. 20, pois que o que enseja a revelia, nos Juizados, é o NÃO COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA. Nem se se considerar o ENUNCIADO 11, do FONAJE, será possível aplicar os efeitos revelia por conta do não oferecimento de contestação, pois que a orientação nele descrita abrange apenas as causas de valor SUPERIOR a vinte salários mínimos. 4. A alternativa D dispõe que a arguição de suspeição e impedimento poderá estar na própria contestação: incorreta, portanto, uma vez que, nos moldes do art. 30, in verbis, “a contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, EXCETO arguição de SUSPEIÇÃO ou IMPEDIMENTO do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor”. 5. A alternativa E diz não ser cabível prova pericial em sede de Juizado: acontece que não há, no regramento legal (expressão utilizada no enunciado da questão), norma que exclua da competência do JEC as causas que exijam perícia. Nesse ponto, de se frisa que a “menor complexidade” de que trata o art. 3º não conduz à conclusão de que a necessidade de perícia exclui, de per si, a competência do Juizado. Frise-se, não há na legislação norma nesse sentido. Como a questão condicionou a resposta ao que previsto no “regramento legal”, nenhuma das alternativas está correta. A propósito, mesmo que se considere a jurisprudência, o que é dito na alternativa E não subsiste, pois que, apesar de haver julgados em outro sentido, prevalece o segundo o qual a necessidade de prova pericial, por si só, não afasta a competência dos juizados (por todos, vejam-se: https://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/893422110/conflito-de-competencia-cc-cc-10095896720194010000 ; https://tj-ms.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/824144853/conflito-de-competencia-civel-cc-16042362620178120000-ms-1604236-2620178120000). Para que seja afastada a competência é necessário que a prova pericial seja complexa. Há, inclusive, vários precedentes do STJ nesse sentido. Verbi gratia: AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NECESSIDADE DE PERÍCIA. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPETÊNCIA AFASTADA. 1. Mandado de Segurança. 2. "A necessidade da realização de prova pericial, por si só, não afasta a competência dos juizados especiais. Precedentes" (RMS 39.071/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe de 15/10/2018). 3. No caso, o Tribunal de origem, examinando a controvérsia e o acervo fático-probatório dos autos, entendeu pela necessidade de produção de prova pericial complexa para aferir o valor devido aos recorrentes a título de danos materiais, em razão da suposta depreciação do imóvel devido à ausência da área de lazer anunciada pelas recorridas, pelo que deve ser afastada a competência do Juizado Especial. 4. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido. (AgInt no RMS 60.831/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/11/2020, DJe 27/11/2020) Ante o exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão 58.
58	A questão 58 trata sobre os juizados especiais e pede que o candidato assinale a questão que contenha afirmativa correta sobre o julgamento de demandas por esse meio. Embora o gabarito indique que a alternativa correta seja a letra "d", não se pode negar que o disposto na letra "c" também está certo. A alternativa "C" prevê que "não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento." Segundo entendimento pacífico da doutrina, essa afirmativa está correta, conforme se vê do trecho a seguir extraído do livro do processualista Marcus Vinícius Rios Gonçalves: "Saber se determinada demanda pode ou não ser proposta perante os juizados especiais não é tema de competência, mas de procedimento. A Lei n. 9.099/95, que trata dos juizados especiais, criou um novo tipo de procedimento, muito mais rápido e informal que o tradicional, apelidado de “sumaríssimo". (...) Uma leitura cuidadosa da Lei n. 9.099/95 permite constatar que foram vedados aqueles incidentes que pudessem implicar em demora ou retardo do processo: ¦ não cabe reconvenção; ¦ não se admite intervenção de terceiros, ressalvado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 1.062 do CPC); ¦ NÃO SE ADMITE PROVA PERICIAL. Além disso, a lei, como corolário da oralidade, determina forte concentração de atos, permitindo que tudo se realize em uma só audiência (art. 17 da Lei n. 9.099/95) (...) Daí a Constituição Federal, em seu art. 98, se referir ao procedimento como sumaríssimo." (GONÇALVES. Marcus Vinícius Rios- Direito Processual Civil Esquematizado- 2021- pág.240 e 1092) Percebe-se com os trechos extraídos da doutrina de GONÇALVES que a prova pericial de fato não é cabível no juizado especial por ser incompatível com o procedimento sumaríssimo, que demanda maior agilidade na resolução dos litígios. Desse modo, a afirmativa contida na letra "c" também está correta, o que enseja a anulação da questão correspondente.

58	A questão em análise trata acerca do juizado especial, regido pela Lei 9099. A banca coloca como erra alternativa que afirma não ser cabível a prova pericial nos juizados especiais, ocorre que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça possui entendimento em sentido contrário: " Na hipótese, dado que a base de cálculo dos pretendidos honorários requer a correta avaliação de bens imóveis e de embarcação, mostra-se a causa dotada de complexidade a recomendar o deslocamento do feito para o Juízo ordinário, ante a incompetência dos juizados especiais cíveis. "(RECLAMAÇÃO Nº 14.844 - SC (2013/0351970-1) Diante do exposto, requer a anulação da questão.
58	Com a devida vênia ao gabarito apresentado pela banca, a questão 58 não possui resposta correta. Isso porque, nos termos do artigo 20 da Lei n 9.099, no Juizado Cível a revelia ocorre do não comparecimento da parte na sessão de conciliação ou na audiência de instrução e julgamento e, no caso narrado, a parte compareceu na audiência. A propósito, eis o teor do sobredito artigo 20: Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Assim, requer-se a anulação da questão.
58	REQUERIMENTO: requer a anulação da questão 58, por haver mais de uma resposta correta. RECURSO: Além da letra C (apontada como gabarito preliminar), a letra E da questão 58 também é correta, conforme a jurisprudência do STJ, vejamos: [...] 4. Diferentemente do que ocorre no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, admite-se, em sede de Juizado Especial Federal, a produção de prova pericial, fato que demonstra a viabilidade de que questões de maior complexidade sejam discutidas nos feitos de que trata a Lei n. 10.259/2001. 5. Agravo regimental não provido. (STJ, AgRg no CC n. 95.890-SC, Primeira Seção, Ministra Eliana Calmon, DJe 29.9.2008). [...] 4. Diferentemente do que ocorre no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, admite-se, em sede de Juizado Especial Federal, a produção de prova pericial, fato que demonstra a viabilidade de que questões de maior complexidade sejam discutidas nos feitos de que trata a Lei n. 10.259/2001. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal do Juizado Especial Cível da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, o suscitado. (STJ, Primeira Seção, CC n. 103.084-SC, relatoria da Ministra Eliana Calmon). Pelo exposto, pelo fato de o enunciado ter deixado claro que a ação de indenização por danos morais e materiais foi ajuizada no Juizado Especial Cível (e não em Juizados Especiais Federais), não há possibilidade do manejo de perícia no caso concreto, motivo pelo qual a letra E também está correta. Assim, por haver duas respostas corretas, pugna-se pela anulação da questão 58.
58	Prezada Banca Examinadora, Apesar de o gabarito da questão 58 considerar como correta a assertiva “D”, é certo que a alternativa “C” está correta, visto que a prova pericial é incompatível com o procedimento do juizado especial. Inicialmente cumpre rememorar que o artigo 2º da Lei 9.099/1995 estabelece que os Juizados Especiais serão orientados: “pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação”. Já o artigo 3º fixa a competência do Juizado Especial, com a informação de que os Juizados Especiais tem competência para julgar causas cíveis de menor complexidade. Acerca da possibilidade de prova pericial no âmbito do juizado especial, o FONAJE (Fórum Nacional de Juizados Especiais)apresenta os seguintes enunciados: “ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material”. “ENUNCIADO 70 – As ações nas quais se discute a ilegalidade de juros não são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais, exceto quando exigirem perícia contábil (nova redação – XXX Encontro – São Paulo/SP)”. “ENUNCIADO 94 – É cabível, em Juizados Especiais Cíveis, a propositura de ação de revisão de contrato, inclusive quando o autor pretenda o parcelamento de dívida, observado o valor de alçada, exceto quando exigir perícia contábil (nova redação – XXX FONAJE – São Paulo/SP)”. No mesmo sentido, de que é incabível a produção de prova pericial no Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, a APAMAGIS (Associação Paulista de Magistrados) editou o Enunciado 6 do Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo (FOJESP) “6. A perícia é incompatível com o procedimento da Lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais”. Em complemento, a Cartilha do Sistema dos Juizados Especiais do Estado da Bahia traz a informação, no sentido que: “As causas que demandem realização de perícia técnica, com elaboração de laudo, não se incluem na competência dos Juizados Especiais”. Em Minas Gerais, há o Enunciado 12 dos Encontros de Juízes de Direito dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, que fixa também a incompetência do Juizado Especial para julgar causa que depende de perícia: “12 – A menor complexidade determinada no art. 98, I, da Constituição da República impede a produção de prova pericial nos processos em curso nos Juizados Especiais, afastando a sua competência. (VI ENJESP – 2017)”. No Estado do Rio de Janeiro também há o Enunciado 9.3, que afasta a competência do Juizado Especial Cível em ações com necessidade de produção de prova pericial: “Não é cabível perícia judicial tradicional em sede de Juizado Especial”. Diante de todos os argumentos acima apresentados, a alternativa “C” está correta ao afirmar que “não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento”. Isso posto, requer, respeitosamente, a anulação da questão 58.
58	A alternativa dada como correta pela banca viola o que está expressamente previsto no art. 20 da Lei 9099, que apregoa a revelia somente no caso de não comparecimento da parte à audiência. Dentre as alternativas dadas na questão, a única correta é a que determina a extinção da reclamação em virtude do não comparecimento do autor, conforme inciso I do art. 51 da Lei 9099. Desta forma, solicita-se a alteração do gabarito para letra B ou, subsidiariamente, a anulação da questão.

58	Quanto à alternativa “E”: como regra, os juizados especiais não permitem a realização de perícia complexas. O artigo 35 da Lei 9.099 não expressa a permissão de perícias, apenas menciona “parecer técnico” em excepcionais casos. Tal matéria é alvo de constante discussão na doutrina. Sendo assim, em prova objetiva, na qual o candidato não possui meios de argumentar, nem fica claro a ele, quanto à cobrança da regra ou da exceção, faz-se necessária a anulação da questão, haja visto a possibilidade de dupla interpretação da alterativa “e”.
58	Foi considerada correta a alternativa "C", que afirma: "caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela." Agora veja o que diz o art. 20 da lei 9.099/95: "Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." Logo, não é verdadeiro que há no regramento legal dos juizados especiais que serão aplicados, obrigatoriamente, os efeitos da revelia. Na realidade, o citado dispositivo legal não fala na hipótese de a parte ter comparecido e não apresentado defesa. Aliás, pelo contrário, admite a possibilidade de não aplicação dos efeitos da revelia quando faz a ressalva da convicção do juiz resultar o contrário. Explicando melhor: imagine que Ana não tivesse comparecido à audiência; neste caso, ainda assim o juiz não aplicaria, obrigatoriamente, os efeitos totais da revelia, se sua convicção resultasse entendimento contrário. Logo, em menor gravidade, se Ana compareceu e não apresentou defesa, o juiz poderá (e não, deverá) reputar verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial. O item tido como correto pela Banca, quando constou a palavra "serão", induziu a qualquer candidato o entendimento de obrigatoriedade, de consequência inafastável a aplicação dos efeitos da revelia. Logo, está incorreto. Agora, noutro ponto, o que se poderia entender como correto, com base art. 2º da lei 9.099/95, é que não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento. Pelo menos nos juizados especiais estaduais, isso é o que prevalece. Veja o que diz o dispositivo citado: "O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação." Pela leitura do regramento supra, é uníssono ser incabível nos juizados especiais cíveis, em âmbito estadual, como no caso narrado, como se percebe dos enunciados do FONAJE abaixo transcritos: “ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material.” “ENUNCIADO 70 – As ações nas quais se discute a ilegalidade de juros não são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais, exceto quando exigirem perícia contábil (nova redação – XXX Encontro – São Paulo/SP)”. “ENUNCIADO 94 – É cabível, em Juizados Especiais Cíveis, a propositura de ação de revisão de contrato, inclusive quando o autor pretenda o parcelamento de dívida, observado o valor de alçada, exceto quando exigir perícia contábil (nova redação – XXX FONAJE – São Paulo/SP)”. Logo, a alternativa "E" se mostra correta. Pelo exposto, pugna pela alteração do gabarito para considerar correta a alternativa "E". Caso assim não entenda, requer, subsidiariamente, a anulação da questão.
58	A questão informa como correta a resposta na qual ocorre a revelia diante da não apresentação de contestação pela parte ré, porém, nos juizados especiais a não apresentação de contestação não é suficiente para ocorrer a revelia igual ocorre no procedimento comum. O art. 20 da lei dos juizados especiais dispõe " Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz". Logo, a convicção do juiz é condição para decretar-se a revelia, em contrário do que ocorre no CPC. Por este motivo, requer-se a anulação da questão
58	Prezada banca, A questão deve ser anulada, pois não há alternativa correta. A revelia no juizado especial é caracterizada pelo não comparecimento do demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, conforme art. 20 da Lei nº 9.099/95: “Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.” Pelo exposto, requer a anulação da questão.

58	É incorreto afirmar, peremptoriamente, que o comparecimento do réu à audiência desprovido de contestação conduz a aplicação automática dos efeitos da revelia como afirmado na alternativa "C", que foi considerada como gabarito. Isso porque, referido efeito somente ocorreria nas causas cujo valor fosse superior a 20 (vinte) salários mínimos, nos exatos termos do Enunciado n. 11 do Fórum Nacional de Juizados Especiais, que dispõe: "nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Em obra específica sobre os enunciados, Maria do Carmo Honório, assim comenta: "Assim, se estiver presente e audiência realizada em causa de valor superior a vinte salários mínimos e não apresentar a contestação, o réu ficará, igualmente, sujeito aos efeitos da revelia, em razão do disposto no artigo 20 da Lei nº 9.099/95. A aplicação da pena de revelia mostrou-se razoável, pois, nessa hipótese, a assistência de advogado é obrigatória, nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.099/95. O profissional com capacidade postulatória tem a obrigação de, no caso de não ser frutífera a conciliação, apresentar contestação, escrita ou oral, sob pena de sujeitar-se ao ônus legal." (HONÓRIO, Maria do Carmo; LINHARES Erick; BALDAN, Guilherme Ribeiro (Organizadores). Os enunciados cíveis do Fonaje e seus fundamentos – 1 ed. – Porto Velho, RO: TJ/Emeron, 2019, p. 22-23. Disponível em: http://fonaje.amb.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Ebook-Enunciados-Fonaje-Fev2020.pdf. Acesso em: 08/02/2022) No caso da questão, considerando que o valor da causa informado é de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), há reconhecer que ele não supera o montante de 20 (vinte) salário mínimos, seja considerando o valor do salário mínimo vigente ao tempo do lançamento do edital – R$ 1.100,00 (mil e cem reais) -, seja utilizando-se o atual valor de R$ 1.212,00 (mil duzentos e doze reais). Assim, não se aplica à questão o entendimento decorrente do Enunciado n. 11 que prevê a possibilidade de aplicação da revelia ainda que o réu compareça em audiência, mas não apresente contestação. Por essa razão, a letra "C" não representa uma assertiva correta e deve ser desconsiderada como o gabarito da questão. Lado outro, mister reconhecer que a assertiva contida na letra "D", no sentido "de não ser cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento" é a que representa o gabarito da questão. Explica-se. A Lei 9.099/95, não contempla a possibilidade de realização de prova pericial nos Juizados Especiais mas tão somente franqueia a inquirição de técnicos de confiança do juiz para apresentação de parecer técnico em audiência (art. 35), o que não se confunde com prova pericial propriamente dita. Coadunando o aqui exposto, destaque-se que os Enunciados 70 e 94 do FONAJE, expressamente excluem da competência dos Juizados Especiais demandas em que seja necessária a realização de perícia contábil: ENUNCIADO 70 – As ações nas quais se discute a ilegalidade de juros não são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais, exceto quando exigirem perícia contábil (nova redação – XXX Encontro – São Paulo/SP). ENUNCIADO 94 – É cabível, em Juizados Especiais Cíveis, a propositura de ação de revisão de contrato, inclusive quando o autor pretenda o parcelamento de dívida, observado o valor de alçada, exceto quando exigir perícia contábil (nova redação – XXX FONAJE – São Paulo/SP). Outrossim, importante trazer à baila o Enunciado n. 12, o qual, delimitando a aplicação do art. 35 da Lei 9.099/95, admite apenas a realização de "perícia informal", a qual não representa o mesmo que produção de prova pericial. A esse respeito, Maria do Carmo Honório ensina: "No procedimento do Juizado Especial, em regra, não é possível produzir prova pericial, por ser esta incompatível com a oralidade e suas derivações. A complexidade desse tipo de prova afasta a competência do Juizado Especial. Se, entretanto, a prova técnica for simples, poderá ser produzida em audiência, onde o juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança e as partes poderão apresentar parecer técnico também simplificado, na forma prevista no artigo 35 da LJE. Essa é a orientação do FONAJE, que está no Enunciado 12. A ideia é afastar do Juizado Especial apenas prova pericial com o rito estabelecido no CPC. A realização da perícia complexa, com prazo para pareceres, contraria o espírito da Lei nº 9.099/95, pois, como mostra a experiência, o feito acaba tomando rumo do processo comum, com incidentes que descaracterizam o procedimento especial. Isso desgasta a imagem da Justiça cidadã, que se orienta pelos critérios da oralidade, simplicidade e celeridade." (HONÓRIO, Maria do Carmo; LINHARES Erick; BALDAN, Guilherme Ribeiro (Organizadores). Os enunciados cíveis do Fonaje e seus fundamentos – 1 ed. – Porto Velho, RO: TJ/Emeron, 2019, p. 23. Disponível em: http://fonaje.amb.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Ebook-Enunciados-Fonaje-Fev2020.pdf. Acesso em: 08/02/2022) Como se observa, pois, a realização de prova pericial é incompatível com o procedimento dos Juizados Especiais, estando correta a assertiva de letra "D". Requer-se, portanto, a modificação do gabarito preliminar ou, alternativamente, a anulação do item, pelas razões aqui expostas.
58	Excelentíssimos examinadores, Serve-se do presente, respeitosamente, para requerer a anulação da questão de n.º 58 da prova objetiva, na medida em que não há alternativa correta, à luz do disposto no art. 20 da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais). Vejamos, por relevante, a redação do art. 20 da Lei 9.099/95: "Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz". O gabarito preliminar fornecido por esta banca aduz que, em caso de não apresentação de contestação pela parte ré, ainda que esta compareça à audiência, serão a ela aplicados os efeitos da revelia. Entretanto, conforme se extrai da leitura da Lei 9.099/95, é a AUSÊNCIA DO DEMANDADO À AUDIÊNCIA – de conciliação ou de instrução e julgamento – que tem o condão de produzir tais efeitos. Não há, nem na legislação nem na jurisprudência dos Tribunais Superiores, qualquer indicação que permita inferir que a mera não apresentação de contestação, mesmo com o comparecimento do demandado à audiência, é capaz de gerar os efeitos da revelia. Ressalte-se, ainda, a ressalva feita ao final do dispositivo, que excepciona a produção dos efeitos da revelia. Desse modo, pugna-se pela

	ANULAÇÃO da questão n.º 58 da prova objetiva, sob o fundamento de que não há assertiva correta, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95.
58	Prezado (a) examinador (a) A questão em tela teve como resposta correta a "LETRA C – caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela". A resposta dada pela banca examinadora, contudo, precisa ser revista, haja vista que está divorciada do teor do art. 20 da Lei 9.099/95: Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Como se depreende do dispositivo supra, o não comparecimento do réu À audiência não implica necessariamente na aplicação dos efeitos da revelia, haja vista que a revelia não é absoluta e se submete à convicção do magistrado. Assim, não é possível manter a LETRA C como a resposta correta da questão objeto do presente recurso. Por outro lado, a "LETRA E – não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento" deve ser considerada como a resposta a correta, haja vista que, na Lei 9.099/95, que disciplina o funcionamento dos juizados especiais cíveis não possui previsão de produção de prova pericial e a incompatibilidade com o procedimento é amplamente difundida pela jurisprudência. Importante destacar que a não incompatibilidade da prova pericial com o rito do juizado se aplica apenas com o juizado especial FEDERAL e, no caso concreto da questão objeto deste recurso, a ação é proposta no Juizado Especial CÍVEL. Ante o exposto, requer a alteração do gabarito da questão, para que seja considerada como correta a LETRA E.
58	Nos termos do artigo 20 da Lei n. 9.099, somente o não comparecimento do demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento ensejará sejam reputados verdadeiros os fatos alegados na inicial. No termos do Enunciado 11 do FONAJE, a ausência de contestação implicará em revelia nas causas de valor superior a vinte salários mínimos. No caso apresentado na questão, o valor da causa não ultrapassa vinte salários mínimos (R$24.240,00). Portanto, a ausência de contestação, por si só, em causa de valor inferior a vinte salários mínimos não atrai os efeitos da revelia (Precedentes: 0700234-19.2017.8.07.0019/TJ-DF; Recurso Cível 71002569812/TJRS). Transcrevemos, ainda, precedente recente do TJSP: Comparecimento de pessoa à audiência de conciliação, apresentando-se como preposto da parte ré, porém, sem carta de preposição. No sistema do Juizado Especial Cível, a revelia não decorre da falta de apresentação de contestação, mas do não comparecimento do réu à audiência de conciliação, já que esta é a tônica do Juizado Especial Cível.(...) (TJSP, Recurso Inominado 1000082-07.2019.8.26.0565, DJe 16.12.2020). Portanto, a questão carece de resposta correta, devendo ser anulada.
58	O gabarito deve ser alterado. O item "a" traz a única questão correta (a contestação de Ana poderá conter toda matéria de defesa, inclusive arguição de suspeição ou impedimento do juízo). Veja que a questão trouxe o verbo poderá, que implica em faculdade. E não há qualquer erro na questão. Por outro lado, a questão considerada certa pela banca encontra-se em dissonância com o arcabouço normativo, porquanto na Lei n° 9.099/95 não traz qualquer obrigatoriedade de apresentação de contestação na audiência. Assim, se Ana não apresentar audiência, não há necessariamente a revelia, pois poderá apresentar até a data da audiência de instrução, conforme ENUNCIADO N° 10 DO FONAJE: "a contestação poderá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento". Assim, deve ser alterado o gabarito para a alternativa A.
58	O Art. 30 da lei 9.099 dispõe que: "A contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, exceto argüição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.". Por conta disso, a alternativa apontada como correta deve ser anulada, eis que a contestação pode ser feita oralmente em audiência. Ademais, pode nos juizados ser realizada porva técnica simplificada, uma espécie de prova pericial. Assim, não há alternativa correta na questão

58	Pleiteia-se a alteração do gabarito para a letra E ou a anulação da questão. Segundo o Art. 20 da Lei n. 9.099/1995, "Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz". Portanto, a revelia aplica-se apenas no caso de não comparecimento à audiência, estando equivocada a letra C. Não é cabível prova pericial no juizado especial, sendo permitido apenas inquirição a técnico ou inspeção em pessoas ou coisas, conforme o Art. 35 da mesma lei acima. No mesmo sentido, de que é incabível a produção de prova pericial no Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, a APAMAGIS (Associação Paulista de Magistrados) editou o Enunciado 6 do Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo (FOJESP): "6. A perícia é incompatível com o procedimento da Lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais". Em complemento, a Cartilha do Sistema dos Juizados Especiais do Estado da Bahia traz a informação, no sentido que: "As causas que demandem realização de perícia técnica, com elaboração de laudo, não se incluem na competência dos Juizados Especiais". Em Minas Gerais, há o Enunciado 12 dos Encontros de Juízes de Direito dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, que fixa também a incompetência do Juizado Especial para julgar causa que depende de perícia: "12 – A menor complexidade determinada no art. 98, I, da Constituição da República impede a produção de prova pericial nos processos em curso nos Juizados Especiais, afastando a sua competência. (VI ENJESP – 2017)". No Estado do Rio de Janeiro também há o Enunciado 9.3, que afasta a competência do Juizado Especial Cível em ações com necessidade de produção de prova pericial: "Não é cabível perícia judicial tradicional em sede de Juizado Especial." Portanto, pela incompatibilidade com o procedimento do juizado especial cível, a letra E é a alternativa correta.
58	O gabarito deve ser alterado de letra "D" para letra "C", pois, conforme art. 20, caput, da Lei 9.099/95, a revelia ocorre se a parte não comparecer à audiência, mas, no caso, Ana compareceu a audiência. Ademais, nos termos do art. 3º, caput, Lei 9.099/95 e enunciado n. 6 do FONAJESP, o juizado é para causas de menor complexidade, não sendo cabível prova pericial em sede de Juizado Especial, conforme enunciado 6 do FONAJESP - A perícia é incompatível com o procedimento da Lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais, como corretamente indica a letra "C" da questão. Desse modo, deve ocorrer a alteração do gabarito de letra "D" para letra "C".
58	Respeitável banca examinadora, o enunciado da questão expressamente menciona que a resposta deve ser dada, in verbis, "considerando-se o regramento legal". Ou seja, a questão exige como resposta a alternativa que esteja de acordo com as leis que regulam o microssistema dos Juizados Especiais, com destaque para a Lei n.º 9.099/95, já que o caso hipotético envolve ação protocolizada em Juizado Especial Cível estadual. A alternativa apresentada como correta pelo gabarito preliminar, encontra-se equivocada. Da alternativa C consta que o comparecimento à audiência SEM o oferecimento de contestação acarreta a revelia: essa afirmativa não se adéqua ao art. 20, pois que o que enseja a revelia, nos Juizados, é o NÃO COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA. A Lei 9.099/95 traz na Seção VII o tema específico da revelia, sendo ela composta unicamente pelo art. 20: "Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." Assim, não se pode dizer que o regramento legal dos Juizados Especiais Cíveis contempla a possibilidade de decretação de revelia pela ausência de contestação. Nem se considerar o ENUNCIADO 11, do FONAJE, será possível aplicar os efeitos revelia por conta do não oferecimento de contestação, pois que a orientação nele descrita abrange apenas as causas de valor SUPERIOR a vinte salários mínimos. A corroborar, verifica-se o entendimento jurisprudencial (por todos, veja-se https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/informativos/2010/informativo-de-jurisprudencia-n-o-200/intimacao-para-apresentar-contestacao-no-juizado-especial-revelia). De outro lado, deve ser considera correta a assertiva E (não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento). Isto porque, considerando que o enunciado da questão expressamente determina que ela deva ser analisada sob o prisma do regramento legal. A Lei 9.099/95 não prevê, em quaisquer de seus artigos, acerca da possibilidade de realização de perícia. Do art. 3º da Lei 9.099/95 verifica-se que "O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade", o que obviamente não envolve causas que necessite perícia. Neste sentido são os diversos Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais: ENUNCIADO 12 – A perícia informal é admissível na hipótese do art. 35 da Lei 9.099/1995 ENUNCIADO 70 – As ações nas quais se discute a ilegalidade de juros não são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais, exceto quando exigirem perícia contábil ENUNCIADO 94 – É cabível, em Juizados Especiais Cíveis, a propositura de ação de revisão de contrato, inclusive quando o autor pretenda o parcelamento de dívida, observado o valor de alçada, exceto quando exigir perícia contábil. Corroborando a fundamentação, observa-se que no RE 537.427 o STJ reconheceu a incompetência dos Juizados, pois a causa era complexa, já que necessitava de perícia (prejuízos à saúde do consumidor pela dependência de cigarro): "COMPETÊNCIA – JUIZADOS ESPECIAIS – CAUSAS CÍVEIS. A excludente da competência dos juizados especiais – complexidade da controvérsia (artigo 98 da Constituição Federal) – há de ser sopesada em face das causas de pedir constantes da inicial, observando-se, em passo seguinte, a defesa apresentada pela parte acionada. COMPETÊNCIA – AÇÃO INDENIZATÓRIA – FUMO – DEPENDÊNCIA – TRATAMENTO. Ante as balizas objetivas do conflito de interesses, a direcionarem a indagação técnico-pericial, surge complexidade a afastar a competência dos juizados especiais." (RE 537427, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 14/04/2011, DJe-157 DIVULG 16-08-2011 PUBLIC 17-08-2011 EMENT VOL-02567-02 PP-00223) Deste modo, nem o regramento legal nem a jurisprudência amparam a realização de perícia em ações que tramitem nos Juizados Especiais Cíveis. Por todo o exposto, a questão 58 deve

	ter o gabarito alterado para assertiva E (não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento). Subsidiariamente, requer-se a anulação da questão 58.

58	Gabarito preliminar apontou a alternativa D como correta (“caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela.”) Todavia, tal assertiva se encontra equivocada, na medida em que o art. 20 da Lei 9099/95 somente prevê a aplicação de pena de revelia quando o réu não comparecer à audiência inaugural ou de instrução. Veja: “Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.” Ocorre, no entanto, que a assertiva D é cristalina ao prescrever que a ré (Ana) compareceu à audiência, afastando-se, por si só, a aplicação da pena de revelia. De outra banda, a alternativa E se revela correta (“não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento.”), tendo em vista os seus princípios nucleares, v.g. informalidade, oralidade e celeridade. Diante disso, formulou-se entendimento de que a realização de prova pericial implicaria em desarrazoado atraso à marcha processual, compreendendo-se que a confecção de prova técnica seria incompatível com o rito processual do Juizado Especial Civil. Nessa linha, é o teor do Enunciado 54 do FONAJE (“A menor complexidade da causa para fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material”, bem como o enunciado 24 dos Colégios Recursais do Estado de São Paulo (“Perícia é incompatível com o procedimento da lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais cíveis”). Desse modo, caso haja necessidade de realização de prova pericial, o processo deverá ser extinto por inadmissibilidade do procedimento, a teor do art. 51, II, da Lei 9099/95. Na mesma linha é a jurisprudência: “"RECURSO INOMINADO. BILHETE ÚNICO ESPECIAL. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. (...) PERÍCIA. (...) Divergência entre o laudo médico apresentado pela autora (fl.14) e conclusão da auditoria médica efetuada pela parte ré (fl. 64). Precedente do Tribunal de Justiça de São Paulo (processo n. 0002211-48.2019.8.26.0000). Extinção do feito sem julgamento de mérito em razão da impossibilidade de se produzir prova técnica complexa (exame físico da autora) no procedimento sumaríssimo dos Juizados especiais" (TJ-SP; Recurso Inominado Cível 0002123-57.2017.8.26.0007; Relator (a): Rubens Hideo Arai; Órgão Julgador: 3ª Turma - Fazenda Pública; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 30/04/2019; Data de Registro: 30/04/2019).” “Ação que demanda produção de prova pericial. Causa complexa, INCOMPATÍVEL COM O RITO DO JUIZADO ESPECIAL. Incabível extinção. Ação ajuizada primeiramente na Justiça comum que determinou a remessa dos autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública. Remessa para a Justiça comum. Recurso parcialmente provido" (TJ-SP; Recurso Inominado Cível 1044064-26.2017.8.26.0053; Relator (a): Cynthia Thomé; Órgão Julgador: 5ª Turma - Fazenda Pública; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 3ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital; Data do Julgamento: 12/06/2019; Data de Registro: 12/06/2019)” Pelo exposto, requer seja alterado o gabarito de assertiva D, passando a considerar como correta a Letra E. Subsidiariamente, requer a anulação da questão por eventual multiplicidade de respostas.
58	A questão 58 pede para que os candidatos assinalem a opção correta acerca dos juizados especiais cíveis. De acordo com o gabarito preliminar, a resposta está no item "D": "caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia será aplicados a ela". Com as devidas vênias à ilustre banca examinadora, entendo que o gabarito preliminar deve ser alterado. De um lado, porque o art. 20 da Lei nº 9.099/95 deixa claro que o Juiz pode afastar os efeitos da revelia com base em sua convicção sobre a veracidades dos fatos alegados. Como consequência, ainda que Ana deixasse de comparecer à audiência e de apresentar contestação tempestiva, isso não significaria necessariamente a produção de efeitos da revelia. Dessa maneira -- e considerando que o enunciado não traz qualquer indicação sobre isso --, o item "D" não pode ser considerado correto. De outro lado, porque o item "E" não apresenta qualquer equívoco apto a desqualificá-lo como resposta correta da questão. De fato, tanto a doutrina quanto a jurisprudência majoritária concordam que a produção de prova pericial é incompatível com o procedimento expedito dos juizados especiais cíveis. Senão vejamos: Enunciado 6 do Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo (FOJESP): "A perícia é incompatível com o procedimento da Lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais" Cartilha do Sistema dos Juizados Especiais do Estado da Bahia: "As causas que demandem realização de perícia técnica, com elaboração de laudo, não se incluem na competência dos Juizados Especiais". Enunciado 12 dos Encontros de Juízes de Direito dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais: "A menor complexidade determinada no art. 98, I, da Constituição da República impede a produção de prova pericial nos processos em curso nos Juizados Especiais, afastando a sua competência" Item 9.3 da Consolidação dos Enunciados Jurídicos Cíveis e Administrativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Aviso nº 23/2008): "Não é cabível perícia judicial tradicional em sede de Juizado Especial. A avaliação técnica a que se refere o Art. 35, da Lei nº 9.099/95, é feita por profissional da livre escolha do Juiz, facultado às partes inquiri-lo em audiência ou no caso de concordância das partes" Diante do exposto, entendo que o gabarito deve ser alterado do item "D" para o item "E".
58	A Questão 58, de Direito Processual Civil, tem como gabarito preliminar a Letra D. Todavia, há robusto entendimento doutrinário, do FONAJE (Enunciados 54, 70 e 94) e mesmo do STF (RE 537427) no sentido de que é incabível perícia em se de Juizados Especiais. Por isso, requer-se a alteração do gabarito para Letra E ou, ao menos, a anulação da questão.

58	De início, cumpre salientar que o Sistema dos Juizados Especiais possui regramento específico, conforme Lei n° 9.099/95. Subsidiariamente, aplicam-se as normas do CPC. Assim, em demanda ajuizada no rito dos juizados especiais, restará configurada a "revelia" se a parte deixar de comparecer a audiência de conciliação ou à audiência de instrução em julgamento. Ou seja, a revelia ocorre em face da ausência da parte ao ato processual de audiência, conforme art. 20 da Lei 9.099/95. Por outro lado, vale registrar que o entendimento doutrinário e jurisprudencial é uníssono no sentido de que não cabe perícia no âmbito dos juizados especiais. Logo, requer que a Banca Examinadora aponte como assertiva correta o "item C". Subsidiariamente, requer a anulação da presente questão.
58	O item trouxe como gabarito a alternativa "E" - caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela. Contudo, o cabeçalho da questão e a redação da alternativa "C" - não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento - prejudicaram seu julgamento objetivo, uma vez que requer a consideração do REGRAMENTO LEGAL, e não dos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis à espécie. Como cediço, o e. STJ possui entendimento de que "A necessidade de produção de prova pericial, por si só, não influi na definição da competência dos juizados especiais" (edição 89 do Jurisprudência em Teses - Informativo de Jurisprudência n. 0450, publicado em 08 de outubro de 2010), o que poderia tornar a alternativa incorreta. Porém, a Lei nº 9.099/1995 não aborda expressamente a realização de prova pericial, trazendo em seu corpo unicamente a disposição do art. 35 - Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico - o que leva à conclusão de que esta seria incompatível com o procedimento simplificado instituído pela referida lei. A doutrina e os tribunais pátrios, inclusive, consideram que a produção de prova pericial enseja, naturalmente, a complexidade da demanda, incompatível com o rito dos Juizados Especiais: "A prova técnica é admissível no Juizado Especial, quando o exame do fato controvertido a exigir. Não assumirá, porém, a forma de uma perícia, nos moldes habituais do Código de Processo Civil. O perito escolhido pelo Juiz será convocado para a audiência, onde prestará as informações solicitadas pelo instrutor da causa (art. 35, caput). Se não for possível solucionar a lide à base de simples esclarecimentos do técnico em audiência, a causa deverá ser considerada complexa. O feito será encerrado no âmbito do Juizado Especial, sem julgamento do mérito, e as partes serão remetidas à justiça comum. Isto porque os Juizados Especiais, por mandamento constitucional, são destinados apenas a compor 'causas cíveis de menor complexidade" (Humberto Theodoro Júnior. Curso de Direito Processual Civil. 31ª ed., v. III, p. 436). "ENUNCIADO 70, FONAJE – As ações nas quais se discute a ilegalidade de juros não são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais, exceto quando exigirem perícia contábil (nova redação – XXX Encontro – São Paulo/SP)". "ENUNCIADO 94, FONAJE – É cabível, em Juizados Especiais Cíveis, a propositura de ação de revisão de contrato, inclusive quando o autor pretenda o parcelamento de dívida, observado o valor de alçada, exceto quando exigir perícia contábil (nova redação – XXX FONAJE – São Paulo/SP)". "ENUNCIADO 6, FOJESP - A perícia é incompatível com o procedimento da Lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais". "ENUNCIADO 12, ENJESP/MG - A menor complexidade determinada no art. 98, I, da Constituição da República impede a produção de prova pericial nos processos em curso nos Juizados Especiais, afastando a sua competência. (VI ENJESP – 2017)" "ENUNCIADO 9.3, ENCONTROS DE JUÍZES DE JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E TURMAS RECURSAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Não é cabível perícia judicial tradicional em sede de Juizado Especial". Ademais, a doutrina aponta (Fellipe Borring, JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - LEI 9.099/1995 COMENTADA (2019). Edição: 2a. Ano: 2019) que a falta de remuneração do serviço, a necessidade de disponibilidade do perito no dia da audiência de instrução e julgamento e a imediata análise e formulação do laudo, ainda na instrução, inviabilizariam a admissão da prova pericial em sede de Juizado Especial. Ou seja, constatada a divergência doutrinária e jurisprudencial acerca do tema, a assertiva somente poderia ser considerada incorreta se o cabeçalho trouxesse a informação de que o candidato deveria se basear não somente no regramento legal, mas também no entendimento do STJ acima transcrito, pois da forma disposta possibilitaria a assunção de que duas alternativas estaria corretas, razão pela qual, em primazia ao julgamento objetivo da questão, esta deve ser ANULADA.
58	A questão é patente de anulação, visto que a assertiva "C" não se revela correta, além de conter divergência jurisprudencial a respeito da assertiva "D". Em primeiro lugar, ao contrário do infirmado na alternativa "C", a revelia aplica-se somente quando não há comparecimento da parte na audiência de conciliação ou instrução, na forma do art. 20, da Lei nº 9.099/95: "Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." Ou seja, uma vez que houve comparecimento de Ana na audiência, não se aplica os efeitos da revelia. Em segundo lugar, a alternativa "D" afirma que não é cabível a prova pericial, visto que é incompatível com o procedimento. A mencionada afirmativa pode ser considerada correta se vislumbrada sobre a "No procedimento do Juizado Especial, em regra, não é possível produzir prova pericial, por ser esta incompatível com a oralidade e suas derivações. A complexidade desse tipo de prova afasta a competência do Juizado Especial." (Os Enunciados Cíveis do Fonaje e seus fundamentos. 2019. 1ª Edição, p. 23, disponível em - http://fonaje.amb.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Ebook-Enunciados-Fonaje-Fev2020.pdf -. Na mesma linha dispõe o Enunciado 54 do FONAJE: "A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material." Portanto, sugere-se a anulação da questão.

58	Venho, por meio deste, com o devido respeito a nobre banca, discordar do gabarito apresentado e, consequentemente, apresentar as razões de fundamentação para tanto. A questão 58 de Direito Civil, Empresarial e Processual Civil trata da lei 9.099/95 no que tange a revelia e os efeitos da revelia. A questão aponta no enunciado que o valor da causa é de R$ 21.000, o que faz presumir que não há necessidade de atuação obrigatória de advogado nos termos do art. 9º (Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória), já que o salário mínimo é atualmente de R$ 1.212,00. Desta forma, conforme disposição expressa legal, doutrina e jurisprudência não haverá a incidência dos efeitos da revelia, pois os efeitos não devem ser confundidos com o instituto da revelia, o qual, em um primeiro momento, apenas dispõe sobre a preclusão do direito de apresentar defesa, no caso concreto a contestação. Assim, tratando das respostas do réu, no âmbito dos Juizados, o art. 20, da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, encartado na seção denominada "Da Revelia" (VII, do Capítulo II: "Dos Juizados Especiais Cíveis"), decreta que "não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz". O preceito, portanto, estabelece dois momentos para, ausente o réu, incidência da presunção de veracidade: (i) a "sessão de conciliação" e (ii) a "audiência de instrução e julgamento", quando, por evidente, bipartido o procedimento. De outro turno, o nome dispensado à seção ("Da Revelia"), conjugado com a imputação de veracidade dos "fatos alegados no pedido inicial", sugere, a princípio, tratar-se da "revelia" como regulamentada pelo art. 319 do Código de Processo Civil: "se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor". Todavia, distanciam-se os dispositivos pela causa, que no Código de Processo Civil deriva da falta de contestação e no Juizado da ausência do réu. Nesse sentido, vale mencionar a disposição do Enunciado 78 do Fonaje: "O oferecimento de resposta, oral ou escrita, não dispensa o comparecimento pessoal da parte, ensejando, pois, os efeitos da revelia (XI Encontro – Brasília-DF)". Logo, não é a contestação o marco processual a ensejar os efeitos da revelia, mas a ausência do réu, tanto é a disposição expressa na lei 9.099/95 no art. 18, § 1º, vide: "A citação conterá cópia do pedido inicial, dia e hora para comparecimento do citando e advertência de que, não comparecendo este, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, e será proferido julgamento, de plano". Esse é também o entendimento da melhor doutrina, pois segundo Humberto Theodoro Jr, "a audiência é o núcleo, o coração do procedimento sumaríssimo desenvolvido no Juizado Especial. O réu é citado para a ela comparecer, pessoalmente, e o autor também é intimado a nela estar presente. O não comparecimento do autor é causa de frustração do processo, pois acarreta a sua imediata extinção, sem julgamento do mérito (Lei n. 9.099, art. 51, inc. I), Já a ausência do réu tem enorme consequência de ordem processual e material, pois provoca sua revelia e determina que o juiz julgue, de imediato, a lide, reputando como verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial (art. 20). A sentença deve ser proferida na própria audiência (art. 23)". Assim, há evidente distinção nos conceitos de revelia e dos efeitos da revelia. Reforçando o exposto, é o que também dispõe a jurisprudência: 1) "No procedimento especial do Juizado Especial Cível, à semelhança do que se verifica no procedimento da Lei n. 5.478/68, a revelia se caracteriza pelo não comparecimento do réu ou de seu preposto à audiência, e não pela falta de apresentação de defesa, tanto que, não obtida a conciliação, determina o artigo 28 da Lei n. 9.099/95 a oitiva das partes e a colheita da prova oral, independentemente da apresentação de contestação, que só é necessária quando for obrigatória a assistência do réu por advogado". (RI 1004893-29.2014.8.26.0001, CRSP – Foro Regional de Santana, 1ª Turma Cível, rel. Modesto de Souza, j. 3.11.2014). 2) "Revelia – Não comparecimento do réu na audiência de instrução e julgamento – Falta de impugnação específica dos fatos narrados na petição inicial – Artigo 20 da Lei n. 9.099/95 – Matéria pacificada que em sede de Juizados Especiais a apresentação de defesa escrita não substitui a obrigação de comparecimento às audiências de conciliação ou conciliação, instrução e julgamento...". (RI 0000546-64.2014.8.26.0681, CR Jundiaí, 3ª Turma, rel. Pereira da Silva, j. 13.12.2014). Desta forma, com todo respeito a nobre banca, a questão deve ser anulada, pois a ausência de contestação no procedimento sumaríssimo não enseja os efeitos da revelia, pois os efeitos são provocados pela ausência do réu a qualquer audiência nos termos da legislação, doutrina e jurisprudência, o que faz a alternativa (caso Ana compareça [...]) apontada como correta pela banca estar equivocada. Era o que cabia relatar, minha estima a nobre banca.

58	Consoante o gabarito oficial preliminar disponibilizado pela respeitável Banca Examinadora, considerou-se correta a alternativa "C", segundo a qual "caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela". Ocorre que, com a devida vênia, o gabarito merece reforma, ante as razões abaixo delineadas. Nos termos do enunciado da questão, cuida-se de ação indenizatória ajuizada por Marcos, no juizado especial cível competente, contra Ana. Pede, então, a Banca Examinadora a alternativa correta, "considerando-se o regramento legal sobre os juizados especiais", portanto, a Lei nº 9.099/1995. Pois bem, a revelia, no bojo da Lei nº 9.099/1995, encontra disciplina no Capítulo II, Seção VII, do aludido diploma legal, ipsis litteris: Da Revelia Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Da redação do dispositivo legal supra, extrai-se que a revelia, no âmbito do juizado especial cível, é decretada quando do NÃO COMPARECIMENTO do demandado (no caso, Ana) à audiência. Diferente é a disciplina do procedimento comum do Código de Processo Civil, em que se opera a revelia quando da não apresentação da contestação (Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.). Logo, no caso em comento, caso Ana compareça à audiência, no juizado especial cível, considerando-se o regramento legal pertinente, não há que se falar em revelia, o que torna incorreta a alternativa "C". Lado outro, oportuno tecer considerações acerca da alternativa "E", segundo a qual "não é cabível prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento". É fato que inexiste na lei disposição especifica que vede perícia em sede do procedimento da Lei nº 9.099/1995. Contudo, com base nos princípios constantes da própria lei (Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação; Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade[...]), parcela considerável da doutrina e jurisprudência entende incabível a sua designação no âmbito do juizado especial cível, notadamente considerando os postulados da menor complexidade e da celeridade. Não se desconsidera a existência de precedentes judiciais em sentido oposto, contudo, a questão é clara ao solicitar do candidato resposta "considerando-se o regramento LEGAL", e não entendimento de determinado ou determinados Tribunais, de modo que não há como considerar incorreto determinado item tão somente com base em jurisprudência, por exemplo, do Superior Tribunal de Justiça (não pedida no enunciado). Por todo o exposto, pleiteia-se, respeitosamente, seja o gabarito oficial preliminar ALTERADO, passando a constar como correta a alternativa "E", "não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento", por se amoldar ao regramento LEGAL do juizado especial cível. Em observância ao princípio da eventualidade, caso a respeitável Banca Examinadora entenda descabido o pleito anterior, pugna-se, subsidiariamente, pela ANULAÇÃO da questão, uma vez que a alternativa "C" não pode ser considerada correta, pelos fundamentos já expostos.
58	Quanto à questão 58, existem duas alternativas corretas. Embora a letra “e” possa ser considerada correta, como indicado no gabarito preliminar, a letra “c” também poderia ser assinalada, conforme amplo entendimento jurisprudencial. Nesse sentido: “Diferentemente do que ocorre no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, admite-se, em sede de Juizado Especial Federal, a produção de prova pericial, fato que demonstra a viabilidade de que questões de maior complexidade sejam discutidas nos feitos de que trata a Lei n. 10.259/2001” (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA N. 99.086-SC (2008/0216584-8). Assim, pede-se a anulação da referida questão.
58	A assertiva correta não é a letra D, uma vez que pela redação do artigo 20 da lei 9.099/1995 aduz que apenas o não comparecimento a audiência ensejará a revelia. No caso hipotético, Ana, compareceu a audiência e somente após este ato - caso não haja acordo, é que se abre prazo para contestação, inclusive podendo ser oral, na forma do art. 30 da lei 9099/1995. No que tange a assertiva E, está deve ser considerada correta, uma vez que não há previsão expressa de possibilidade de perícia nos juizados especiais, inclusive no art. 3º da Lei 9.099/1995 é no sentido de que o juizado especial civel somente tem competência para julgamento de casos de menor complexidade. Deste modo, seguindo o dispositivo legal, há inúmeros enunciados afastando a possibilidade de perícia perante o juizado especial cível, como por exemplo o enunciado editou o Enunciado 6 do Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo (FOJESP)[2]: A perícia é incompatível com o procedimento da Lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais”. Diante disso, o gabarito correto deve alterado para a assertiva E e subsidiariamente a questão deve ser anulada.

58	MUDANÇA DE GABARITO - A única alternativa adequada para resposta da questão n° 58 é a opção onde consta não ser "cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento" (letra "C" deste caderno) . Isso porque, de acordo diversos Enunciados de jornadas dos Juizados Especiais de inúmeras unidades da Federação, que têm como objetivo doutrinar acerca do disciplinamento do procedimento sumaríssimo da Lei n° 9.099/95. Nesse prumo se posicionou o FONAJE: ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material". "ENUNCIADO 70 – As ações nas quais se discute a ilegalidade de juros não são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais, exceto quando exigirem perícia contábil (nova redação – XXX Encontro – São Paulo/SP)". "ENUNCIADO 94 – É cabível, em Juizados Especiais Cíveis, a propositura de ação de revisão de contrato, inclusive quando o autor pretenda o parcelamento de dívida, observado o valor de alçada, exceto quando exigir perícia contábil (nova redação – XXX FONAJE – São Paulo/SP)". No mesmo sentido, de que é incabível a produção de prova pericial no Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, a APAMAGIS (Associação Paulista de Magistrados) editou o Enunciado 6 do Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo (FOJESP)[2]: "6. A perícia é incompatível com o procedimento da Lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais". Em complemento, a Cartilha do Sistema dos Juizados Especiais do Estado da Bahia traz a informação, no sentido que[3]: "As causas que demandem realização de perícia técnica, com elaboração de laudo, não se incluem na competência dos Juizados Especiais". Em Minas Gerais, há o Enunciado 12 dos Encontros de Juízes de Direito dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, que fixa também a incompetência do Juizado Especial para julgar causa que depende de perícia[4]: "12 – A menor complexidade determinada no art. 98, I, da Constituição da República impede a produção de prova pericial nos processos em curso nos Juizados Especiais, afastando a sua competência. (VI ENJESP – 2017)". No Estado do Rio de Janeiro também há o Enunciado 9.3, que afasta a competência do Juizado Especial Cível em ações com necessidade de produção de prova pericial[5]: "Não é cabível perícia judicial tradicional em sede de Juizado Especial." Ou seja, a prova pericial é incompatível com o rito dos JEECCs. Já a alternativa "D", dada como certa no gabarito preliminar, traz consigo premissa equivocada, pois a revelia no Juizado Especial Cível ocorre com o não comparecimento do reclamante à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, e não em virtude da falta de contestação, nos moldes do CPC. É o que dispõe é o art. 20 da Lei n° 9.099/95: "Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." Logo, o gabarito da questão deve ser a alternativa que prevê "não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento" (letra "C" deste caderno). Requer-se, pois, a mudança de gabarito. N. T. P. D.
58	Solicita-se a anulação da QUESTÃO 58, pelos motivos que se passa a expor. O gabarito preliminar indicou como correta a letra "C". Ocorre que está em desacordo com o Art. 20 da Lei 9.099/95 ("Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz"). O dispositivo nada menciona sobre a contestação, exigindo apenas o comparecimento do réu, para que não incida os efeitos da revelia.
58	"não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento." Conforme a lei n. 9099/95, em seu art. 38, diante a impossibilidade de prolação de sentença ilíquida no âmbito dos Juizados Especiais, nos moldes do art. 38, parágrafo único, da lei 9.099/95, é incompatível a produção de prova complexa - perícia no âmbito dos juizados. Art. 38. A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório. Parágrafo único. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.
58	A questão apresentada além da alternativa apresentada pela banca, possui mais uma opção correta sendo: "D) Caso marcos não compareça à audiência, a demanda será extinta após a realização de intimação pessoal com intuito de informar a parte acerca da extinção. A alternativa transcrita atende o fundamento legal presente no artigo 51 da Lei 9099: ". 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I – quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; § 1º A extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes." Portanto, por apresentar duas alternativas corretas a presente questão deve ser anulada.

58	A questão pontua "Marcos, sujeito plenamente capaz, protocolou ação de indenização por danos morais e materiais no juizado especial cível competente, com o objetivo de receber R$ 21.000 em razão dos danos causados a ele por Ana. Considerando-se o regramento legal sobre os juizados especiais, é correto afirmar que, nessa situação hipotética," e, após apresentar diversas alternativas, considerou errada a seguinte resposta: "D não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento.". Ocorre, entretanto, que tal posição não deve prevalecer. A Alternativa letra "D" está em perfeita sintonia com a Lei n° 9099 que regulamenta o processo nos juizados especiais que afirma expressamente, no art. 35, que o magistrado apenas " poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico". Por tal norma, não houve a previsão da prova pericial nos juizados especiais, inclusive essa é a posição de sólida doutrina processualista, vejamos: HUMBERTO THEODORO JÚNIOR (em Curso de Direito Processual Civil. 31ª ed., v. III, p. 436) aponta que "A prova técnica é admissível no Juizado Especial, quando o exame do fato controvertido a exigir. Não assumirá, porém, a forma de uma perícia, nos moldes habituais do Código de Processo Civil. O perito escolhido pelo Juiz será convocado para a audiência, onde prestará as informações solicitadas pelo instrutor da causa (art. 35, caput). Se não for possível solucionar a lide à base de simples esclarecimentos do técnico em audiência, a causa deverá ser considerada complexa. O feito será encerrado no âmbito do Juizado Especial, sem julgamento do mérito, e as partes serão remetidas à justiça comum. Isto porque os Juizados Especiais, por mandamento constitucional, são destinados apenas a compor 'causas cíveis de menor complexidade". Nesse sentido, requer-se que o examinador reconheça a veracidade da alternativa letra "D" e a considere como correta resposta a questão.
58	O item C (caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela.) foi apontado como correto. Ocorre que o procedimento do Juizado Especial Cível é composto de duas audiências, uma inicial, de conciliação e outra de instrução e julgamento (arts. 21 e 27 da Lei n° 9.099/95). Desta forma, a assertiva não especificou a qual das audiências estava se referindo, sendo certo que se Ana comparecesse à audiência de conciliação mas não apresentasse contestação, poderia fazê-lo até a audiência de instrução, não havendo que se falar em revelia pela não apresentação de contestação em audiência. Ademais, nos termos do art.31, P.U., da Lei n° 9.099/95 (Parágrafo único. O autor poderá responder ao pedido do réu na própria audiência ou requerer a designação da nova data, que será desde logo fixada, cientes todos os presentes.), não há obrigatoriedade de apresentação de contestação em audiência, podendo ser designado prazo para tanto. Desta feita, a redação do item apontado como correto prejudicou o julgamento objetivo da questão, devendo ser anulada.
58	Nobre Julgador, A banca considerou como correta a alternativa letra “D”. Contudo, com o máximo devido respeito, há um equívoco na resposta. Senão, vejamos: O Art. 20 Lei dos Juizados Especiais diz: 1. NÃO COMPARECENDO O DEMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, REPUTAR-SE-ÃO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS NO PEDIDO INICIAL, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. 2. “a incompetência do Juizado Especial para julgar caso em que abusividade de reajuste de plano de saúde é questionada por consumidor. A magistrada ponderou que a demanda exige produção de prova pericial, o que é incompatível com a lei 9.099/95” (Disponível em: https://www.migalhas.com.br/quentes/350818/acao-que-exige-prova-pericial-nao-pode-ser-julgada-no-juizado-especial. Acesso em: 09/02/2022). 3. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA - JUIZADO ESPECIAL - PROVA PERICIAL COMPLEXA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM - RECURSO PROVIDO. - A competência para o processamento e julgamento das ações que exigem a produção de prova pericial complexa é da Justiça Comum - Recurso provido. (TJ-MG - AI: 10000150747814002 MG, Relator: Carlos Roberto de Faria, Data de Julgamento: 16/09/2021, Câmaras Cíveis / 8ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 07/10/2021) PELAS RAZÕES EXPOSTA, pugna, respeitosamente, pela NULIDADE da questão com respectiva atribuição de nota ao candidato.
58	A alternativa da questão 58 tida como correta não possui respaldo legal ou jurisprudencial, isso porque o art. 20 da Lei n° 9.099/95 não prevê a ausência de contestação como causa de revelia, mas apenas a ausência de comparecimento à audiência. Além disso, o Fonaje, em interpretação à Lei nº 9.099/95, possui enunciado com o entendimento de que a ausência de contestação somente acarreta a revelia quando o valor da causa for superior a 20 salários mínimos, o que não é o caso da situação trazida na questão, na qual o valor da causa é de apenas R$ 21.000,00. Vejamos o enunciado do Fonaje: "ENUNCIADO 11 – Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Portanto, em interpretação ao referido enunciado, infere-se que os efeitos da revelia não serão aplicadas à Ana, visto que, embora não tenha apresentado a contestação, o valor da causa é inferior a 20 salários mínimos. Dessa forma, solicito a anulação da questão, por ausência de gabarito correto.
58	O item correto da questão referenciada é o C. Conforme destaca o comando da questão, a ação foi ajuizada perante os Juizados Especiais. Segundo dispõe o STJ (AgRg no CC 95.890-SC) o rito dos Juizados Especiais Cíveis, ao contrário do rito dos Juizados Especiais Federais, não é compatível com a realização de provas periciais. Isto posto, correto está o item C da questão, o qual dispõe que não é cabível a prova pericial, visto que essa é incompatível com o rito dos juizados especiais cíveis. Com isso, pugna o candidato pela alteração do gabarito da questão, de modo que seja considerado como correto o item C. Subsidiariamente, pugna o candidato para que seja promovida a anulação da questão.

58	Prezada banca, O quesito 58 debate sobre a ação de indenização por danos morais e materiais em Juizado Especial Cível. Fora apontado como gabarito a assertiva que diz: Caso Ana compareça a audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela. Entretanto, a lei que trata dos Juizados especiais cíveis, Lei 9099/95 no seu art.20, aduz que: Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Sendo assim, apenas a ausência da parte demandada terá como consequência os efeitos da revelia, e não a presença da parte sem apresentação da contestação, visto que nos Juizados a contestação pode, inclusive, ser apresentada oralmente. Art. 30. A contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, exceto argüição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor. Destarte, solicito a anulação da questão, visto estar dissonante da lei que rege a matéria, qual seja, lei 9099/95.
58	1) Com todo respeito, entendo que a questão trouxe opção de resposta, tratando sobre a aceitação de prova pericial nos JEC, que é de grande divergência doutrinária e jurisprudencial. O enunciado cita o regramento legal. Porém, a Lei 9.099/99 não regulamentou especificamente essa matéria, seja para prever a possibilidade desse tipo de prova ou para proibir, e essa lacuna legal tem trazido uma séria divergência jurisprudencial. A menor complexidade exigida pelo art. 3° da referida Lei faz com que ampla maioria da jurisprudência e da doutrina entenda que nos JEC pode caber prova técnica simples, mas não prova pericial. Assim, entendo que a opção C é divergente, mas seria correta de acordo com posição majoritária. 2) A opção do gabarito (letra E) não pode ser afirmada como correta de forma peremptória, smj, pois de acordo com a análise do juiz, como contradições nas razões do autor, pode levá-lo a não aplicar os efeitos da revelia. Entendo que a opção E não está completa para uma resposta segura. Entendo, com todo respeito, que a questão deve ser anulada pelos motivos acima.
58	Nobre Banca Examinadora, O comando da referida questão traz o seguinte caso prático: Marcos, sujeito plenamente capaz, protocolou ação de indenização por danos morais e materiais no juizado especial cível competente, com o objetivo de receber R$ 21.000 em razão dos danos causados a ele por Ana. De posse que o enunciado pedia que fosse marcada a alternativa que estivesse de acordo com a Lei dos Juizados Especiais. Em sede preliminar, a doutra banca examinadora entendeu como correta a afirmação da "Letra C (caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela)". Data máxima Vênia, tal resposta não merece ser mantida, tendo em vista que está em desacordo com a literalidade do artigo 20 da Lei n° 9.099/95, que assim diz: Art. 20. NÃO COMPARECENDO O DEMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, REPUTAR-SE-ÃO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS NO PEDIDO INICIAL, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Logo, diferentemente da regra disciplinada no artigo 344 do CPC (Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor), na sistemática dos Juizados Especiais o que leva AOS EFEITOS DA REVELIA NÃO É A NÃO APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO, mas sim o NÃO COMPARECIMENTO DO DEMANDADO À SESSÃO DE CONCILIAÇÃO OU À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. Assim, tanto pelo princípio da especialidade do rito, como pelo enunciado (que dizia claramente tratar-se de demanda afeta ao regramento legal dos Juizados Especiais), deve-se aplicar a regra do artigo 20 da lei 9.099/95, não do CPC. Logo, apenas haverá revelia do requerido na hipótese desse não se apresentar à Audiência, não estando ligada a apresentação posterior, ou não, da contestação. Nesse caso, a LETRA C afirma claramente que "caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela", em clara contradição com o preceito legal, posto que como Ana compareceu à Audiência, não há que se falar em revelia, tendo em vista que é esta a condição para sua não verificação na forma da Lei dos Juizados Especiais. Ademais não há nenhum dispositivo na Lei 9.099/95 que afirme ser a não apresentação da contestação causa que leva á revelia, post que esta está condicionada ao comparecimento, ou não, do demandado à audiência, sendo o único marco para tal conclusão. Por essas razões, não é razoável que seja considerada correta a assertiva da Letra C. Ato contínuo, a "LETRA E (não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento)" se mostra adequada a norma legal do juizado especial se presta a analisar demandas de menor complexidade, naturalmente incompatíveis com a realização de perícia. Nesse sentido, interessante decisão foi proferida nos autos do processo nº 0023318-53.2020.8.05.0080 em que o douto juízo reconhecer "a incompetência do Juizado Especial para julgar caso em que abusividade de reajuste de plano de saúde é questionada por consumidor. A magistrada ponderou que a demanda exige produção de prova pericial, o que é incompatível com a lei 9.099/95" (Disponível em: https://www.migalhas.com.br/quentes/350818/acao-que-exige-prova-pericial-nao-pode-ser-julgada-no-juizado-especial. Acesso em: 09/02/2022). Ademais a Jurisprudência Pátria reconhece que a realização de prova pericial nas demandas que tramitam perante o Juizado Especial configura a existência de PROVA COMPLEXA, razão pela qual há necessidade de se remeter o feito à Justiça Comum, visto que incompatível com o rito da Lei 9.099/95. Vejamos: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA - JUIZADO ESPECIAL - PROVA PERICIAL COMPLEXA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM - RECURSO PROVIDO. - A competência para o processamento e julgamento das ações que exigem a produção de prova pericial complexa é da Justiça Comum - Recurso provido. (TJ-MG - AI: 10000150747814002 MG, Relator: Carlos Roberto de Faria, Data de Julgamento: 16/09/2021, Câmaras Cíveis / 8ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 07/10/2021) Ademais, não se pode confundir a prova pericial com a possibilidade de prova técnica constante no artigo 35 da Lei 9.099/95, posto que essa consiste apenas na oitiva, por parte do Juiz, de técnicos de sua confiança, não se

	confundindo com a complexidade do exame pericial, cujo rito, inclusive, se dá do artigo 464 a 480 do CPC. Igualmente, a questão foi cirúrgica ao falar exclusivamente da expressão “não é cabível PROVA PERICIAL”, não havendo margem para interpretação subjetiva. Estando a Letra E em consonância com a sistemática da Lei dos Juizados Especiais. Ante o exposto, requer a ALTERAÇÃO do GABARITO da LETRA C para a LETRA E. Ou, caso assim não entenda esta douta banca, a ANULAÇÃO da referida questão com atribuição de pontos a todos os candidatos. Nestes Termos, Pede Deferimento.
58	Sendo a prova complexa, a justiça comum é o foro competente para o processamento e julgamento da demanda, tendo em vista que a competência do Juizado Especial Cível está limitada a causas de menor complexidade, consoante o disposto no artigo 98, inc. I da Constituição Federal e Artigo 3º da Lei nº 9.099/95. Por tais razões, quando há necessidade de prova pericial, não comporta o procedimento do Juizado Especial. Dentro deste contexto, a alternativa "E" se enquadra perfeitamente na doutrina e jurisprudência pacífica dos tribunais e merece ser considerada correta. Ademais, destaco, ainda, que o Artigo 35, da Lei 9.099/95, disciplina que: “quando a prova do fato exigir, o juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitidas às partes apresentação de parecer técnico”. Neste caso, o parecer técnico possível no juizado especial não é o mesmo que "prova pericial" já que não se trata de prova informal, passível ocasionalmente de ser compatível com o rito do juizado, ou seja, o termo utilizado na questão faz crer indubitavelmente que é estranha ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, já que este é baseados na simplicidade, informalidade e oralidade. Assim, diante do reconhecimento da incompetência deste Juizado, resta correta a alternativa E que diz " não é cabível a prova pericial, tendo em vista que é incompatível com o procedimento", isso com fulcro no artigo 51, II, da Lei nº 9.099/95. A questão deve ter o gabarito definitivo ALTERADO para a letra E como sendo a correta. Ademais, é importante esclarecer que a alternativa C, dada como correta no gabarito preliminar, deve ser considerada errada com base no item 1 do seguinte julgado: EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. Em sede de Juizado Especial, o que implica em revelia é a ausência do demandado na audiência conciliatória, e não a ausência de contestação. 2. O Juizado Especial é competente para a apreciação da matéria, não havendo necessidade de realização de prova pericial, pois os documentos juntados comprovam que do acidente decorreu a invalidez permanente do autor e é desnecessária a aferição do grau de invalidez.[...]RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001418334, Segunda Turma Recursal Cível)

58	A questão em apreço merece ser anulada, eis que inexiste alternativa apta para assinalação. A alternativa A é incorreta por violar o disposto no art. 54 da Lei nº 9.099/95. A alternativa B é incorreta por estar em dissonância com o art. 51, I c/c § 1º da Lei nº 9.099/95. A alternativa C (apontada pelo gabarito preliminar como correta) também está incorreta! Isso porque apenas o NÃO COMPARECIMENTO da ré a audiência (de conciliação ou de instrução) é que acarretará os efeitos da revelia, a teor do disposto pelo art. 20 da Lei nº 9.099/95, que preconiza, in verbis: "Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz". Logo, no caso do enunciado, uma vez tendo comparecido a audiência, não é possível se estender os efeitos da revelia à Ana, mesmo que ausente a contestação, porquanto a ausência desta peça defensiva acarreta apenas a preclusão do direito de sua apresentação e não a revelia quanto a matéria de fato. Conveniente mencionar que a questão em apreço requer que a questão seja avaliada de acordo com o REGRAMENTO LEGAL sobre a matéria, ou seja, de acordo com a Lei nº 9.099/95, sendo imperioso que dita norma apenas estende os efeitos da revelia àquele que falta a audiência. Logo, inquestionável que a alternativa C está INCORRETA. A alternativa D está incorreta, por violar o disposto no artigo 32 da Lei nº 9.099/95; A alternativa E está incorreta por violar o disposto no art. 30 da Lei nº 9.099/95. Frente ao exposto, considerando que todas as alternativas estão incorretas, requer que seja ANULADA A presente questão.
58	Prezada Banca Examinadora, A Questão 58, de Direito Processual Civil, tem como gabarito preliminar a Letra E. Todavia, há robusto entendimento doutrinário, do FONAJE (Enunciados 54, 70 e 94) e mesmo do STF (RE 537427) no sentido de que é incabível perícia em se de Juizados Especiais. Por isso, requer-se a alteração do gabarito para Letra C ou, ao menos, a anulação da questão.
58	Prezado examinador, A questão trata de ação de indenização por danos morais e materiais em Juizado Especial Cível. A solene banca, traz como gabarito a assertiva que diz: Caso Ana compareça a audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela. Entretanto, a lei que trata dos Juizados especiais cíveis, Lei 9099/95 no seu art.20, traz que: Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Desta forma, apenas a ausência da parte demandada terá como consequência os efeitos da revelia, e não a presença da parte sem apresentação da contestação, visto que nos Juizados a contestação pode, inclusive, ser apresentada oralmente. Art. 30. A contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, exceto argüição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor. Desta forma, pugno pela anulação da presente questão, visto estar em total dissonância com a lei que rege a matéria, qual seja, lei 9099/95.
58	A questão em análise considerou como correta o item assim disposto : "caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela." Contudo, a Lei 9099 que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, em seu art. 20, relaciona a revelia a presença do demandado na audiência, e não com a apresentação de defesa, motivo pelo qual, o presente item deve ser considerado incorreto. Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Requer, portanto, a anulação da questão, visto a ausência de resposta correta.
58	A questão apresenta como gabarito correto a alternativa C, mas deveria ser dada como correta a alternativa D. A Letra C afirma que "caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela". Encontra-se, portanto, em clara discordância com o art. 20 da Lei n. 9.099/95: "Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." Ou seja, tendo comparecido à audiência, não se aplica a revelia. Afigura-se correta, em verdade, a letra D, a qual afirma que no juizado especial "não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento". Recentemente, o juízo da 2ª vara do JEC de Feira de Santana/BA reconheceu a incompetência do Juizado Especial para julgar caso em que abusividade de reajuste de plano de saúde é questionada por consumidor, uma vez que a demanda exige produção de prova pericial, o que é incompatível com a lei 9.099/95 (confira-se em: https://www.migalhas.com.br/quentes/350818/acao-que-exige-prova-pericial-nao-pode-ser-julgada-no-juizado-especial). Ademais, o STJ já asseverou que "diferentemente do que ocorre no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, admite-se, em sede de Juizado Especial Federal, a produção de prova pericial, fato que demonstra a viabilidade de que questões de maior complexidade sejam discutidas nos feitos de que trata a Lei n. 10.259/2001 (AgRg no CC n. 95.890-SC, Primeira Seção, Ministra Eliana Calmon, DJe 29.9.2008)". Dessa forma, a alternativa correta é a Letra D.

58	A revelia no juizado especial é caracterizada pelo não comparecimento do demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, e não pela falta de contestação como ocorre no CPC. Nesse sentido é o art. 20 da Lei nº 9.099/95: "Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz." Inclusive, a norma do CPC é inaplicável já que o ENUNCIADO 161 do FONAJE aduz que: "Considerado o princípio da especialidade, o CPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos no art. 2º da Lei 9.099/95" (XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG). De modo inclusivo, o tribunal de justiça possui vasta jurisprudêmcia no sentido impossibilidade de perícia no juizado especial. Veja-se, a título de exemplo: Por outro lado, tem-se que é incabível a prova pericial no juizado especial civil, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento. In verbis: RECURSO INOMINADO CÍVEL. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO PESSOAL. NÃO RECONHECIMENTO DE ASSINATURA PELO CONSUMIDOR. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7038312-36.2020.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 02/02/2022) Recurso inominado. Juizado Especial. Prejudicial de Prescrição. Obrigação de trato sucessivo. Inocorrência. Incompetência Juizado. Necessidade perícia. Descabimento. Empréstimo por meio de cartão consignado. Reserva de margem consignável. Dívida infinita. Abusividade. Dano moral. Ocorrência. Quantum indenizatório. Proporcionalidade. (RECURSO INOMINADO CÍVEL, Processo nº 7001276-66.2021.822.0019, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Turma Recursal, Relator(a) do Acórdão: Juiz Arlen Jose Silva de Souza, Data de julgamento: 02/02/2022). Pela argumentação, caso não seja anulada a questão, pleiteia-se a modificação do gabarito para a leitra "c".
58	O gabarito da questão nº 58 está errado e deve ser modificado, pelas razões a seguir expostas: Apesar de não haver literal proibição, é amplamente reconhecido na jurisprudência pátria que não é cabível prova pericial no âmbito dos Juizados Especial Cíveis, em razão do art.2º, da Lei nº 9.099/95: "O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação." Nesse sentido, enunciados do FONAJE, que podemos inferir que não cabe prova pericial no JESP: - "ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material". - "ENUNCIADO 70 – As ações nas quais se discute a ilegalidade de juros não são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais, exceto quando exigirem perícia contábil (nova redação – XXX Encontro – São Paulo/SP)". - "ENUNCIADO 94 – É cabível, em Juizados Especiais Cíveis, a propositura de ação de revisão de contrato, inclusive quando o autor pretenda o parcelamento de dívida, observado o valor de alçada, exceto quando exigir perícia contábil (nova redação – XXX FONAJE – São Paulo/SP)". No mesmo sentido, de que é incabível a produção de prova pericial no Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, a APAMAGIS (Associação Paulista de Magistrados) editou o Enunciado 6 do Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo (FOJESP): "6. A perícia é incompatível com o procedimento da Lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais". Em complemento, a Cartilha do Sistema dos Juizados Especiais do Estado da Bahia: "As causas que demandem realização de perícia técnica, com elaboração de laudo, não se incluem na competência dos Juizados Especiais". Em Minas Gerais, há o Enunciado 12 dos Encontros de Juízes de Direito dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, que fixa também a incompetência do Juizado Especial para julgar causa que depende de perícia: "12 – A menor complexidade determinada no art. 98, I, da Constituição da República impede a produção de prova pericial nos processos em curso nos Juizados Especiais, afastando a sua competência. (VI ENJESP – 2017)". No Estado do Rio de Janeiro também há o Enunciado 9.3, que afasta a competência do Juizado Especial Cível em ações com necessidade de produção de prova pericial: "Não é cabível perícia judicial tradicional em sede de Juizado Especial." Diante do exposto, requer: 1) A alteração do gabarito da questão nº 58, para "c) Não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento"; 2) ou, caso não mudem o gabarito, requer a ANULAÇÃO da questão nº 58 da prova da PGE/RO.
58	Foi considerada correta a alternativa que aduz que, caso Ana, a demandada, compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela. Ocorre que, nos termos do art. 20 da Lei 9099/95, aplica-se os efeitos da revelia caso o demandado não compareça à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, sendo que tal possibilidade pode ser afastada a depender da convicção do Juiz. De acordo com a doutrina dominante, não se admite a prova pericial no Juizado Especial Cível, pois esse tipo de prova é sempre demorada, o que a torna incompatível com a celeridade que se espera. Havendo necessidade de prova técnica complexa, o juizado será incompetente para o julgamento do processo, que será extinto sem resolução de mérito. Portanto, o gabarito da referida questão deve ser alterado para considerar correta a alternativa que aduz que "não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento."

58	O gabarito preliminar oferecido pela banca foi a letra D. “Marcos, sujeito plenamente capaz, protocolou ação de indenização por danos morais e materiais no juizado especial cível competente, com o objetivo de receber R$ 21.000 em razão dos danos causados a ele por Ana. Considerando-se o regramento legal sobre os juizados especiais, é correto afirmar que, nessa situação hipotética, (...) D) caso Ana compareça à audiência, mas não apresente contestação, os efeitos da revelia serão aplicados a ela. E) não é cabível a prova pericial, tendo em vista que esta é incompatível com o procedimento.” Ocorre que a letra D está errada, conforme argumentos a seguir. A revelia no juizado especial é caracterizada pelo não comparecimento do demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, e não pela falta de contestação como ocorre no CPC. Nesse sentido é o art. 20 da Lei nº 9.099/95: “Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.” Logo, se Ana comparecer à audiência, mesmo que não apresente contestação, os efeitos da revelia não serão aplicados sobre ela. Por não haver alternativa correta a ser assinalada, o candidato requer a anulação da questão.
58	Segue questão: Marcos, sujeito plenamente capaz, protocolou ação de indenização por danos morais e materiais no juizado especial cível competente, com o objetivo de c) errado! Art. 20 da LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Nesse sentido, merece anulação.
59	Prezada Banca Examinadora, A Questão 59, de Direito Processual Civil, tem como gabarito preliminar a Letra B. Todavia, é fato que a tutela provisória antecipada incidental é agravável, de acordo com o art. 1015, I, do CPC. Com isso em vista, se não for interposto o competente recurso no prazo legal, há preclusão temporal – e a consequência lógica, direta e inafastável disso é a estabilização da tutela. Por isso, requer-se a anulação da questão.
60	Questão 60. A questão traz como gabarito correto o item E (A audiência de instrução e julgamento é una, mas, excepcionalmente, poderá ser fragmentada na ausência do perito ou testemunha e redesignada para a data mais próxima). Ocorre que, conforme art. 365 do CPC, para que haja o adiamento da audiência é necessário que ocorra a concordância das partes. Nesse sentido, veja-se: "Art. 365. A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes." O dispositivo é muito claro no sentido de que, para que ocorra a fragmentação da audiência por ausência de perito ou testemunha, é necessária a concordância das partes. Portanto, como a questão não traz o consentimento das partes, isso torna o item também incorreto, de modo que a questão merece ser anulada.
60	COLENDA BANCA EXAMINADORA Na divulgação do gabarito preliminar, a banca considerou como correta a alternativa "C". No entanto, a referida assertiva está incompleta. É de notar que o artigo 365 do Código de Processo Civil prevê que a audiência de instrução somente poderá ser fracionada em decorrência de ausência de perito ou testemunha se houver a concordância das partes. Na assertiva considerada correta não há referência à expressão: "concordância das partes" para que haja a cisão da audiência. Face ao exposto, a assertiva Letra "C" está equivocada, de modo que a questão 60 merece ser anulada. Ademais, se a banca entender que tal assertiva está correta, merece a questão ser anulada em razão de estar prejudicado o julgamento objetivo da questão
60	Nobre Banca Examinadora, A questão traz o seguinte enunciado: Do ponto de vista probatório, a audiência de instrução e julgamento é o momento mais importante no trâmite processual, pois é nela que se confina a oitiva de testemunhas e do perito, depoimentos pessoais, bem como a análise e discussão dos demais meios de prova. A esse respeito, assinale a opção correta. Em sede preliminar, a douta banca considerou correta a Letra E (A audiência de instrução e julgamento é una, mas, excepcionalmente, poderá ser fragmentada na ausência do perito ou testemunha e redesignada para a data mais próxima). Com o devido respeito, tal gabarito não deve ser mantido, visto que a banca tomou com base a literalidade do artigo 365 do CPC, contudo transcreveu apenas parcialmente o artigo, deixando de utilizar importante requisito condicional para que aquela norma fosse aplicada, tendo em vista que a audiência uma só será fragmentada ante a ausência de perito e testemunha, DESDE QUE HAJA CONCORDÂNCIA DE AMBAS AS PARTES. Eis o texto da lei: Art. 365. A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, DESDE QUE HAJA CONCORDÂNCIA DAS PARTES. Logo, não basta a ausência do perito ou da testemunha para que a audiência una e contínua seja cindida, mas sim é requisito legal necessário a plena concordância das partes. Todavia, a alternativa apontada como correta, omitiu tal requisito indiscutivelmente necessário para aplicação da regra nela insculpida, razão pela qual, em razão da incompletude de parte essência da regra, tal alternativa deve ser reputada como INCORRETA. Importante destacar que a Banca CESPE, em certames anteriores, como da PGE-PB (2021), considerou INCORRETA a alternativa que reproduzia parcialmente o texto legal do CPC. Ante o exposto, como não resta nenhuma alternativa em conformidade com o CPC, requer-se a ANULAÇÃO da questão com atribuição dos pontos a todos os candidatos. Nestes Termos, Pede Deferimento.

60	Nobre Julgador, A banca considerou como correta a alternativa letra “B”. Contudo, com o máximo devido respeito, há um equívoco na resposta. Senão, vejamos: A audiência de instrução e julgamento é una, mas, excepcionalmente, poderá ser fragmentada na ausência do perito ou testemunha e redesignada para a data mais próxima. Com o devido respeito, tal gabarito não deve ser mantido, visto que a banca tomou como base a literalidade do artigo 365 do CPC, contudo transcreveu apenas parcialmente o artigo, deixando de utilizar importante requisito condicional para que aquela norma fosse aplicada, tendo em vista que a audiência uma só será fragmentada ante a ausência de perito e testemunha, DESDE QUE HAJA CONCORDÂNCIA DE AMBAS AS PARTES. PELAS RAZÕES EXPOSTA, pugna, respeitosamente, pela NULIDADE da questão com respectiva atribuição de nota ao candidato.
60	Não há gabarito correto na questão, pois a alternativa dada como correta dispôs que: "A audiência de instrução e julgamento é una, mas, excepcionalmente, poderá ser fragmentada na ausência do perito ou testemunha e redesignada para a data mais próxima". Contudo, no art. 365, CPC/15, está transcrito que há necessidade de concordância das partes, fato que se não ocorrer, não tem como haver a cisão, conforme consta nos termos expressos do Art. 365, CPC/15 - A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes. Desse modo, em razão da ausência de resposta correta, pugna pela anulação do quesito.
60	Pleiteia-se a anulação da questão, em face da inexistência de resposta correta. O Art. 365 do CPC afirma expressamente: "A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes". Portanto, exige-se a concordância das partes para a cisão/fragmentação da audiência, informação esta não constante no enunciado, o que prejudicou o entendimento da questão.
60	O artigo 365 do CPC fala expressamente "desde que haja concordância das partes." Nesta senda , a questão merece ser anulada pois a ausência do trecho compromete o item
60	O gabarito preliminar fornecido pela banca indica que a questão 60 possui como alternativa correta a letra E, que assim dispõe: "A audiência de instrução e julgamento é una, mas, excepcionalmente, poderá ser fragmentada na ausência do perito ou testemunha e redesignada para a data mais próxima." Contudo, a referida alternativa não retratou com fidelidade o que dispõe o artigo do CPC que a embasou, o qual assim dispõe: "Art. 365. A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, DESDE QUE HAJA CONCORDÂNCIA DAS PARTES." Conforme se depreende do artigo, a audiência una de fato pode ser cindida, como indicado na alternativa E, contudo, para tanto, é IMPRESCINDÍVEL A CONCORDÂNCIA DE AMBAS AS PARTES, sem a qual não é possível que haja a sua fragmentação. Dessa forma, analisando o gabarito indicado, depreende-se que a alternativa está INCOMPLETA, vez que suprimiu núcleo essencial do dispositivo embasado, devendo ser ANULADA por inexistir resposta correta para a questão.
60	A questão merece ser ANULADA. O gabarito tomou por base o artigo 365 do CPC, contudo transcreveu apenas parte do artigo, deixando de fora a exigência legal de “CONCORDÂNCIA DAS PARTES” para que haja a cisão da audiência de instrução e julgamento. Veja-se: Art. 365. A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, DESDE QUE HAJA CONCORDÂNCIA DAS PARTES. A omissão da parte final do artigo torna o item claramente INCORRETO, visto que ainda que excepcional a cisão da audiência, para que isso ocorra, exige-se a concordância das partes. Sem esse trecho final na alternativa o item encontra-se errado deixando, consequentemente a questão sem gabarito!
60	A Banca apresentou a letra "E" como resposta correta. Entretanto, a aludida assertiva está INCOMPLETA. É que o artigo 365 do Código de Processo Civil prevê que a audiência de instrução somente poderá ser fracionada em decorrência de ausência de perito ou testemunha se houver A CONCORDÂNCIA DAS PARTES. Na assertiva mencionada como correta (Letra "E), não há referência à CONCORDÂNCIA DAS PARTES para que haja a cisão da audiência, de modo que o candidato atencioso, conhecedor da legislação, interpreta tal assertiva como incorreta em razão da ausência de menção à CONCORDÂNCIA DAS PARTES como condição para que haja o adiamento da audiência. Face ao exposto, a assertiva Letra "E" está equivocada, de modo que a questão 60 merece ser anulada. Ademais, se a banca entender que tal assertiva está correta, merece a questão ser anulada em razão de estar prejudicado o julgamento objetivo da questão.
61	O enunciado da questão pede a análise conforme o Código de Processo Civil e a Lei 11.419, entretanto a alternativa dada como correta pela banca afronta diretamente o §1 do art. 183 do CPC, que determina que A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. Desta forma, a questão não possui alternativa correta, motivo pelo qual solicita-se sua anulação.

61	A questão de n° 61 merece ser anulada, por ausência de gabarito correto. Para o caso, a alternativa considerada como correta afirmou que "A publicação eletrônica, desde que feita na forma da lei, substitui outros meios de publicação oficial, exceto os casos em que a lei exige intimação pessoal", entretanto, a publicação eletrônica é legalmente considerada como uma das hipóteses de intimação pessoal. Sendo assim, a publicação eletrônica substitui outros meios de publicação pessoal, INCLUSIVE nos casos em que a lei exige intimação pessoal. Vejamos a Lei 11.419/2006 e o CPC: "Lei11.419/2006 - Art. 9º No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei. § 1º As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais". CPC - Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1º A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico". Assim, tanto a Lei 11.419/2006 como o CPC consideram a intimação por meio eletrônico como intimação pessoal, e o faz expressamente. Portanto, publicação eletrônica prevalece inclusive nos casos em que a lei exige a intimação pessoal, já que a publicação eletrônica é uma intimação pessoal legalmente considerada. Dessa forma, solicito anulação da questão 62, por ausência de gabarito correto, visto que a parte final da alternativa tida como correta é contrária à lei.
61	Questão 61 – Alternativa- E O enunciado da questão 61 deixou claro que o candidato deveria responder ao perguntado levando em consideração o processo judicial eletrônico, as normativas constantes da Lei n. 11.419/2006, além do Código de Processo Civil de 2015. Ocorre que o programa de Direito Processual Civil previu, no ponto 37, apenas Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJE. Logo, não consta no edital a cobrança da Lei 11.419/2006. A alternativa divulgada como correta exigia do candidato o estudo da referida lei, uma vez que a resposta foi extraída do artigo 4º, §2º, da Lei 11.419/2006, o qual estabelece que “§ 2º A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal. Ademais, se a questão fosse levar em consideração o Código de Processo Civil, o artigo 183, §1º, permite que a intimação do ente púbico, a qual deve ser pessoal, seja feita por meio eletrônico. Pelas razões acima expostas, requer-se seja anulada a questão 61, notadamente pelo fato de ter cobrado a Lei 11.419/2006, sem previsão no edital do concurso.
63	"o juiz deverá determinar que o autor realize a emenda da inicial em relação à complementação do polo passivo, pois trata-se de litisconsórcio necessário." O respectivo item deve ser considerado correto pois o Código de Processo Civil prevê que: Art. 114. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes. Art. 115. A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será: I – nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo; II – ineficaz, nos outros casos, apenas para os que não foram citados. Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.
63	Solicita-se a alteração do gabarito ou a anulação da QUESTÃO 63, pelos motivos que se passa a expor. O gabarito preliminar trouxe como correta a letra “B”. Entretanto, a letra "A" deveria ser considerada como correta, pois, de acordo com o Arts. 114 e 115 do CPC (114 - "O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes." E 115 - "A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será: I – nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo; II – ineficaz, nos outros casos, apenas para os que não foram citados. Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo."). Já a letra "B" está incorreta, conforme o Art. 343 do CPC ("Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa".). Mesmo não tendo sido demandando, poderá comparecer ao processo de forma espontânea e apresentar apenas a reconvenção, o que reforça o exposto na letra “A”.
64	O enunciado da questão 64 veio com erro de digitação que dificulta a compreensão do enunciado. Isso porque, na penúltima linha, está escrito que Vanesa se"recursou", o que causa prejuízo à interpretação, sobretudo em um contexto de questão de Processo Civil. À vista disso, requer-se a anulação da questão.
64	O enunciado da questão 64 veio com erro de digitação que dificulta a compreensão do enunciado. Isso porque, na penúltima linha, está escrito que Vanesa se "recursou", o que causa prejuízo à interpretação, sobretudo em um contexto de questão de Processo Civil. À vista disso, requer-se a anulação da questão.

64	"Vanessa e Juliana firmaram contrato de compra e venda de um veículo automotivo. No contrato ficou acertado que Juliana, a compradora, daria a entrada de 30% do valor do veículo, sendo o restante dividido em 12 parcelas. O primeiro vencimento seria no dia 10 do mês subsequente ao acordo e os valores deveriam ser pagos em espécie e em mãos. Por fim, as partes acordaram que o veículo seria entregue pela vendedora à compradora assim que a entrada de 30% e o pagamento da primeira parcela fossem efetivados. Conforme o acordado, Juliana efetuou o pagamento do valor da entrada, mas quando foi pagar a primeira parcela Vanessa se recursou - RECURSOU - a receber, alegando que iria precisar do veículo por mais alguns meses. A presente questão deve ser anulada devido o erro grave de grafia, impedindo o entendimento correto da questão pois a presente expressão não existe na língua portuguesa.
64	A alternativa divulgada como correta (A) não atendeu ao disposto no artigo 539, §3º, do Código de Processo Civil. Referido dispositivo estabelece que a recusa deve ser manifestada por escrito ao estabelecimento bancário. A alternativa considerada como correto apenas afirma que "Vanessa poderá se recusar a receber o valor em manifestação escrita". Logo, a ausência da expressão "manifestação por escrito ao estabelecimento bancário" induziu o candidato a acreditar que a alternativa estava errada exatamente pelo fato de a recusa não ter sido feita, por escrito, ao estabelecimento bancário. A redação da alternativa leva a crer que a recusa teria sido feita diretamente à Juliana, uma vez que, logo depois, afirmou que Juliana teria um mês para propor a ação pertinente. Com fundamento nas razões acima delineadas, notadamente pelo fato de a resposta oficial não ter observado a redação do artigo 539, §3º, do Código de Processo Civil, requer-se seja anulada a questão 64.
64	No cabeçalho da questão consta a seguinte frase: "Vanessa se recursou a receber". Assim, diante do erro de grafia requer a anulação da questão.
64	Alternativa apresentada como gabarito: notificada da consignação extrajudicial, Vanessa poderá se recusar a receber o valor em manifestação escrita. Depois da recusa, Juliana terá um mês para propor ação pertinente. Pedido de anulação por ausência de gabarito, conforme se explicará abaixo. O art. 539, § 3º, do CPC, aduz que Destarte, a omissão quanto à manifestação ser à instituição bancária, prejudica a análise da questão, dado que incompleta.
65	O enunciado informa que o "SFT em controle concentrado...", todavia, não existe no nosso ordenamento jurídico a figura do "SFT" e sim, do STF - Supremo Tribunal Federal - STF - guardião da Constituição Federal - único competente para julgar o controle concentrado de constitucionalidade. Portanto, não se pode admitir em concurso público que SFT é o STF, e, evidenciado o erro de Língua Portuguesa (erro na sigla) , torna qualquer item equivocada visto que a premissa da pergunta está equivocada. Portanto, requer anulação da referida questão.
65	Em que pese a questão considerar como resposta final a alternativa "c" ("equivocada, uma vez que a arguição..."), em verdade, deve ser considerada como correta a alternativa "E" ("correta, pois a lei ou o dispositivo..."). Isto porque, conforme o § 12 do art. 525 do CPC, que trata da impugnação do executado a respeito da exigibilidade do título judicial quando declarado inconstitucionalidade reconhecida pelo STF em controle concentrado, informa que "Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal , em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso". Ainda, combinado com o § 14 do mesmo artigo, dispõe que "A decisão do Supremo Tribunal Federal referida no § 12 deve ser anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda". Assim, enquanto não houver trânsito em julgado, seria possível o executado arguir a inexigibilidade do título quando a sentença estiver baseada em norma considerada inconstitucional pelo STF. Tal entendimento também é o mesmo em se tratando de cumprimento provisório de sentença, conforme o § 1º do art. 520 do CPC. Desta forma, conforme nos indicou o enunciado da questão, declarada inconstitucional a fundamentação da sentença e não tendo ocorrido o trânsito em julgado, não é necessário esperar a ocorrência do trânsito em julgado para que seja apresentada ação rescisória, conforme dispõe a alternativa "C" considerada correta. Tal hipótese somente ocorreria caso houvesse o trânsito em julgado, conforme o § 15 do art. 525, o que torna a alternativa "C" incorreta. Diante dessas considerações, requer-se que se promova a alteração de seu gabarito, modificando para a "E" como a alternativa correta da questão, ou a anulação da mesma.
65	Respeitável banca, a questão 65 apresenta erros de grafia e ausência de palavras, o que dificultou a interpretação por parte deste candidato, culminando em resposta discorde com a que consta do gabarito preliminar. Os erros começam logo no enunciado da questão, onde se diz "SFT" em vez de "STF". Ademais, no enunciado aparece a expressão "impugnou a sentença", quando que o correto seria "impugnou o cumprimento de sentença", acredita-se. Outrossim, é dito que, "em decorrência de uma sentença (…), Marina foi intimada para pagar", o que dá a entender que não foi protocolizado, ainda, pedido de cumprimento de sentença. Veja: a forma como foi redigido o enunciado leva a crer que Mariana foi intimada para pagar por causa da sentença e não por conta do requerimento de cumprimento de sentença de que trata o art. 523, do CPC. Por isso mesmo restou dúvida, dada a obscuridade/ambiguidade, se, de fato, ocorreu o trânsito em julgado, até porque as datas mencionadas são relativamente vagas (citam-se apenas anos sequenciais). Se não houve trânsito em julgado, então não está correta a alternativa B, assinalada no gabarito preliminar. Ainda, na alternativa A se fala em "impugnação COM

	cumprimento de sentença", em vez de "impugnação ao cumprimento de sentença". Sendo assim, requer-se a ANULAÇÃO da questão, por haver nela erros que prejudicaram sua correta compreensão.
65	Questão 65. A questão trouxe como gabarito o item B: "equivocada, uma vez que a arguição da referida inconstitucionalidade deveria ter sido apresentada em ação rescisória, cujo prazo conta-se a partir do trânsito em julgado da decisão do STF." Ocorre, conforme artigo 523, §§ 12, 14 e 15, somente será cabível ação rescisória na hipótese do processo entre as partes já ter transitado em julgado: § 12. Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal , em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso. § 14. A decisão do Supremo Tribunal Federal referida no § 12 deve ser anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda. § 15. Se a decisão referida no § 12 for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Em termos mais simples, duas são as situações possíveis: 1ª) Se a decisão do STF foi antes do trânsito em julgado da decisão exequenda, o executado pode impugnar a execução, por considerá-la inexigível, nos próprios autos; 2ª) se a decisão do STF foi após o trânsito em julgado da decisão exequenda, aí sim o executado pode propor ação rescisória no prazo decadencial de 2 anos a contar do trânsito em julgado da decisão do STF. No caso, a questão não fala que havia ocorrido o trânsito em julgado. Portanto, realmente é o caso de impugnar o cumprimento de sentença pela inexigibilidade. Assim sendo, o gabarito deve ser alterado para a letra D, segundo o qual: correta, pois a lei ou o dispositivo de lei que fundamentou a sentença fora considerada inconstitucional, não restando outra alternativa a Marina senão alegar a inexigibilidade da obrigação. Não há como presumir que havia ocorrido o trânsito em julgado. Dessa forma, postula-se a alteração do gabarito para a letra D. Subsidiariamente, tendo em vista que a questão não fala de trânsito em julgado, sendo esse elemento necessário para a correta resposta da questão, requer-se a anulação da questão.
65	Prezada banca, O enunciado do quesito ora debatido, trouxe erroneamente a sigla SFT, prejudicando o julgamento objetivo da questão. O candidato não tem como adivinhar a sigla para efetuar o julgamento objetivo da questões. Sendo assim, requer a anulação da questão.
65	Prezado examinador, A presente questão trata sobre a superveniência de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade, em processo que já foi deferida sentença e se encontra com prazo para impugnação ao cumprimento de sentença. Vejamos, a ação rescisória é um meio de impugnação de decisões judiciais transitada em julgado. No presente caso, durante o prazo para impugnação houve decisão do STF em desfavor dos fundamentos da sentença, desta forma, a parte deve alegar como defesa no cumprimento de sentença o novo entendimento do STF afim de buscar a desconstituição da sentença, visto agora a obrigação ser inexigível, conforme os ditames do art.525 do CPC. Apenas em caso de exaurimento do prazo da impugnação, a parte poderia alegar em ação rescisória a decisão do STF. Desta forma, pelo fato de no enunciado da questão constar que Marina estava no prazo para impugnar o cumprimento de sentença, ela deve alegar na própria impugnação. art. 525 do CPC: § 1º Na impugnação, o executado poderá alegar: III - inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação; § 12. Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso. Sendo assim, pugno pela anulação da presente questão.
65	Prezado examinador, O enunciado da questão trouxe erroneamente a sigla SFT, prejudicando o julgamento objetivo da questão. O candidato não tem como adivinhar a sigla para efetuar o julgamento objetivo da questões. Desta forma, pugno pela anulação da questão.

65	Excelentíssima Comissão Elaboradora do Concurso Público para o cargo de Procurador do Estado de Rondônia. O candidato requer o reconhecimento da anulação da questão de nº 04 da prova de direito civil, empresarial e processo civil, haja vista a existência de erro de ortografia que impossibilitou a análise e interpretação da questão pelos fatos e fundamentos a seguir expostos. A respeitável banca considerou correta a seguinte afirmativa: Em decorrência de uma sentença oriunda de ação de cobrança, Marina foi intimada para pagar uma quantia de R$ 50.000 no ano de 2020, mas não cumpriu a obrigação no prazo fixado e em seguida impugnou a sentença, alegando inexigibilidade da obrigação, tendo em vista decisão de 2021 do SFT em controle concentrado de constitucionalidade que declarou inconstitucional o fundamento da sentença. Nessa situação hipotética, a matéria trazida na impugnação de Marina está: b) equivocada, uma vez que a arguição da referida inconstitucionalidade deveria ter sido apresentada em ação rescisória, cujo prazo conta-se a partir do trânsito em julgado da decisão do STF. Ocorre que, a nomenclatura usada pela banca para se referir ao Supremo Tribunal Federal, cuja sigla utilizada universalmente é STF, quando do cabeçalho da pergunta foi SFT, prejudicando sensivelmente a interpretação de toda a questão, afinal não existe qualquer tribunal no nosso ordenamento pátrio vigente que possua nomenclatura que se refira a SFT. Sendo assim, tendo em vista a clara existência de erro de nomenclatura dada ao órgão julgador do caso narrado da questão, o que prejudicou sensivelmente a inteligibilidade da questão, a mesma deve ser considerada ANULADA, considerando-se a total impossibilidade de manutenção do gabarito provisório, para que seja feita justiça ao caso, tendo em vista que o erro na escrita não pode ser desconsiderado em prejuízo dos candidatos, o que violaria a isonomia.
65	A questão deve ser cancelada, pois apresenta erro de digitação, escrevendo a abreviatura “SFT” que não existe, trazendo assim prejuízos aos candidatos por não apresentar clareza na colocação e dúvidas a respeito de que tribunal se refere. Portanto, salutar o cancelamento, pois não existe tribunal com a abreviatura “SFT”.
65	"Em decorrência de uma sentença oriunda de ação de cobrança, Marina foi intimada para pagar uma quantia de R$ 50.000 no ano de 2020, mas não cumpriu a obrigação no prazo fixado e em seguida impugnou a sentença, alegando inexigibilidade da obrigação, tendo em vista decisão de 2021 do SFT em controle concentrado de constitucionalidade que declarou inconstitucional o fundamento da sentença. A presente questão deve ser anulada devido o duplo erro grave na grafia e indicação do órgão, impedindo o entendimento correto da questão pois a presente expressão não existe na língua portuguesa e inexiste o presente órgão. Ao examinador pode-se verificar que há na prova diversas expressões e siglas, confundindo o candidato, não sendo justificável ao candidato o aceite.
65	Ante a ausência de detalhes no enunciado, a questão admite como certa também a alternativa contida na letra "B" onde "consta que correta, pois a lei ou o dispositivo de lei que fundamentou a sentença fora considerada inconstitucional, não restando outra alternativa a Marina senão alegar a inexigibilidade da obrigação". Por comportar mais de uma possibilidade de acerto, faz-se mister ser ANULADA a presente questão. N. T. P. D.
65	A Questão 65, de Direito Processual Civil, tem como gabarito preliminar a Letra C. Todavia, em razão do art. 525, §1º, III e §12 do CPC/2015, a alternativa D deveria ser o gabarito correto. Isso porque O art. 525, §1º, inciso III, dispõe que “na impugnação, o executado poderá alegar inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação” e o §12 dispõe que “Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal , em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.” Portanto, não há necessidade de ação rescisória e a questão da inexigibilidade de título pode ser alegada em impugnação ao cumprimento de sentença. Por isso, requer-se a alteração do gabarito para Letra D ou, ao menos, a anulação da questão.
65	Solicita-se a alteração do gabarito ou a anulação da QUESTÃO 65, pelos motivos que se passa a expor. O gabarito trouxe como correta a alternativa “C”. Ocorre que a letra correta é a "E", vez que de acordo com o art. 525, III e parágrafo 12 do CPC.
67	A referida questão possui o gabarito em desacordo com o disposto nos arts. 95, inciso I e 128, § 5º, inciso I, ambos da Constituição Federal. A vitaliciedade que é facultada apenas a juízes e membros do MP, conforme os artigos acima destacados, é adquirida após 2 anos de estágio probatório e somente é perdida com sentença judicial transitada em julgado. Isto posto, correto o item C da questão sob referência. Com isso, pugna o candidato pela alteração do gabarito, de modo que seja considerado correto o item C. Subsidiariamente, pugna pela anulação da referida questão.
67	Prezada Banca Examinadora, A Questão 67, de Direito de Pessoal, tem como gabarito preliminar a Letra C. Todavia, é fato que a estabilidade não é adquira “pelo decurso do tempo”, haja vista que o transcurso do tempo de estágio probatório não é o único requisito para adquirir a estabilidade. É preciso observar que o art. 39, §4º, prevê a necessidade de avaliação especial de desempenho para que o servidor possa ser considerado estável, o que torna essa assertiva incorreta. Por isso, requer-se a anulação da questão.

67	COLENDA BANCA EXAMINADORA O gabarito preliminar divulgado pela banca indicou a letra "C" como correta. Porém, tal assertiva está errada, pois afirma que a estabilidade será "adquirida pelo decurso do tempo". Todavia, o artigo 40, §4º, da Constituição Federal afirma que a aquisição de estabilidade requer avaliação especial de desempenho como condição para a aquisição da estabilidade. Diante disso, é notório que a aquisição da estabilidade não é adquirida somente pelo decurso do tempo, sendo também necessária a avaliação especial de desempenho como condição para aquisição da estabilidade. Ante ao exposto, não há resposta correta, merecendo, portanto, ser a questão 67 anulada.
67	A alternativa B não merece prosperar como a alternativa correta, devendo a questão ser anulada, pois a estabilidade não é adquirida pelo decurso do tempo, não ocorrendo de forma automática, sendo este apenas um requisito temporal necessário para que o servidor seja avaliado e caso seja julgado APTO, adquirirá estabilidade. Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. § 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. Como verificado , a estabilidade é adquirida a partir da avaliação especial desempenha pela comissão, que decidira após o decurso do tempo, mas não sendo este o momento de sua aquisição pois a mesma é adquirida somente após o resultado positivo da avaliação especial.
67	A banca indicou a letra D como correta. Porém, tal assertiva está errada, pois afirma que a estabilidade será "adquirida pelo decurso do tempo". Ocorre, entretanto, que o artigo 40, §4º, da Constituição Federal afirma que a aquisição de estabilidade requer avaliação especial de desempenho como condição para a aquisição da estabilidade, senão vejamos: Art. 40, §4º, CF: Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. Neste cenário, vê-se que a aquisição da estabilidade não é adquirida somente pelo decurso do tempo, como afirma a questão, sendo também necessária a avaliação especial de desempenho como condição para aquisição da estabilidade. Face ao exposto, não há resposta correta, merecendo, portanto, ser a questão 67 ANULADA.
67	Prezada Banca Examinadora, A questão 67 considerou como correta a assertiva “D”, que estabelece que “a efetividade é atributo do cargo, designando o funcionário desde o instante da nomeação, enquanto a estabilidade é aderência, integração no serviço público, despois de preenchidas determinadas condições fixadas em lei, sendo adquirida pelo decurso de tempo”. No entanto a alternativa “C” também está correta, uma vez que prevê que “a vitaliciedade, que somente será perdida após sentença judicial transitada em julgado, pressupõe necessariamente o cumprimento de dois anos de estágio probatório”. Nesse sentido, estabelece o Conselho Nacional de Justiça – CNJ: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. MAGISTRATURA. VITALICIAMENTO DE JUIZ EM ESTÁGIO PROBATÓRIO. SUSPENSÃO DO BIÊNIO. PARECER PELO NÃO VITALICIAMENTO. APROVAÇÃO PELO ÓRGÃO ESPECIAL. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO INCIDENTAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INEXISTÊNCIA. DECURSO INTERCORRENTE DO BIÊNIO. RITO SIMPLIFICADO PARA AVERIGUAÇÃO DA ATUAÇÃO FUNCIONAL DO MAGISTRADO VITALICIANDO. PRECEDENTES DO STF. GARANTIA DE AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. 1. O processo de vitaliciamento de magistrado não possui natureza disciplinar, e a decisão que aplica a pena de demissão por conta de inaptidão ao exercício do cargo público não tem natureza sancionatória. O objetivo do processo de vitaliciamento é verificar a aptidão objetiva e subjetiva do magistrado em estágio probatório para o exercício da magistratura, o que independe da ocorrência, ou não, de falta funcional punível. 2. A demissão de magistrado decorrente de sua não aprovação em estágio probatório, por ser ato de natureza administrativa, não demanda a instauração de processo administrativo disciplinar para sua ultimação, sem embargo o processo de vitaliciamento deva garantir ao interessado o direito ao exercício da ampla defesa e do contraditório. 3. Porquanto meramente declaratório, o ato que ultima a demissão de magistrado não vitalício pode ocorrer após o decurso do biênio constitucional, desde que fundamentado em procedimento administrativo instaurado ainda no prazo de 2 (dois) anos após a entrada em exercício do juiz. 4. O decurso do biênio constitucional não é condição suficiente para a aquisição da vitaliciedade por parte do magistrado em estágio probatório. Se é certo que a avaliação não deva ser indefinidamente prolongada, sob pena de subverter a razão de ser do instituto, o processo de vitaliciamento deve ser instruído e julgado de modo tal a atestar a aptidão do magistrado para o exercício do cargo, por meio do efetivo cumprimento de seus deveres funcionais (LOMAN, arts. 35 e 36) e ético-profissionais (Código de Ética da Magistratura Nacional). 5. A aprovação de relatório circunstanciado pelo Órgão Especial, dentro do biênio constitucional, recomendando a demissão do magistrado é medida suficiente para a suspensão do biênio aquisitivo do vitaliciamento, independentemente da data de julgamento de incidente específico, previsto na Lei de Organização Judiciária local, que garanta a ampla defesa ao magistrado demissionário antes da aplicação da medida. 6. Improcedência dos pedidos. Disponível em https://www.cnj.jus.br/InfojurisI2/Jurisprudencia.seam;jsessionid=52EC49F95D26886DD034E835F8F1AAC5?jurisprudencialdJuris=50692&indiceListaJurisprudencia=9&firstResult=7375&tipoPesquisa=BANCO Consulta em 08/02/2022. Diante disso, considerando que a assertiva “D” também está correta, requer, respeitosamente, a anulação da questão 66.

67	A questão 67 de direito de pessoal está com o gabarito preliminar incorreto. Explica-se. A alternativa "B", indicada como gabarito preliminar, está incorreta por dois motivos. O primeiro é que as condições para a aquisição da estabilidade estão definidas na própria Constituição. Elas não estão "fixadas em lei", como dispõe a alternativa. Nem poderia o legislador ordinário criar novos requisitos para a aquisição da estabilidade, haja vista tratar-se de norma constitucional de eficácia plena, e não de eficácia contida. O segundo motivo é que a estabilidade não é adquirida apenas "pelo decurso do tempo", como sugere a alternativa. O Art. 41 da CRFB dispõe que "são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público" e o seu § 4º complementa que "como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade". Portanto, a estabilidade somente é adquirida após o decurso do tempo e a aprovação na avaliação especial de desempenho, nos termos da Constituição. O fato de que, na prática, essa avaliação de desempenho muitas vezes não é realizada, não retira nem infirma a eficácia da norma constitucional. Para que a alternativa "B" da questão 67 estivesse correta seriam necessárias duas condições. A primeira é pressupor que o termo "lei" engloba também a "Constituição". A segunda é que negar eficácia ao § 4º do Art. 41 da CRFB, que exige, de forma peremptória, a avaliação de desempenho como condição para a aquisição da estabilidade, que não decorre do mero decurso do tempo, como sugere a alternativa. Posto isso, a questão 67 extrapola os objetos de avaliação, prejudicando sua análise objetiva, ao exigir do candidato a pressuposição de informações não contidas no enunciado nem nas alternativas. Não havendo outra alternativa correta, não resta outra solução, senão a anulação da questão 67.
68	A alternativa "A", indicada como gabarito preliminar da questão 68, contém um erro de língua portuguesa que prejudica sua análise objetiva. Nos termos do Art. 11, inciso IV, da Lei 8.429/92, o agente público pode NEGAR publicidade aos atos oficiais, com fundamento na imprescindibilidade do sigilo para a segurança da sociedade e do Estado. Ocorre que o termo "negar" é uma conduta comissiva, e não uma omissão. Negar não se confunde com "deixar de dar" publicidade. Quando a referida lei quis tratar de conduta omissiva ela o fez expressamente, por exemplo, no inciso VI do Art. 11, que prevê a conduta ímproba de "deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo". De um lado, negar pressupõe um requerimento prévio que será indeferido. De outro lado, uma omissão em dar publicidade não pressupõe qualquer pedido das informações. Trata-se, portanto, de condutas distintas. E não se trata de distinção trivial. Explica-se. Em se tratando de direito administrativo sancionador, vigora o princípio da tipicidade estrita, não se admitindo analogias em prejuízo do acusado. Isso tem respaldo, inclusive, no Art. 1º, § 4º, da Lei 8.429/92, que aplica às ações de improbidade administrativa os princípios do direito administrativo sancionador, dentre os quais está a tipicidade, consagrada no Art. 5º, inciso XXXIX, da CRFB. Posto isso, ao se referir ao "direito de negar publicidade" como uma "omissão", a alternativa "A", indicada como gabarito preliminar, apresenta um desvio de concordância da língua portuguesa, o que prejudica sua análise objetiva. Não havendo outra alternativa correta, não resta outra solução, senão a anulação da questão 68.
68	A banca apontou a letra "A" como a assertiva correta. Ocorre, contudo, que a letra "A" está incorreta. É que esta assertiva afirma que "Sendo imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado, o servidor tem o DIREITO de nega publicidade aos atos oficiais ...". Entretanto, tal ato (negativa de publicidade de ato em prol da segurança da sociedade e do Estado) não é um DIREITO do servidor, mas sim um DEVER do servidor. Ora, se fosse um direito, o servidor poderia OPTAR em divulgar ou não um ato cujo sigilo fosse imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Obviamente, tal raciocínio destoa completamente da ordem jurídica interna. Na realidade, se o sigilo do ato for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, o servidor DEVE negar publicidade, não tendo qualquer direito em sentido diverso. O artigo 23 e seguintes da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) prevê informações sigilosas que o servidor não pode divulgá-las (realçando, portanto, ser um DEVER, não um DIREITO do servidor). Face ao exposto, e considerando que a negativa de publicidade aos atos oficiais, quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, é DEVER do servidor (não mero direito do servidor), merece a questão 68 ser ANULADA, pois não há resposta correta a ser assinalada.
68	A questão 68 trata dos direitos e deveres de que o servidor público passa a ser detentor quando investido em cargo público, observando ainda que o servidor fica, então, sujeito à responsabilização civil, penal e administrativa por eventual exercício irregular de suas atribuições. No rol de alternativas, a questão em comento considera como certa a de letra B, que afirma ter o servidor "direito" de negar publicidade aos atos oficiais quando, excepcionalmente, isso for imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado. Ora, referido comportamento não constitui, a rigor, "direito" do servidor, senão estrito cumprimento de dever legal - qual seja: o de garantir a segurança da sociedade e do Estado -, dado que não lhe é conferida uma liberalidade quanto agir assim ou não. Por outra, referida conduta de negar publicidade a atos oficiais nessas estritas e excepcionais condições não se qualifica como ato ímprobo por não ser exigível do mesmo servidor conduta diversa da concorrer para a segurança da sociedade e do Estado, sendo-lhe, ao revés, exigível assim proceder. Em razão disso, requer-se anulação da questão, por não haver alternativa correta.

68	A alternativa A, tida como correta pelo gabarito preliminar, não está de acordo com a exegese da Lei n.º 8.429/1992 (com as novas alterações trazidas pela Lei nº 14.230, de 2021), do Código Penal e da Lei Complementar estadual n.º 68/92. É dito na assertiva que o servidor tem DIREITO de negar publicidade aos atos quando o exija a segurança da sociedade e do Estado. Acontece que não se trata de um direito do servidor, mas de um DEVER a ele imposto pelo art. 11, inc. III, da precitada norma, o qual teve nova redação pela Lei nº 14.230, de 2021. Veja-se: Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (...) III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado (…) Ou seja, é DEVER do servidor (e não um mero direito) negar publicidade aos atos oficiais cuja revelação constitua risco à segurança da sociedade e do Estado, sob pena de responder por ato de improbidade atentatório aos princípios da administração pública. A propósito, revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação, é crime contra a administração pública, nos termos do art. 325, do Código Penal. Não é demais lembrar também que, nos termos do art. 170, inc. IX, da Lei Complementar estadual n.º 68/92 (frise-se que referida lei consta do edital do concurso), a revelação de segredo do qual se apropriou o servidor em razão do cargo é infração disciplinar punível com demissão. Ante o exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão.
68	A questão aborda conteúdo da lei 8.112 que não foi abordada no edital como objeto de avaliação. Ademais, pelo princípio da eventualidade, de acordo com a lei 8.112 no "Art. 119. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 9º [...] ", ou seja, de fato a alternativa dada como correta deve ser a letra D já que consta como proibido ao servidor o exercício de mais de um cargo em comissão, isso por que, a exceção da referida lei é apenas para um cargo em comissão e outro cargo de função de confiança, inteirinamente, Veja-se: "Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, [;;;]." Assim, a alternativa deve ser anulada pois a cobrança da questão extrapola o conteúdo programático previsto no edital do certame. Mas, em não sendo entendido neste sentido, solicito a alteração do gabarito para a letra "D" como devendo ser considerada correta no gabarito definitivo.
68	A questão considera como correta a assertiva que anuncia se tratar de um direito subjetivo do servidor negar publicidade aos atos oficiais, nos casos de imprescindibilidade para asegurança da sociedade e do Estado. Contudo, tal interpretação não merece prosperar, devendo a questão ser anulada, por falta de resposta correta. Isso porque a doutrina administrativista é uníssona ao enunciar que o servidor está sempre vinculado ao princípio da legalidade e sua atuação como agente do Estado não se constitui em um direito seu. Pelo contrário, trata-se de um poder-dever do agente de negar publicidade. Assim, embora de fato o agente público possa negar publicidade a documentos classificados como secretos, ultrassecretos ou reservados, nos termos do art. 23 e 24, a Lei 12.527/2011 atenta às lições da doutrina não dispõe se tratar de um "direito" do agente público. Nesse sentido de que a atuação do agente estatal é um poder-dever e não um direito, veja-se o magistério de Maria Sylvia Zanella Di Pietro (ebook, pag 224, 33ª Edição, 2020): "[...] as pessoas administrativas não têm portanto disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda e realização [...] Precisamente por não poder dispor dos interesses públicos cuja guarda lhes é atribuída por lei, os poderes atribuídos à Administração têm o caráter de poder-dever; são poderes que ela não pode deixar de exercer, sob pena de responder pela omissão." A mesma autora também explica (op. cit, p. 260) que "Embora o vocábulo poder dê a impressão de que se trata de faculdade da Administração, na realidade trata-se de poder-dever, já que reconhecido ao poder público para que o exerça em benefício da coletividade; os poderes são, pois, irrenunciáveis. No mesmo sentido é a doutrina de Rafael Oliveira (Curso de Direito Administrativo, ebook, 2021, p. 457): "Os poderes administrativos são prerrogativas instrumentais conferidas aos agentes públicos para que, no desempenho de suas atividades, alcancem o interesse público. Trata-se, em verdade, de poder-dever ou dever-poder, uma vez que o seu exercício é irrenunciável e se preordena ao atendimento da finalidade pública". Assim, não havendo que se falar em "direito do servidor de negar publicidade aos atos estatais", mas sim em poder-dever, a assertiva deve ser considerada incorreta. Por essa razão, a questão deve ser anulada, haja vista não haver resposta correta.

69	Segue recurso atinente à prova para o PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO-RO. A banca considerou a alternativa correta da questão 69, a letra "d", todavia a aludida questão não apresenta gabarito, vejamos: A questão solicita a alternativa correta acerca da legislação federal e no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia. Nesse sentido, considerou correto o teor da alternativa d, O servidor que esteja cursando sua primeira graduação tem direito a concessão de horário especial de trabalho que possibilite sua frequência normal às aulas, quando inexistir curso correlato em horário distinto ao do cumprimento de sua jornada de trabalho, mediante comprovação do horário de aula. Todavia, o artigo 57 não faz menção a primeira graduação, vejamos: Art. 57 Ao servidor matriculado em estabelecimento de Ensino Superior será concedido, sempre que possível, horário especial de trabalho que possibilite a freqüência normal às aulas, mediante, comprovação mensal por parte do interessado do horário das aulas, quando inexistir curso correlato em horário distinto ao do cumprimento de sua jornada de trabalho. Em que pese o §1º fazer a ressalva de quando o servidor não possuir outro curso superior, o §2º retrata que o benefício deste artigo poderá ser concedido, também, aos servidores possuidores de curso de Licenciatura Curta, para complementação de estudos até o nível de Licenciatura Plena. Portanto, consoante ao §2º poderá ser atribuído a quem já tenha uma primeira graduação. Por conseguinte, não há alternativa correta para a questão, pois a banca só considerou a ressalva do §1º e não se ateve ao §2º que faz uma mitigação ao §1º. À vista disso, requer a anulação da presente questão.
69	O Estatuo do Servidor do Estado dispõe que: art. 57 Ao servidor matriculado em estabelecimento de Ensino Superior será concedido, sempre que possível, horário especial de trabalho que possibilite a freqüência normal às aulas, mediante, comprovação mensal por parte do interessado do horário das aulas, quando inexistir curso correlato em horário distinto ao do cumprimento de sua jornada de trabalho. § 1º O horário especial de que trata este artigo somente será concedido quando o servidor não possuir curso superior. Conforme se pode observar, em momento algum o dispositivo se refere a primeira graduação. Pode muito bem o servidor gozar de horário especial DESDE QUE NÃO TENHA COMPLETADO OUTRO CURSO SUPERIOR, ou seja, não pode o servidor ser titular de ensino superior. Ao contrário, pode ele gozar desse benefício quando cursa segunda graduação quando ainda não tiver completado a primeira. Trata-se de uma inferência lógica. Não é porque ainda não é detentor do título que o servidor não possa cursas outros cursos ou até mesmo desistir da primeira graduação e trilhar caminho por uma segunda. Não pode o examinador criar hipótese distinta da lei. O texto legal JAMAIS MENCIONOU PRIMEIRA GRADUAÇÃO, tão somente exige a inexistência desse título. Assim, nada impede o servidor gozar do horário especial após abandonar a primeira graduação ou quando cursar duas graduações simultâneas, por exemplo. Deve, portanto, ser anulada esta questão.
70	O estatudo do Servidor Público do Estado, no que tange a comissão de julgamento de PADs dispõe que: Art. 194. O Processo Administrativo Disciplinar será conduzido por uma comissão composta de 3 (três) servidores dentre os componentes da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD, designados pelo Coordenador Geral, indicando, entre seus membros o respectivo Presidente. § 1º A designação da comissão será feita por meio de portaria da qual constará, detalhadamente, o motivo da instauração do processo. § 2º O Presidente da comissão designará um servidor para secretariar os trabalhos. § 3º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau. Como se pode observar, a única exigência vigente é a necessidade de ser membro da CPPAD. Logo, não há de se falar da necessidade da estabilidade do presidente da comissão processante do PAD. Em verdade, essa é uma exigência já revogada previsto no finado art.190 da lei (http://tce.ro.gov.br/arquivoscms/CG/files/LC%20n_%2068%20-%20Regime%20jur%C3%ADdico%20dos%20servidores%20de%20RO%20-%20atualizada%20at%C3%A9%20LC%20794-2014.pdf), o qual foi revogado. Ademais, a assertiva apontada como correta aduz que o ÚNICO requisito para que o servidor seja presidente do colegiado é ser estável. Como se pode observar é uma inverdade, eis que deve também ser membro da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD. Logo, a anulação da questão é medida imperiosa eis que (a) ser servidor estável não é um requisito e (b) mesmo que fosse não é o ÚNICO como aduz a alternativa apontada como correta.

70	A questão 70 exigiu do candidato conhecimentos sobre a legislação local. O enunciado é bem abrangente, ou seja, não especifica a qual norma estadual está se referindo. Assim, o candidato poderia analisar a questão do ponto de vista tanto da Constituição Estadual quanto das demais normais locais que foram inseridas no edital do concurso (exemplo: Lei Complementar estadual nº 68/92). Pois bem. O art. 277, que consta do TEXTO ORIGINAL da LC 68/92, tem redação parecida com a da alternativa ora impugnada. O fato é que a referida norma é incompatível com as Emendas Constitucionais nº 44, de 05/07/2006, e nº 60, de 14/12/2007, isto é, emendas posteriores à edição da precitada lei complementar. Segundo a nova redação do art. 22, da Constituição do Estado de Rondônia, a redução da carga horária do servidor que seja curador de pessoa portadora de deficiência é vinculante. O verbo utilizado pela Constituição é o "ter", e não o "poder", como consta da questão. Senão, veja-se: "Art. 22. O servidor público que seja responsável legal e cuide diretamente de portador de necessidade especial que, comprovadamente, necessite de assistência permanente, independentemente de estar sob tratamento terapêutico, TERÁ redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho, sem prejuízo de sua integral remuneração. (NR dada pela EC nº 44, de 05/07/2006 – D.O.E. nº 562, de 25/07/2006)". Além disso, o § 3º estabelece que, "nos casos em que a deficiência for confirmadamente considerada irreversível", a concessão do benefício "será definitiva", não havendo falar em "renovação" nesse caso, mas tão só em, in verbis, "comprovar, anualmente, apenas a dependência econômica" (Acrescido pela EC nº 60, de 14/12/2007 – D.O.E. nº 907, de 28/12/2007) Portanto, considerando-se a literalidade da Constituição do Estado de Rondônia e que O ENUNCIADO DA QUESTÃO NÃO EPECIFICOU qual a norma deveria ser tomada por base pelo candidato, tem-se que deve ser anulada. Sim, porque apesar de pela LC 68/92 a alternativa C aparentar estar correta, mesma conclusão não é possível quando se leva em conta o texto constitucional estadual, que, diga-se de passagem, é norma hierarquicamente superior àquela. Ante o exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão.
70	a questão deve ser anulada por haver divergência entre o entendimento da SDI do TST e do STF, sendo certo que aplica-se a ação rescisória as normas do CPC, devendo, pois, prevalecer o entendimento do STF, responsável pela última palavra no ordenamento jurídico, o qual dispõe que no caso de existência de contradição entre parte dispositiva do acórdão rescindendo e sua fundamentação, devem ser opostos embargos de declaração e não ação rescisória, vejamos: A emenda do Acórdão é bastante elucidativa: Ementa: Ação Rescisória. Decisão Proferida Nos Autos Do Ai 518.750, Rel. Min. Ayres Britto. Ação Rescisória Ajuizada Sob A Vigência Do Cpc/1973. Ausência De Violação Manifesta À Norma Jurídica. Eventual Omissão Existente Na Decisão Rescindenda NÃO CARACTERIZA ERRO DE FATO. UTILIZAÇÃO DA VIA RESCISÓRIA COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO DA POSSIBILIDADE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE. [...] 2. O erro de fato, na concepção que autoriza a rescisória, não restou configurado. A rigor, não se tomou como inexistente fato efetivamente ocorrido e relacionado com a relação jurídica de direito material, capaz, por si só, de alterar o desfecho dado à lide pela decisão rescindenda. Outrossim, se fez presente omissão na decisão judicial, deixando de apreciar pedido de renúncia ao direito, cumulado com desistência do recurso, o que deveria ter sido sanado pela via dos embargos de declaração. 3. A ação rescisória é meio autônomo de impugnação da decisão judicial no bojo da qual se forma nova relação jurídico-processual, com base em hipóteses taxativamente definidas em lei, dentre as quais não se encontra a sua utilização como sucedâneo de recurso. 4. Ação Rescisória julgada IMPROCEDENTE. Honorários sucumbenciais arbitrados em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), nos termos do artigo 85, § 8º, do CPC de 2015. (AR 2107, Relator(a): GILMAR MENDES, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 16/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-265 DIVULG 04-11-2020 PUBLIC 05-11-2020).
78	Venho, por meio deste, com o devido respeito a nobre banca, discordar do gabarito apresentado e, consequentemente, apresentar as razões de fundamentação para tanto. A questão 78 de Direito Previdenciário, de Pessoal, do Trabalho e Processual do Trabalho dispõe sobre OJs do TST em suas alternativas. A banca apontou como correta a alternativa "Pessoas jurídicas de direito público possuem prazo em dobro para opor embargos declaratórios" como correta com fundamento na OJ n.º 192 da SbDI-1 do TST. Por seu turno, a referida questão possui mais de uma alternativa correta, pois a alternativa "Decisões de tribunal regional do trabalho nas quais se adota a sentença de 1º grau como fundamento exigem o prequestionamento para propiciar a interposição de recurso de revista" também está correta com fundamento na OJ n.º 151 da SbDI-1 do TST, pois, realmente, nestes casos há a exigência de prequestionamento para como requisito para interposição do recurso de revista, o qual inclusive pode ser ficto via propositura de embargos de declaração. Dispõe a OJ n.º 151 da SbDI-1 do TST "Prequestionamento. Decisão regional que adota a sentença. Ausência de prequestionamento. Decisão regional que simplesmente adota os fundamentos da decisão de primeiro grau não preenche a exigência do prequestionamento, tal como previsto no Enunciado 297/TST". Nesse sentido, o enunciado da sumula 297 do TST traz hipóteses de prequestionamento ficto, ou seja, presumíveis, que não necessitam de provocação, e os que necessitam de ação pela parte. Assim, não há prequestionamento ficto quando Decisão regional que simplesmente adota os fundamentos da decisão de primeiro grau, o que, consequentemente, demanda o prequestionamento pela parte legitimada para o recurso de revista sob pena de inadmissibilidade do recurso. Logo, o disposto na alternativa "decisões de tribunal" também está correto. A nobre banca tentou parafrasear a OJ com o intuito de altera-la para configurar com errada, contudo, a sua redação manifesta exatamente o entendimento do TST sobre a OJ em escopo, ou seja, pela exigem de prequestionamento para interposição de recurso de revista em caso de tribunal adotar o entendimento da sentença no acordão e não fixar tese. Logo, deve a nobre banca pontuar

	as duas respostas ou, se entender pertinente, anular a questão por ter mais de uma resposta. Era o que cabia relatar, minha estima a nobre banca.
78	"Decisões de tribunal regional do trabalho nas quais se adota a sentença de 1.º grau como fundamento exigem o prequestionamento para propiciar a interposição de recurso de revista." O item deve ser considerado correto, pois nos termos da OJ n.º 151 da SbDI-1 do TST, decisão regional que simplesmente adota os fundamentos da decisão de primeiro grau não preenche a exigência do prequestionamento, tal como previsto na Súmula nº 297. Súmula 297/TST - 14/04/1989 - Recurso de revista. Prequestionamento. Oportunidade. Configuração. Embargos de declaração. CLT, art. 769, CLT, art. 894 e CLT, art. 896. CPC/1973, art. 535. Súmula 184/TST. «1. Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito. 2. Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão. 3. Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.»

78	O item trouxe como gabarito a alternativa "C" - Pessoas jurídicas de direito público possuem prazo em dobro para opor embargos declaratórios. Em que pese a correção da assertiva tida como gabarito, pontua-se que a redação do quesito "B" - Constitui faculdade do relator abrir vista à parte embargada se o embargante tiver feito pedido de modificação do julgado em embargos de declaração - prejudicou a análise de sua (in)correção, uma vez que o mero pedido de modificação do julgado não é circunstância suficiente para ensejar a abertura de vista à parte embargada, sendo necessário prévia análise do juiz/relator quanto ao EVENTUAL ACOLHIMENTO: CPC, Art. 1.023. [...] § 2º O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada. CLT, Art. 897-A. [...] § 2º Eventual efeito modificativo dos embargos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias. Isto é, exige-se não somente o pedido de efeito modificativo pela parte Embargante, como também a efetiva possibilidade de modificação do julgado, já que o julgador poderá dispensar (faculdade) a manifestação caso entenda que o recurso não é cabível, ou mesmo que não possui aptidão para alterar o resultado do julgamento. Neste sentido, a Orientação Jurisprudencial nº 142, do TST, dispõe em seu item I: "É passível de nulidade decisão que acolhe embargos de declaração com efeito modificativo sem que seja concedida oportunidade de manifestação prévia à parte contrária". Mais uma vez, ressalta-se que a abertura de vista à parte Embargada somente será necessária caso haja o ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS, constituindo faculdade do julgador após a análise do recurso. Pela redação da assertiva e pelo gabarito divulgado, seria possível concluir que, mesmo nos casos de embargos intempestivos ou interpostos sem atendimento aos requisitos legais, o relator seria legalmente obrigado a abrir vistas à parte embargada, o que é repudiado pelo próprio TST, inclusive quando patente a inexistência de prejuízos: "A decisão que acolhe embargos declaratórios com efeito modificativo sem concessão de vista à parte contrária é nula apenas se configurado manifesto prejuízo. Inteligência do item I da Orientação Jurisprudencial nº 142 da SBDI-I c/c o art. 794 da CLT, que fala em ser a decisão “passível de nulidade”, e não nula ipso facto. Com esse entendimento, a SBDI-I, por maioria, vencido o Ministro Brito Pereira, não conheceu dos embargos. Na espécie, a decisão embargada consignou que a única questão versada nos declaratórios da reclamante decorrera de fatos conhecidos por ambas às partes, trazidos aos autos pela própria reclamada, e sobre os quais já se havia manifestado exaustivamente. TST-E-ED-RR-5121500-44.2002.5.01.0900, SBDI-I, rel. Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho, 2.8.2012". Registre-se, ainda, o entendimento do e. STJ que dispõe: "a atribuição de efeitos modificativos aos embargos de declaração pressupõe a prévia intimação da contraparte sob pena de nulidade do julgado" (Embargos de Divergência em Recuso Especial nº 1.049.829-SP, de relatoria do ministro Humberto Martins). Ou seja, não é o pedido de modificação do julgado em embargos de declaração que enseja a intimação da contraparte, mas a atribuição/recebimento com efeitos infringentes pelo julgador quando da análise do recurso (com a efetiva possibilidade de mudança no julgamento), razão pela qual, da forma que a assertiva foi redigida, constituiria faculdade do relator abrir vistas no caso descrito, a partir do exame dos embargos, tornando a alternativa correta e resultando, por conseguinte, na ANULAÇÃO da questão.
78	Com todo respeito, entendo que a questão trouxe duas respostas corretas. Apesar de a resposta do gabarito, letra C, está correta, a opção letra D também está correta, conforma enunciado da OJ n.º 151 da SbDI-1 do TST: "decisão regional que simplesmente adota os fundamentos da decisão de primeiro grau não preenche a exigência do prequestionamento, tal como previsto na Súmula nº 297." Assim, entendo que a questão deve ser anulada por possuir duas respostas.
78	Em que pese a questão considerar como resposta final a alternativa “D” (“pessoas jurídicas de direito público...”), em verdade a alternativa “E” também se encontra correta. Conforme a OJ n.º 151 da SbDI-1 do TST, cuja ementa é “Recurso de revista. Prequestionamento. Decisão regional que adota a sentença. Ausência de prequestionamento. CLT, art. 896.”, a decisão regional que simplesmente adota os fundamentos da decisão de primeiro grau não preenche a exigência do prequestionamento, tal como previsto na Súmula nº 297. Assim, a alternativa “E” também se encontra correta, dispondo de igual maneira ao enunciado 151 da OJ da SbDI-1, onde a adoção no acórdão de segundo grau dos fundamentos da decisão do juiz de primeiro grau não cumpre as exigência da súmula 297 do TST para fins de prequestionamento. Diante dessas considerações, requer-se que se promova a anulação da questão.
78	O gabarito preliminar traz como sendo a alternativa correta a letra "D", contudo, de acordo com a OJ n.º 151 da SbDI-1 do TST, a letra "E" também está correta. "151. PREQUESTIONAMENTO. DECISÃO REGIONAL QUE ADOTA A SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (inserida em 27.11.1998) Decisão regional que simplesmente adota os fundamentos da decisão de primeiro grau não preenche a exigência do prequestionamento, tal como previsto na Súmula nº 297." Desta forma, há duas respostas corretas na questão, devendo ser anulada.
79	De fato, nos termos da OJ n.º 103 da SbDI-2 do TST, é cabível a rescisória para corrigir contradição entre a parte dispositiva do acórdão rescindendo e a sua fundamentação, por erro de fato na retratação do que foi decidido. Ocorre que o edital não trouxe a informação de que seriam cobrados Orientações e/ou Súmulas do TST, STJ e STF. Assim, está claro que houve extrapolação do objeto da avaliação, devendo ser anulada.

79	A alternativa "A", indicada como gabarito preliminar da questão 79 de direito processual do trabalho, pressupõe uma informação não contida no enunciado nem na própria alternativa, o que prejudica sua análise objetiva e extrapola o objeto da avaliação. Senão, vejamos. A alternativa "A" é baseada na Orientação Jurisprudencial nº 103 da SDI-II do TST, que dispõe que "é cabível a rescisória para corrigir contradição entre a parte dispositiva do acórdão rescindendo e a sua fundamentação, POR ERRO DE FATO NA RETRAÇÃO DO QUE FOI DECIDIDO". A supressão da parte final da referida OJ, no texto da alternativa "A", exige do candidato a pressuposição de que a contradição nela mencionada diz respeito a um erro de fato na retratação do que foi decidido, o que não poderia ser inferido apenas com base nos termos do enunciado e das alternativas. Posto isso, a alternativa "A" extrapola o objeto da avaliação e prejudica a sua análise objetiva. Não havendo outra resposta correta, não resta outra solução, senão a anulação da questão 79.
79	Respeitável banca examinadora, conforme Orientação Jurisprudencial 103/TST-SDI-II - 29/04/2003 - É cabível a rescisória para corrigir contradição entre a parte dispositiva do acórdão rescindendo e a sua fundamentação, POR ERRO DE FATO NA RETRATAÇÃO DO QUE FOI DECIDIDO. Observa-se, portanto, que a rescisória é cabível nesta hipótese apenas no específico caso de ERRO DE FATO NA RETRATAÇÃO DO QUE FOI DECIDIDO, e não de modo genérico como afirmado na alternativa A da questão, tornando a assertiva errada. Inexistindo assertiva que atenda corretamente ao enunciado da questão, deve ser anulada a questão 79
79	A questão merece se anulada, por não representar o real entendimento do TST sobre a temática. Consoante se observa na OJ 103/SDI-II, SOMENTE POR ERRO DE FATO é que pode ser promovida ação rescisória objetivando corrigir a contradição entre dispositivo e fundamentação. Nesse sentido: É cabível a rescisória para corrigir contradição entre a parte dispositiva do acórdão rescindendo e a sua fundamentação, por erro de fato na retratação do que foi decidido.
79	O gabarito da questão, embora parcialmente embasado em antiga e superada OJ do TST, viola frontalmente a atual jurisprudência do STF, ao prever a possibilidade de ajuizamento de ação rescisória da ação rescisória como sucedâneo de Embargos de Declaração não opostos tempestivamente. Com efeito, a questão diz ser "cabível a interposição de ação rescisória com o objetivo de corrigir contradição existente entre a parte dispositiva do acórdão rescindendo e sua fundamentação". Contudo, o STF superou aquele entendimento do TST, no julgamento da Ação Rescisória 2107 / SP (rel. Min. Gilmar Mendes, j. 16/09/2020 e publicado em 05/11/2020), abaixo ementada: Ementa: AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO AI 518.750, REL. MIN. AYRES BRITTO. AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO MANIFESTA À NORMA JURÍDICA. EVENTUAL OMISSÃO EXISTENTE NA DECISÃO RESCINDENDA NÃO CARACTERIZA ERRO DE FATO. UTILIZAÇÃO DA VIA RESCISÓRIA COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO DA POSSIBILIDADE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE 1. Inexistência de violação a literal dispositivo de norma jurídica, de modo a conferir sustentação à pretensão de desconstituição de tutela jurisdicional de mérito já acobertada pelo manto da coisa julgada. 2. O erro de fato, na concepção que autoriza a rescisória, não restou configurado. A rigor, não se tomou como inexistente fato efetivamente ocorrido e relacionado com a relação jurídica de direito material, capaz, por si só, de alterar o desfecho dado à lide pela decisão rescindenda. Outrossim, se fez presente omissão na decisão judicial, deixando de apreciar pedido de renúncia ao direito, cumulado com desistência do recurso, o que deveria ter sido sanado pela via dos embargos de declaração. 3. A ação rescisória é meio autônomo de impugnação da decisão judicial no bojo da qual se forma nova relação jurídico-processual, com base em hipóteses taxativamente definidas em lei, dentre as quais não se encontra a sua utilização como sucedâneo de recurso. 4. Ação Rescisória julgada IMPROCEDENTE. Honorários sucumbenciais arbitrados em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), nos termos do artigo 85, § 8º, do CPC de 2015. Por isso, a jurisprudência atual da mais alta corte brasileira é no sentido de que a ação rescisória não é sucedânea ("substituta") de embargos de declaração. Se foi verificada a ocorrência de omissão, não é possível que a parte deixe de embargar para, após o trânsito em julgado, pleitear a desconstituição do julgado por meio de ação rescisória. Admitir o contrário poderia constituir precedente no sentido de que toda omissão poderia ser caracterizada como erro de fato. Ademais, a assertiva não especifica que a contradição entre a parte dispositiva do acórdão rescindendo e sua fundamentação se trata de erro de fato ou de erro de direito. Mesmo na antiga jurisprudência do TST, somente um dos erros (o de fato), ensejava a Ação Rescisória, mas o outro não. Razão pela qual a assertiva B não pode ser considerada correta, seja por não se adequar totalmente à hipótese da OJ do TST, seja por estar expressamente superada pelo STF.
79	Conforme OJ nº 103 da SDI-II, "é cabível a rescisória para corrigir contradição entre a parte dispositiva do acórdão rescindendo e a sua fundamentação, por erro de fato na retratação do que foi decidido". A assertiva dada como correta, no entanto, não especifica a condição do erro de fato, o que pode levar o candidato a erro. Assim, salvo melhor entendimento, merece a questão ser anulada.

79	Nobre Banca Examinadora, O enunciado da referida questão pedia que se marcasse a alternativa correta em relação ao tema Ação Rescisória no Processo do Trabalho. Em sede preliminar, a douta banca considerou como correta a "LETRA A (É cabível a interposição de ação rescisória com o objetivo de corrigir contradição existente entre a parte dispositiva do acórdão rescindendo e sua fundamentação). Com o devido respeito e acatamento, não deve tal posição ser mantida, tendo em vista que para se corrigir eventuais contradições entre a parte dispositiva do acórdão e a sua fundamentação existe o recurso específico dos embargos de declaração no prazo de 05 dias (897-A da CLT), que, caso não sejam opostos, operar-se-á a preclusão temporal. Ademais, a Jurisprudência do STF ((AR 2107, Relator(a): GILMAR MENDES, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 16/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-265 DIVULG 04-11-2020 PUBLIC 05-11-2020), fixou a tese de que: "A ação rescisória é meio autônomo de impugnação da decisão judicial no bojo da qual se forma nova relação jurídico-processual, com base em hipóteses taxativamente definidas em lei, DENTRE AS QUAIS NÃO SE ENCONTRA A SUA UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO" (Disponível em: https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/161c5c5ad51fcc884157890511b3c8b0. Acesso em: 09/02/2022). A emenda do Acórdão é bastante elucidativa: Ementa: Ação Rescisória. Decisão Proferida Nos Autos Do Ai 518.750, Rel. Min. Ayres Britto. Ação Rescisória Ajuizada Sob A Vigência Do Cpc/1973. Ausência De Violação Manifesta À Norma Jurídica. Eventual Omissão Existente Na Decisão Rescindenda NÃO CARACTERIZA ERRO DE FATO. UTILIZAÇÃO DA VIA RESCISÓRIA COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO DA POSSIBILIDADE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE 1. Inexistência de violação a literal dispositivo de norma jurídica, de modo a conferir sustentação à pretensão de desconstituição de tutela jurisdicional de mérito já acobertada pelo manto da coisa julgada. 2. O erro de fato, na concepção que autoriza a rescisória, não restou configurado. A rigor, não se tomou como inexistente fato efetivamente ocorrido e relacionado com a relação jurídica de direito material, capaz, por si só, de alterar o desfecho dado à lide pela decisão rescindenda. Outrossim, se fez presente omissão na decisão judicial, deixando de apreciar pedido de renúncia ao direito, cumulado com desistência do recurso, o que deveria ter sido sanado pela via dos embargos de declaração. 3. A ação rescisória é meio autônomo de impugnação da decisão judicial no bojo da qual se forma nova relação jurídico-processual, com base em hipóteses taxativamente definidas em lei, dentre as quais não se encontra a sua utilização como sucedâneo de recurso. 4. Ação Rescisória julgada IMPROCEDENTE. Honorários sucumbenciais arbitrados em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), nos termos do artigo 85, § 8º, do CPC de 2015. (AR 2107, Relator(a): GILMAR MENDES, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 16/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-265 DIVULG 04-11-2020 PUBLIC 05-11-2020). Desse modo, a alternativa apontada como correta está em desacordo com o entendimento do STF, a quem cabe a última palavra na interpretação do ordenamento jurídico pátrio, não devendo ser sua posição preterida em prol de decisões de cortes hierarquicamente inferiores e sujeitas à jurisdição do Pretório Excelso. Ante o exposto, requer-se a ANULAÇÃO da presente questão, posto que inexiste resposta correta, com a atribuição da pontuação a todos os candidatos. Nestes Termos, Pede Deferimento.
85	O gabarito preliminar consta como alternativa correta a alternativa c, qual seja:pagamento direto, monetário ou não monetário. Ocorre que a questão possui dois itens corretos. Isso porque a Lei 14.119/21 prevê as seguintes modalidades de pagamento pro serviços ambientais Art. 3º São modalidades de pagamento por serviços ambientais, entre outras: I – pagamento direto, monetário ou não monetário; II – prestação de melhorias sociais a comunidades rurais e urbanas; III – compensação vinculada a certificado de redução de emissões por desmatamento e degradação; IV – títulos verdes (green bonds); V – comodato; VI – Cota de Reserva Ambiental (CRA), instituída pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. A partir da leitura do dispositivo é possível vislumbrar duas alternativas corretas que correspondem ao inciso II e IV. Isso se dá pois a bolsa-verde é um green bonds. Sobre a bolsa verde: A concessão de incentivo financeiro aos proprietários e posseiros, denominada Bolsa Verde, foi instituída pela Lei 17.727, de 13 de agosto de 2008, e regulamentada pelo Decreto 45.113, de 05 de junho de 2009. O Bolsa Verde tem por objetivo apoiar a conservação da cobertura vegetal nativa em Minas Gerais, mediante pagamento por serviços ambientais aos proprietários e posseiros que já preservam ou que se comprometem a recuperar a vegetação de origem nativa em suas propriedades ou posses. A prioridade é para agricultores familiares e pequenos produtores rurais. Também serão contemplados produtores cujas propriedades estejam localizadas no interior de unidades de conservação e sujeitos à desapropriação. O incentivo financeiro é proporcional à dimensão da área preservada. Recebe mais quem preservar mais até o limite de hectares correspondente a quatro módulos fiscais em seu respectivo município (consultar informação no Anexo V do Manual do Bolsa Verde) . As duas modalidades previstas no Programa Bolsa Verde são a manutenção e a recuperação da cobertura vegetal nativa. A primeira é uma forma de remuneração (premiação) pelos serviços ambientais prestados pelos proprietários e posseiros rurais e estará disponível para solicitações a partir de 2010. A segunda visa ao repasse de um montante menor de recursos financeiros e o repasse de insumos para os beneficiados restaurarem, recomporem ou recuperarem a área com espécies nativas, com previsão de abertura para adesão em 2011. Portanto, existem duas alternativas corretas, devendo também ser considerada pelo examinador a concessão de bolsa-verde (por se tratar de um título verde)
85	Questão deve ser anulada em virtude de ter duas respostas corretas, tendo em vista que tanto o pagamento direto, monetário ou não monetário está correto, bem como a realização de comodato, conforme consta no art. 3, I e V da Lei 14.119/21. Por isso, pede pela anulação da questão.

85	A alternativa “E” também deve ser considerada correta na medida em que a concessão de bolsa-verde é espécie de pagamento direto, monetário ou não monetário previsto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 14.119/2021. O Programa Bolsa Verde faz parte do Plano Brasil sem Miséria (PBSM) e seu nome oficial é Programa de Apoio à Conservação Ambiental, instituído pela Lei nº 12.512/2011. Ou seja, 10 anos antes da normatização de diversos meios de pagamento por serviços ambientais, a bolsa-verde surgiu como a primeira modalidade de pagamento direto e monetário para auxiliar na conservação do Meio Ambiente. Exemplo de programa congênere, mas a nível estadual, é o bolsa-floresta, do Estado do Amazonas.
89	A questão referenciada merece ser anulada, visto que todos os itens apresentados na questão estão corretos, o que decorre do disposto no art. 6º, § 3º, incisos I a IV, a lei nº 8629 de 1993, in verbis: § 3º Considera-se efetivamente utilizadas: I - as áreas plantadas com produtos vegetais; II - as áreas de pastagens nativas e plantadas, observado o índice de lotação por zona de pecuária, fixado pelo Poder Executivo; III - as áreas de exploração extrativa vegetal ou florestal, observados os índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea, e a legislação ambiental; IV - as áreas de exploração de florestas nativas, de acordo com plano de exploração e nas condições estabelecidas pelo órgão federal competente; Isto posto, não tendo nenhum item na questão que seja correspondente as alternativas elencadas, pugna-se pela anulação da questão.
91	Segundo gabarito apresentado, a Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia e faz fronteira com o Estado do Mato Grosso. A esse respeito, duas observações hão de ser feitas. A primeira é que o adjetivo "modesto" impossibilitou a análise da assertiva em razão de sua grande subjetividade. A segunda é que a Chapada dos Parecis não faz fronteira com o Estado do Mato Grosso e, tampouco, está localizada na região sudeste do referido Estado. Na verdade, parte da Chapada dos Parecis está dentro do Estado do Mato Grosso e está localizada no sudoeste de tal Estado. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chapada_dos_Parecis À vista disso, solicita-se a anulação da questão.
91	A questão 91, relacionada a conhecimentos gerais de história e geografia de Rondônia, tratou limites, hidrografia, e acidentes geográficos estaduais. Em relação a limites e hidrografia, há previsão no ponto 1, do edital, relacionado à referida matéria. Entretanto, em nenhum dos pontos relacionados a conhecimento gerais de história e geografia de Rondônia há previsão de cobrança em relação a acidentes geográficos estaduais. Com efeito, considerando que a questão considerada correta exigia conhecimento acerca de acidentes geográficos estaduais, requer-se seja anulada a questão 91.
91	O gabarito preliminar oferecido pela banca foi a letra C. “A partir da imagem precedente, que apresenta o contorno do estado de Rondônia, assinale a opção correta, acerca da orientação e dos limites interestaduais de Rondônia no que diz respeito à hidrografia e aos acidentes geográficos estaduais. (...) C) A Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia e se situa na direção sudeste, em fronteira com o estado do Mato Grosso. D) A fronteira norte é delimitada pelo rio Madeira, que determina a fronteira do território de Rondônia com o estado do Amazonas. (...)”. Ocorre que a letra C está errada, conforme a argumentação a seguir. A Chapada dos Parecis é uma formação do relevo presente nos territórios de Rondônia (sudeste do estado) e Mato Grosso. Portanto, não determina a fronteira entre os dois estados. Ademais, não possui altitudes modestas, com média de 800 metros, uma das maiores do Estado, junto com a chapada dos Pacaás Novos. Além disso, a letra D pode ser considerada correta, visto que, a fronteira norte é delimitada pelo rio Madeira, que determina a fronteira do território de Rondônia com o estado do Amazonas. Por isso, o candidato requer a alteração do gabarito para letra D.
91	Prezada Banca Examinadora, A Questão 91, de História e Geografia de Rondônia, tem como gabarito preliminar a Letra D. Contudo, não bastasse o fato de que a Chapada dos Parecis não se situa na direção sudeste do Estado, e sim sudoeste, não há como se considerar como correta a afirmação de que suas altitudes são modestas, uma vez que representa, junto com a Serra dos Pacaas Novos, as maiores altitudes presentes no Estado. Por isso, requer-se a anulação da questão.
91	Prezada banca, A alternativa B está correta, devendo ser considerada como correta pela banca: "O limite norte do estado de Rondônia tem Porto Velho como extremidade, pois o rio Madeira, após banhar a capital, segue seu curso para o leste." Segundo https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Madeira: "O Rio Madeira faz a fronteira entre Brasil e Bolívia até o encontro deste rio com o rio Abunã. A partir daí, o rio segue em direção ao nordeste atravessando dezenas de corredeiras (provisórias) até chegar a Porto Velho, onde se iniciará a Hidrovia do Madeira." Segue em direção nordeste, que é ir para o leste e norte ao mesmo tempo. Ademais, conforme mapa do Estado de Rondônia - link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Velho#Hidrografia , verifica-se que Porto Velho está localizada no norte do Estado. Não há erro na alternativa B, devendo ser considerada correta. Portanto, como há duas alternativas corretas, a questão merece ser anulada.
91	Prezada Banca Examinadora, diferentemente do gabarito preliminar, a Chapada dos Parecis é uma formação do relevo presente nos territórios de Rondônia (sudeste do estado) e Mato Grosso e que, portanto, não determina a fronteira entre os dois estados. Além disso, possui elevação média de 800 metros, ou seja, não possui altitudes modestas, sendo uma das maiores do Estado. A alternativa correta é a que afirma que a fronteira Norte é delimitada pelo Rio Madeira, já que este determina fronteiras do território de Rondônia entre o Brasil e a Bolívia até a foz do rio Abunã. A partir daí, ele atravessa o

	estado de Rondônia no sentido noroeste, norte, até a foz do igarapé Maici, divisa dos estados de Rondônia e Amazonas. Portanto, o gabarito da questão deve ser alterado.
91	A Questão 91, de História e Geografia de Rondônia, tem como gabarito preliminar a Letra D e merece ser anulada. Isso porque, não há como se considerar como correta a afirmação de que suas altitudes são "modestas", uma vez que representa, junto com a Serra dos Pacaas Novos, as maiores altitudes presentes no Estado, ultrapassando os 1000 metros de altura e possuindo uma média de 800 metros. Além disso, não determina a fronteira entre os dois estados (de RO e MT). Por isso, requer-se a anulação da questão.
91	Solicita-se a alteração do gabarito ou a anulação da QUESTÃO 91, pelos motivos que se passa a expor. O gabarito preliminar indicou a letra “B” como correta. Ocorre que a letra “B” está incorreta, pois a Chapada dos Parecis é uma formação do relevo presente nos territórios de Rondônia (sudeste do estado) e Mato Grosso e não determina a fronteira entre os dois estados. Possui elevação média de 800 metros. A alternativa correta é a letra “C”, uma vez que é o rio Madeira que determina fronteiras do território de Rondônia entre o Brasil e a Bolívia até a foz do rio Abunã. A partir daí, ele atravessa o estado de Rondônia no sentido noroeste, norte, até a foz do igarapé Maici, divisa dos estados de Rondônia e Amazonas.
91	O gabarito preliminar da questão indicou como resposta a alternativa que assim dispõe: "A Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia e se situa na direção sudeste, em fronteira com o estado do Mato Grosso." No entanto, com a devida vênia, tal afirmação não possui embasamento. Isto porque, a Chapada dos Parecis é o segundo ponto mais alto do Estado de Rondônia, possuindo altitude MÉDIA de 800 metros. Parece que a redação da alternativa não retratou a real intenção do examinador, considerando que como Chapada ela até pode ser modesta se comparada a outras chapadas do território brasileiro. Contudo, a alternativa foi peremptória em afirmar que a Chapada dos Parecis possui altitudes modestas EM RONDÔNIA (...). Ora, "em Rondônia" significa que a altitude modesta se dá dentro de um quadro comparativo tendo como parâmetro exclusivamente o Estado de Rondônia. A alternativa em momento algum afirma que a altitude modesta se dá em comparação com qualquer outro Estado, mas tão somente "em Rondônia" e se afirma isso tem-se que a Chapada dos Parecis é o segundo ponto mais alto do Estado de Rondônia, sendo descabido afirmar que possui altitude modesta em Rondônia. Até porque a altitude média do Estado de Rondônia varia entre 100 a 300 metros, sendo a altitude média da Chapada dos Parecis superior ao dobro da média do Estado, demonstrando, mais uma vez, o descabimento do enquadramento como altitude modesta. Repise-se que no enunciado em momento algum indicou qualquer quadro comparativo ao âmbito nacional ou mesmo regional, indicando expressamente "em Rondônia" o que limitou a abrangência da análise a tão somente o Estado de Rondônia. Portanto, o referido gabarito não merece subsistir, tendo em vista que há flagrante equívoco na afirmação dada como correta no gabarito preliminar, sendo flagrante que a Chapada dos Parecis NÃO POSSUI altitudes modestas em Rondônia, pelo contrário, é o segundo ponto mais alto, inexistindo, assim, alternativa correta na referida questão, o que implica no dever de ANULAÇÃO da questão discutida.
91	A questão não possui resposta correta, tendo em vista que o gabarito apresentado pela banca (alternativa B), informa incorretamente que a Chapada dos Parecis se situa no sudoeste do Estado de Rondônia. Na verdade, segundo informações constantes no site eletrônico https://pt.wikipedia.org/wiki/Chapada_dos_Parecis , a Chapada dos Parecis localiza-se no sudoeste do Estado de Mato Grosso, próximo à fronteira com a Bolívia. Destarte, sugere-se a anulação da questão.
91	A questão 91 pede para que os candidatos assinalem a opção correta acerca da orientação e dos limites interestaduais de Rondônia, no que diz respeito à hidrografia e aos acidentes geográficos estaduais. De acordo com o gabarito preliminar, a resposta correta está no item "C": "A Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia e se situa na direção sudeste, em fronteira com o estado do Mato Grosso". Com as devidas vênias à ilustre banca examinadora, entendo que o gabarito merece reforma. De um lado, porque a Chapada dos Parecis não possui altitudes modestas em Rondônia. Pelo contrário: a curva hipsométrica do relevo de Rondônia assinala que 94% dos terrenos que constituem o referido Estado estão acima dos 100 e abaixo dos 600 metros; apenas 6% acima de 600 metros. Assim - e considerando que as altitudes mais elevadas são encontradas justamente chapadas do Parecis e Pacaás Novos --, forçoso reconhecer que a informação contida no item "C" está equivocada. De outro lado, porque o item "D" não traz qualquer informação equivocada. De fato, a fronteira norte do Estado de Rondônia encontra o Estado do Amazonas e é delimitada pelo Rio Madeira. Ante o exposto, acredito que o gabarito da questão 91 deve ser alterado do "item C" para o "item D".

91	A Banca Examinadora incorreu em equívoco quando apontou a assertiva "D" como correta, conforme será demonstrado a seguir. Na assertiva "D", consta que a Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia (...). De início, vale registrar que o advérbio "MODESTAS" é empregado qualificando o termo "altitudes". No texto, tem-se que as altitudes da Chapada dos Parecis são modestas. Além disso, o advérbio "modéstas" foi empregado como sinônimo de "moderado, singelo, diminuto". No entanto, a Chapada dos Parecis representa a maior altitude registrada no Estado de Rondônia, não sendo correto afirmar que as altitudes da Chapada dos Parecis são modestas. Logo, como as altitudes da Chapada dos Parecis não podem ser consideradas modestas, a assertiva "D" não pode ser considerada correta; devendo a questão n° 91 ser declarada nula. Nesses termos, pede deferimento.
91	Senhor(a) Examinador(a), venho respeitosamente, perante Vossa Excelência, com máxima vênia,recorrer da questão de nº 91, tendo em vista da douta banca examinadora ter dado como correta a letra "E" da questão 91, no que tange a matéria de conhecimento de história e geografia de Rondônia. Douta e respeitosa Banca Examinadora, apesar de letra "E" da questão estar correta, entente este recorrente que pelo comando da questão e resposta da banca, tenha mais de uma questão correta, tendo em vista que em afirmar letra "B", que "A fronteira norte é delimitada pelo rio Madeira, que determina a fronteira do território de Rondônia com o Estado do Amazonas", também estar correta, de fato, ao Norte o Estado de Rondônia faz fronteira com o Estado do Amazonas, sendo que o Rio Beni e Mamoré forma o rio Madeira que faz fronteiras com o Estado do Amazonas. Ante o exposto, REQUER de Vossa Excelência, a ANULAÇÃO da questão 91, por ter duas acertivas CORRETAS. Nestes termos Pede deferimento. Recorrente.
91	A questão não apresenta alternativa correta, visto que, o item considerado pela banca não se coaduna com a realidade, uma vez que a Chapada dos Parecis não delimita a fronteira com o Mato Grosso, além disso, não tem altitudes modestas (média de 800 metros, uma dos maiores do Estado), possuindo, ainda, como Ponto mais elevado o Pico do Tracuá, com 1.126 metros (fonte: https://www.suapesquisa.com/geografia_do_brasil/chapada_parecis.htm). Diante disso, pugna-se pela anulação da questão.
91	Conforme enunciado de questão objetiva elaborada pela banca examinadora na prova objetiva para Analista Judiciário do Tribunal de Justiça de Rondônia de 2012, foi observado que "mais de 90% do território tem altitude entre 100 m e 600 m". Em razão de possuir altura de 650 metros (informação retirada do artigo científico do sítio eletrônico ppegeo.igc.usp.br/index.php/rbg/article/download/12266/11824#:~:text=A%20Chapada%2C%20divisor%20de%20aguas,atinge%20650%20m%20de%20altitude.), a Chapada dos Parecis não possui altitudes modestas em Rondônia, tendo em vista ser estado com níveis de altitudes, em geral, baixos, fazendo com que a altitude da Chapada dos Pareceis destoe do resto do estado. Desse modo, requer a anulação da questão, por não haver assertiva correta.
91	Consoante o gabarito oficial preliminar disponibilizado pela respeitável Banca Examinadora, na questão 91, considerou-se correta a alternativa "E", segundo a qual "A Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia e se situa na direção sudeste, em fronteira com o estado do Mato Grosso". Ocorre que, com a devida vênia, a aludida alternativa não se afigura como a mais adequada para a questão.. Isto porque a Chapada dos Parecis possui altitude aproximada de 800 (oitocentos) metros, de modo que não possui "altitudes modestas em Rondônia". Em verdade, em comparação com os demais relevos do Estado de Rondônia, formado majoritariamente por relevos pouco acidentados que variam de 70 (setenta) metros a, no máximo, 500 (quinhentos) metros de altitude (a chamada Planície Amazônica), a Chapada dos Parecis destaca-se por sua altitude, não podendo ser considerada modesta no Estado. Eis o erro da assertiva. Lado outro, a alternativa "D" afigura-se mais adequada para a questão, ao afirmar que "O limite norte do estado de Rondônia tem Porto Velho como extremidade, pois o rio Madeira, após banhar a capital, segue seu curto para o leste". Isto porque, da análise do mapa da região, verifica-se que o rio Madeira efetivamente segue em direção mais à leste (e não exatamente ao norte) e, de fato, o limite norte do Estado é sua capital, Porto Velho. À luz do exposto, pleiteia-se a ALTERAÇÃO do gabarito, passando a constar como correta a alternativa "D". Subsidiariamente, em observância ao princípio da eventualidade, pleiteia-se a ANULAÇÃO da questão, porquanto nenhuma das demais alternativas traz informações totalmente corretas acerca dos pontos questionados.
91	Há erro na alternativa apontada como correta, uma vez que a Chapada dos Parecis não possui altitudes modestas. Na verdade, ela chega a altitude de mais de 800 metros de altitude, razão pela qual requer a anulação da questão, por não haver alternativa correta.
91	O item trouxe como gabarito a alternativa "D" - A Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia e se situa na direção sudeste, em fronteira com o estado do Mato Grosso. Ocorre que a Chapada dos Parecis possui elevação média de 800 metros, estendendo-se do Mato Grosso a Rondônia; ainda que possua altitude menor no estado, quando comparada à área situada em MT, é onde se encontra o ponto mais alto de RO - Pico do Tracuá (1.126 metros) -, motivo pelo qual a afirmação de que "possui altitudes modestas em Rondônia" deve ser rechaçada, tornando a alternativa incorreta e ensejando a ANULAÇÃO da questão.

91	"A Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia e se situa na direção sudeste, em fronteira com o estado do Mato Grosso." Deve ser considerada incorreta pois a Chapada dos Parecis é uma formação do relevo presente nos territórios de Rondônia (sudeste do estado) e Mato Grosso. Portanto, não determina a fronteira entre os dois estados. Possui elevação média de 800 metros. "O rio Mamoré delimita a fronteira sul do estado de Rondônia com a Bolívia, até a altura da foz do rio Corumbiara" Deve ser considerada correta pois o rio Madeira determina fronteiras do território de Rondônia entre o Brasil e a Bolívia até a foz do rio Abunã. A partir daí, ele atravessa o estado de Rondônia no sentido noroeste, norte, até a foz do igarapé Maici, divisa dos estados de Rondônia e Amazonas.
91	A alternativa "B" também deve ser considerada correta na medida em que o rio Madeira faz a divisa setentrional do Estado de Rondônia com o Estado do Amazonas. Obviamente que tal curso d'água não se arrasta por toda a região norte do Estado, mas sim em grande parte da mesma. O mesmo pode-se dizer acerca da alternativa "E", uma vez que a Chapada dos Parecis também não se arrasta por toda a divisa sudeste do Estado de Rondônia com o Estado do Mato Grosso, mas sim por grande e significativa área.
91	A Chapada dos Parecis é uma formação do relevo presente nos territórios de Rondônia (sudoeste do estado) e Mato Grosso (noroeste do estado). Possui elevação média de 800 metros, não podendo ser considerada de altitude modesta. Ademais, a aludida chapada não determina a fronteira entre os dois estados.Desta feita, não pode ser considerada correta a alternativa "E", devendo ser anulada.
91	REQUERIMENTO: requer a anulação da questão 91, por não haver resposta correta. RECURSO: a questão 91 apontou como correto o disposto em seu item "E": "A Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia e se situa na direção sudeste, em fronteira com o estado do Mato Grosso". Ocorre que a expressão "altitudes modestas" é dúbia, podendo ser analisada sob duas perspectivas: a) em comparação com chapadas de outros Estados, quando poderá ser considerada como de menor expressão, a exemplo da Chapada Diamantina, no Estado da Bahia, a qual possui os dois pontos mais altos do Estado, sejam estes: o Pico do Barbado (2 033 m) e o Pico das Almas (1 958 m). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chapada#:~:text=Chapada%20Diamantina%20%E2%80%94%20%C3%89%20a%20maior,Almas%20(1%20958%20m); ou b) levando em conta apenas o Estado de Rondônia, ocasião em que não é possível considerar que a chapada dos Parecis, um dos pontos mais altos do Estado, possui alturas modestas. Nesse contexto, cita-se informações disponíveis em https://noticiasconcursos.com.br/chapada-dos-parecis-relevo-e-mais-dados-para-estudar/: "O ponto mais alto da Chapada dos Parecis é o Pico do Tracoá com 1.126 metros. Podemos citar como as principais serras: São Francisco, Novas, Pacaás Novos, Vitória, Serra das Queimadas, Serra da Pedra Branca". A título de reforço argumentativo, ressalte-se que em diversas provas de concurso realizados no Estado de Rondônia, a informação de que a Chapada dos Parecis recebe os pontos mais altos do Estado já foi cobrada, vejamos: (FGV – SEFIN-RO 2018) Chapada dos Parecis-Pacaás Novos: possui pontos culminantes com mais de 1.000 metros, como o Pico do Tracuá ou Pico Jaru. CORRETA. (FUNCAB – PC/RO 2012) A Chapada dos Parecis forma um dos relevos mais significativos do estado de Rondônia. Esse relevo possui a seguinte característica: corresponde a uma faixa de terrenos sedimentares do tipo arenito, datados do Cretáceo. CORRETA. Pelo exposto, por não haver resposta correta, pugna-se pela anulação da questão 91.
91	A alternativa C dada como gabarito da questão encontra-se equivocada, pois a Chapada dos Parecis não possui altitudes modestas. Nessa linha, cita-se o trecho do livro do professor Emmanuel Gomes, terceira edição, página 88, no qual afirma " ocupando a maior área dentro do Estado, oscilando entre 600 e 900 metros de altitude". No mesmo sentido, " Como prolongamento do Planalto Brasileiro em nosso estado no sentido sudeste-noroeste, as Chapadas dos Parecis e dos Pacaás Novos representam as maiores altitudes de nosso estado, que variam de 600 a 900 metros. Há pontos culminantes com mais de 1.000 metros. Assim, temos o Pico do Tracuá ou Pico Jaru com 1.126 metros na Chapada dos Pacaás Novos". Tal trecho pode ser localizado no site: http://rondoniaemsala.blogspot.com/search/label/I%20-%20Relevo%20de%20RO. Portanto, a elevação média da Chapa dos Parecis não é modesta como diz a questão. Pelo contrário, as maiores elevações do Estado encontram-se na Chapada dos Parecis e na Serra dos Pacaás Novos. Por outro lado, a alternativa D é a correta, pois o Rio Madeira rio Madeira determina fronteiras do território de Rondônia entre o Brasil e a Bolívia até a foz do rio Abunã. A partir daí, ele atravessa o estado de Rondônia no sentido noroeste, norte, até a foz do igarapé Maici, divisa dos estados de Rondônia e Amazonas, conforme pode-se observar pelo mapa disponibilizado no site http://rondoniaemsala.blogspot.com/search/label/L%20-%20Hidrografia%20de%20RO. Do exposto, pugna-se pela alteração de gabarito, tendo como correta a letra D.

91	A banca indicou a letra "E" como assertiva correta. Entretanto, a assertiva está incorreta pois afirma que a Chapa dos Parecis possui "altitudes modestas". Na realidade, a Chapada dos Parecis não possui altitude modestas em Rondônia, sendo, na verdade, um dos pontos mais altos de Rondônia, com elevação média de cerca de 800 metros de altitude e tendo o Pico do Tracuá o ponto mais elevado, com 1126 metros de altitude. (Disponível em https://noticiasconcursos.com.br/chapada-dos-parecis-relevo-e-mais-dados-para-estudar/; https://www.suapesquisa.com/geografia_do_brasil/chapada_parecis.htm) Além disso, ainda que a banca entendesse que a Chapada dos Parecis possui altitude modesto - o que, frise-se, não é o caso - teria de mencionar o parâmetro para considerá-la modesta. Isto é, seria a altitude da Chapada dos Parecis modesta em relação ao quê? É que, se comparado ao Monte Everest, a altitude da Chapada dos Parecis pode ser considerada modesta. Por outro lado, se comparado ao restante do Estado de Rondônia, a Chapada dos Parecis possui altitude muito superior. Face ao exposto, tendo em vista o equívoco da assertiva letra "E", bem como o fato de estar prejudicado o julgamento objetivo (por não informar o parâmetro de comparação) da assertiva, merece a questão ser anulada.
91	A alternativa dada como correta pela banca está incorreta, pois a chapada dos parecis não possui altitudes modestas, constituindo-se em um dos pontos mais elevados do território de Rondônia. Desta forma, solicita-se a anulação da questão.
91	A Chapada dos Parecis não possui altitudes "modestas", mas sim altitude média de 800m, uma das mais altas do Estado de Rondônia. Além disso, não delimita a fronteira com o Mato Grosso, uma vez que começa bem antes e ultrapassa a linha fronteiriça prevista no mapa. Não há alternativa correta, devendo a questão ser anulada.
91	A alternativa apontada como correta afirma que a "Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia". Entretanto, conforme o sítio eletrônico oficial do próprio Estado de Rondônia (https://rondonia.ro.gov.br/alto-alegre-dos-parecis-completa-27-anos-e-se-destaca-pela-producao-de-cafe-tomate-e-ecoturismo/), a região é tida como uma das mais altas do Estado. Assim, a questão merece ser anulada.
91	Questão deve ser anulada em virtude de ausência de gabarito correto, pois a Chapada dos Parecis não possui altitudes modestas, cerca de 800m de altura, bem como não figura na fronteira com o estado do Mato Grosso. Dessa forma, pede pela anulação da questão.
91	Prezados examinadores, conforme é possível observar no mapa (http://historiacacoal.blogspot.com/2011/03/relevo-ro.html), que consta também de questões de concursos, a exemplo de https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/ee5e2798-f5, a Chapada dos Parecis é uma formação do relevo presente no território de Rondônia na parte central do estado. Portanto, não determina a fronteira entre Rondônia e Mato Grosso. Além disso, não tem altitudes modestas, ao contrário possui elevação média de 800 metros, uma das maiores do estado, possuindo pico de até 1.126 metros, como o Pico do Tracoá. Assim, a assertiva 'E' não pode ser considerada correta, motivo pelo qual se requer a anulação da questão 91.
91	A questão aponta como assertiva correta: "A Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondonia e se situa na direção sudeste, em fronteira com o estado do Mato Grosso". Ocorre que a afirmação que a Chapada dos Parecis possui altitudes modestas é equivocada. Não houve na assertiva a criação de algum contexto com a altitude da mesma chapada no estado do Mato Grosso ou com outras formações geográficas. Em Rondônia a altitude da Chapada dos Parecis é elevada, inclusive possuindo o ponto mais alto do estado, qual seja o pico do Tracuá, com 1.126 metros. A atribuição do termo "modestas" na assertiva a torna errada, resultando em inexistir resposta correta a responder o item em tela. Pelo exposto, diante da ausência de resposta correta ao item, postula-se pela sua anulação. É o que se requer.
91	Em que pese a questão considerar como resposta final a alternativa "B" ("A chapada dos Parecis"), em verdade, tal alternativa se encontra incorreta, pois, conforme sabemos, a Chapada dos Parecis é uma formação do relevo presente nos territórios de Rondônia (sudeste do estado) e Mato Grosso. Portanto, não determina a fronteira entre os dois estados. Possui elevação média de 800 metros. Assim, tal assertiva considerada correta não está de acordo com a geografia do Estado de Rondônia quando afirma que "A Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia...", conforme explicado. Diante dessas considerações, requer-se que se promova a anulação da questão.
91	A chapada dos parecis não delimita a fronteira com o Mato Grosso. Noutra ponta, sua altitudes não são modestas visto serem lá as localizações de maior altitude no Estado de Rondônia, devendo portanto ser anulada a questão
91	O gabarito preliminar aponta como alternativa correta a seguinte assertiva: "A Chapada dos Parecis possui ALTITUDES MODESTAS em Rondônia e se situa na direção sudeste, em fronteira com o Mato Grosso". Ocorre que tal alternativa possui dois erros gritantes, à medida em que (a) Chapada dos Parecis é uma formação do relevo presente nos territórios de Rondônia (sudeste do estado) e Mato Grosso. Portanto, NÃO determina a fronteira entre os dois estados e (b) possui elevação média de 800 metros, sendo um dos pontos mais altos da região norte, portanto, não tendo altitude modesta. Assim, é impossível vislumbrar tal alternativa como correta. Em contra-partida, a alternativa (b) é correta de acordo com a doutrina especializada da matéria, eis que o rio Madeira determina fronteiras do território de Rondônia entre o Brasil e a Bolívia até a foz do rio Abunã. A partir daí, ele atravessa o estado de Rondônia no sentido noroeste, norte, até a foz do igarapé Maici, divisa dos estados de Rondônia e Amazonas. Assim, deve ser considerada como correta a alternativa que di "A fronteira norte é

	delimitada pelo rio Madeira(...)" Portanto, deve ser alterado o gabarito para a alternativa b, a medida que o apontado pelo gabarito preliminar está em desacordo com a geografia do estado.
91	Não é correto afirmar que a Chapada dos Parecis possui altitudes modestas, pois que, segundo o professor Sergio Henrique (Estratégia Concursos, aula 01 do curso "PGE-RO (Procurador do Estado) História e Geografia de Rondônia 2021 (Pós-Edital), p. 7), "as altitudes mais elevadas" do Estado de Rondônia são encontradas justo "nas chapadas do Parecis e Pacaás Novos, localizando-se nesta última o ponto culminante do Estado, o Pico de Tracuá com 1.120 metros de altitude, no município de Campo Novo de Rondônia". Essa informação é corroborada pelo site mundoeducacao.uol.com.br, no qual é dito que, in verbis: "O território de Rondônia possui um relevo predominantemente plano, típico de áreas de planície. As áreas mais elevadas estão concentradas na porção sudeste do estado, na região da chapada do Parecis, assim como na porção noroeste, devido à serra dos Pacáas Novos." (disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/rondonia.htm ; acesso em 08/02/2022) Mesma conclusão se extrai de certames anteriores, a exemplo das questões que constam dos links https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/ee5e2798-f5 (Ano: 2015 Banca: FGV Órgão: TJ-RO Provas: FGV - 2015 - TJ-RO – Administrador), https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/90ed5972-ff (Ano: 2018 Banca: FGV Órgão: SEFIN-RO Prova: FGV - 2018 - SEFIN-RO – Contador), https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/f3e1bd38-47 (Ano: 2021 Banca: FGV Órgão: TJ-RO Prova: FGV - 2021 - TJ-RO - Técnico Judiciário), nas quais se aborda essa característica das chapadas do Parecis e Pacaás Novos: serem as áreas que concentram as maiores altitudes do Estado. Ante o exposto, por não haver nenhuma alternativa correta, requer-se a ANULAÇÃO da questão.
91	A alternativa indicada como correta afirma que "a Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia...". No entanto, de acordo com o dicionário Michaelis Online, MODESTO significa: "1 Que se caracteriza pela modéstia; destituído de vaidade; despretensioso. 2 Que indica ou revela modéstia ou despretensão; humilde. 3 Que revela compostura ou decência; comedido, recatado. 4 Que NÃO É EXCESSIVO; comedido, moderado. 5 Que não é luxuoso; simples. 6 Que revela simplicidade ou pobreza. 7 Que ocupa, numa determinada classe profissional, posição simples. 8 Que é comedido ou econômico; parco." Obviamente, tais adjetivos não são adequados para descrever a Chapada dos Parecis, afinal, trata-se da formação de relevo que abriga o PICO MAIS ALTO do estado de Rondônia, o Pico do Tracuá, com cerca de 1.126 metros, na Serra dos Pacaás Novos. Além disso, a Chapada dos Parecis possui elevação média de 800 metros. Portanto, a questão deve ser anulada, pois não existe alternativa correta.
91	Prezada Banca, a QUESTÃO 91 requer ao candidato que assinale a alternativa correta acerca da orientação e dos limites interestaduais de Rondônia no que diz respeito à hidrografia e aos acidentes geográficos estaduais. A alternativa dada como correto foi a ALTERNATIVA E: "A Chapada dos Parecis possui altitudes modestas em Rondônia e se situa na direção sudeste, em fronteira com o estado do Mato Grosso.". Ocorre que o referido item está incorreto, vejamos. A chapada dos Parecis possui elevação média de 800 metros de altitude, uma das maiores do estado. O referencial da palavra MODESTA é bastante variável. Em nível de Brasil, percebemos que cerca de 40% do seu território encontra-se abaixo de 200 m de altitude, 45% entre 200 e 600 m, e 12%, entre 600 e 900 m. Referente ao Estado de Rondônia, da mesma forma, pois a Chapada dos Parecis é a segunda localidades do estado com maior altitude. Desta feita, a Chapada dos Parecis, dentro do contexto do Brasil e de Rondônia, não pode ser definido como uma altitude modesta, tendo em vista que se encontra em um nicho maior do que 85% do restante das altitudes do Brasil. Desta feita, devido a falta de referencial comparativo do termo MODESTA é impossível avaliar o item, estando, portanto incorreto. Ante o exposto, devida a inexistência de itens correto, não há resposta para a questão, requer-se, portanto, que seja ANULADO O GABARITO DA QUESTÃO 91.

92	A questão 92, de história e geografia de Rondônia, indica a alternativa "D" como gabarito preliminar, mas deve indicar a alternativa "C" como gabarito definitivo. Explica-se. O enunciado da questão delimita, com precisão, o período histórico ao qual deve corresponder a atividade econômica prevista na alternativa correta. Exige-se que a atividade econômica corresponda àquela que "estimulou os primeiros núcleos coloniais rondonienses" "no mesmo século da construção do Forte Príncipe da Beira". É sabido que o Forte Príncipe da Beira foi construído em 1776, como forma de consolidar o domínio sobre o território do Guaporé. Trata-se, portanto, do século XVIII. Nesse contexto, destacam-se as missões jesuíticas, a pecuária e as expedições bandeirantes. Isso porque, por onde os bandeirantes fundavam vilas e os jesuítas criavam seus colégios, Portugal mapeava a região e construía fortes militares, a exemplo do Forte do Presépio, de 1616, e do Forte Príncipe da Beira, de 1776. Por sua vez, o espanhóis já haviam reconhecido a região amazônica do Guaporé desde o século XV, embora não a tivessem ocupado. Apesar disso, eles faziam expedições pela bacia amazônica, vindo de Quito (capital do Equador), pelo rio Marañón-Solimões, em busca das chamadas "drogas do Sertão". Em vista disso, no século XVIII, mais precisamente em 1723, Francisco de Melo Palheta, enviado de Portugal para fiscalizar a presença espanhola no Grão-Pará, relata a fragilidade da presença da coroa portuguesa na região. Na época, os jesuítas já haviam construíram 11 reduções na missão de Chiquitos e 15 na de Moxos. Eram verdadeiras instituições de defesa da fronteira do território espanhol, e essa atuação era vista com preocupação pelo lado português. Posteriormente, o conjunto de Moxos foi atacado e destruído por Dom Rolim, primeiro governador do Mato Grosso. Os espanhóis tentaram se restabelecer na margem direita do Rio Guaporé, entre 1752 e 1759, quando Pombal expulsou os jesuítas, ocorrendo enfrentamentos entre os jesuítas espanhóis e o governo de Mato Grosso. Quanto à exploração da mineração aurífera, ela já era realizada desde o século XVII, estendendo-se, de fato, até o século XVIII. Ela não foi, porém, a única atividade econômica que estimulou os primeiros núcleos coloniais. Por outro lado, a proteção territorial em face dos espanhóis, com a construção de fortificações militares, mobilizou um expressivo contingente populacional, contribuindo para a formação dos primeiros núcleos coloniais rondonienses, além de garantir a exploração da mineração aurífera, dentre outras atividades econômicas. Portanto, evidencia-se que o gabarito definitivo a questão 92 é a alternativa "C". Caso assim não se entenda, a questão merece ser anulada porque existem duas alternativas razoavelmente corretas, o que prejudica a sua análise objetiva.
93	Em que pese a questão considerar como resposta final a alternativa “B” (“A chapada dos Parecis”), em verdade, as maiores produções de grãos em Rondônia atualmente, por ordem são: ordem, são soja, café, milho e arroz. Cobrar especificamente determinado momento em que a produção de uma em determinado momento exige o conhecimento de qual específica produção se encontra em determinado momento em maior quantidade que outra, e não qual é de maior produção geral, extrapolando conhecimento previsto e regra editalícia, exigindo extraordinária matéria que vai além do estudo da economia rondoniense, mas de projeção de assunto elevado e desproporcional. Caso se trata-se de saber quais eram as maiores produções de grãos do Estado, seria um conhecimento que o candidato conseguiria buscar responder de forma objetiva, e não em matéria jornalística específica e que, embora diga a respeito do Estado de Rondônia e sua economia, vai além do conhecimento adequado a qualquer candidato. Diante dessas considerações, requer-se que se promova a anulação da questão.
93	Prezado (a) examinador (a) A questão em tela não possui resposta correta e deverá ser anulada. Inicialmente, observa-se que, do texto de apoio da questão, retirado do site da EMBRAPA, não é possível depreender qualquer destaque na safra de grãos no Estado de Rondônia, a despeito do enunciado expressamente dispor que a resposta estaria “No texto anterior”. Somado ao argumento inicial, em leitura à versão integral do texto (https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/66034249/brasil-deve-ter-safra-recorde-em-2022-e-para-rondonia-as-estimativas-sao-de-estabilidade?p_auth=ECumhuip#:~:text=De%20acordo%20com%20previs%C3%A3o%20da,%C3%A0%20da%20safra%202020%2F2021.) , não é possível confirmar o gabarito preliminar da questão “LETRA B – soja e milho, haja vista que a soja não aparece como destaque, mas sim como grão em declínio de 4,6%: “Soja – a tendência é de estabilização da área plantada na safra 2021/2022, em 396,5 mil hectares. Tanto a produção quanto a produtividade deverão declinar 4,6%”, Ou seja, por mais que a soja seja de fato destaque na produção de grãos do estado de Rondônia, considerando que a banca condicionou a resposta correta ao texto anterior, não é possível considerar qualquer alternativa que contenha SOJA como correta, dado que o texto anterior, efetivamente, informa o decréscimo da produção de soja, o que elimina as alternativas B – soja e milho, C – arroz sequeiro e soja e D – soja e café. Além disso, a produção de feijão, segundo o texto também vem diminuindo e não pode ser considerada destaque, o que afasta a alternativa E – feijão e milho: "Feijão – tanto a área plantada quanto a produção e produtividade do feijão na safra 2021/2022 não apresentam variações em relação à safra anterior. O cultivo do feijão vem diminuindo ao longo dos anos e a tendência é que se torne basicamente uma cultura de subsistência para os produtores que ainda a cultivam, com comercialização do excedente nos mercados locais. " Por fim, a produção de algodão em caroço, de acordo com o texto indicado pela banca, não se mostra relevante, eliminando a possibilidade de ser considerada como correta a LETRA A – algodão em caroço e milho. Conclui-se que a questão não possui resposta correta e, portanto, como medida de justiça merece ser anulada. Ante o exposto, requer a anulação da questão nº 93, com a atribuição da pontuação a todos os candidatos do certame.
93	Rondônia é o Estado da região norte que mais produz café, sendo também o quinto maior produtor do Brasil. Não se pode considerar incorreta a letra D. Assim, solicita-se a troca de gabarito para letra D, ou, subsidiariamente, a anulação da questão.

93	A alternativa “D” deve ser considerada a única correta uma vez que o enunciado menciona “grãos” e não “cereais”, razão pela qual apenas soja e café atendem a tal classificação. O milho não é grão, mas sim cereal, entendido como qualquer fruto ou semente comestível da família das gramíneas. Também são cereais o trigo, centeio, arroz, aveia, cevada e sorgo. Vale destacar também que o café é um grão relevante da economia rondoniense, haja vista que sua exploração eleva o Estado a quinto maior produtor do Brasil. Quanto à alternativa “E”, é importante dizer que o feijão não é cereal e nem grão, mas sim leguminosa. Tais conceitos podem parecer sem sentido para a maior parte dos brasileiros, mas em um estado agrícola como Rondônia, faz toda a diferença saber e reconhecer a produção rural do estado. A essa discussão soma-se a notícia veiculada no enunciado, retirada do sítio eletrônico da Embrapa. Segundo o texto, quando lido na íntegra na internet, não é dado destaque maior para o milho ou para a soja, haja vista que menciona diversos gêneros, inclusive o café. Já que o objetivo de cobrar “Conhecimentos Gerais de História e Geografia de Rondônia” nessa prova é de avaliar o conhecimento da realidade regional, é fundamental que o candidato conheça a economia rondoniense e suas commodities. Guardadas as devidas proporções, é como se em uma prova sobre o Estado do Amazonas a questão qualificasse o peixe-boi e o boto-cor-de-rosa como peixes, quando na verdade não são.
93	Como se sabe, Rondônia é o maior produtor de café da região Norte, além disso as duas maiores produções de grãos em Rondonia em 2019 foram Soja e Café, seguido do milho, em valores bem próximos: o café com 577.248 e o milho com 557.492. Portanto, não como se considerar equivocada a alternativa que menciona também “soja e milho”, pois as produções são absolutamente próximas. Fonte: PAM À vista disso, requer-se a anulação da questão.
93	Como se sabe, Rondônia é o maior produtor de café da região Norte, além disso as duas maiores produções de grãos em Rondonia em 2019 foram Soja e Café, seguido do milho, em valores bem próximos: o café com 577.248 e o milho com 557.492. Portanto, não como se considerar equivocada a alternativa que menciona também “soja e milho”, pois as produções são absolutamente próximas. Fonte: PAM À vista disso, requer-se a anulação da questão.
93	Solicita-se a alteração do gabarito ou a anulação da QUESTÃO 93, pelos motivos que se passa a expor. Os principais grãos produzidos em Rondônia, por ordem, são soja, café, milho e arroz, segundo dados do governo de RO. Logo, o gabarito deve ser alterado para a letra “E” ou ser anulada a questão. Além disso, Rondônia é considerado o maior produtor de café da região norte.
93	O texto constante no enunciado da questão foi extraído do site EMBRAPA. Ao analisá-lo, é possível extrair que a produção de milho será inferior à de arroz sequeiro e soja, bem como que haverá diminuição na produtividade na safra de 2021/2022. Veja-se: "[...] Arroz – a produção no estado na safra 2021/2022 está estimada em 123,2 mil toneladas [...]. A área plantada permanece estável, com previsão de serem semeados 36,8 mil hectares." "Soja – a tendência é de estabilização da área plantada na safra 2021/2022, em 396,5 mil hectares." "Milho – A área plantada com milho na primeira safra 2021/2022 em Rondônia está estimada em 12,6 mil hectares, mantendo-se estável em relação à safra 2020/2021, com recuo da produtividade e produção em 5,3% e 5,1%, respectivamente." Logo, é equivocado afirmar que a produção milho é o destaque da safra de grãos. Assim, solicita-se alteração do gabarito a fim de que conste como assertiva correta a letra "a". FONTE: (https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/66034249/brasil-deve-ter-safra-recorde-em-2022-e-para-rondonia-as-estimativas-sao-de-estabilidade?p_auth=ECumhuip#:~:text=De%20acordo%20com%20previs%C3%A3o%20da,%C3%A0%20da%20safra%202020%2F2021.)
93	Acredito que não há resposta correta. A questão é um verdadeiro exercício de adivinhação. Não se pergunta quais grãos Rondônia mais produz, simplesmente é orientado que fosse descoberto a quais grãos o texto se refere. Rondônia produz café em grande quantidade, por exemplo. Está entre os cinco maiores produtores do Brasil, algo que não é desprezível, considerando ser o nosso país o maior produtor do mundo. Veja-se excerto retirado do site da EMBRAPA (https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31081641/seis-maiores-estados-produtores-dos-cafes-do-brasil-atingiram-98-do-volume-da-safra-de-2017) consulta em 09/02/2022: Referido Acompanhamento da CONAB demonstra ainda que o maior estado produtor de café do País – Minas Gerais – participou com 54,3% da produção nacional em 2017, pois obteve um volume corresponde a 24,45 milhões de sacas de 60kg, número que foi 20,4% menor que a safra 2016. O segundo estado maior produtor – Espírito Santo – teve uma produção de 8,86 milhões de sacas (19,7%), o terceiro São Paulo 4,41 milhões de sacas (9,8%), seguido pela Bahia, com 3,36 milhões de sacas (7,5%), Rondônia com 1,94 milhões de sacas (4,3%), e, em sexto lugar, o Paraná com 1,21 milhões de sacas (2,7%). Os demais estados produtores corresponderam aproximadamente a 1,7%. Como se vê, o texto da prova poderia estar se referindo ao café, não sendo possível saber. E obviamente, o café é um grão. Dessa forma, a questão deveria ser anulada.

93	O gabarito preliminar oferecido pela banca foi a letra D. “O Brasil irá colher a sua maior safra de grãos da história em 2021-2022, com produção estimada de 288,6 milhões de toneladas, 14,2% superior à da safra 2020-2021. Em Rondônia, a produção de grãos na safra 2021-2022 está estimada em 2,6 milhões de toneladas, apenas 0,1% maior do que a da safra anterior. A área plantada deverá crescer 2,7%, alcançando 675,3 mil hectares, 2,7% superior à da safra 2019-2020. Internet: (com adaptações). No texto anterior, o destaque da safra de grãos no estado de Rondônia diz respeito à produção de A) feijão e milho. B) algodão em caroço e milho. C) soja e café. D) soja e milho. E) arroz sequeiro e soja.” Ocorre que Rondônia é o maior produtor de café da região norte. Os principais grãos produzidos em Rondônia, por ordem, são: soja, café, milho e arroz. Logo, tanto a alternativa C quanto a alternativa D poderiam ser marcadas como correta. Por isso, o candidato requer a anulação da questão.
95	Senhor (a) Examinador(a), vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, recorrer da questão nº 95, que deu como gabarito correto a letra "B", como a a maior exploração de cassiterita, no período da aberta da BR-29. Acontece que o enunciado da questão deu margem para dupla interpretação, prejudicando a análise da mesma, tendo em vista que em 1952, ocorreu a descoberta de estanho, que foi importante para economia Regional de Porto Velho, surgindo aí o ciclo da extração da cassiterita, que também se divide em dois períodos: O Primeiro foi o da garimpagem manual, que durou até 31 de março de 1971, quando foi proibida pelo Governo Federal; A partir dessa data, iniciou-se da garimpagem mercanizada. Vejamos:O garimpo Bom Futuro é denominado o maior garimpo a céu aberto do mundo, foi descoberto no ano de 1987 e a partir dessa descoberta começou a garimpagem da sua maior riqueza que é a Cassiterita (SnO2), que contém cerca de 66% a 75% de Estanho, e é passada por um processo de beneficiamento, do qual retira-se um Estanho com 99,98% de pureza. Este minério é usado para diversas finalidades como, folha-de-flandres e ligas metálicas como solda, bronze, liga de pewter e em compostos químicos. O estanho ajudou e continua ajudando na economia do Estado de Rondônia, sendo cada vez mais utilizado no nosso dia-a-dia, sabendo-se de tamanho potencial de estudo, este trabalho tem por finalidade propor a visita do garimpo como ferramenta no ensino de educação ambiental e química, dando um olhar diferenciado a um garimpo e mostrar o grande potencial do garimpo como um grande laboratório a céu aberto. Além, do mais, a inserção da frase " levantamento de área e criou a Província de Rondônia", no contexto do comando geral da questão prejudicou a análise do contexto histórico dos períodos ora citados. Por ser de inteira e cristalina justiça, REQUER de Vossa Excelência, a ANULAÇÃO da referida questão, com a devida vênia. Nestes termos, Pede deferimento. Recorrente.
97	A evolução política de Rondônia ao longo da República: Em 1943, durante o Governo Vargas, foi criado do Território Federal de Guaporé. Em 1956, durante o governo JK, em homenagem ao sertanista Marechal Cândido Rondon, teve seu nome mudado para Território de Rondônia. Em 1982, no governo do General Figueiredo, foi elevado à categoria de Estado. Alternativa A: Errada. Muita atenção! De fato, a região do atual estado de Rondônia foi alvo de medidas dos governos militares objetivando sua ocupação. Entretanto, os militares o fizeram no Território de Rondônia (nome dado em 1956). Portanto, meu(minha) querido(a), já não existia o Território Federal do Guaporé. Pegadinha muito bem elaborada. Alternativa D: Correta. Como há de concordar, o início da década de 1980 foi marcado pelo processo de redemocratização, exemplo disso fora a lei da Anistia, ou ainda, o pluripartidarismo. Portanto, merece reforma para o Gabarito da letra D
97	o item "B" foi dado como correto, todavia o item "A" também pode ser considerado correto.É correto afirmar que o nome do Estado foi dado em homenagem ao Desbravador Marechal Cândido Rondon. Também é verdade que foi realizado na atmosfera da redemocratização. Senão vejamos: Rondonia foi elevada a estado em 22/12/1981 e sua instalação ocorreu apenas em 04/01/1982, à época o presidente era João Batista FIgueiredo, que embora seja considerado do regime militar governou o país entre 1979-1985 com a finalidade de conceder a abertura "lenta, gradual e segura". Em 1979 assinou a lei de anistia política, houve a extinção do bipartidarismo, foi prevista a eleição direta realizada em 1982. POr este motivo, o processo de redemocratização iniciou com a política de Figueiredo https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/governo-figueiredo. Um dos anúncios do presidente Figueiredo era no sentido de "fazer deste país uma democracia" https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFCG_e664f5bb31ce7e52144b135be17ff5ff. A questão não foi precisa quanto a palavra "atmosfera", ou seja, o sentido foi ampliado (reunião de condições para alguma coisa) e, nesse sentido, tem-se que, mesmo sendo o último presidente da era militar, evidente que a abertura, mesmo que lenta e gradual já ocorrera para "reunião de condições para que ocorresse a redemocratização". portanto, a questão possui duas afirmativas corretas.Nesse sentido, requer anulação da questão em voga.

97	O gabarito indicou que a resposta correta seria a letra "C". Entretanto, a alternativa "B" dispõe que "O nome Rondônia foi dado ao ESTADO em homenagem ao Marechal Cândido Rondon, na atmosfera da redemocratização." A afirmativa B também está correta, como se vê a seguir. Inicialmente, Rondônia constituiu um território, cujo nome foi Território Federal do Guaporé, se tornando em seguida o Território Federal de Rondônia e, somente nos anos 80 se tornou estado-membro, conforme trechos a seguir extraídos do site https://transparencia.der.ro.gov.br/Institucional/Historico: "A partir da década de 40, o governo cria oficialmente vários territórios, e dentre eles o Território Federal do Guaporé (13/09/1943)" (...) "Em 1956 passa a se chamar Território Federal de Rondônia – em homenagem ao Marechal Rondon."(...) "Em 22 de dezembro de 1981 através da Lei Complementar nº. 41, de 31/12/1981, é criado o Estado de Rondônia, e em 04 de Janeiro de 1982, o Estado é instalado, tendo como seu primeiro governador o Coronel Jorge Teixeira." Logo, o nome Rondônia foi dado em homenagem ao Marechal Cândido Rondon, o que torna a primeira parte da alternativa "B" correta. Quanto à segunda parte, a alternativa em comento fez referência ao nome que foi dado ao ESTADO, e não ao Território. Tendo em vista que Rondônia somente se tornou estado-membro em 1981, a segunda parte da alternativa também está correta, posto que nesse período, o país de fato vivia uma fase de redemocratização, como bem relembra o doutrinador Pedro Lenza ao afirmar que: "(...)Em seguida, tivemos o pacote de junho de 1978, destacando-se: a) a revogação total ao AI-5; (...) ERA O INÍCIO DE UM PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO que viria a ganhar força durante a presidência de João Figueiredo (15.03.1979 a 15.03.1985 — mandato de 6 anos, conforme a EC n. 8/77), que por sua vez teve a missão de pôr fim ao governo militar." (LENZA. Pedro- Direito Constitucional Esquematizado- 2021- pag. 228 e 229) Perceba que o doutrinador expressamente usa a palavra "redemocratização" para se referir ao período entre 1979 a 1985, que inclui o ano de 1981 em que o ESTADO de Rondônia foi criado. Desse modo, a alternativa "B" também está correta, devendo a questão ser anulada.
97	A alternativa correta deveria ser a letra E, pois a mudança do nome do Território do Guaporé para Território de Rondônia, ocorrida no ano de 1956, realmente deu-se na atmosfera de redemocratização do Brasil (1945-1964). Assim, a questão deve ter o gabarito alterado ou, em última hipótese, ser anulada.
98	O gabarito aponta a letra "B" como a correta, sendo que a letra "E" deveria ser a considerada correta. a assertiva em que se afirma que a Ferrovia Madeira-Mamoré, ao longo dos seus 350km, se encontra abandonada e que suas partes sucateadas ainda servem para visitação é VERDADEIRA . Há ao longo das cidades construídas por causa da estrada ferroviária resquícios de trens e ferramentas que, ainda que sucateadas estão ou em ar livre ou em museus históricos, disponíveis para visitações. Por outro lado, não se pode considerar verdadeira a assertiva "B" visto que a ferrovia Madeira Mamoré foi desativada por desuso e, antes das construções das rodovias. Não houve uma substituição propriamente dita. Portanto requer a mudança de gabarto de "B" para "E" ou não sendo este o entendimento, a anulação da questão.
98	A alternativa apontada como correta afirma que a ferrovia Madeira-Mamoré foi substituída por uma rodovia, no entanto, é sabido que duas foram as estradas que ocuparam a referida região após a desativação da ferrovia: BR-364 e BR-425. Assim, a questão deve ser anulada.
98	O Gabarito indica como correta a letra B :O acúmulo de prejuízos assumidos pelo governo federal durante décadas fez a ferrovia Madeira-Mamoré ser substituída por uma rodovia" Todavia, entendo como correta a letra D: Atualmente, a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada em seus 350 quilômetros de extensão, mas as partes sucateadas ainda servem para visitação turística. Isto porque a construção da rodovia tem relação com o ciclo da cassiterita (anos 70) e ciclo da agricultura (anos 80) em Rondônia, bem distante, portanto, do período de construção da ferrovia, no I ciclo da borracha (1907-1912). É indubitável que a rodovia não tem relação com o fracasso da ferrrovia Madeira-Mamoré, notadamente pelos objetivos distintos de ambas. A ferrrovia tinha como finalidade escoar borracha para a Bolívia, enquanto a rodovia tem como objetivo ligar Rondônia ao restante do Brasil.
98	A questão deve ser anulada pois a alternativa sinalizada como correta induz o candidato a achar que a ferrovia Madeira-Mamoré fora desmontada e no seu lugar fora construída uma rodovia. Isso não é verdade. Ainda há trechos da estrada de ferro visíveis, apesar de a locomoção entre Guajará-Mirim e Porto Velho ocorrer atualmente por meio das rodovias BR-364 e BR-425. Há pouco menos de 20 anos, a ferrovia foi tombada pela União e o Governo do Estado operava até pouco tempo um trecho para fins turísticos. Ademais, ainda que se queira manter o gabarito, a opção dita como correta cita a substituição por “uma” rodovia, quando na verdade entre Porto Velho e Guajará-Mirim há duas estradas – BR-364 e BR-425. A primeira vai da capital rondoniense até o Acre, mas em determinado momento nasce a segunda rodovia que vai até Guajará-Mirim.
98	Prezada Banca Examinadora, A questão 98 teve como gabarito preliminar a assertiva “B”, que estabelece que o acúmulo de prejuízos assumidos pelo governo federal durante décadas fez a ferrovia Madeira-Mamoré ser substituída por uma rodovia” A Madeira-Mamoré nunca foi substituída por uma rodovia, o que torna o gabarito equivocado. A alternativa que deve ser considerada pela banca é a letra “C”, que dispõe que “atualmente, a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada em seus 350 quilômetros de extensão, mas as partes sucateadas ainda servem para visitação turística”. Tanto é verdade que a Madeira-Mamoré é, inclusive, patrimônio tombado pelo IPHAN. Diante dos argumentos acima trazidos, requer, respeitosamente, a modificação do gabarito da questão 98 para a assertiva “C”.

98	A alternativa dada como correta é ambígua: "o acúmulo de prejuízos assumidos pelo governo federal durante décadas fez a ferrovia Madeira-Mamoré ser substituída por uma rodovia". É certo que o governo federal instituiu o modal rodoviário como cerne do estado de Rondônia próximo da metade do século XX em diante, contufo, a assertiva afirma, categoricamente, com todas as letras, que "a ferrrovia Madeira-Mamoré foi substituída por uma rodovia", o que não é verdade. Inexiste uma rodovia implementada no curso da antiga ferrovia, de Porto Velho à Guajará-Mirim, mas sim houve uma implementação de um novo modal de transporte, notadamente o rodoviário, com expoente na rodovia BR 029/364, com traçado totalmente díspare da ferrovia Madeira-Mamoré. Dada a ambiguidade da assertiva tornou-se impossível respondê-la como correta, tendo em vista que a assertiva "atualmente, a ferrrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada em seus 350 quilômetros de extensão, mas as partes sucateadas ainda servem para visitação turística" possuía capicioso erro apenas no numeral correspondente à quilometragem, ao invés de 350km eram 366km de extensão. Pelo exposto, diante da ambiguidade da assertiva dada como correta, inexiste na questão 98 alternativa correta, motivo pelo qual se postula a anulação. É o que se requer.
98	Na referida questão, que cobrou o conhecimento sobre a ferrovia Madeira-Mamoré, foi considerado correto o item B "O acúmulo de prejuízos assumidos pelo governo federal durante décadas fez a ferrovia Madeira-Mamoré ser substituída por uma rodovia". No entanto, o item correto é a letra E "Atualmente, a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada em seus 350 quilômetros de extensão, mas as partes sucateadas ainda servem para visitação turística". Vejamos alguns links do site do governo do estado de Rondônia que confirmam a correção do item E: https://rondonia.ro.gov.br/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-rondonia-comemora-105-anos/ https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-rondonia-acompanha-visita-tecnica-do-ministro-do-turismo-ao-complexo-da-estrada-de-ferro-madeira-mamore/ Dessa forma, o gabarito deve ser alterado, passando a constar como correto o item E.
98	Prezada Banca, a QUESTÃO 98 requer ao candidato que assinale a alternativa correta sobre a construção da ferrovia Madeira-Mamoré e de seus desdobramentos. A alternativa dada como correto foi a ALTERNATIVA B: “O acúmulo de prejuízos assumidos pelo governo federal durante décadas fez a ferrovia Madeira-Mamoré ser substituída por uma rodovia .”. Ocorre que o referido item está incorreto, vejamos. A forma como foi apresentado o referido item informando que a ferrovia foi substituída por um rodovia, leva a interpretação de que no mesmo local em que existia a ferrovia Madeira-Mamoré foi retirada a ferrovia e construída uma rodovia. As rodovias BR 425 e 364, no que pese próximas à rodovia inativa Madeira-Mamoré, não é exatamente uma substituição dela. A forma como posto o item atrapalhou sobremaneira o julgamento objetivo da assertiva. Desta feita, não há itens verdadeiros dentre os apontados pela questão. Ante o exposto, devida a inexistência de itens correto, não há resposta para a questão, requer-se, portanto, que seja ANULADO O GABARITO DA QUESTÃO 98.

98	Respeitável banca, equivocada a alternativa B, dada como correta, pois que não há uma relação de causa e efeito entre um propalado acúmulo de prejuízos pelo governo federal e a substituição da ferrovia EFMM por uma rodovia. Como a questão não especifica qual das rodovias seria, tratar-se-á das duas que possivelmente seria a mencionada (BR 364 e BR 425). No que se refere à BR 364 (antiga BR 029), de acordo com a professora Ana Campana, (disponível em http://rondoniaemsala.blogspot.com/2012/03/br-364-rodovia-rasga-floresta.html ; acesso em 08/02/2022), os principais fatores que motivaram a sua construção foram: a) a necessidade de ligação rodoviária entre o Acre e as regiões do Centro Sul do País, cruzando as cidades de Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, até a fronteira com o Peru, fazendo a conexão com a rodovia Pan-Americana; b) a necessidade de construção de uma estrada ligando Mato Grosso à Rondônia, a fim de que fosse possível o povoamento e colonização da área ("os sertões e a floresta virgem seriam vencidos para que os tesouros da região pudessem ser escoados, permitindo o acesso mais rápido aos portos do Pacífico"); c) tirar a Amazônia do isolamento. Assim, não é prudente afirmar que a sua construção se deu em razão do dito "acúmulo de prejuízos pelo governo federal". Quanto à BR 425, também não é possível dizer com firmeza que a sua construção se deu em razão do dito "acúmulo de prejuízos". O que se pode asseverar é tão somente que essa rodovia substituiu a ferrovia (disponível em http://rondoniaemsala.blogspot.com/2012/03/br-364-rodovia-rasga-floresta.html; acesso em 08/02/2022), já que, diante da desativação da EFMM, o governo precisava de um outro meio para cumprir o Tratado de Petrópolis. Repita-se, não há uma relação de causa e efeito entre uma coisa e outra. Dito de outro modo: "… Em 25 de maio de 1966, depois de 54 anos de atividades, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré teve sua desativação determinada pelo então Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco. A ferrovia deveria ser, porém, substituída por uma rodovia, a fim de que não se configurasse rompimento e descumprimento do Acordo celebrado em Petrópolis, em 1903. Tal rodovia materializou-se nas atuais BR-425 e BR-364, que ligam Porto Velho a Guajará-Mirim. (disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_de_Ferro_Madeira-Mamor%C3%A9; acesso em: 08/02/2022)". Por outro lado, a alternativa E é a que melhor responde a questão, pois que, de fato, a EFMM se encontra abandonada, sendo apenas possível a sua visitação para fins turísticos. No mesmo sentido: "… Atualmente a Ferrovia segue rodeada de mato. E o que restou foi um trecho recuperado que atinge a Vila de Teotônio, Porto Velho, e alguns outros que foram recuperados para visitação ao maquinário que foram abandonados …" (disponível em: https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/madeira-mamore-ferrovia-diabo ; acesso em: 08/02/2022) "… Em 10 de julho de 1972 as máquinas apitaram pela última vez. A partir daí, o abandono foi total e, em 1979, o acervo começou a ser vendido como sucata para a siderúrgica de Mogi das Cruzes, em São Paulo. Em selo postal de 1981. Voltou a operar em 1981 num trecho de apenas 7 quilômetros (…), sendo novamente paralisada por completo em 2000." (disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_de_Ferro_Madeira-Mamor%C3%A9 ; acesso em: 08/02/2022) "… Cronologia Estrada de Ferro Madeira-Mamoré … 1972: Desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, paralisação total do tráfego; 1981: … Reinaugurado o trecho entre Porto Velho e Santo Antônio; 1991: Paralisação dos passeios turísticos nos trechos reativados; 2000: O trecho ferroviário entre Porto Velho a Santo Antônio foi paralisado …" (disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/estrada_de_ferro.pdf ; acesso em: 08/02/2022). Ante o exposto, requer-se a CORREÇÃO do gabarito, a fim de que a alternativa E seja assinalada como a correta. Não entendo assim a respeitável banca, requer-se subsidiariamente a ANULAÇÃO da questão.
98	Há duas respostas corretas, pois é certo que atualmente a ferrovia Madeira Mamoré se encontra abandonada, mas algumas partes servem para visitação turística, também merecendo ser correta como resposta da questão. Assim, em razão de existir duas respostas possíveis, pede pela anulação da questão.
98	Questão 98 – A questão 98 exigiu conhecimento acerca do encerramento das atividades da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Ocorre que o edital foi expresso ao consignar como ponto de cobrança o tema CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ. Dessa forma, a exigência de conhecimento relacionado a desdobramentos da estrada de ferro madeira-mamoré, notadamente sua desativação, não estão incluídos no ponto específico da Construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Dessa forma, não havendo outro ponto no edital que abranja referida cobrança, requer-se anulação da questão 98.
98	O gabarito preliminar oferecido pela banca foi a letra B. "Acerca da construção da ferrovia Madeira-Mamoré e de seus desdobramentos, assinale a opção correta. A) O Tratado de Petrópolis fez o Brasil adquirir o juruá acreano e dividir a construção da ferrovia Madeira-Mamoré com a Bolívia. B) O acúmulo de prejuízos assumidos pelo governo federal durante décadas fez a ferrovia Madeira-Mamoré ser substituída por uma rodovia. C) Apesar dos perigos na construção da ferrovia Madeira-Mamoré, a resposta às benesses do progresso foi um saldo de salubridade e respeito à segurança dos trabalhadores. D) Atualmente, a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada em seus 350 quilômetros de extensão, mas as partes sucateadas ainda servem para visitação turística. E) O auge do ciclo da borracha fez a ferrovia Madeira-Mamoré otimizar a logística de exportação do látex e a lucratividade do país até a segunda metade do século XX." Ocorre que a ferrovia se encontra abandonada, mas ainda serve para à visitação turística, o que torna a alternativa D também correta. Por isso, o candidato requer a anulação da questão.

98	Prezada Banca Examinadora, A Questão 98, de História e Geografia de Rondônia, tem como gabarito preliminar a Letra B. Contudo, é forçoso reconhecer que a ferrovia não foi "substituída" por uma rodovia. A BR-364 coexistiu com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré por mais de uma década. Além disso, seus traçados não são coincidentes. Além disso, é fato que a EFMM encontra-se abandonada, e que as partes sucateadas servem de visitação turística. Por isso, requer-se a alteração do gabarito para Letra E ou, ao menos, a anulação da questão.
98	A questão merece ser anulada, pois possui duas alternativas corretas. A letra B está correta, mas a Letra C também. Atualmente, a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra, de fato, abandonada, mas as partes sucateadas ainda servem para visitação turística. Conforme informação do próprio governo de Rondônia, "atualmente, o que restou de seu patrimônio sucateado está guardado em Porto Velho, e parte recuperada pelo governo estadual e prefeitura municipal." (https://rondonia.ro.gov.br/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-porto-velho-completa-109-anos-governo-contribui-para-preservar-patrimonio-historico/). Dessa maneira, por possuir duas alternativas corretas, a questão merece ser anulada.
98	A questão n° 98 que trata sobre a estrada de ferro Madeira-Mamoré merece ser anulada por admitir mais de uma alternativa como resposta. Em página da Biblioteca Nacional (link abaixo), consta o seguinte trecho em artigo: "Por fim, após 54 anos acumulando prejuízos, Humberto de Alencar Castelo Branco determina a erradicação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré sendo substituída por uma rodovia. Atualmente a Ferrovia segue rodeada de mato. E o que restou foi um trecho recuperado que atinge a Vila de Teotônio, Porto Velho, e alguns outros que FORAM RECUPERADOS PARA VISITAÇÃO ao maquinário que foram abandonados. O trem trafega de forma precária somente no primeiro trecho da ferrovia devido à ausência de recursos para a manutenção". [destacou-se]. Logo, tanto se admite como certo o que se encontra na alternativa "B" quanto o que consta na letra "C". Por haver mais de uma possibilidade de acerto, é inexorável a anulação da questão. É o que se exora. Fonte: https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/madeira-mamore-ferrovia-diabo
98	O gabarito preliminar da questão 98 foi o seguinte: "O acúmulo de prejuízos assumidos pelo governo federal durante décadas fez a ferrovia Madeira-Mamoré ser substituída por uma rodovia". Todavia, a ferrovia Madeira-Mamoré não foi substituída por uma rodovia. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré ainda está lá e não foi "substituída" por uma rodovia. Na verdade, o que houve foi a alteração do modal de transporte: passando do ferroviário para o rodoviário. Assim, não houve a substituição da ferrovia Madeira-Mamoré, mas sim a opção por um outro modal de transporte (sendo que a ferrovia ainda existe e está no mesmo lugar). Ante o exposto, requer-se, respeitosamente, a anulação da questão nº 98 com a atribuição do ponto a todos os candidatos.
98	Nobre Banca Examinadora, A questão apresenta a imagem da inauguração de trecho da Estrada de Ferro Madeira-Marmoré, fazendo-se um questionamento sobre a construção e desdobramentos. Em sede preliminar, foi apontada como correta a Letra B e contra isso nada temos a reclamar. Todavia, há necessidade de observar com atenção o teor da LETRA E (Atualmente, a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada em seus 350 quilômetros de extensão, mas as partes sucateadas ainda servem para visitação turística). Sapiente Banca, a informação está em conformidade com a realidade da Estrado de Ferro Madeira-Marmoré, visto que efetivamente com o fim do 2º ciclo da borracha após o término da 2ª Guerra Mundial, a estrada de Ferro perdeu muito de sua importância econômica, sendo desativada durante anos, inclusive com a venda de parte de seus vagões como sucata. Contudo, atualmente, a Estrada de Ferro Madeira-Marmoré passa a integrar programa de visitação turística, conforme noticiado no site oficial do Governo do Estado de Rondônia em 02 de junho de 2021, vide: GOVERNO DE RONDÔNIA ACOMPANHA VISITA TÉCNICA DO MINISTRO DO TURISMO AO COMPLEXO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ. A visita técnica ao Complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) faz parte da agenda que O MINISTRO DO TURISMO, Gilson Machado Neto, cumpre em Rondônia. Entre as autoridades que acompanham o ministro estão o governador Marcos Rocha e o gestor da Superintendência Estadual de Turismo (Setur) Gilvan Pereira, nesta sexta-feira (2). De acordo com o ministro do Turismo, Gilson Machado o Governo Federal investiu R$ 3,5 milhões na revitalização do Complexo da Madeira-Mamoré que já está com 90% da obra concluída. A comitiva do ministro visitou os galpões da ferrovia e conheceu parte da história da lendária ferrovia. "É UM EQUIPAMENTO TURÍSTICO DE GRANDE POTENCIAl, precisa ser preservado e divulgado, nós vamos mostrar ao mundo para agregar valor e renda", ressaltou o ministro que experimentou a cegonha, movida a força humana, juntamente com o governador Marcos Rocha. (...) "Nós conseguimos recuperar esse veículo que agora ESTÁ À DISPOSIÇÃO DA NOSSA POPULAÇÃO E DOS TURISTAS assim que acabar a pandemia e o complexo estiver oficialmente aberto", disse o ferroviário que é um dos responsáveis por recuperar os outros veículos do complexo entre eles, o Kamalazu, um veículo de quatro lugares, utilizado na inspeção das linhas. (Disponível em: https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-rondonia-acompanha-visita-tecnica-do-ministro-do-turismo-ao-complexo-da-estrada-de-ferro-madeira-mamore/. Acesso em: 09/02/2022). Enfim, as informações atuais do Estado de Rondônia permitem inferir que o conteúdo da Letra E está correta, havendo, portanto, duas alternativas corretas, o que deve anular a questão. Ante o exposto, requer a ANULAÇÃO da presente questão com a atribuição dos pontos a todos os candidatos. Nestes Termos, Pede deferimento.

98	Respeitável banca, equivocada a alternativa B, dada como correta, pois que não há uma relação de causa e efeito entre um propalado acúmulo de prejuízos pelo governo federal e a substituição da ferrovia EFMM por uma rodovia. Como a questão não especifica qual das rodovias seria, tratar-se-á das duas que possivelmente seria a mencionada (BR 364 e BR 425). No que se refere à BR 364 (antiga BR 029), de acordo com a professora Ana Campana, (disponível em http://rondoniaemsala.blogspot.com/2012/03/br-364-rodovia-rasga-floresta.html ; acesso em 08/02/2022), os principais fatores que motivaram a sua construção foram: a) a necessidade de ligação rodoviária entre o Acre e as regiões do Centro Sul do País, cruzando as cidades de Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, até a fronteira com o Peru, fazendo a conexão com a rodovia Pan-Americana; b) a necessidade de construção de uma estrada ligando Mato Grosso à Rondônia, a fim de que fosse possível o povoamento e colonização da área ("os sertões e a floresta virgem seriam vencidos para que os tesouros da região pudessem ser escoados, permitindo o acesso mais rápido aos portos do Pacífico"); c) tirar a Amazônia do isolamento. Assim, não é prudente afirmar que a sua construção se deu em razão do dito "acúmulo de prejuízos pelo governo federal". Quanto à BR 425, também não é possível dizer com firmeza que a sua construção se deu em razão do dito "acúmulo de prejuízos". O que se pode asseverar é tão somente que essa rodovia substituiu a ferrovia (disponível em http://rondoniaemsala.blogspot.com/2012/03/br-364-rodovia-rasga-floresta.html; acesso em 08/02/2022), já que, diante da desativação da EFMM, o governo precisava de um outro meio para cumprir o Tratado de Petrópolis. Repita-se, não há uma relação de causa e efeito entre uma coisa e outra. Dito de outro modo: "… Em 25 de maio de 1966, depois de 54 anos de atividades, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré teve sua desativação determinada pelo então Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco. A ferrovia deveria ser, porém, substituída por uma rodovia, a fim de que não se configurasse rompimento e descumprimento do Acordo celebrado em Petrópolis, em 1903. Tal rodovia materializou-se nas atuais BR-425 e BR-364, que ligam Porto Velho a Guajará-Mirim. (disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_de_Ferro_Madeira-Mamor%C3%A9; acesso em: 08/02/2022)". Por outro lado, a alternativa E é a que melhor responde a questão, pois que, de fato, a EFMM se encontra abandonada, sendo apenas possível a sua visitação para fins turísticos. No mesmo sentido: "… Atualmente a Ferrovia segue rodeada de mato. E o que restou foi um trecho recuperado que atinge a Vila de Teotônio, Porto Velho, e alguns outros que foram recuperados para visitação ao maquinário que foram abandonados …" (disponível em: https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/madeira-mamore-ferrovia-diabo ; acesso em: 08/02/2022) "… Em 10 de julho de 1972 as máquinas apitaram pela última vez. A partir daí, o abandono foi total e, em 1979, o acervo começou a ser vendido como sucata para a siderúrgica de Mogi das Cruzes, em São Paulo. Em selo postal de 1981. Voltou a operar em 1981 num trecho de apenas 7 quilômetros (…), sendo novamente paralisada por completo em 2000." (disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_de_Ferro_Madeira-Mamor%C3%A9 ; acesso em: 08/02/2022) "… Cronologia Estrada de Ferro Madeira-Mamoré … 1972: Desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, paralisação total do tráfego; 1981: … Reinaugurado o trecho entre Porto Velho e Santo Antônio; 1991: Paralisação dos passeios turísticos nos trechos reativados; 2000: O trecho ferroviário entre Porto Velho a Santo Antônio foi paralisado …" (disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/estrada_de_ferro.pdf ; acesso em: 08/02/2022). Nesse ponto, de se ressaltar que a Assembleia Legislativa de Rondônia promoveu no dia 9 de setembro do ano passado (2021), isto é, há aproximadamente 5 meses, uma Audiência Pública para discutir a reativação de alguns trechos da Ferrovia Madeira Mamoré. No texto publicado no site da própria ALE-RO (disponível em https://www.al.ro.leg.br/institucional/noticias/audiencia-publica-discute-recuperacao-de-trechos-da-estrada-de-ferro-madeira-mamore ; acesso em 09/02/2022) ficou bem claro que o pequeno trecho entre a antiga estação em Porto Velho e a antiga igreja de Santo Antônio, que havia sido reativado, está sem funcionamento desde o início da pandemia. Nessa mesma matéria é dito que: "… O presidente da Associação, George Teles de Menezes (Carioca) destaca a importância de que seja tomada alguma medida urgente, pois o patrimônio da EFMM vem sofrendo depredação e furtos de trilhos, equipamentos e objetos. 'Esse é o momento da gente se unir para resolver a questão da Estrada de Ferro Madeira Mamoré que está jogada há muito tempo, antes que ela se acabe de verdade. Os furtos de ferro e objetos das estações, os trilhos, vêm sendo registrados de forma constante, sem que haja uma ação do poder público para coibir esse tipo de crime ao patrimônio público.' … 'A Estrada de Ferro Madeira Mamoré é a base da nossa história e infelizmente está abandonada … '" (disponível em https://www.al.ro.leg.br/institucional/noticias/audiencia-publica-discute-recuperacao-de-trechos-da-estrada-de-ferro-madeira-mamore ; acesso em 09/02/2022) Também é importante mencionar que em publicação lançada no site do próprio Estado de Rondônia há informação de que julho do ano passado o chefe do Executivo Estadual, em visita à EFMM, ouviu de um ferroviário que "nós conseguimos recuperar esse veículo [o Kalamazu] que agora está à disposição da nossa população e dos turistas assim que acabar a pandemia e o complexo estiver oficialmente aberto" (disponível em https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-rondonia-acompanha-visita-tecnica-do-ministro-do-turismo-ao-complexo-da-estrada-de-ferro-madeira-mamore/ ; acesso em 09/02/2022). Ou seja, de fato nenhum trecho da ferrovia está ativado (em atividade, em funcionamento), havendo apenas a possibilidade de visitação turístico histórica. Ante o exposto, requer-se a CORREÇÃO do gabarito, a fim de que a alternativa E seja assinalada como a correta. Não entendo assim a respeitável banca, requer-se subsidiariamente a ANULAÇÃO da questão.

98	A questão não possui resposta correta. Com efeito, não é possível afirmar que a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi substituída pela rodovia porque se trata de momentos históricos e contextos absolutamente diferentes. A rodovia foi construída na década de 60 como parte da política nacional de ocupação do extremo Norte brasileiro, com o fim de reduzir o isolamento da região e em razão da políticas do então Presidente do Brasil (JK) de fazer com que o Brasil progredisse 50 anos em cinco , e não como uma alternativa para os prejuízos decorrentes da EFMM.
98	a Substituição pela rodovia não decorreu dos acúmulos de prejuízos assumidos pelo governo federal por décadas, até porque esses já haviam ocorridos, a sua substituição, mas sim porque a rodovia BR 364, possui cerca de 4.300 quilômetros de extensão, é uma rodovia que se inicia em Limeira (SP) — no km 153 da SP-330 — e vai até Rodrigues Alves (AC) — fronteira do Brasil com o Peru. Atravessa os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. De forma, que ela acabou substituído a ferrovia porque percorria uma extensão territorial muito maior, facilitando o escoamento dos grãos, além de transporte rodoviário ter se estabelecido, não só na região norte como também em todo país como o principal meio de transporte de cargas. Desta forma, requer a anulação da questão por ausência de gabarito.
98	A questão trazida pela banca é incorreta, não procede a colocação que a Ferrovia Madeira-Mamoré foi substituída por uma rodovia. Isso se deve ao fato de que a Rodovia BR 364 e a BR 425 foram inauguradas em 1960 e a Rodovia Madeira Mamoré somente foi desativada em 1972, sendo que ambas foram utilizadas em conjunto, por mais de 12 anos, não sendo a substituição imediata, como a questão deu a entender. Devendo considerar também que a Ferrovia ainda existe e se encontra abandonada, ou seja, não foi substituída por uma rodovia. Inclusive ferro, os trilhos e os objetos das estações vem sendo roubados, conforme demostra a notícia: https://www.al.ro.leg.br/institucional/noticias/audiencia-publica-discute-recuperacao-de-trechos-da-estrada-de-ferro-madeira-mamore E até se considerarmos, de forma indevida, que a Rodovia veio para substituir a Rodovia a alternativa continuará incorreta, uma vez que a justificativa de quem interpreta por esse lado da história é de que a motivação seria a manutenção dos tratados que justificaram a construção inicial da Ferrovia, posteriormente substituída pela Rodovia e não os prejuízos acumulados pelo Governo Federal. Portando, considerando que a questão não apresenta nenhuma alternativa correta a presente questão deve ser anulada.
98	Há evidente erro no gabarito preliminar, uma vez que a alternativa "a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada em seus 350 quilômetros de extensão, mas as partes sucateadas ainda servem para visitação turística" também está correta. Trata-se de um ponto turístico na cidade, que recebe visitação pública. Requer, portanto, a correção do gabarito preliminar, ou mesmo, a anulação da questão.
98	A Questão 98, de História e Geografia de Rondônia, tem como gabarito preliminar a Letra B. Contudo, é forçoso reconhecer que a ferrovia não foi "substituída" por uma rodovia. A BR-364 coexistiu com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré por alguns anos durante os anos 1960. Além disso, seus traçados não são coincidentes. Além disso, é fato que a EFMM encontra-se abandonada, e que as partes sucateadas servem de visitação turística, tendo sido inclusive tombada como patrimônio histórico pelo IPHAN. Por isso, requer-se a alteração do gabarito para Letra D ou, ao menos, a anulação da questão.
98	A questão deve alterar o seu gabarito, visto que considerou certa a afirmação de que a ferrovia Madeira-Mamoré foi substituída por uma rodovia, o que não é correto. Houve substituição da ferrovia por uma malha rodoviária, e não apenas "uma" rodovia, o que torna a questão incorreta. Consta como assertiva, também, a que afirma que a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada, o que é correto, visto que nenhum trecho da ferrovia se encontra ativo atualmente, havendo turismo nas partes sucateadas da ferrovia. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a assertiva que diz do abandono da ferrovia (E). Caso não concorde, a questão deve ser anulada, pois a ferrovia Madeira-Mamoré não foi substituída por apenas "uma" rodovia, conforme afirma a assertiva (B).

98	A alternativa de letra "d" que assevera: "Atualmente, a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada em seus 350 quilômetros de extensão, mas as partes sucateadas ainda servem para visitação turística." também deve ser considerada como correta, o que gera a nulidade da questão por existência de duplo gabarito. Isto porque, é fato que a ferrovia encontra-se desativada desde os anos 70 e, muito embora tenha permanecido abandonada e sem acesso ao turismo por muito tempo, a E.F.M.M. atualmente se encontra como atração turística de Porto Velho/RO. Provavelmente a elaboração da questão pode ter se baseado em informações de livros ou artigos que relatavam o descaso com o patrimônio histórico. No entanto, é fato que em meio a diversas reformas há atualmente a possibilidade de visitação do complexo da E.F.M.M. Ademais, no Bairro Triângulo em Porto Velho/RO, em meio a região de mata próximo ao Rio Madeira, existem diversos trechos de trilhos e com maquinário antigo abandonados em estado de sucata e que podem ser acessados por qualquer pessoa, sendo ponto para registro de fotografias. Tais informações podem ser comprovada através de diversos sites da Administração Pública e jornais locais de notícia relatando informações sobre o Complexo: https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-rondonia-acompanha-visita-tecnica-do-ministro-do-turismo-ao-complexo-da-estrada-de-ferro-madeira-mamore/ https://www.gentedeopiniao.com.br/historia/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-porto-velho-completa-109-anos-governo-contribui-para-preservar-patrimonio-historico https://www.santoantonioenergia.com.br/santo-antonio-energia-conclui-revitalizacao-do-complexo-historico-da-ferrovia-madeira-mamore/ https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/12/05/estrada-de-ferro-madeira-mamore-sera-aberta-para-visitacao-durante-temporada-de-natal-em-porto-velho.ghtml Portanto, não há como se considerar como errada referida alternativa que indica a existência de visitação turística, de forma em que havendo duplo gabarito deve ser ANULADA a questão mencionada.
98	Consoante o gabarito oficial preliminar disponibilizado pela respeitável Banca Examinadora, considerou-se correta a alternativa "B", segundo a qual "O acúmulo de prejuízos assumidos pelo governo federal durante décadas fez a ferrovia Madeira-Mamoré ser substituída por uma rodovia". Ocorre que, com a devida vênia, o gabarito não espelha a resposta correta para esta questão. Em verdade, a letra "E" ("Atualmente, a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada em seus 350 quilômetros de extensão, mas as partes sucateadas ainda servem para visitação turística") apresenta-se mais adequada a figurar como o gabarito definitivo do item objeto do presente recurso, porquanto espelha, exatamente, a realidade da ferrovia Madeira-Mamoré na atualidade, não havendo qualquer informação inverídica em sua redação. De fato, a ferrovia, que possui aproximadamente 350km de extensão, após sua desativação definitiva em 1º de julho de 1972, foi abandonada e suas partes, já sucateadas, encontram-se expostas à visitação turística na capital do Estado de Rondônia, Porto Velho, tanto no local onde originalmente fora construída, como em outros pontos da cidade (a exemplo de um vagão localizado no chamado Espaço Alternativo, próximo ao Aeroporto Internacional de Porto Velho). Tais informações encontram-se, inclusive, no próprio Portal do Governo do Estado de Rondônia (acessível em: https://rondonia.ro.gov.br/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-porto-velho-completa-109-anos-governo-contribui-para-preservar-patrimonio-historico/), de modo que não há qualquer erro na assertiva "E" capaz de torná-la incorreta. Por outro lado, a alternativa "B", considerada correta pelo gabarito preliminar, não espelha exatamente o histórico da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Isto porque esta NÃO FOI "SUBSTITUÍDA" por uma rodovia. O traçado da estrada de ferro permanece da forma como estava até a sua desativação, não tendo sido construída rodovia em seu lugar. Importante consignar que não se desconsidera o fato de que houve a construção de uma importante rodovia no Estado de Rondônia (a antiga BR-029 e atual BR-364), contudo, não há que se falar em substituição, inclusive considerando a localização geográfica de cada construção (totalmente distintas uma da outra no mapa). À luz do exposto, pleiteia-se a ALTERAÇÃO do gabarito, passando a constar como correta a alternativa "E" ("Atualmente, a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada em seus 350 quilômetros de extensão, mas as partes sucateadas ainda servem para visitação turística"). Em respeito ao princípio da eventualidade, caso a respeitável Banca Examinadora entenda como não cabível o pleito anterior, pugna-se pela ANULAÇÃO da questão.
98	Deve ser alterado o gabarito da questão nº 98, pois a alternativa B, considerada correta pela banca, faz uma afirmação falsa. A alternativa D diz que: "O acúmulo de prejuízos assumidos pelo governo federal durante décadas fez a ferrovia Madeira-Mamoré ser substituída por uma rodovia". Tal afirmação consta erroneamente no site da Biblioteca Nacional (https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/madeira-mamore-ferrovia-diabo). Não é verdade que a ferrovia foi substituída por uma rodovia. A Madeira-Mamoré teve suas atividades encerradas no dia 10 de julho de 1972. Por sua vez, a rodovia que liga a cidade de Porto Velho à cidade de Guajará-Mirim foi aberta apenas na década de 1980. Além do mais, eram diferentes as finalidades dos dois modais de transporte. Portanto, a rodovia não substituiu a Ferrovia Madeira-Mamoré. Correta é a alternativa C, que diz: "Atualmente, a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada em seus 350 quilômetros de extensão, mas as partes sucateadas ainda servem para visitação turística". Essa alternativa está absolutamente correta. A ferrovia está de fato abandonada em toda sua extensão, sendo que as partes sucateadas são objeto de visita de turistas na cidade de Porto Velho, na cidade de Guajará-Mirim e em trechos no meio da selva ou à beira da rodovia, como pontes antigas, pedaços de trilhos e vagões abandonados. Portanto, o gabarito deve ser alterado da letra B para a letra C. Contudo, caso se considere que a letra B esteja correta, requer-se alternativamente que a questão seja anulada, tendo em vista que a letra C também estaria correta.

99	A questão nº 99 deve ser anulada, pois há duas alternativas corretas. O gabarito considerou como correta a alternativa D. No entanto, a alternativa C também está correta, ao afirmar que: "Na margem direita do rio Madeira, em uma cachoeira chamada Samuel, foi construída a hidrelétrica de mesmo nome, obra que resultou em prejuízos a muitas famílias e problemas de reassentamento dos desabrigados". A Hidrelétrica de Samuel foi construída exatamente à margem direita do rio Madeira, onde se localizava a cachoeira Samuel. Sua obra é considerada como um dos maiores erros da engenharia, pois o local em que foi construída forçou a criação de um imenso lago, que cobriu uma área gigantesca de florestas e propriedades rurais. Até os dias atuais há centenas de famílias que reclamam indenizações pelos danos causados pela obra, o que pode ser confirmado em matéria do site Mapa de Conflitos (http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ro-milhares-de-familias-atingidas-pela-uhe-de-samuel-e-do-baixo-madeira-lutam-para-serem-reassentadas-e-por-seus-direitos/). Portanto, a alternativa C também está correta, o que impõe a anulação da questão.

RELATÓRIO DE RESPOSTAS AOS RECURSOS

QUESTÃO	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇ
	C	**-**	**Deferido c/ anula**
gumentação: RECURSOS DEFERIDOS. O gabarito do item deve ser anulado, pois há que se dividir o dispositivo constitucional em duas partes. Embo primeira parte seja norma de aplicabilidade contida, a parte final é de eficácia limitada. Portanto, em face da dubiedade a questão merece anulação			
	A	-	Indefer
gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. O gabarito do item deve ser mantido, pois o item I está CERTO. O Item I está CERTO, pois o art. 106 nstituição do Estado de Rondônia prevê que os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo (procuradoria-ge Estado e Defensoria Geral do Estado) serão remunerados na forma do artigo 39, § 4º, da Constituição Federal. O art. 39, § 4º, da CF dispõe que embro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamen r subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espéc muneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI; O item II está ERRADO pois § 10 do art. 104 da Constituição do Estado ndônia prevê que no processo judicial que versar sobre ato praticado pelo Poder Legislativo ou por sua administração, a representação do Esta cumbe à Advocacia-Geral da Assembleia Legislativa. O art. 252, por sua vez, prevê que a representação judicial, extrajudicial e a consultoria jurídica oder Legislativo, bem como a supervisão dos serviços de assessoramento jurídico, serão exercidas pela Advocacia-Geral da Assembleia Legislativa; e m III está ERRADO pois o art. 104, § 1º, da Constituição do Estado de Rondônia dispõe que a Procuradoria Geral do Estado será dirigida pelo Procurado eral, nomeado pelo Governador dentre os membros estáveis em exercício na carreira de Procurador do Estado.			
	E	-	Indefer
gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. O gabarito do item deve ser mantido, pois o item que fala que está correto se lei complementar feder torizar o estado a legislar sobre questões específicas do respectivo tema está CERTO. De fato, o inciso II do art. 22 da Constituição Federal prevê q mpete privativamente à União legislar sobre desapropriação. Entretanto, o seu parágrafo único dispõe que lei complementar, obviamente feder derá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo. FONTE: PADILHA, Rodrigo. Direito constitucion o de Janeiro: Forense, 2020, p. 557; e LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 337.			
	C	-	Indefer
gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. O gabarito do item deve ser mantido, pois o item que fala ser concentrado está CERTO. Ação declaratória nstitucionalidade é a ação de processo objetivo que tem por fim confirmar a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal cuja legitimida teja sendo questionada por diversas decisões judiciais contraditórias. O órgão competente para apreciar a ADC é o STF, conforme estabelece o a 2, I, "a", da CF/88, de forma originária. Os efeitos de sua decisão serão erga omnes, vinculante e *ex tunc*. FONTE: PADILHA, Rodrigo. Direi nstitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 270; e LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 28			
	A	-	Indefer
gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. O gabarito do item deve ser mantido, pois o item que fala que podem impetrar mandado de seguran dividual perante o STJ está CERTO. Pode propor mandado de segurança individual qualquer pessoa, física ou jurídica de direito público ou privado, q fra ou esteja em vias de sofrer violação ao seu direito líquido e certo. Segundo PADILHA, a "impetração do remédio pelo(s) titular(es) do direito mater nstitui hipótese de mandado de segurança individual, ainda quando impetrado por uma grande quantidade de pessoas. Neste caso, haverá u andado de segurança individual em litisconsórcio ativo, o que não pode ser confundido com o mandado de segurança coletivo que é proposto pel gitimados extraordinários (art. 21 da Lei 12.016/2009). Estes entes movem a ação em nome próprio, tutelando direito alheio". Já a competência pa ocessar e julgar o mandado de segurança dependerá da categoria da autoridade coatora e sua sede funcional, sendo definida nas l fraconstitucionais, bem como na própria CF. Nesse caso o art. 105 da CF prevê que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julga iginariamente os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado. FONTE: PADILHA, Rodrigo. Direito constitucional. Rio de Janeiro: Forens 20, p. 403; e LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 285.			
	E	-	Indefer

gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. O gabarito do item deve ser mantido, pois o item que trata do crime de responsabilidade está CERTO. O a
, III, da CF prevê que são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmen
ntra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.

	C	**-**	**Deferido c/ anula**

gumentação: RECURSOS DEFERIDOS. O item deve ser anulado, pois o item III da questão pode levar a dupla interpretação, posto que, embora se
rreto que os Estados estão proibidos de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou, há exceçõ
e podem levar o candidato ao erro. Portanto, a questão merece anulação.

	E	-	Indefer

gumentação: Recurso Negado. O candidato mencionou que o conteúdo do Programa Nacional de Direitos Humanos não poderia constar na prova,
tanto o edital traz, de forma clara, nos itens 7 e 8, o conteúdo, senão vejamos: "O item 7 Política nacional de direitos humanos. 8 Programas nacion
direitos humanos englobam o Programa Nacional de Direitos Humanos".

- J2201054A4A4	E	-	Indefer

gumentação: Recurso indeferidos. A assertiva "A globalização conduz inevitavelmente a uma concepção universalista dos direitos humanos" é falsa
n razão da palavra "inevitavelmente". Em verdade, a globalização tem intensificado os debates e disputas entre perspectivas diferenciadas de
reitos humanos a partir do mundo ocidental, africano, asiático e entre povos diversos dentro do mesmo território. Boaventura trata esses problema
propõe uma perspectiva multicultural que é diversa de uma perspectiva universalista.

	D	**-**	**Deferido c/ anula**

gumentação: Recursos deferidos. Assiste razão no que diz respeito a dubiedade do item "O Estado brasileiro, em razão de reserva, admitiu em par
urisdição da corte interamericana de direitos humanos" porque, de fato, não se mencionou a questão da temporalidade a partir de fatos posterior
10 de dezembro de 1998.

	E	-	Indefer

gumentação: Recursos indeferidos. Aos recursos que acusaram a assertiva "A CEDAW prevê, de forma expressa, a responsabilidade dos Estados-part
ra promover ações para o enfrentamento da violência física e psicológica contra as mulheres" não merecem prosperar pelo fato de que não há menç
PRESSA de questões relativas a "violência". De outra banda, a assertiva verdadeira está expressamente escrita na convenção.

	D	-	Indefer

gumentação: Recurso indeferido. O mecanismo unilateral na resolução de questões de direitos humanos que funciona segundo o princípio *iudex*
usa sua, ou juiz de sua própria causa da forma como achar mais apropriado quando verificar que outro Estado violou os direitos humanos de seu pov
ão há na definição do instituto seguir o "devido processo legal".

	A	-	Indefer

gumentação: Recurso indeferido. A violação de direitos humanos por empresas, em si, não gera o dever ao Estado Brasileiro de promover reparaç
vítimas. O que os princípios orientadores de Ruggie trazem é que como parte de seu dever de proteção contra as violações de direitos humano
lacionadas com atividades empresariais, os Estados devem tomar medidas apropriadas para garantir, pelas vias judiciais, administrativas, legislativ
de outro tipo correspondente que, na ocorrência desse tipo de abusos em seu território e/ou jurisdição, os afetados possam acessar mecanism
cazes de reparação (Princípio 25). O que pode levar o dever de reparação é a inoperância do estado a cumprir o princípio 25. Tratam-se de questõ
versas.

	C	-	Indefer

gumentação: Recursos indeferidos. De fato, a assertiva "O STF definiu, por unanimidade, que os tratados internacionais de direitos human
omulgados antes de 2004 possuem caráter supralegal" está incorreta em razão da palavra "UNANIMIDADE". Na verdade, o STF decidiu, por maior
e os tratados de direitos humanos possuem caráter supralegal com a divergência do Ministro Celso de Melo." Embora entenda, como venho
sinalar, que os tratados internacionais de direitos humanos qualificam-se, em nosso sistema normativo, como diplomas de índole constitucional
nsoante tive o ensejo de destacar por ocasião do julgamento plenário do RE 349.703/RS, do RE 466.343/SP e do HC 87.585/TO, cabe reconhecer q
Supremo Tribunal Federal, em referidos precedentes, atribuiu, ainda que por 5 (cinco) votos a 4 (quatro) , caráter de supralegalidade a tais convenções
mo proclamou esta Corte Suprema nos casos acima mencionados: "(...) o caráter especial desses diplomas internacionais sobre direitos humanos lh
serva lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da Constituição, porém acima da legislação interna. O 'status' normativo supraleg
s tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja e
terior ou posterior ao ato de adesão (...). " (RE 349.703/RS, Red. p/ o acórdão Min. GILMAR MENDES – grifei) Voto HC 178527 / RS - RIO GRANDE D
L". Por outro lado, a assertiva "Todos os tratados de direitos humanos promulgados após a Emenda Constitucional n.º 45/2004 têm status de
dinária" também se encontra errada em razão da palavra "todos", visto que A Convenção das Pessoas com Deficiência, aprovada após a emen
nstitucional n. 45 seguiu o rito de aprovação nas duas casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por 3/5 dos votos dos respectivos membros.

	C	-	Indefer

gumentação: O recurso deve ser indeferido. As benfeitorias, segundo a legislação, podem ser classificadas da seguinte forma: necessárias, úteis
luptuárias. Veja-se o disposto no Código Civil: "Art. 96. As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias. § 1 o São voluptuárias as de me

leite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor. § 2 o São úteis as q mentam ou facilitam o uso do bem. § 3 o São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore". Em se tratando denização para fins de desapropriação, nos termos do DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941, a situação se resolve da seguinte form jamos a redação do art. 26: Art. 26. No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, não se incluirão os direitos de terceiros contra propriado. § 1º Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação; as úteis, quando feitas com autorização do expropriant).Na doutrina, o tema recebe o seguinte tratamento:" O decreto expropriatório é ato privativo dos chefes do Executivo, tendo natureza discricionár ata-se de ato administrativo de efeitos concretos, e não propriamente regulamentar, sendo por isso suscetível de impugnação judicial via mandado gurança. A expedição do decreto produz os seguintes efeitos: a) submete o bem a um regime jurídico especial; b) declara a destinação pretendida pa objeto expropriado; c) fixa o estado da coisa para fins de indenização, de modo que benfeitorias voluptuárias construídas após a data do decreto n rão incorporadas ao quantum da indenização. Já no caso de benfeitorias necessárias, seu custo deve ser incorporado à indenização, ao passo que nfeitorias úteis, para incorporação ao preço, devem ser expressamente autorizadas pelo poder expropriante" (Mazza, Alexandre Manual de direi ministrativo / Alexandre Mazza. - 11. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. e-book, p. 1473).Diante disso, considerando os termos da questão, s denizáveis apenas as benfeitorias necessárias (item a), uma vez que as necessárias não foram autorizadas pelo poder público e as voluptuárias não s tão abarcadas pela legislação. Nesse sentido, veja a seguinte passagem doutrinária: "Declarado o imóvel como de utilidade pública pa sapropriação, não se veda ao proprietário a possibilidade de fazer construções, pois o decreto de desapropriação, em nosso direito, não importa e enação da propriedade, apenas declara a utilidade pública do bem para os fins legalmente previstos. Antes de efetivar-se a expropriacão, o particu m o direito de levantar, no seu imóvel, a construção que lhe aprouver, não tendo, porém, direito de ser indenizado, salvo se o expropriante assen construção, ou se o acréscimo for de benfeitorias necessárias, a teor do disposto no art. 26, § 1º, do DL 3.365/41". (Ferreira Filho, Roberval Rocha Súmulas do Supremo Tribunal Federal. JusPodivm, São Paulo, p. 43).

	E	-	Indefer

gumentação: O recurso deve ser indeferido e o gabarito mantido. Com efeito, trata-se de situação envolvendo a aplicação do princípio da legalidad poder de autotutela da administração, do dever de agir da Administração, da anulação de atos administrativos e da modulação desses princípios veres pelo Superior Tribunal de Justiça à luz da aplicação do princípio da segurança jurídica, em suas vertentes mais conhecidas (boa-fé). O Superi bunal de Justiça firmou posição no sentido de "Os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo (operacional cálculo), não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, ressalvadas as hipóteses e e o servidor, diante do caso concreto, comprova sua boa-fé objetiva, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamen devido". (REsp 1.769.306-AL, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 10/03/2021, DJe 19/05/2021. Tema 1009). Importan encionar que em situações em que a Administração incorre em incorreta ou inadequada interpretação da Lei, não é devida a devolução, todavia, es o é o caso da questão. Ademais restou "constatado" pelo servidor de forma objetiva que o valor era excedente, de modo que, aplicando-se risprudência da Corte, a devolução é devida. Veja-se que o exercício do Poder de autotutela da Administração é respaldado pelo art. 53 da Lei 784/99 e pela súmula 473 do STF, não se cogitando de decadência, já que a providência ocorreu no mês seguinte. Nas situações em que constatada egularidade, há dever de agir da administração, dever esse que foi modulado pelo Superior Tribunal de Justiça à luz do princípio da segurança jurídi a vertente da proteção da confiança). É dever da Administração, portanto, exigir a devolução dos valores pagos a maior e também interromper gamento do adicional, já que se trata de situação de erro operacional ou de cálculo. Note-se que, no caso, o servidor "constatou" o erro e inclusi scou se aconselhar com colegas de trabalho. Nessa situação, restou claro que o servidor tinha plena ciência do erro da administração e, nesse context ante da jurisprudência do STJ, deve devolver o valor recebido, além de ser lícito à Administração interromper o pagamento indevido.

	C	-	Indefer

gumentação: O recurso deve ser indeferido. A questão contém o seguinte enunciado: "No âmbito da administração pública federal, é necessário adot na decisão administrativa que exija a participação de quatro órgãos públicos. As autoridades envolvidas entenderam que, pela relevância da maté diante da existência de discordâncias pontuais entre os órgãos, seria o caso de adotar uma decisão coordenada. Considerando essa situação hipotéti as disposições da Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta, acerca do instituto da decisão coordenada. Com efeito, é possível a contratação dire r dispensa de licitação, no caso narrado no enunciado, nos termos do art. 75, VIII, da Lei n. 14.133, de 2021". O indeferimento se baseia nos seguint ndamentos: "Art. 75. É dispensável a licitação: (...) VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência endimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviço uipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial lamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência ergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto nes ciso". Note-se que a limitação de valor prevista nos incisos I e II do art. 75 da Lei (valor atualizado pelo Decreto n. 10.922, de 2021) não se aplica ciso VIII, que trata da contratação emergencial. Observe-se, ainda, o disposto no § 6º do art. 75, que prevê a possibilidade de contratação emergenc esmo nos casos de emergência causada por má-gestão, superando antiga posição do TCU acerca da matéria. Nesse sentido: "§ 6º Para os fins do inci II do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e dever r observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do proces itatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial".

	E	**-**	**Deferido c/ anula**

gumentação: RECURSOS DEFERIDOS. O item deve ser anulado, pois podem ser considerados corretos dois itens da questão. Com efeito, é possív
nsiderar correta a assertiva no sentido de que "A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária das autoridades envolvidas e se
nsiderada como adotada por um órgão colegiado". A decisão coordenada não é necessariamente adotada por um órgão colegiado, mas pode s
onsiderada como adotada por um órgão colegiado", visto ser ato complexo. Também está correto o item seguinte: "Poderão habilitar-se a particip
decisão coordenada, na qualidade de ouvintes, aqueles que, sem terem iniciado o processo, tenham direitos ou interesses que possam ser afetad
la decisão a ser adotada, e sua participação na reunião, que poderá incluir direito a voz, será deferida por decisão irrecorrível da autoridade responsáv
la convocação da decisão coordenada." Deve-se, pois, anular a questão.

	D	-	Indefer

gumentação: O recurso deve ser indeferido. Com efeito, o gabarito deve ser mantido diante da seguinte fundamentação. Vejamos. O art 22 da LIND
serido pela Lei 13.655/18, preceitua o seguinte: " Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e
ficuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.(...) § 2º Na aplicação
nções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstânci
ravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.(...)Já o artigo 23 da LINDB, alterada pela Lei 13.655/18, dispõe: Art. 23. A decisão administrativ
ntroladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou no
ndicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito se
mprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais. Cumpre assinalar que o Ministério da Justiça, juntamen
m os Ministérios da Fazenda, da Transparência e Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao dispositi
seguir transcrito: Art. 25 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, acrescido pelo art. 1º do projeto "Art. 25. Quando necessário por razõ
segurança jurídica de interesse geral, o ente poderá propor ação declaratória de validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativ
ja sentença fará coisa julgada com eficácia erga omnes .§ 1º A ação de que trata o caput deste artigo será processada conforme o rito aplicável à aç
vil pública.§ 2º O Ministério Público será citado para a ação, podendo abster-se, contestar ou aderir ao pedido.§ 3º A declaração de validade pode
ranger a adequação e a economicidade dos preços ou valores previstos no ato, contrato ou ajuste. "Razões do veto" A ação declaratória preconiza
lo dispositivo, cuja sentença terá eficácia para todos, inclusive podendo dispor a respeito de preço e valores, poderá acarretar em excessiva deman
dicial injustificada, tendo em vista a abrangência de cabimento para a impetração da ação por 'razões de segurança jurídica de interesse geral' o qu
prática, poderá contribuir para maior insegurança jurídica. Ademais, há omissão quanto à eficácia de decisões administrativas ou de contro
teriores à impetração da ação declaratória de validade, uma vez que a atuação judicial pode se tornar instrumento para a mera protelação
odificação dessas deliberações, representando, também, violação ao Princípio Constitucional da Independência e Harmonia entre os Poderes". Alé
sso, o artigo 26 da LINDB, alterada pela Lei 13.655/18, estabelece que: "Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contencio
aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quan
r o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observa
egislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial". A possibilidade de o compromisso envolver transação quanto
nções e créditos relativos ao passado e, ainda, o estabelecimento de regime de transição, foi vetada pelo Poder Executivo. Convém assinalar que
inistério da Fazenda, juntamente com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União, acrescentaram ve
seguinte dispositivo: Inciso II do § 1º do art. 26, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, acrescido pelo art. 1º do projeto "II - pode
volver transação quanto a sanções e créditos relativos ao passado e, ainda, o estabelecimento de regime de transição; "Razões do veto" A celebraç
compromisso com os interessados, instrumento de natureza administrativa previsto no caput do artigo, não pode, em respeito ao princípio da reser
gal, transacionar a respeito de sanções e créditos relativos ao tempo pretérito e imputados em decorrência de lei. Ademais, poderia represent
tímulo indevido ao não cumprimento das respectivas sanções, visando posterior transação".

- J2201067A5A5	D	-	Indefer

gumentação: O recurso deve ser indeferido. Primeiramente, convém salientar que toda e qualquer argumentação deve considerar a legislação e
gor e a jurisprudência aplicável à legislação em vigor. Não cabe, na situação, fazer juízo sobre as opções legislativas, até porque a lei goza de presunç
constitucionalidade. Note-se que o comando da questão exige que o candidato julgue os itens à luz da legislação em vigor. Sobre a tema, cump
encionar que os Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito estão previstos no Art. 9º, assim definido: "Constitui ato
probidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimon
devida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadament
receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissã
rcentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorren
s atribuições do agente público. Nota-se que não se trata do caso descrito no enunciado da questão. Por sua vez, os Atos de Improbida
lministrativa que Causam Prejuízo ao Erário estão previstos no art. 10 e estão definidos da seguinte forma: "Constitui ato de improbida
ministrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desv
ropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: Também não é o caso
nduta descrita no enunciado da questão. Por fim, veja-se que ainda há os Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios
lministração Pública. Antes da alteração promovida pela Lei nº 14.230, de 2021, o art. 11 continha a seguinte redação: "Constitui ato de improbida
ministrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidad
galidade, e lealdade às instituições, e notadamente". Tratava-se de rol exemplificativo. Atualmente, a caracterização deste tipo de improbidade reclar
enquadramento em comportamentos específicos, vejamos: Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios

ministração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma d guintes condutas. Os incisos com comportamentos mais genéricos, tais como o I e o II foram revogados. Antes continham a seguinte redação " aticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência; II - retardar ou deixar de pratica devidamente, ato de ofício; III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;(...) U spositivo importante para o deslinde da questão é o inciso VI. Com efeito, a redação anterior era a seguinte: VI - deixar de prestar contas quando este rigado a fazê-lo; Atualmente, no entanto, é exigido um fim especial no agir do sujeito ativo da improbidade, nos seguintes termos "VI - deixar estar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades"; O enunciado estão é claro no sentido de que "... os documentos não indicassem que a ausência da prestação de contas tinha o objetivo de ocultar irregularidade.. ante disso, considerando a atual redação da Lei de Improbidade Administrativa conferida pela Lei nº 14.230, de 2021, não cometeu o prefei probidade administrativa, podendo até ter incidido em outros ilícitos disciplinares e até recebendo multa do Tribunal de Contas.			
	B	-	Indefer
gumentação: RECURSO INDEFERIDO. Na verdade, o ESTADO pode exercer a função de intervenção desde que atendidas as balizas da cidadan gnidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e livre iniciativa. Existem limites. Inclusive, a jurisprudência da Suprema Corte Federal é unísso ste sentido: "A intervenção estatal na economia como instrumento de regulação dos setores econômicos é consagrada pela Carta Magna de 198 everas, a intervenção deve ser exercida com respeito aos princípios e fundamentos da ordem econômica, cuja previsão resta plasmada no art. 170 nstituição Federal, de modo a não malferir o princípio da livre iniciativa, um dos pilares da república (art. 1º da CF/1988). Nesse sentido, confira- alizada doutrina: As atividades econômicas surgem e se desenvolvem por força de suas próprias leis, decorrentes da livre empresa, da livre restring ndicionar ou mesmo suprimir a iniciativa privada em certa área da atividade econômica. Não obstante, os atos e medidas que consubstanciam ervenção hão de respeitar os princípios constitucionais que a conformam com o Estado Democrático de Direito, consignado expressamente em nos i Maior, como é o princípio da livre iniciativa. Lúcia Valle Figueiredo, sempre precisa, alerta a esse respeito que "As balizas da intervenção serã mpre e sempre, ditadas pela principiologia constitucional, pela declaração expressa dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, dentre el cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa" (DIÓGENES GASPARINI, in Curso de Direito Administrativ Edição, Ed. Saraiva, págs. 629/630, cit., p. 64). 3. O Supremo Tribunal Federal firmou a orientação no sentido de que "a desobediência aos própri rmos da política econômica estadual desenvolvida, gerando danos patrimoniais aos agentes econômicos envolvidos, são fatores que acarreta segurança e instabilidade, desfavoráveis à coletividade e, em última análise, ao próprio consumidor". (RE 422.941, Rel. Min. Carlos Velloso, Segun rma, DJ de 24-3-2006). [RE 632.644 AgR, rel. min. Luiz Fux, j. 10-4-2012, 1ª T, DJE de 10-5-2012.] A propósito, leia-se Figueiredo, Leonardo Vize reito Econômico (p. 211-212). Forense. Kindle Edition. Recurso que não merece prosperar.			
	C	-	Indefer
gumentação: RECURSO INDEFERIDO. A questão está correta. A função social da propriedade é princípio explícito da ordem econômica e ite rigatório do edital. Por função social da propriedade "entende-se a garantia legal de que o instituto de direito privado alcance, efetivamente, se jetivos maiores, impedindo-se que ele tenha sua aplicabilidade desvirtuada por artimanhas jurídicas, articuladas com o fito de subverter sua devida rreta hermenêutica. A instrumentalização da função social do direito é derivada das ideias filosóficas de Leon Duguit, que defendia a sociabilizaç s institutos de Direito privado. Duguit via os seres humanos como animais sociais dotados de um senso universal ou instinto de solidariedade erdependência. Deste senso vem o reconhecimento de respeito a certas regras de conduta essenciais para uma vida em sociedade. Dessa forma, gras jurídicas são constituídas por normas que se impõem naturalmente e igualmente a todos." Figueiredo, Leonardo Vizeu. Direito Econômico 0). Forense. Kindle Edition. A função social da propriedade é uma interferência na manifestação volitiva do particular, que consiste no condicionamen cional do uso da propriedade privada, sob pena de expropriação. Direito Econômico, Leonardo Vizeu Figueiredo, 11a ed., pág. 121.Recurso a que ga provimento.			
	C	-	Indefer
gumentação: RECURSO IMPROVIDO. Na verdade, a questão tem uma resposta específica apenas, que responde e se encaixa ao conceito do enunciad emocracia econômica é o princípio do Direito Econômico que requer que as políticas públicas ampliem a oferta de oportunidades de iniciativa e mprego, com chances iguais para todos os que se encontrem na mesma situação fática e jurídica. Direito Econômico, Leonardo Vizeu Figueiredo, 1 ., p. 131. Por sua vez, o livre exercício da atividade econômica é corolário da livre iniciativa, na qual o Estado, em regra, não deve interferir anifestação volitiva de seus cidadãos. Direito Econômico, Leonardo Vizeu Figueiredo, 11a ed., p. 133. Recurso a que se nega provimento.			
	D	-	Indefer
gumentação: RECURSO QUE NÃO MERECE DEFERIMENTO. Na verdade, é defeso aos agentes privados, total ou parcialmente, a prática de mecanism mercado que se traduzam em atos de concentração que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante. Direi onômico, Leonardo Vizeu Figueiredo, 11a ed., p. 296. Mas não é defeso práticas competitivas que busquem aprimorar a economicidade do cic odutivo e nem a utilização dos recursos públicos legalmente disponíveis. Direito Econômico, Leonardo Vizeu Figueiredo, 11a ed., p. 296. Os exempl monstram os limites que devem nortear a atuação do empreendedor. Embora o inciso XV do art. 36 vede a venda de mercadoria ou prestar serviç njustificadamente" abaixo do preço de custo, a questão traz uma justificativa plausível, a da venda de produtos sazonais, como é cediço ser prática ercado, para que o empreendedor possa se livrar de estoque, como por exemplo, uma coleção de outra estação, alimentos perecíveis etc. Recur deferido.			
	A	-	Indefer

gumentação: RECURSO INDEFERIDO. O Tribunal Administrativo, órgão judicante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), é sponsável por julgar os processos administrativos de atos de concentração, como previsto no art. 9o da Lei 12.529/11 (Os processos administrativ atos de concentração devem ser julgados pelo plenário do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica). Essa é a regra firmada pela norma. No q refere à avocação, conforme art. 65 da Lei 12.529/11, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da publicação da decisão da Superintendênc eral que aprovar o ato de concentração, o Tribunal poderá, mediante provocação de um de seus Conselheiros e em decisão fundamentada, avocar ocesso para julgamento ficando prevento o Conselheiro que encaminhou a provocação. No entanto, a interposição do recurso a que se refere o cap ste artigo ou a decisão de avocar suspende a execução do ato de concentração econômica até decisão final do Tribunal. Recurso que não mere ovimento.			
	C	-	Indefer
gumentação: RECURSO INDEFERIDO. O *nudge* é um incentivo, um aspecto da arquitetura de escolha que altera o comportamento das pessoas de u odo previsível, sem proibir ou limitar significativamente suas opções. Thaler, Richard, Cass Sunstein. Nudge: como tomar melhores decisões sob úde, dinheiro e felicidade. Yale Press, 2008, pag. 97 e segs. Disponível online em: https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/28000536.pdf urística Ancoragem refere-se ao ajuste, as escolhas são feitas partindo de um valor inicial e ajustando para produzir ou prospectar um resultado fin dendo levar a um viés cognitivo. Na heurística disponibilidade as pessoas avaliam a probabilidade ou provável causa de um evento pelo grau que orrências desse evento estão disponíveis prontamente na memória. Kahneman, Daniel. Rápido e Devagar, duas formas de pensar. 2012. Por fim, oria da economia comportamental, da influência das escolhas, preservar certo grau de liberdade dentro de um quadro predefinido de opções. Recur que se nega provimento.			
	D	-	Indefer
gumentação: Recurso indeferido, gabarito mantido. Em síntese, o recurso alega que o edital não menciona a cobrança de jurisprudência. Ocorre q tem 16.34 do edital é claro neste sentido: "16.34.1 As jurisprudências dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração estões desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas". O recurso especial representativo de controvérsia foi publicado pe J em 2009, ou seja, muito antes do prazo exigido no edital, razão pela qual seu conhecimento era exigível, para efeitos de avaliação.			
	E	-	Indefer
gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. Primeiro, deve-se esclarecer que, para a resolução da questão, é despiciendo saber a iniciativa do projeto (se do Poder Executivo ou do Legislativo), pois o que interessa ao acerto da questão é a emenda parlamentar que importou em aumento de despe n matéria de iniciativa do Executivo. No mais, o gabarito apresenta a única alternativa correta, de acordo com o seguinte julgado do Supremo Tribun deral: “AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 12 DA LEI Nº 10.789, DE 3 DE JULHO DE 1998, DO ESTADO NTA CATARINA. EMENDA PARLAMENTAR EM PROJETO DE LEI DE INICIATIVA RESERVADA. AUMENTO DE DESPESA. INEXISTÊNCIA DE VETO. VÍCIO CONSTITUCIONALIDADE FORMAL. 1. A inexistência de veto à emenda parlamentar não inviabiliza o exame da questão relativa à inconstitucionalida rmal. 2. Incorre em vício de inconstitucionalidade formal (CF, artigos 61, § 1º, II, "a" e "c" e 63, I), a norma jurídica decorrente de emenda parlament n projeto de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, de que resulte aumento de despesa. Precedentes. 3. Medida liminar deferida DI nº 2079-MC, Pleno, Relator Ministro Maurício Corrêa, DJ 31/03/2000). No julgamento do mérito da referida ação direta de inconstitucionalidade F referendou a liminar, em julgado assim ementado: “EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 12 D I 10789 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. EMENDA PARLAMENTAR EM PROJETO DE LEI DE INICIATIVA RESERVADA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA D HEFE DO PODER EXECUTIVO. AUMENTO DE DESPESA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. 1. Criação de gratificação - Pró-labore de Êxito Fisc corre em vício de inconstitucionalidade formal (CF, artigos 61, § 1º, II, "a" e "c" e 63, I) a norma jurídica decorrente de emenda parlamentar em proje lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, de que resulte aumento de despesa. Parâmetro de observância cogente pelos Estados deração, à luz do princípio da simetria. Precedentes. 2. Ausência de prévia dotação orçamentária para o pagamento do benefício instituído pela norm pugnada. Violação ao artigo 169 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi conferida pela Emenda Constitucional 19/98. Ação direta constitucionalidade julgada procedente”. (ADI nº 2079, Pleno, Relator Ministro Maurício Corrêa, DJ 18/06/2004). Como se vê, o STF considera a situaç mo vício formal, e não material, como apontado por alguns recursos. Por fim, a outra alternativa apontada por alguns recursos como correta es rada pois, em tese, lei decorrente de emenda parlamentar pode aumentar despesa, ou seja, a justificativa da alternativa apontada como supostamen rreta é inidônea para resolver a situação exposta no enunciado, de modo que a alternativa que aponta o vício de iniciativa é a única que se apresen rreta.			
	D	-	Indefer
gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. Primeiro, improcede a alegação de que a questão contempla matéria que não consta do conteú ogramático, pois ela está inserida no item 3.2 ("Disciplina constitucional dos precatórios") de direito financeiro, sendo que cada alternativa pressup conhecimento de um dispositivo constitucional específico acerca dos precatórios. No mais, o gabarito do item deve ser mantido, pois é a úni ternativa correta, de acordo com o art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009, verbis: “A 0. [...] § 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em le mo de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. § 4º Para os fins do disposto no , poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo nimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social”. As duas interpretações aos citados dispositivos apresentadas com etensamente possíveis por um dos recorrentes não se sustentam, haja vista a literalidade do dispositivo em cotejo com o enunciado, seja pela tro preposição proposta, que não altera o significado do enunciado, seja pela inclusão de autarquias e fundações, não autorizada pela leitura			

unciado. Logo, não se afiguram razoáveis as duas interpretações alternativas erigidas como possíveis. No mais, a outra alternativa apontada por u
s recorrentes não necessitava do conhecimento da Orientação Jurisprudencial nº 3 do TST, mas apenas a redação literal do § 6º do art. 100
nstituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009. Por fim, a referida OJ não torna a alternativa apontada como correta,
ordo com o citado dispositivo constitucional, de modo que os recursos devem ser indeferidos.

	E	-	Indefer

gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS, pois o gabarito apresenta a única alternativa correta. Para os entes subnacionais, as medidas de ajuste fis
o facultativas, mas existem vedações obrigatórias (de concessão de garantias e de operações de crédito com outro ente) enquanto todas as medid
o tenham sido adotadas desde o momento em que a relação despesa corrente/receita corrente ultrapassa 95%. Veja-se a respeito o art. 167-A e
u § 6º , incluídos pela referida emenda constitucional: "Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes
ceitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poder
ecutivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplic
mecanismo de ajuste fiscal de vedação da: [...] § 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previst
nham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada: I -
ncessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido; II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido co
tro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob
rma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específic
lebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento". Somente para a União, as medidas de ajuste fiscal s
rigatórias e automáticas com o atingimento de 95% na relação entre as despesas primárias obrigatórias e as despesas obrigatórias totais, e por pod
órgão, conforme art. 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela referida emenda, *verbis*: "Art. 109. Se verificado,
rovação da lei orçamentária, que, no âmbito das despesas sujeitas aos limites do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,
oporção da despesa obrigatória primária em relação à despesa primária total foi superior a 95% (noventa e cinco por cento), aplicam-se ao respecti
der ou órgão, até o final do exercício a que se refere a lei orçamentária, sem prejuízo de outras medidas, as seguintes vedações". No mais, a n
produção literal do dispositivo constitucional no enunciado não torna a alternativa incorreta, como apontado equivocadamente por alguns recurso
em mesmo a utilização do termo "automaticamente", tendo em vista o recurso linguístico utilizado para não repetir "obrigatoriamente", e que n
era semanticamente o texto constitucional. Por fim, a questão visava a obter o conhecimento pelo candidato da regra geral da obrigatoriedade e/
facultatividade das medidas, e não a ressalva específica prevista na parte final do art. 167-A, § 6º, II. No mesmo sentido, a alegação de um recurso
e faltou ao enunciado a "declaração do Tribunal de Contas", que não era requisito exigido para o conhecimento do acerto da questão, de modo q
a mantido o gabarito.

	D	-	Indefer

gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. Inicialmente, o recurso 194, apesar de não ter fundamentação, concorda com o gabarito e propõe que se
nsiderada como correta exatamente a alternativa apontada pelo gabarito, de modo que inexiste interesse recursal. Relativamente ao recurso 472
barito deve ser mantido pois aponta a única alternativa correta, de acordo com o art. 169 da Constituição, com a redação dada pela Emen
nstitucional nº 109, de 15 de março de 2021, que incluiu os pensionistas ("Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da Uniã
s Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar"), e com o art. 18 da Lei
sponsabilidade Fiscal ("Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do en
Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros
der, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reform
pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuiçõ
colhidas pelo ente às entidades de previdência"). Nesse sentido, ainda, o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal: "O art. 113, § 8º,
nstituição goiana, com a redação dada pela EC 55/2017, ao determinar a exclusão do limite de despesa de pessoal das despesas com proventos
nsão e dos valores referentes ao Imposto de Renda devido por seus servidores, contraria diretamente o art. 18 da LRF, pelo que incorre e
constitucionalidade formal". (ADI 6129-MC, Pleno, Rel. p/ Acórdão Min. Alexandre de Moraes, DJE 25/03/2020). Por fim, o art. 19, § 1º, VI, da Lei
sponsabilidade Fiscal trata da apuração dos limites da receita corrente líquida, e não do somatório das despesas de pessoal, de modo que o gabari
ve ser mantido.

	B	-	Indefer

gumentação: Cargo n.º 01 - Questão n.º 47RECURSO INDEFERIDO. O(a) recorrente requer a anulação da questão e/ou a alteração do gabarito. Porém
gabarito preliminar (letra "B") realmente retrata a alternativa correta. Segundo Fábio Ulhôa Coelho, "3. CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES DO DIREI
BJETIVO... b) Direitos absolutos e relativos. Essa classificação é feita de acordo com o alcance da eficácia dos direitos. Alguns são universalmen
cazes, porque todos devem respeitá-los, ao passo que outros têm eficácia restrita, uma vez que apenas uma ou algumas pessoas estão obrigadas
speitá-los. Em outros termos, os direitos absolutos são os oponíveis a qualquer pessoa. São os exercitáveis erga omnes, diz-se. Já os relativos são
oníveis a determinada pessoa ou pessoas, participantes de uma relação jurídica específica. Os direitos da personalidade são absolutos: a privacidad
de ser defendida de quem quer que atente contra ela. O direito de crédito, por sua vez, é relativo: só se pode exigir o pagamento do devedor,
nguém mais". (Disponível em: http://files.direito2013-2-estacio-interlagos.webnode.com/200000181-14429153bb/Curso-de-Direito-Civil-2012-Vol-
RTE-GERAL-Fabio-Ulhoa-Coelho.pdf. Consulta em 13 de janeiro de 2022). Pelo que se vê, o equívoco do(a) recorrente concentra-se no fato do
esmo(a) haver aplicado, como critério de interpretação, uma análise conjectural subjetiva, partindo de hipóteses não mencionadas no contexto. Ocor

e a banca não pode ir além do que fora exigido objetivamente no edital, sob pena de ferir o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatór
uito menos conceder interpretação extensiva à matéria cobrada na questão, em respeito ao Princípio do Julgamento Objetivo. Outro aspec
portante a ser destacado refere-se aos critérios de avaliação instituídos pelo instrumento convocatório, os quais preveem a possibilidade de as prov
ordarem “HABILIDADES QUE VÃO ALÉM DO MERO CONHECIMENTO MEMORIZADO, ABRANGENDO COMPREENSÃO, APLICAÇÃO, ANÁLISE, SÍNTESE
VALIAÇÃO, COM O INTUITO DE VALORIZAR A CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO”. Quanto ao aspecto formal, o recurso é inconsistente e não mere
osperar, inclusive pelo fato de não apresentar pedido compatível com a argumentação oferecida. Por fim, vale dizer que o assunto fora devidamen
tratado no item “2. Direito subjetivo. Faculdades e interesses. Direito potestativo. Faculdade. Poder. Interesse legítimo. Status. Ônus. Sujeição. Direi
quirido e expectativa de direito” do conteúdo programático. Dessa forma, não merece provimento o(a) recurso. RECURSO INDEFERIDO.

	C	-	Indefer

gumentação: RECURSO INDEFERIDO. O(a) recorrente requer a anulação da questão e/ou a alteração do gabarito. Porém, o gabarito preliminar (let
") realmente retrata a alternativa correta. Segundo Fábio Ulhôa Coelho, “Capacidade, finalmente, tem a definição dada por Clóvis Beviláqua: “é
tidão de alguém para exercer por si os atos da vida civil” (1908:72/73 — grifei). Clóvis, a propósito, registra que muitos civilistas a chamam
pacidade de fato, com o que se resolve também a questão terminológica.... A capacidade confere à pessoa a mais plena desenvoltura para dirigir se
teresses. Ela pode diretamente comprar, vender, contrair dívidas, dar quitação, renunciar a direitos disponíveis, testar etc.; basta-se a si mesma, pa
dos os efeitos jurídicos. Essa desenvoltura, porém, vem acompanhada de grave contrapartida: ela é responsável pelas consequências de seus atos.
gociar mal, perder dinheiro ou deixar de ganhar o que projetara, fizer opções desacertadas ou arriscar-se em demasia, não poderá reclamar nada
nguém”. (Disponível em: http://files.direito2013-2-estacio-interlagos.webnode.com/200000181-14429153bb/Curso-de-Direito-Civil-2012-Vol-
ARTE-GERAL-Fabio-Ulhoa-Coelho.pdf. Consulta em 13 de janeiro de 2022). Vale dizer que a maioridade, por si só, não concede ao indivíduo a condiç
responsável pelos seus atos, a exemplo dos absolutamente incapazes, que ainda que maiores de 18 anos, permanecem sem a capacidade pa
sponder por todos os atos da vida civil, como também ocorre com menores de 16 anos, quando habilitados a responder pelos atos da vida civil e
corrência dos eventos constantes do artigo 5º do mesmo Código Civil (casamento, emprego público efetivo, colação de grau superior, etc), vejamo
EI N o 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: I - os maiores de dezesseis
enores de dezoito anos; II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprim
a vontade; IV - os pródigos. Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial. Art. 5 o A menoridade cessa aos dezoi
os completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:
la concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por senten
juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos; II - pelo casamento; III - pelo exercício de emprego público efetivo; IV - pela colaç
grau em curso de ensino superior; V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função del
menor com dezesseis anos completos tenha economia própria” (Disponível e
tp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Consulta em: 13 de janeiro de 2022). Pelo que se vê, o equívoco do(a) recorren
ncentra-se no fato do(a) mesmo(a) haver aplicado, como critério de interpretação, uma análise conjectural subjetiva, partindo de hipóteses n
encionadas no contexto. Ocorre que a banca não pode ir além do que fora exigido objetivamente no edital, sob pena de ferir o Princípio da Vinculaç
Instrumento Convocatório, muito menos conceder interpretação extensiva à matéria cobrada na questão, em respeito ao Princípio do Julgamen
bjetivo. Outro aspecto importante a ser destacado refere-se aos critérios de avaliação instituídos pelo instrumento convocatório, os quais preveem
ssibilidade das provas abordarem “HABILIDADES QUE VÃO ALÉM DO MERO CONHECIMENTO MEMORIZADO, ABRANGENDO COMPREENSÃ
PLICAÇÃO, ANÁLISE, SÍNTESE E AVALIAÇÃO, COM O INTUITO DE VALORIZAR A CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO”. Quanto ao aspecto formal, o recurso
consistente e não merece prosperar, inclusive pelo fato de não apresentar pedido compatível com a argumentação oferecida. Por fim, vale dizer q
assunto fora devidamente retratado no item “3. Pessoas. Pessoa física: começo, fim, capacidade e legitimidade, emancipação, registro civil e nom
conteúdo programático. Dessa forma, não merece provimento o(a) recurso. RECURSO INDEFERIDO.

	E	-	Indefer

gumentação: RECURSO INDEFERIDO. O(a) recorrente requer a anulação da questão e/ou a alteração do gabarito. Porém, o gabarito preliminar (let
") realmente retrata a alternativa correta. Segundo o Código Civil: “Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: I - da União, o Distrito Feder
dos Estados e Territórios, as respectivas capitais; III - do Município, o lugar onde funcione a administração municipal; IV - das demais pessoas jurídica
ugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos. §
ndo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados. §
a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por ca
na das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, a que ela corresponder” (Disponível e
tps://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/residencia-e-domicilio. Consulta em: 13 de janei
2022). Nesse sentido, o professor Fábio Ulhôa Coelho ensina que “Quando se trata de pessoa jurídica de direito privado, o domicílio é chama
mbém de sede. O endereço correspondente deve ser mencionado no respectivo ato constitutivo (estatuto ou contrato social) com clareza, de mo
e qualquer interessado possa conhecê-lo. O domicílio pode ser também o lugar em que costuma funcionar o seu órgão de representação (direto
administração). Em caso de irregularidade do registro, esse critério legal norteia a definição do domicílio. Desse modo, se uma associação se mud
escritório em que mantinha a sede para outro local, mas não atualizou seu domicílio no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, considera-se domicilia
nto no mencionado em seu estatuto quanto naquele onde funciona sua diretoria”. (Disponível em: http://files.direito2013-2-estac
terlagos.webnode.com/200000181-14429153bb/Curso-de-Direito-Civil-2012-Vol-1-PARTE-GERAL-Fabio-Ulhoa-Coelho.pdf. Consulta em 13 de janei
2022). Pelo que se vê, o equívoco do(a) recorrente concentra-se no fato do(a) mesmo(a) haver aplicado, como critério de interpretação, uma análi

njectural subjetiva, partindo de hipóteses não mencionadas no contexto. Ocorre que a banca não pode ir além do que fora exigido objetivamente
ital, sob pena de ferir o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, muito menos conceder interpretação extensiva à matéria cobrada
estão, em respeito ao Princípio do Julgamento Objetivo. Outro aspecto importante a ser destacado refere-se aos critérios de avaliação instituídos pe
strumento convocatório, os quais preveem a possibilidade de as provas abordarem "HABILIDADES QUE VÃO ALÉM DO MERO CONHECIMENT
EMORIZADO, ABRANGENDO COMPREENSÃO, APLICAÇÃO, ANÁLISE, SÍNTESE E AVALIAÇÃO, COM O INTUITO DE VALORIZAR A CAPACIDADE
ACIOCÍNIO". Quanto ao aspecto formal, o recurso é inconsistente e não merece prosperar, inclusive pelo fato de não apresentar pedido compatív
m a argumentação oferecida. Por fim, vale dizer que o assunto fora devidamente retratado no item "3. Pessoa jurídica: conceito e classificaçã
ndações. Domicílio. Ausência. Desconsideração da personalidade jurídica. Direitos da personalidade" do conteúdo programático. Dessa forma, n
erece provimento o recurso. RECURSO INDEFERIDO.

	A	-	Indefer

gumentação: RECURSO INDEFERIDO. O(a) recorrente requer a anulação da questão e/ou a alteração do gabarito. Porém, o gabarito preliminar (let
") realmente retrata a alternativa correta, porque as letras "B", "C" e "E" retratam casos de negócios jurídicos nulos de pleno direito, não anuláve
mo exigido na questão. No caso da letra "D", o erro está no fato de que as partes que agirem com dolo não podem alegá-lo para anular o negóc
ote que a questão trata de anulação de negócio por qualquer das partes que o celebrou). Vide artigos 150, 166 e 171 do Código Civil: "Art. 150.
mbas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização... Art. 166. É nulo o negócio jurídi
ando: I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz; II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto; III - o motivo determinante, comu
ambas as partes, for ilícito; IV - não revestir a forma prescrita em lei; V - for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a s
lidade; VI - tiver por objetivo fraudar lei imperativa; VII - a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção. Art. 17
ém dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: I - por incapacidade relativa do agente; II - por vício resultante de er
lo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.". (Disponível e
tp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Consulta em 13 de janeiro de 2022). Pelo que se vê, o equívoco do(a) recorren
ncentra-se no fato do(a) mesmo(a) haver aplicado, como critério de interpretação, uma análise conjectural subjetiva, partindo de hipóteses n
encionadas no contexto. Ocorre que a banca não pode ir além do que fora exigido objetivamente no edital, sob pena de ferir o Princípio da Vinculaç
Instrumento Convocatório, muito menos conceder interpretação extensiva à matéria cobrada na questão, em respeito ao Princípio do Julgamen
bjetivo. Outro aspecto importante a ser destacado refere-se aos critérios de avaliação instituídos pelo instrumento convocatório, os quais preveem
ssibilidade de as provas abordarem "HABILIDADES QUE VÃO ALÉM DO MERO CONHECIMENTO MEMORIZADO, ABRANGENDO COMPREENSÃ
PLICAÇÃO, ANÁLISE, SÍNTESE E AVALIAÇÃO, COM O INTUITO DE VALORIZAR A CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO". Quanto ao aspecto formal, o recurso
consistente e não merece prosperar, inclusive pelo fato de não apresentar pedido compatível com a argumentação oferecida. Por fim, vale dizer q
assunto fora devidamente retratado no item "5. Fatos, atos e negócios jurídicos: conceito, classificação, defeitos, modalidades, forma e prov
istência, validade e eficácia dos negócios jurídicos. Nulidade e anulabilidade. Princípio da conservação dos negócios jurídicos" do conteú
ogramático. Dessa forma, não merece provimento o(a) recurso. RECURSO INDEFERIDO.

	C	-	Indefer

gumentação: RECURSO INDEFERIDO. O(a) recorrente requer a anulação da questão e/ou a alteração do gabarito. Porém, o gabarito preliminar (let
") realmente retrata a alternativa correta. Segundo Fábio Ulhôa Coelho: "Na obrigação de restituir, a coisa objeto da prestação não pertence ao sujei
ssivo, mas ao ativo. Encontra-se na posse do devedor temporariamente, e deve, num determinado momento, ser devolvida ao credor. São obrigaçõ
gociais que se encontram, basicamente, na locação, depósito, comodato e outorga de garantia pignoratícia. Na locação, o bem locado pertence
cador e está na posse do locatário; este último tem a obrigação de restituí-lo ao término do contrato. No depósito, a coisa depositada é da proprieda
depositante e está confiada aos cuidados do depositário. Tão logo reclamada pelo primeiro, deve o último prontamente restituí-la. No comodato
m infungível emprestado pelo comodante ao comodatário deve ser restituído, por este àquele, ao término do prazo contratado ou legalmen
esumido. Na outorga de garantia pignoratícia, o outorgado (normalmente, mutuante) recebe em penhor um bem do patrimônio do outorgan
utuário). Fica na posse desse bem até ser satisfeito o crédito – é esta sua garantia. Quando cumprida a obrigação garantida (mútuo), o outorgado
vedor da obrigação de restituir o bem empenhado. Também o credor pignoratício (que é o devedor da obrigação de restituir) deve dar de volta
vedor (credor da obrigação de restituir) precisamente o bem empenhado. Na obrigação de restituir o sujeito passivo é mero possuidor da coisa obje
prestação, e não o seu proprietário. São exemplos deste tipo de obrigação a do locatário (ao término do contrato de locação), comodatário (quan
corrido o prazo contratual ou legalmente presumido), depositário (quando reclamada a coisa pelo depositante) e titular de garantia pignoratícia (ap
satisfação de seu crédito). Deterioração. Se a coisa a ser restituída se deteriora sem culpa do devedor (possuidor), o credor (proprietário) deve receb
"tal qual se ache, sem direito a indenização" (CC, art. 240). O mutuante com garantia pignoratícia não é responsável, assim, pelo desgaste natural
isa empenhada. Quem o suporta é o mutuário, seu dono. Se o credor da obrigação de restituir havia dado em penhor um relógio de ouro movido
rda, e, ao resgatá-lo, ele não funciona mais como antes (o tempo deteriora naturalmente qualquer instrumento mecânico), não tem o devedor des
rigação nenhuma responsabilidade pelo sucesso negativo. Quando, porém, a deterioração da coisa objeto da obrigação de restituir dá-se por cul
devedor, o credor tem direito à indenização pelas perdas e danos. Assim, caso o credor pignoratício (devedor da obrigação de restituir) do exemp
terior houvesse guardado o relógio inadequadamente e seu mecanismo se estragasse em razão de excessiva umidade, o dono (credor da obrigaç
restituir) teria direito à indenização.". (Curso de direito civil: obrigações [livro eletrônico]: responsabilidade civil, volume 2 / Fábio Ulhoa Coelho. --
. -- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020). Pelo que se vê, o equívoco do(a) recorrente concentra-se no fato do(a) mesmo(a) haver aplicado, con
tério de interpretação, uma análise conjectural subjetiva, partindo de hipóteses não mencionadas no contexto. Ocorre que a banca não pode ir alé
que fora exigido objetivamente no edital, sob pena de ferir o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, muito menos conced

terpretação extensiva à matéria cobrada na questão, em respeito ao Princípio do Julgamento Objetivo. Outro aspecto importante a ser destacad
fere-se aos critérios de avaliação instituídos pelo instrumento convocatório, os quais preveem a possibilidade de as provas abordarem "HABILIDAD
UE VÃO ALÉM DO MERO CONHECIMENTO MEMORIZADO, ABRANGENDO COMPREENSÃO, APLICAÇÃO, ANÁLISE, SÍNTESE E AVALIAÇÃO, COM
TUITO DE VALORIZAR A CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO". Quanto ao aspecto formal, o recurso é inconsistente e não merece prosperar, inclusive pe
to de não apresentar pedido compatível com a argumentação oferecida. Por fim, vale dizer que o assunto fora devidamente retratado no item "
brigações. Conceito e elementos essenciais. Modalidades. 8. Fontes e efeitos das obrigações. Transmissão das obrigações. Cessão de direito
gamento. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Mora. Extinção e inexecução. Dívidas de valor. Correção monetária" do conteú
ogramático. Dessa forma, não merece provimento o(a) recurso. RECURSO INDEFERIDO.

	D	-	Indefer

gumentação: RECURSO INDEFERIDO. O(a) recorrente requer a anulação da questão e/ou a alteração do gabarito. Porém, o gabarito preliminar (let
") realmente retrata a alternativa correta. Segundo o Código de Defesa do Consumidor: "Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo
dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviç
orrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio. Parágrafo único. Se o consumidor exercitar o direito
repondimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediat
onetariamente atualizados. Pelo que se vê, o equívoco do(a) recorrente concentra-se no fato do(a) mesmo(a) haver aplicado, como critério
terpretação, uma análise conjectural subjetiva, partindo de hipóteses não mencionadas no contexto. Ocorre que a banca não pode ir além do que fo
igido objetivamente no edital, sob pena de ferir o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, muito menos conceder interpretação extensi
matéria cobrada na questão, em respeito ao Princípio do Julgamento Objetivo. Outro aspecto importante a ser destacado refere-se aos critérios
aliação instituídos pelo instrumento convocatório, os quais preveem a possibilidade das provas abordarem "HABILIDADES QUE VÃO ALÉM DO MER
ONHECIMENTO MEMORIZADO, ABRANGENDO COMPREENSÃO, APLICAÇÃO, ANÁLISE, SÍNTESE E AVALIAÇÃO, COM O INTUITO DE VALORIZAR
APACIDADE DE RACIOCÍNIO". Quanto ao aspecto formal, o recurso é inconsistente e não merece prosperar, inclusive pelo fato de não apresentar pedi
mpatível com a argumentação oferecida. Por fim, vale dizer que o assunto fora devidamente retratado no item "13. Código de Defesa do Consumido
conteúdo programático. Dessa forma, não merece provimento o(a) recurso. RECURSO INDEFERIDO.

	A	-	Indefer

gumentação: RECURSO INDEFERIDO. O(a) recorrente requer a anulação da questão e/ou a alteração do gabarito. Porém, o gabarito preliminar (let
") realmente retrata a alternativa correta. O item I está correto: segundo Fábio Ulhôa Coelho, "A omissão só gera responsabilidade civil subjetiva
esentes dois requisitos: a) o sujeito a quem se imputa a responsabilidade tinha o dever de praticar o ato omitido; e b) havia razoável expectati
erteza ou grande probabilidade) de que a prática do ato impediria o dano... A falta de movimento físico impeditivo da concretização do dano conside
causa deste (e, portanto, geradora de responsabilidade civil) se a ação omitida é exigível e eficiente. A exigibilidade da ação omitida verifica-se quan
omisso tinha o dever de praticá-la; a eficiência, quando a ação evitaria o dano com certeza ou grande probabilidade. Se quem se omitiu não tinha dev
agir ou se a ação seria insuficiente para evitar o dano, a omissão deve ser tida como mera condição deste" (Curso de direito civil : obrigações [liv
etrônico]: responsabilidade civil, volume 2 / Fábio Ulhoa Coelho. -- 2. ed. -- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020). O item II está errado, po
sponsabilidade civil aquiliana decorre, na realidade, de inobservância da legislação (extracontratual), vejamos: "Responsabilidade aquiliana. Trata-
responsabilidade objetiva extracontratual. É a responsabilidade que decorre da inobservância de norma jurídica, por aquele que, por ação ou omiss
luntária, negligência ou imprudência, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral" (Disponível em
tps://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/985/Responsabilidade-aquiliana. Consulta em 18 de janeiro de 2022). O item III está errado: Códi
vil: "Art. 943. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança". Pelo que se vê, o equívoco do(a) recorren
ncentra-se no fato do(a) mesmo(a) haver aplicado, como critério de interpretação, uma análise conjectural subjetiva, partindo de hipóteses n
encionadas no contexto. Ocorre que a banca não pode ir além do que fora exigido objetivamente no edital, sob pena de ferir o Princípio da Vinculaç
Instrumento Convocatório, muito menos conceder interpretação extensiva à matéria cobrada na questão, em respeito ao Princípio do Julgamen
jetivo. Outro aspecto importante a ser destacado refere-se aos critérios de avaliação instituídos pelo instrumento convocatório, os quais preveem
ssibilidade das provas abordarem "HABILIDADES QUE VÃO ALÉM DO MERO CONHECIMENTO MEMORIZADO, ABRANGENDO COMPREENSÃ
PLICAÇÃO, ANÁLISE, SÍNTESE E AVALIAÇÃO, COM O INTUITO DE VALORIZAR A CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO". Quanto ao aspecto formal, o recurso
consistente e não merece prosperar, inclusive pelo fato de não apresentar pedido compatível com a argumentação oferecida. Por fim, vale dizer q
assunto fora devidamente retratado no item "18. Obrigações por decorrência de ato ilícito. Abuso de direito. Responsabilidade civil e sua liquidaç
ano material e dano moral. Responsabilidade dos administradores de sociedades" do conteúdo programático. Dessa forma, não merece provimen
a) recurso. RECURSO INDEFERIDO.

	A	-	Indefer

gumentação: RECURSO INDEFERIDO. O gabarito preliminar já traz como assertiva correta a alternativa A e não a C conforme menciona o candidat
stificativa: Assertiva A (correta): A poderá se valer da hipoteca judiciária, devendo apresentar em cartório de registro de imóveis a cópia da senteng
sse caso, não é necessária ordem judicial para que a hipoteca judicial se opere. Justificativa: CPC, Art. 495, § 2º A hipoteca judiciária poderá s
alizada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaraç
pressa do juiz ou de demonstração de urgência.

	B	-	Indefer

gumentação: RECURSO INDEFIERIDO. A questão não merece alteração, tendo em vista o equívoco constante na alternativa E mencionada pe
ndidato. A questão retrata uma especificidade, o estudo direcionado pelo enunciado e pela alternativa em si conduzem a uma só interpretação.
estão trata de MANDADO DE SEGURANÇA, apenas. Não há margem para equívoco interpretativo. ERRADO. O prazo em questão é o decadencial. Pra
ecadencial é aquele que se refere à perda efetiva de um direito pelo seu não exercício no prazo estipulado. Art. 23 da Lei nº 12.016/09 - O direito
querer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. A posiç
ajoritária afirma que esse prazo tem natureza decadencial.

	C	**-**	**Deferido c/ anula**

gumentação: RECURSO DEFERIDO. Apesar de o artigo 32 da Lei 9.099/90 prever que "todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que n
pecificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes", atualmente existe quase que um entendimento unísson
cífico pelo judiciário de que a prova pericial não deve ser utilizada no Juizado Especial em razão de sua complexidade ser incompatível com os princípi
lacionados a simplicidade, oralidade e informalidade que regem o procedimento pertinente a tal juizado. Em razão da divergência legal com
tendimento do próprio judiciário, a fim de evitar prejuízo ao examinado, defere-se tal pleito e anula-se a questão.

	C	-	Indefer

gumentação: RECURSO INDEFERIDO. O pleito do candidato não se sustenta, pois segundo o art. 304 do CPC, a tutela antecipada ANTECEDENT
ncedida nos termos do artigo 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso (agravo de instrumento). P
sa razão o gabarito deve ser mantido, sendo a alternativa correta a seguinte: "Se eventualmente a ação proposta por Joana apresentasse pedid
ternativos, o valor da causa deverá ser o de maior valor. " em respeito ao seguinte ditame legal: Art. 292. O valor da causa constará da petição inic
da reconvenção e será: VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor".

	E	-	Indefer

gumentação: RECURSO INDEFERIDO. A alternativa não está incompleta, mas tão somente menciona um dos itens que ocasiona o fracionamento
diência. A completude da letra fria da lei é irrelevante nesse caso. Mantém-se como correto o seguinte item: "A audiência de instrução e julgamen
una, mas excepcionalmente, poderá ser fragmentada na ausência do perito ou testemunha e redesignada para a data mais próxima". Justificando-s
palavras de Renato Montans de Sá (2020, p. 758) em sua obra Manual de Processo Civil: “a audiência é una e contínua (art. 365, CPC/2015), deven
magistrado demover todos os seus esforços para que ela tenha seu início e término no mesmo dia. Contudo de forma excepcional e justificada pode
r fragmentada na ausência do perito ou testemunha e será redesignada para a data mais próxima possível. No caso de a parte se comprometer e
var a testemunha independentemente de intimação e esta não comparece à audiência, o caso não é de redesignação, mas de dispensa da testemunh
r força do que dispõe o art. 455, § 2º, do CPC”. Por essa razão, não tem força de alteração nem de anulação da questão o pleito do candidato.

	D	-	Indefer

gumentação: Recurso Indeferido. O edital se refere especificamente ao tema processo eletrônico. A falta de estudo completo do candidato acerca
nteúdo selecionado pela banca examinadora é de responsabilidade exclusiva do mesmo. Aquele que se apresenta diante de um certame sem promov
estudo inteiro dos itens do edital assume o risco do erro. Ademais, TODAS as doutrinas básicas de processo civil, ao dissertarem sobre proces
etrônico, especificam a lei. Sendo assim, a leitura básica da doutrina conduziria o candidato ao acerto da questão. Assim, mantém-se como correta
guinte alternativa "A publicação eletrônica, desde que feita na forma da lei, substitui outros meios de publicação oficial, exceto os casos em que a
ige intimação pessoal." A correção da mesma se justifica pela Lei n. 11.419/2006, art. 4, § 2º A publicação eletrônica na forma deste artigo substit
alquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal. Deve s
rtanto, o gabarito mantido, pois não há nenhuma irregularidade na questão.

	E	-	Indefer

gumentação: Recurso Indeferido. A questão não merece anulação e nem alteração de gabarito pelas seguintes razões: Alternativa correta: "Ainda q
abriel não figure no polo passivo da demanda, poderá ele oferecer reconvenção em conjunto com Caio dentro do prazo para contestação". Justificativ
simples letra da lei é o suficiente para se verificar a correção do item em questão: Art. 343, § 4º, CPC - A reconvenção pode ser proposta pelo réu e
sconsórcio com terceiro. O candidato menciona a correção da alternativa seguinte: "o juiz deverá determinar que o autor realize a emenda da inic
n relação à complementação do polo passivo, pois trata-se de litisconsórcio necessário". Porém, tal item está incorreto, tendo em vista que
risprudência do STJ possui entendimento de que não há litisconsórcio necessário nos casos de responsabilidade solidária. Nas palavras do Minist
enedito Gonçalves: "o acórdão de origem encontra-se em divergência do entendimento firmado no âmbito desta corte, segundo o qual não
sconsórcio necessário nos casos de responsabilidade solidária, sendo facultado ao credor optar pelo ajuizamento da ação contra um, alguns ou tod
responsáveis", afirmou. Benedito Gonçalves explicou que a responsabilidade solidária prevista em contrato afasta o litisconsórcio passivo necessár
alquer que seja a natureza do pedido correlato ao contrato, tendo o credor, portanto, o direito de escolher quais coobrigados serão incluídos no po
ssivo, ainda que o pleito seja declaratório. Resp: 1625833.Portanto, mantém-se o gabarito preliminar e indefere-se o recurso do candidato.

	E	-	Indefer

gumentação: Recurso Indeferido. O pleito do candidato não se justifica, assim mantém-se como correta a seguinte alternativa "notificada
nsignação extrajudicial, Vanessa poderá se recusar a receber o valor em manifestação escrita. Depois da recusa, Juliana terá um mês para propor aç
rtinente". Esse item justifica-se pelo seguinte dispositivo legal: Art. 539, CPC. Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, co
eito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida. § 3º Ocorrendo a recusa, manifestada por escrito ao estabelecimento bancár
derá ser proposta, dentro de 1 (um) mês, a ação de consignação, instruindo-se a inicial com a prova do depósito e da recusa. Salienta-se ainda q

o existe nenhuma carência de informações na alternativa e que o conteúdo necessário para a compreensão e interpretação da mesma está explícit
o prosperando o pleito do candidato.

	B	-	Indefer

gumentação: RECURSO INDEFERIDO. O recurso do candidato não deve prosperar pelas seguintes razões: Alternativa correta: "equivocada, uma v
e a arguição da referida inconstitucionalidade deveria ter sido apresentada em ação rescisória, cujo prazo conta-se a partir do trânsito em julgado
cisão do STF". Justificativa: Art. 525. Transcorrido o prazo previsto no sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que
ecutado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. (...)§ 15. Se a decisão referida no §
r proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decis
oferida pelo Supremo Tribunal Federal. Forçoso se faz alegar que a questão está carente de informações, tendo em vista que todos os dad
cessários para a correta interpretação da mesma foram suficientemente narrados. Não existem dados pendentes e a compreensão do item é nítida
ara, não devendo prosperar o recurso do candidato.

	D	-	Indefer

gumentação: Recurso indeferido. O gabarito deve ser mantido. Conforme RE 167.635/SP39, STF " Não há que confundir efetividade com estabilidad
quela é atributo do cargo, designando o funcionário desde o instante da nomeação; a estabilidade é aderência, é integração no serviço público, depo
preenchidas determinadas condições fixadas em lei, e adquirida pelo decurso de tempo". Ademais, a" efetividade é um atributo do cargo, é ur
racterística do cargo, e não do servidor público; refere-se à sua forma de provimento dependente de concurso público de provas e provas de títulc
ata-se de uma das condições para que o servidor adquira estabilidade, sendo um pressuposto indispensável para sua aquisição. De outro lado tem-
estabilidade, que consiste em uma garantia constitucional de permanência no serviço público, e não no cargo, vinculado à atividade de mesma nature
quando ingressou, assegurada ao servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, que tenha cumpri
período de prova, após ser submetido à avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. Adquirida a vantagem, es
de ser desinvestido por meio de processo administrativo com contraditório e ampla defesa, por processo judicial transitado em julgado e avaliaç
riódica" A questão que diz que "A vitaliciedade, que somente será perdida após sentença judicial transitada em julgado, pressupõe necessariamen
cumprimento de dois anos de estágio probatório" está errada. Nos Tribunais (Desembargadores e Ministros, por exemplo) a vitaliciedade é adquiri
m posse. Para os ocupantes de cargos de juiz e promotor, no primeiro grau, a vitaliciedade será adquirida após dois anos de exercício, sendo que nes
ríodo a perda do cargo depende de deliberação do tribunal ao qual o juiz esteja vinculado. Ainda, nos casos em que o agente ingressa na carreira
agistratura por meio de nomeação direta, como ocorre com os desembargadores nomeados pelo "quinto constitucional", ou os ministros do STF
STJ a vitaliciedade é adquirida automaticamente no momento da posse, ou seja, não é necessário aguardar os dois anos. Acrescenta-se neste rol
nistros e conselheiros de Tribunais de Contas que não ocupavam cargos vitalícios antes de sua nomeação. As questões atendem ao conteúdo expres
item 14.2.6 do edital. A efetividade é atributo do cargo, designando o funcionário desde o instante da nomeação, enquanto a estabilidade é aderênc
egração no serviço público, depois de preenchidas determinadas condições fixadas em lei, sendo adquirida pelo decurso do tempo. A constituiç
ixa claro que não existe estabilidade no cargo em comissão por ser de livre nomeação e exoneração. CF - Art. 37-II - a investidura em cargo ou empre
blico depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo
mprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; para se adqui
estabilidade, Além dos 3 anos é necessária e obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. CF Art. 4
o estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. § 1º
rvidor público estável só perderá o cargo: I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado II - mediante processo administrativo em que l
ja assegurada ampla defesa; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada amp
fesa. § 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzi
cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo
rviço. § 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tem
serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo § 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial
sempenho por comissão instituída para essa finalidade. A constituição deixa claro que não existe estabilidade no cargo em comissão por ser de liv
meação e exoneração. CF - Art. 37-II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou
ovas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo e
missão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista não são estáveis
rmitida dispensa independente de motivação (Súmula no 390 e Orientação Jurisprudencial no 247, ambas do TST e Recurso Extraordinário, RE
9.998 com repercussão geral). Súmula 390/TST - 20/04/2005 - Servidor público. Estabilidade. Celetista. Administração direta, autárquica
ndacional. Aplicabilidade. Empregado de empresa pública e sociedade de economia mista. Inaplicável. CF/88, art. 41. I - O servidor público celetista
ministração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/88. (ex-OJ 265/TST-SDI-I - Inserida em 27/09/20
ex-OJ 22/TST-SDI-II - Inserida em 20/09/2000). II - Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido median
rovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988. (ex-OJ 229/TST-SDI-I - Inserida em 20/06/2001).

	A	-	Indefer

gumentação: Recurso indeferido. O gabarito deve ser mantido. A questão aborda os itens 14.2.8; 14.2.9 e 14.2.10 do edital. Nos termos da Lei 84
2 de junho de 1992 - Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omiss
losa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela

14.230, de 2021) IV - negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado			
outras hipóteses instituídas em lei. Não existe no presente item erro de português que possa macular a questão.			
	C	-	Indefer
gumentação: Recurso indeferido. O gabarito deve ser mantido. Conforme o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia, d			
utarquias e das Fundações Públicas Estaduais e dá outras providências. Lei Complementar nº 68/1992. Art. 57 Ao servidor matriculado e			
tabelecimento de Ensino Superior será concedido, sempre que possível, horário especial de trabalho que possibilite a frequência normal às aul			
ediante comprovação mensal por parte do interessado do horário das aulas, quando inexistir curso correlato em horário distinto ao do cumprimen			
sua jornada de trabalho. 14 § 1º O horário especial de que trata este artigo somente será concedido quando o servidor não possuir curso superior			
Para os integrantes do Grupo Magistério, o benefício deste artigo poderá ser concedido, também, aos servidores possuidores de curso de Licenciatu			
rta, para complementação de estudos até o nível de Licenciatura Plena. § 3º Durante o período de férias escolares o servidor fica obrigado a cump			
rnada integral de trabalho. Quem não possui curso superior encontra-se na primeira graduação em sendo estudante de ensino superior.			
	C	-	Indefer
gumentação: Recurso indeferido. O gabarito deve ser mantido. Nos termos da Lei Complementar nº 68/1992 - Art. 277. A servidora que for mã			
tora, curadora ou responsável pela criação, educação e proteção de portadores de deficiência física e de excepcional que estejam sob tratamen			
rapêutico, poderá ser dispensada do cumprimento de 50% (cinquenta por cento) da carga horária de trabalho diário. § 1º Considerar-se-á deficien			
excepcional, para os fins deste artigo, pessoa de qualquer idade portadora de deficiência física ou mental comprovada e que viva sob a dependên			
cioeducacional e econômica da servidora. § 2º A servidora beneficiada terá a concessão de que trata este artigo, pelo prazo de 01 (um) ano, poden			
r renovado por mais 01 (um) ano. O tema do item está inserto no conteúdo de número 17 do edital.			
	C	-	Indefer
gumentação: A alternativa correta apontada pela banca está em harmonia como entendimento previsto na OJ-SDI1-192. É em dobro o prazo para			
erposição de embargos declaratórios por pessoa jurídica de direito público. Todas as demais alternativas estão erradas, de acordo com a jurisprudên			
ajoritária prevista nas Súmulas e OJ do TST.A alternativa questionara nos recursos está errada. A OJ-SDI-151 diz exatamente o contrário, ou seja, ta			
cisões não necessitam do prequestionamento. Decisão regional que simplesmente adota os fundamentos da decisão de primeiro grau não preenc			
exigência do prequestionamento, tal como prevê a Súmula 297 do TST.			
	A	-	Indefer
gumentação: Existindo erro de fato na retratação do que foi decidido, é cabível a ação rescisória, conforme previsão expressa na OJ-SDI2-103. É cabí			
escisória para corrigir contradição entre a parte dispositiva do acórdão rescindendo e a sua fundamentação, por erro de fato na retratação do que			
cidido. Essa é a assertiva apontada como correta. Ademais, a questão como está posta está em harmonia com o entendimento do TST, e não es			
completa para a análise da questão. Entendimentos previstos em Súmulas e OJ do TST são conhecimentos previstos no edital, pois fundamenta			
ntos e conhecimentos expressos nos itens do edital.			
	B	-	Indefer
gumentação: não existem duas alternativas corretas na referida questão, pois, o comodato qualificado no item como de "Reserva Ambiental Espec			
RAesp)", não consta na 14.119/21 e a concessão de bolsa verde não é uma modalidade de pagamento por serviços ambientais e sim um incenti			
cial. Gabarito mantido.			
	D	-	Indefer
gumentação: O candidato alega que todos os itens estão corretos e diverge, portanto, do gabarito, já que este considera que apenas os itens I, II e			
tão corretos. O candidato equivoca-se ao considerar o item IV correto, pois, a Lei n. 8.629/1993 não prevê como área efetivamente utilizada aquel			
e exploração de florestas nativas, de acordo com plano de manejo dos recursos hídricos e edáficos estabelecido pelo órgão federal competente			
barito mantido.			
	E	-	Indefer
gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. O gabarito do item deve ser mantido, pois sabendo-se que toda a hidrografia depende dos acident			
ográficos para seu acontecimento e que a Chapada dos Parecis possui nascentes fluviais, além de rios que cruzam esse acidente geográfico, o contex			
termo "na direção sudeste, em fronteira", escrito na letra do gabarito, não determina os limites dos estados de RO e MT. A direção, em fronteira, e			
gnificância de que a referida chapada se situa na faixa de fronteira, mas perpassa a fronteira dos estados referidos, ou seja, em fronteira com não			
hônimo de terras rondonienses limítrofes que vão até o Mato Grosso. Quanto às altitudes, todo o território brasileiro possui altitudes modestas, p			
rem resultado de dobramentos antigos (pré-cambrianos), soerguimentos epirogenéticos e grande desgaste erosivo em suas maiores altitudes. E			
alquer texto didático (não necessariamente acadêmico e/ou de profundidade teórica) e/ou rápida busca no Google há essa afirmação. Seguem du			
s fontes muito acessadas que comprovam: https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/altitude			
tps://pt.wikipedia.org/wiki/Relevo_do_Brasil. No caso da Chapada dos Parecis, em território rondoniense as altitudes são mais modestas (500-800m			
e as altitudes dessa mesma chapada em território mato-grossense (vide mapa do IBGE referenciado). Quanto à direção geográfica da Chapada			
recis em RO, o mapa do IBGE, junto à direção 'N' mostrada para referenciar os pontos colaterais da rosa dos ventos, demonstra a direção sudeste			
apada dos Parecis referenciada no gabarito, pois a referência inicial da questão é a direção colateral em relação ao território rondoniense - o ma			
de ser visto e			

tp://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/atlas_educacionais/atlas_geografico_escolar/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/fisico/rondonia.p
a rosa dos ventos para determinar a direção a que a questão se refere e
tps://pt.wikipedia.org/wiki/Rosa_dos_ventos#/media/Ficheiro:Brosen_windrose-it.svg. Em tempo, a opção que grafa: "A fronteira norte é delimita
lo rio Madeira, que determina a fronteira do território de Rondônia com o estado do Amazonas" não está correta, pois o rio Madeira realmente es
norte do estado, mas não é o seu curso que define o limite oficial do território estatal rondoniense. O limite oficial fica além da margem esquerda
ferido rio.

	D	-	Indefer

gumentação: O forte foi construído para proteger o território ocupado, mas para existir os primeiros núcleos coloniais, ou seja, ocupação antes
ferida construção era necessária uma atividade econômica que, nesse caso, foi a mineração de ouro. Justificando o gabarito da banca, até o sécu
VII apenas algumas missões religiosas haviam chegado até a região onde hoje se encontra o Estado de Rondônia. A formação do Estado teve início
culo XVIII, quando os portugueses, partindo de Belém, subiram o rio Madeira até o rio Guaporé e chegaram ao arraial de Bom Jesus, antigo nome
calidade de Cuiabá, onde descobriram ouro. Começaram então a aparecer explorações de bandeirantes pelo vale do rio Guaporé em busca das riquez
nerais da nova área descoberta. Nesse mesmo período foi construído o Forte Príncipe da Beira, situado às margens do Guaporé, rio internaciona
onteiriço com a República da Bolívia. Fonte: https://transparencia.der.ro.gov.br/Institucional/Historico

	B	-	Indefer

gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. O gabarito do item deve ser mantido, pois estima-se que a área plantada com milho segunda safra e
21/2022 seja 9% maior do que a da safra atual, passando de 200 mil hectares para 218 mil hectares, com crescimento de 6,4% da produção
créscimo de 2,4% da produtividade, o que perfaz mais de um milhão de toneladas produzidas. A tendência para a soja apresentada pela estimativa
nab (2021a) é de estabilização da área plantada na safra 2021/2022, em 396,5 mil hectares, com 3,1 milhões de toneladas. Fonte: Informati
ropecuário de Rondônia, out. 2021, disponível em https://www.embrapa.br/en/rondonia/boletim-agropecuario acesso em 08 jan. 2022. Em temp
quanto a soja possui quase 400 mil hectares plantados e o milho mais de 200 mil, o café possui menos de 70 mil, portanto, há uma produç
gnificativa de café no estado rondoniense, mas que não chega perto da soja e do milho. Em números, atualmente o Brasil produz cerca de 3,5 milhõ
toneladas de café e Rondônia é responsável por 4% desse total.

	B	-	Indefer

gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. O gabarito do item deve ser mantido, pois sabendo-se que a cassiterita é o principal mineral de minério
tanho, conforme a tese de doutorado de Valdir Aparecido de Souza, os garimpeiros não acharam diamantes, mas, em 1955, encontraram ao aca
gumas pedras muito pesadas e pretas e as levaram ao Sr. Joaquim. Ele então levou essas pedras à capital para análise. Ele havia encontrado um mine
e não existe normalmente à flor da terra, de aluvião como é conhecido. Ele passou a explorar a mina de cassiterita localizada em seus domínios. O
aquim, de imediato, começou a extrair minério de cassiterita de suas terras sem precisar de tecnologia e nem tampouco de grandes investiment
ra extraí-la, devido à facilidade (rara) de estar na superfície. Tão logo o seu vizinho, o Sr. Moacir Mota, percebeu o movimento, já começou a exploraç
suas águas, isso na década de 60, quando eram os únicos a explorar o minério em Rondônia (FERREIRA, 1960). Ao se alastrar a notícia do minério pe
gião do Amazonas e Mato Grosso e ao se dar continuidade aos trabalhos de abertura da BR-29 uma onda de garimpeiros invadiu Rondônia e a produç
ve um grande aumento. Fonte: Souza, Valdir Aparecido de. Rondônia, uma memória em disputa. – Assis, 2011. 192 p. Tese (Doutorado). – Faculda
Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2011, p. 16.

	A	-	Indefer

gumentação: O Decreto-lei 5.839, de 21 de setembro de 1943, determinou que o Território Federal do Guaporé fosse constituído pelos municípios
to Madeira, Guajará-Mirim e uma porção territorial desmembrada de Mato Grosso – Vila Bela da Santíssima Trindade [no Vale do Guaporé]. Já
mazonas cedeu Lábrea, uma porção territorial de Canutama, e Porto Velho, "joia da coroa". No entanto, a luta pela criação de Rondônia iniciou atrav
Lei nº 411 de 1969, que estruturou os territórios federais. Naquela época, muitos políticos despertaram, aos poucos, o anseio pela criação de ur
va unidade federativa. Foi em 22 de dezembro de 1981 que Rondônia foi elevado à categoria de estado. A criação foi por meio do Projeto de
mplementar e aprovado pelo presidente da República, à época João Batista Figueiredo. No entanto, a instalação oficial do estado ocorreu apenas e
de janeiro de 1982. Fonte: https://rondonia.ro.gov.br/historia-de-rondonia-aluizio-ferreira-o-1o-governador-do-guapore-salvou-o-trem-e-enfrento
cangaco-no-sertao/ e https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/12/22/rondonia-completa-40-anos-de-criacao.ghtml. Em tempo, qualquer liv
sico de história aponta que a redemocratização do Brasil aconteceu no ano de 1985. Os 21 anos anteriores foram de ditadura militar (1964-1985).

	B	-	Indefer

gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. O gabarito do item deve ser mantido, pois conforme texto oficial da Biblioteca Nacional, A Estrada de Fer
adeira Mamoré foi inaugurada em 1912, mas, só daria lucro nos dois primeiros anos de atividade. Fato explicado pela queda vertiginosa da participaç
asileira no mercado da borracha, propiciada pela ascensão da concorrência asiática que oferecia um produto de qualidade e de mais fácil extraçã
go, as atividades de Farquhar na Amazônia entraram em falência. Aluízio Pinheiro Ferreira, em 1937, a mando de Getúlio Vargas, assume a direção
rrovia até 1966. Por fim, após 54 anos acumulando prejuízos, Humberto de Alencar Castelo Branco determina a erradicação da Estrada de Fer
adeira-Mamoré sendo substituída por uma rodovia. Fonte: https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/madeira-mamore-ferrovia-diabo. E
tra fonte oficial, dessa vez escrita pela secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Estadual de Rondônia, está escrito que Humber
Alencar Castelo Branco, em 25 de maio de 1966, determina a erradicação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré que seria substituída por uma rodov
ual rodovia BR-364 que liga Porto Velho à Guajará-Mirim. Fonte: http://www.sepog.ro.gov.br/Conteudo/Exibir/37Quanto à opção que gra

tualmente, a ferrovia Madeira-Mamoré se encontra abandonada em seus 350 quilômetros de extensão (sua totalidade), mas as partes sucatead
nda servem para visitação turística." A resposta é que atualmente a Ferrovia segue rodeada de mato, mas como ainda existem poucos trechos e
ncionamento (turístico), não se encontra em seus 350 quilômetros abandonada como depreende a opção.

	E	-	Indefer

gumentação: RECURSOS INDEFERIDOS. O gabarito do item deve ser mantido, pois sabendo-se que a usina hidrelétrica de Samuel foi construída
rso do rio Jamari e não no Madeira, a Hidrelétrica Santo Antônio, situada no rio Madeira, contribui para a segurança energética do país, fornecen
ergia para as cinco regiões do país por meio do Sistema Interligado Nacional – SIN, e também com exclusividade para o sistema regional Rondôn
re. De toda a energia produzida pela geradora, 39,4% são distribuídas para o Sudeste; 24,8% no Sul; 22,3% no Nordeste; 8,7% para o Centro-Oeste
3% na região Norte. Fonte: https://www.santoantonioenergia.com.br/hidreletrica-santo-antonio-gerou-34-milhoes-de-megawatts-hora-em-cinc
os-de-operacao/ Sobre a hidrelétrica Samuel fonte em http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ro-milhares-de-familias-atingidas-pela-uh
-samuel-e-do-baixo-madeira-lutam-para-serem-reassentadas-e-por-seus-direitos/